

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM

JOSÉ LUÍS SCHAMNE

HISTÓRIAS NA *HISTÓRIA*: CONTRIBUIÇÕES DE FREI VICENTE  
DO SALVADOR PARA A LITERATURA BRASILEIRA

PONTA GROSSA  
2019

JOSÉ LUÍS SCHAMNE

HISTÓRIAS NA *HISTÓRIA*: CONTRIBUIÇÕES DE FREI VICENTE  
DO SALVADOR PARA A LITERATURA BRASILEIRA

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Ponta Grossa junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, área de concentração: Linguagem, Identidade e Subjetividade como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Linguagem.

Orientador: Prof.<sup>o</sup> Dr.<sup>o</sup> Fábio Augusto Steyer

PONTA GROSSA  
2019

S299           Schamne, José Luís  
                  Histórias na *História*: contribuições de Frei Vicente do Salvador para a  
literatura brasileira / José Luís Schamne. Ponta Grossa, 2019.  
                  293 f.

                  Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem - Área de Concentração:  
Linguagem, Identidade e Subjetividade), Universidade Estadual de Ponta  
Grossa.

                  Orientador: Prof. Dr. Fábio Augusto Steyer.

                  1. História do Brasil. 2. Frei Vicente do Salvador. 3. Literatura brasileira. I.  
Steyer, Fábio Augusto. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Linguagem,  
Identidade e Subjetividade. III.T.

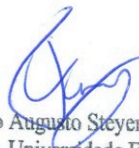
CDD: 801

JOSÉ LUÍS SCHAMNE

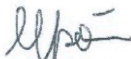
**HISTÓRIAS NA HISTÓRIA: CONTRIBUIÇÕES DE FREI VICENTE DO  
SALVADOR PARA A LITERATURA BRASILEIRA**

Dissertação apresentada para obtenção do título grau de  
Mestre em Estudos da Linguagem na Universidade Estadual de Ponta Grossa,  
Área de concentração em Linguagem, Identidade e Subjetividade.

Ponta Grossa, 26 de setembro de 2019.



Fábio Augusto Steyer  
Doutor em Letras/Literatura - Universidade Estadual de Ponta Grossa



Mauro Nicola Póvoas  
Doutor em Letras - Universidade Federal do Rio Grande



Andréa Correa Paraíso Müller  
Doutora em Teoria e História Literária - Universidade Estadual de Ponta Grossa

Aos meus familiares e amigos que, de alguma forma, fizeram-se presentes nesta desafiadora e divertida trajetória de estudos.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu pai Nelson, companheiro de todos os dias, acolhedor, sustentáculo, mas, acima de tudo, meu grande amigo. E à minha mãe Nivanil (*rip*) de quem herdei incomensurável riqueza de vida. As lágrimas que escorrem ao falar de vocês são mais sinceras que minhas palavras. Amo vocês.

Ao Fábio Augusto Steyer, inicialmente (desde 2014), um ótimo orientador, e hoje (2019), um grande amigo. Obrigado por acreditar em mim e neste projeto de pesquisa.

Aos membros da banca: Mauro Póvoas e Andrea Müller, pela seriedade e empenho com que estudaram a minha dissertação.

À Liana, meu amor eterno. À Sônia, irmã e amiga, meu Anjo protetor. À Elza e ao Edson, que me adotaram como filho e amigo. Amo todos vocês.

Ao Rogério, meu irmão de existência, um mestre nesta jornada.

Aos amigos Tiago, Marcos e Luiz que, generosamente, aceitaram o “fardo extra” da minha ausência. O “sim” de vocês foi essencial para eu poder me dedicar ao mestrado.

À UTFPR, especialmente ao prof. Guataçara, que permitiu e encaminhou a diminuição de minha carga horária de trabalho. Isto foi fundamental para eu chegar até a conclusão do mestrado.

Aos meus mestres espirituais (*rip*), pois o aprendizado com vocês está além do que os livros conseguem ensinar.

A todos aqueles que, de alguma forma, ajudaram-me neste projeto e não estão aqui citados. Sou grato a todos vocês do fundo do meu coração.

Mova-se com a vida, em profunda confiança, onde quer que ela o conduza.

(Osho)

## RESUMO

Vicente Rodrigues Palha, mais conhecido como Frei Vicente do Salvador, nasceu e viveu na Bahia, entre o final do século XIV e meados do século XV. Destacou-se pelo protagonismo que exerceu no seu tempo, tanto no meio religioso, enquanto frade franciscano e também por ter assumido diversos cargos hierárquicos na Igreja, como também por ter sido o primeiro brasileiro a escrever uma obra de história sobre o Brasil, intitulada de *História do Brasil* e concluída entre os anos de 1627 a 1630. Nesta dissertação, realizamos uma acurada análise da obra de Frei Vicente pela via da literatura, procurando demonstrar que possui teor literário, expandindo, assim, a percepção seu caráter puramente histórico. Nesse sentido, Frei Vicente preocupa-se em produzir uma textualidade rica e variada, que se destaca, em diversos momentos da obra, no aspecto estilístico, no elemento ficcional que tende para o fantasioso, na inserção de causos e histórias populares, na presença de mitos e lendas pertinentes à época das grandes navegações e, acima de tudo, pelo nativismo, tema embrionário que foi se desenvolvendo ao longo dos primeiros séculos de ocupação do Brasil e culminou no desejo de uma literatura nacional, independente e protagonista em relação à produção europeia. Por essas razões, a *História do Brasil* foi um texto lido extensivamente pela elite letrada brasileira nos séculos XVI e XVII, e também por autores portugueses, tendo exercido, portanto, forte impacto nestas camadas sociais. Por essas razões, procuramos evidenciar a importância do livro *História do Brasil*, não só como documento historiográfico, mas também enquanto uma obra de teor literário. Para este resgate, fizemos uma pesquisa detalhada e traçamos um itinerário editorial da *História do Brasil*, que se encontra detalhado no primeiro capítulo desta dissertação. Conseguimos encontrar 10 edições da obra, porém, todas abordadas pelo prisma da história. Assim, justifica-se esta dissertação que, diferentemente destas 10 impressões, trata a *História do Brasil* pela abordagem literária. Consequentemente, esta dissertação divide-se em duas grandes partes: os capítulos 1 e 2 que teorizam sobre os fundamentos literários da obra e o capítulo 3 em que fazemos uma atualização linguística do texto original manuscrito produzido por Frei Vicente. O capítulo 1 é dividido em duas partes, sendo a primeira sobre a biografia de Frei Vicente do Salvador e a segunda sobre o itinerário das edições impressas da *História do Brasil*. No capítulo 2, dividido em quatro partes, procuramos tratar dos fundamentos literários da obra, evidenciados a partir da pesquisa e diálogo com críticos literários e autores de história da literatura que, em seus textos, abordaram a importância e os aspectos literários da *História do Brasil*, que demonstram características nacionalistas, estilísticas, ficcionais, entre outras. No capítulo 3, realizamos uma atualização linguística da obra e trouxemos o esclarecimento de aspectos relevantes sobre a obra de Frei Vicente, em forma de notas de rodapé procurando facilitar a sua leitura pela consulta contígua ao texto original atualizado. Finalizamos a abordagem crítica da *História do Brasil* com as considerações finais, retomando os objetivos propostos, o que deles se conseguiu alcançar e, também, apontar outras possibilidades de pesquisa sobre o texto de Frei Vicente do Salvador. Esta dissertação completa-se com 24 anexos, que também tocam tópicos interessantes da *História do Brasil*, destacando as ilustrações das 14 edições da *História do Brasil*, e de outros materiais que abordam curiosidades que auxiliam no fundamento teórico dessa dissertação. Esta pesquisa demonstrou não só a pertinência da *História do Brasil* para uma análise literária, mas também sua importância para literatura brasileira e a sua influência para autores e críticos literários, principalmente nos séculos XIX e XX.

**Palavras-chave:** História do Brasil. Frei Vicente do Salvador. Literatura brasileira.



## ABSTRACT

Vicente Rodrigues Palha, better known as Friar Vicente do Salvador, was born and lived in Bahia between late 14th and mid 15th centuries. He stood out for the leading role he played in his time, both in the religious milieu, as a Franciscan friar and also for having assumed various hierarchical positions within the Church, as well as for being the first Brazilian citizen to write a work of history about Brazil, entitled “Historia do Brasil” completed between 1627 and 1630. In this dissertation, we perform an accurate analysis of the work of Friar Vicente through the literature, seeking to demonstrate that his work has literary content, expanding, in this way, the perception of its purely historical character. It is possible to observe that Friar Vicente is concerned to produce a rich and varied textuality, which stands out in various moments of the work, in the stylistic aspect, in the fictional elements that tends towards the fantasy, in the insertion of popular stories and anecdotes, in the presence of myths and legends pertinent to the time of the great navigations and, above all, by nativism, an embryonic theme that were developed during the first centuries of Brazil’s occupation and culminated in the desire for a national literature, independent and protagonist in comparison to European production. For these reasons, “História do Brasil” was a text read extensively by the Brazilian literate elite in the 16th and 17th centuries, as well as by Portuguese authors, what had provoked a strong impact on these social class. Thereby, we seek to highlight the importance of the book “História do Brasil”, not only as a historiographical document, but also as a work of literary content. For this rescue, we did a detailed research and we drew an editorial itinerary of the “História do Brasil”, which is detailed in the first chapter of this dissertation. We managed to find 10 editions of the work, however, all approached by the prism of history. Thus, this dissertation is justified, which, unlike these 10 impressions analyzes the “História do Brasil”, by the literary approach. Hence, this dissertation is divided into two major parts: chapters 1 and 2 reflect about the literary foundations of the work and chapter 3 makes a linguistic update of the original manuscript text produced by Frei Vicente. Particularly, chapter 1 is divided into two parts, the first on the biography of Friar Vicente do Salvador and the second on the itinerary of the printed editions of “História do Brasil”. Yet chapter 2 which is divided into four parts, we seek to address the literary foundations of the work, done by research and dialogue with literary critics and authors of the literature history who, in their texts, addressed the importance of literary aspects of Brazilian History which demonstrates nationalistic, stylistic and fictional characteristics, among others. Finally, chapter 3, we made a linguistic update of the work and brought the clarification of relevant aspects about the work of Friar Vicente in the form of footnotes. The intention here is to make it easier to read with contiguous consultation to the original text. We conclude the critical approach of “História do Brasil” with the final considerations, returning to the proposed objectives, what was achieved and also pointing out other research possibilities on the work of Friar Vicente do Salvador. This dissertation is completed with 24 annexes, which also touch on interesting topics of Brazilian History, highlighting the illustrations of the 14 editions of “História do Brasil”, and other materials that address curiosities that help in the theoretical foundation of this dissertation. This research demonstrated not only the relevance of “História do Brasil” for a literary analysis, but also its importance for Brazilian literature and its influence among literary authors and critics, especially in the 19th and 20th centuries.

**Keywords:** History of Brazil. Friar Vicente do Salvador. Brazilian literature

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA OBRA E DO AUTOR.....</b>	<b>16</b>
1.1 BIOGRAFIA DE FREI VICENTE DO SALVADOR.....	16
1.2 O ITINERÁRIO DA ESCRITA E EDIÇÕES DA “HISTÓRIA DO BRASIL” .....	28
1.2.2 O itinerário editorial da <i>História do Brasil</i> .....	40
1.2.3 A textualidade literária na <i>História do Brasil</i> : a crônica histórica do século XVI.....	51
<b>2. LITERATURA E A HISTÓRIA DO BRASIL .....</b>	<b>60</b>
2.1 <i>HISTÓRIA DO BRASIL</i> : A FICÇÃO POR MEIO DE ELEMENTOS FANTÁSTICOS .....	62
2.2 AS MARCAS ESTILÍSTICAS DA <i>HISTÓRIA DO BRASIL</i> : O HORIZONTE DA PRODUÇÃO TEXTUAL BARROCA .....	66
2.3 NATIVISMO COMO EMBRIÃO DA IMPULSÃO TEMÁTICA PARA UMA LITERATURA NACIONAL, A PARTIR DO SÉCULO XIX.....	73
2.4 O MOVIMENTO DE “VOLTA ÀS FONTES” DA TEXTUALIDADE LITERÁRIA BRASILEIRA: A <i>HISTÓRIA DO BRASIL</i> REVISITADA POR AUTORES DA LITERATURA NACIONAL .....	77
<b>3. A HISTÓRIA DO BRASIL ATUALIZADA E COMENTADA COM NOTAS.....</b>	<b>89</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>199</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>205</b>
ANEXO A: Planta da cidade de Salvador no século XVI, à época da invasão holandesa.....	211
ANEXO B: Ilustração de Frei Vicente do Salvador por ocasião dos 400 anos de sua morte: selo comemorativo pela República Brasileira .....	212
ANEXO C: Ilustrações da primeira edição impressa da <i>História do Brasil</i> , de Frei Vicente do Salvador, em 1889 .....	213
ANEXO D: Ilustrações da segunda edição impressa da <i>História do Brasil</i> , de Frei Vicente do Salvador, em 1918 .....	217
ANEXO E: Ilustrações da terceira edição impressa da <i>História do Brasil</i> , de Frei Vicente do Salvador, em 1931 .....	220
ANEXO F: Ilustrações da quarta edição impressa da <i>História do Brasil</i> , de Frei Vicente do Salvador, em 1954 .....	222
ANEXO G: Ilustrações da quinta edição impressa da <i>História do Brasil</i> , de Frei Vicente do Salvador, em 1965 .....	224
ANEXO H: Ilustrações da sexta edição impressa da <i>História do Brasil</i> , de Frei Vicente do Salvador, em 1975 .....	229

ANEXO I: Ilustrações da sétima edição impressa da <i>História do Brasil</i> , de Frei Vicente do Salvador, em 1982 .....	233
ANEXO J: Ilustrações da oitava edição impressa da <i>História do Brasil</i> , de Frei Vicente do Salvador, em 2008 .....	237
ANEXO K: Ilustrações da nona edição impressa da <i>História do Brasil</i> , de Frei Vicente do Salvador, em 2010 .....	250
ANEXO L: Ilustrações da décima edição impressa da <i>História do Brasil</i> , de Frei Vicente do Salvador, em 2014 .....	254
ANEXO M: Hipupiara – gravura do livro <i>História da Província de Santa Cruz (1575/1576)</i> , de Pêro de Magalhães Gândavo.....	255
ANEXO N: Fotos e ilustrações do convento de Santo Antônio, Rio de Janeiro, que teve Frei Vicente do Salvador como um de seus fundadores: construção no século XVII .....	256
ANEXO O: Ilustração de Manuel Severim de Faria, seguida de sua breve biografia .....	259
ANEXO P: Tabela comparativa dos componentes textuais e paratextuais das edições da <i>História do Brasil</i> .....	261
ANEXO Q: Poema “FREI VICENTE DO SALVADOR”, de Oswald de Andrade, na sua obra <i>Manifesto Pau-Brasil</i> .....	274
ANEXO R: Frontispício da Obra Santuário Mariano, de Frei Agostinho de Santa Maria, Tomo IX .....	275
ANEXO S: Frontispício da Obra Santuário Mariano, de Frei Agostinho de Santa Maria, Tomo X .....	276
ANEXO T: Ilustrações do códice 49, manuscrito da <i>História do Brasil</i> , de Frei Vicente do Salvador .....	277
ANEXO U: Ilustrações do códice 24, manuscrito da <i>História do Brasil</i> , de Frei Vicente do Salvador .....	279
ANEXO V: Fac-símile da folha de rosto do Tratado de Tordesilhas de 1494 .....	281
ANEXO W: Ilustração das zonas climáticas da Terra (1553): indicação da Zona Tórrida .....	282
ANEXO X: Exemplos de alguns espécimes da flora e da fauna apresentados por Frei Vicente do Salvador na <i>História do Brasil</i> .....	283

## INTRODUÇÃO

Apresentamos, nesta pesquisa, Frei Vicente do Salvador e sua obra *História do Brasil*, escrita no século XVII, mais especificamente finalizada, em seu primeiro esboço, no ano de 1627, no contexto do Brasil Colonial. Diversos autores indicam esta obra como o primeiro manual de História do Brasil escrito por um brasileiro. Para nós, entretanto, Frei Vicente vai mais além disso. Percebemos em sua obra, além de destacado conteúdo histórico, um intenso material literário, de original e pioneiro conteúdo nacionalista e, portanto, fonte do nativismo, que reflete um autor que dispensou um olhar de amor pela terra em que nascera. Para Maria Lêda Oliveira (2008), os escritos de Frei Vicente impactarão grandemente a elite letrada brasileira e outros autores que por aqui passaram e também produziram obras sobre o Brasil. As pesquisas historiográficas apontam estas intertextualidades.

Dessa forma, a *História do Brasil* insere-se no rol dos escritos dos prosadores que passaram pelas Américas desde o seu descobrimento e conquista pelos europeus. Em concordância com o que aponta Antonio Candido (2005), a *História* insere-se no rol das crônicas históricas, estilo prosaico próprio da época das grandes navegações, praticado em Portugal e que alarga o seu vigor em razão do achamento das Américas. Frei Vicente participa deste movimento, mas produz sua obra em terras coloniais. Segundo Candido,

A crônica histórica e informativa que se intensifica em Portugal no momento das grandes navegações, conquistas e descobertas ultramarinas, testemunhando a aventura geográfica dos portugueses, os seus ideais de expansão da cristandade, assume um sentido épico e humanístico que se estende ao Brasil e logo adquire entre nós algumas características peculiares. A curiosidade geográfica e humana e ao desejo de conquista e domínio correspondem, inicialmente, o deslumbramento diante da paisagem exótica e exuberante, testemunhado pelos cronistas portugueses que escreveram sobre o Brasil [...]. É, também, com o louvor da terra, o germe do sentimento nativista, como ponto de partida, embora remoto, da formação da consciência nacional. Bifurca-se, ou no sentido do americanista, com críticas objetivas ao processo de colonização, ou no sentido luso-brasileiro, que nos considera como um Estado de monarquia portuguesa, cuja política é exaltada, enquanto os nossos valores são reconhecidos como portugueses. [...] Considerando sempre o século XVI como um ponto de partida, a primeira atitude é própria de Ambrósio Fernandes Brandão e **Frei Vicente do Salvador**, já em princípios do século XVII [...]. (CANDIDO, 2005, p. 12, grifo do autor).

Contudo, diante de certa prodigalidade de escritos, Frei Vicente escreve uma obra que se diferencia em qualidade e intencionalidade dos demais autores que dissertaram sobre o Brasil, sendo, estes últimos, a maioria portugueses. Essa distinção faz com que o frade baiano se torne um pioneiro do movimento nativista que, segundo críticos literários pesquisados, e que apresentaremos na sequência deste trabalho, foi o germen do que mais tarde se

intensificou e tomou corpo em um movimento responsável por produzir uma literatura genuinamente nacional.

Embora tenha sido lido e citado, direta e indiretamente, desde a sua primeira versão manuscrita, por volta de 1630 (OLIVEIRA, 2008), o real interesse pela conservação e pesquisas historiográfica e literária da *História do Brasil* só emergiu a partir do final do século XIX. A obra surgiu na exposição de objetos raros do tempo colonial brasileiro, organizado pelo Instituto Geográfico e Histórico Brasileiro. (SALVADOR, 1965, notas preliminares). Ao defrontar-se com um texto de saliente envergadura para a história nacional, João Capistrano de Abreu, então responsável pela exposição, toma interesse pela obra e resolve pesquisá-la e lançá-la ao público. Desde então, o texto do frade baiano saiu do seu marasmo e passou a figurar nos debates e referências literárias daí para frente, até os dias atuais (SALVADOR, 1965, notas preliminares). Exemplos disso configuram-se nos debates acalorados entre Sílvio Romero e José Veríssimo, ainda no século XIX, a respeito da literariedade da *História do Brasil*, estendendo-se, igualmente, em razão do interesse dos autores românticos em buscar os textos coloniais como fonte de inspiração nacionalista, tais como José de Alencar e Gonçalves Dias, ou, ainda, diante da atitude dos modernistas, como Oswald de Andrade, Mário de Andrade, Raul Bopp, entre outros, em realizar uma releitura “antropofágica” dos nossos textos fundantes. Isso sem contar as pesquisas literárias de Antonio Candido, José Aderaldo Castello, Alfredo Bosi, Antonio Soares Amora, Afrânio Coutinho, Massaud Moisés, Arthur Motta, entre outros historiadores da literatura, que citam em seus manuais de literatura a *História do Brasil*, destacando seus aspectos literários ou debatendo sobre seu teor literário. Da mesma forma, reforçam este interesse suas 14 edições impressas, sendo a última no ano de 2010. Tudo isso evidencia sua importância para o cenário literário e editorial brasileiro.

Não obstante, todas as 14 edições citadas fazem afluir uma abordagem de cunho mais histórico da *História do Brasil*. Sua importância literária foi destacada, quase que exclusivamente, por via dos debates literários, de sua presença nos manuais de literatura, e da referência em algumas obras literárias de autores que se interessaram pela pesquisa das fontes textuais produzidas no Brasil, perseguindo-as desde as suas origens, nos tempos coloniais, conforme expusemos anteriormente. Porém, uma edição mais ocupada da análise pelo veio literário da obra e de sua contribuição para a literatura nacional, inexistente. É aqui, neste ponto-chave, que se encaixa a finalidade desta dissertação: de trazer ao ambiente de pesquisa uma edição focada no caráter literário da *História do Brasil*. A isso somam-se

também esforços de resgatar características biográficas de Frei Vicente e do contexto de sua obra, pois, no campo da história da literatura, história e literatura andam de mãos dadas.

Nesse sentido, a bibliografia pesquisada nos permitiu enxergar na *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador mais que um manual de História. Além do seu conteúdo nativista, esta obra possui uma variedade de textos que podem ser encarados pela óptica da estilística ou mesmo da ficção, conferindo uma riqueza de elementos textuais ímpares, diferenciando-se, assim, dos escritos-padrões da época, que se prestaram a apresentar, com acentuada rigidez metodológica, os tratados, as descrições e as histórias do novo continente. Como se perceberá pela sua leitura, a *História do Brasil* é uma obra aberta à transversalidade. É possível aproximar-se dela também a partir de diversos interesses exploratórios: da literatura, da linguística, da arqueologia, da antropologia, da sociologia, entre outros.

Mas, é claro, nosso interesse maior refere-se a promover um olhar à obra de Frei Vicente pela via literária, assim como o fizeram os renomados críticos da literatura que citamos anteriormente e que lhe devotaram importância. Consequentemente, uma percepção mais aberta e ampla sobre o que é literatura é de vital importância para o desenvolvimento deste trabalho. Percorrendo este caminho, tentaremos defender a hipótese da pertença da *História do Brasil* a uma estrutura linguística e uma mentalidade literária barrocas, traduzidas numa estilística rica e na apresentação de temáticas que se enraízam nesta escola literária do século XVII. Esta chave de leitura barroca será tratada na segunda parte desta pesquisa. Neste sentido, em seu prefácio à edição de 1918 da *História do Brasil*, Capistrano de Abreu (1965) afirma ser a obra de Frei Vicente do Salvador a primeira escrita em prosa da nossa literatura. Portanto, concluímos, já de forma prematura, e que será fundamentada no decorrer desta dissertação, em resposta à hipótese inicialmente levantada, que a *História do Brasil* é um texto que pode ser considerado como literatura brasileira.

Dessa forma, levantamos uma hipótese de fundamental importância para este trabalho: é a *História do Brasil* um texto que se pode considerar no rol das produções da literatura brasileira? Como já fora presumido e apontado antecipadamente no parágrafo anterior, é esta indagação que tentaremos fundamentar no decorrer desta pesquisa e, ao final, esperamos que o leitor possa confirmar positivamente o resultado desta hipótese.

A metodologia seguida neste trabalho foi a pesquisa bibliográfica, tendo por fundamento tanto a consulta aos textos das edições da *História do Brasil*, o que poderíamos considerar, com as devidas limitações, como fontes primárias, como também a pesquisa a partir de textos críticos sobre literatura e história. Isso se deve ao fato da nossa hipótese referir-se exclusivamente a um problema de ordem textual. A partir da busca e pesquisa por

publicações que se concatenassem com o objetivo desta pesquisa, foi elaborado um texto teórico que apresentamos na sequência desta introdução, correspondendo aos capítulos 1 e 2. Assim, produzimos uma argumentação que levou em conta o teste da pressuposição inicial, articulando textos da literatura e da história, assim como a comprovação das ideias tratadas com excertos da própria *História do Brasil*. Portanto, buscou-se empreender um diálogo entre alguns renomados críticos da literatura brasileira anteriormente citados e Frei Vicente do Salvador.

Em decorrência das razões apresentadas, esta dissertação estrutura-se em duas grandes partes, que se referem, respectivamente, aos capítulos 1 e 2 (parte 1), e uma atualização linguística da obra (parte 2), em que também apontaremos textos de teor literário e que corresponde ao capítulo 3. Isso se dá em razão desta dissertação corresponder à análise sob o prisma da literatura, diferentemente das outras edições e trabalhos sobre a *História do Brasil*, que possuem cunho histórico. Daí a importância desta nova proposta de estudo da obra.

Concebemos os capítulos 1 e 2 enquanto um texto crítico à obra de Frei Vicente, segmentando-se em três abordagens: 1º) uma biografia de Frei Vicente do Salvador, contextualizando-o em torno das principais ideias, ou das epistemologias do seu tempo e que exerceram influência em sua produção textual; 2º) a apresentação do itinerário das 14 edições impressas da *História do Brasil*, desde 1889 até 2014; e 3º) que intenciona uma articulação teórica da *História do Brasil* sob o horizonte da literatura brasileira e de sua aproximação em importância para este campo do conhecimento, em que são articulados textos de críticos e historiadores da literatura e excertos da obra de Frei Vicente do Salvador que demonstram características nacionalistas, estilísticas, ficcionais, entre outras.

No capítulo 3 realizaremos um duplo exercício, a saber, a transcrição da obra para um contexto linguístico mais atualizado e o apontamento de explicações de aspectos relevantes da *História do Brasil*, como forma paratextual de atualização em diversos aspectos, realizados por meio de notas de rodapé.

O trabalho finda com as considerações finais, em que se apontam os principais passos realizados para a construção de uma resposta satisfatória à hipótese que levantamos nesta introdução, além de apontamentos que nos permitem reconhecer se sua comprovação é possível ou não e, também, sugestão para outras abordagens de pesquisa e aprofundamento da obra. A respeito dos apontamentos presentes nas considerações finais, é importante destacar que eles não possuem um caráter estanque, ou seja, a pesquisa permanece aberta a novos acréscimos ou mesmo a refutações, principalmente por se tratar de um trabalho acadêmico.

Assim, novas possibilidades de pesquisa podem abrir-se diante desta que realizamos. Isto nos encoraja a continuar pesquisando. Espera-se que estimulem também a outros estudiosos.

Com isso, esperamos ter dado conta dos objetivos inicialmente propostos para esta pesquisa e de que as reflexões apontadas nas considerações finais possuam pertinência e importância para tais proposições.

Um outro componente desta pesquisa ainda merece destaque. São 24 anexos, que se referem a aspectos importantes da *História do Brasil*, mas que se ligam às outras duas partes da dissertação de forma secundária, porém, não menos importante. Os materiais inseridos nos anexos, embora não façam parte do corpo central desta pesquisa, possuem grande importância para a compreensão da obra analisada e do seu autor. Correspondem a acréscimos que ainda podem encaminhar o leitor para novas leituras e aprofundamentos de outros temas que emergirão da leitura, ou mesmo contextualizar melhor algumas temáticas tratadas nesta pesquisa.

Neste sentido, a opção por incluí-las em forma de anexo deu-se para não correr o risco de deslocar o foco fundamental da pesquisa, conservando uma linha de escrita que preservasse a clareza da demonstração dos resultados em relação ao problema levantado. Os anexos têm como parte central a apresentação das ilustrações das edições impressas da *História do Brasil* a que tivemos acesso. Mas também há material que se presta a esclarecimentos importantes e algumas curiosidades que auxiliam no fundamento teórico dessa dissertação. Vale ressaltar que se procurou selecionar apenas os materiais mais importantes relacionados a esta pesquisa.

É, ainda, importante destacar que foram utilizadas duas edições como fundamento para esta dissertação: 1) em relação ao segmento de discussão teórica e destaque de excertos da *História do Brasil*, optou-se pela edição de 1965, por questões linguísticas e por pouco diferenciar-se da edição de 1918, que também foi revisada por Capistrano de Abreu a partir de descobertas de novas fontes documentais sobre a obra; e 2) ao bloco que corresponde à atualização para as questões linguísticas mais atuais, tomamos por base a edição de 2008, revisada e reestruturada por Maria Lêda Oliveira, por se tratar de um texto recomposto a partir da análise historiográfica comparativa dos códices 49 e 24, além de outros textos dos séculos XVII e XVIII que citam literalmente partes significativas da *História do Brasil*, evidenciando-se como um escrito dos que mais se aproxima do original escrito por Frei Vicente, se comparada às edições impressas a que se teve acesso.



A partir deste momento, passaremos para a primeira parte do prefácio, em que apresentaremos uma breve biografia de Vicente Rodrigues Palha, mais tarde nominado como Frei Vicente do Salvador.

## 1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA OBRA E DO AUTOR

### 1.1 BIOGRAFIA DE FREI VICENTE DO SALVADOR

O Brasil dos séculos XVI e XVII não apresentou uma abundância na produção escrita. Foram poucos os autores que escreveram por este lado do mundo. Talvez o fato mais relevante para esta realidade tenha sido o desinteresse da metrópole portuguesa em considerar a relevância do Brasil para seu proveito, ressaltando uma política prioritária sobre as relações com o Oriente, mais especificamente a Índia (HOLANDA, 2000). Este aparente “abandono” das terras brasileiras por parte da coroa lusitana ocasionou como consequência direta, configurando-se não só em uma desorganização em relação à administração do território brasileiro, como também uma precariedade no diz respeito às estruturas básicas para a edificação dos espaços direcionados aos usos da comunidade que aqui se estabelecia, tais como escolas, vias públicas, estradas, mercados, entre outros, tal como é apontado pelo próprio Frei Vicente na *História do Brasil*:

Donde nasce também que nem um homem nesta terra é republico, nem zela ou trata do bem comum, senão cada um do bem particular. [...] Pois o que é fontes, pontes, caminhos e outras coisas públicas é uma piedade, porque, atendo-se uns aos outros, nenhum as faz, ainda que bebam água suja e se molhem ao passar dos rios ou se orvalhem pelos caminhos, e tudo isso vem de não tratarem do que há cá de ficar, senão do que hão de levar para o reino. [...] Estas são as razões por que alguns com muita propriedade dizem que não permanece o Brasil nem vai em crescimento. (SALVADOR, 1965, p. 59).

O apontamento acima, feito pelo frade, demonstra que muitos aspectos que percebemos atualmente em nosso país, como é o descaso da administração pública com as questões de interesse coletivo, já eram realidades nos tempos da colônia e, talvez, reforcem a composição de uma cultura que prioriza os interesses particulares. Portanto, além da leitura sobre o parâmetro literário, escopo no qual a *História do Brasil* sempre teve certo espaço, tal temática que aponta para a possibilidade de uma raiz cultural egocêntrica, assim como outras que são levantadas por Frei Vicente, atribuem à sua obra uma importância atual para a pesquisa.

Da mesma forma, esta precariedade que, como dissemos, resultou da desconsideração da importância do Brasil para os planos portugueses nas primeiras décadas da sua conquista, impactou diretamente na estratégia de ocupação do território recém-descoberto. Os europeus que vinham para cá, o faziam com objetivo de exploração imediata

das riquezas naturais, como observou Frei Vicente e, por isso, havia pouca atratividade para a constituição de colônias permanentes de habitação e povoamento do Brasil.

Em relação aos indígenas, habitantes autóctones brasileiros, igualmente, não ocorreram práticas que levassem em conta a sua relevância como personagens com o legítimo direito da terra ou mesmo de integração ao contexto político da metrópole, com a intencionalidade de lhes garantir as benesses de cidadãos, principalmente em razão da inexistência da visão de alteridade dos europeus desta época. Num primeiro momento, a releitura europeia sobre o indígena deu-se com base no exótico e no mítico, pois que, deslumbrado com a visão do ser humano diferente, o conquistador interpretou que havia chegado às portas do paraíso bíblico perdido, sendo o habitante brasileiro, e americano de forma geral, aquele personagem mitológico, descrito nas escrituras medievais, que habitaria nas fronteiras que precederiam o éden. (HOLANDA, 2000). Num segundo momento, passada a euforia da novidade, o indígena passa a ser visto como um ser inferior à condição humana e, portanto, passível de ser escravizado, ao mesmo tempo em que é tratado como um estorvo a ser combatido, em razão de inúmeras vezes rebelar-se de sua condição de escravo ou estabelecer alianças com outras nações europeias para combater os portugueses em território brasileiro (SOUZA, 1971).

Com uma baixa densidade populacional, falta de estruturas básicas, tais como a educação, e a desconsideração dos indígenas como membros efetivos de cidadania portuguesa, o Brasil passou a figurar em condição periférica em relação ao cenário mundial no século XVI e seguintes (OLIVEIRA, 2008). Portanto, pouco se produziu no que diz respeito a obras, artes, engenharias e outros conhecimentos de uma maneira genérica. A escassa produção escrita de que temos conhecimento deu-se por iniciativa e empenho particulares, através de pessoas que tiveram um acesso à educação no continente europeu, uma vez que a educação básica no Brasil era insatisfatória ou quase inexistente.

É neste contexto conturbado, marcado pelas conquistas do novo continente, e de um cenário que mesclava as épocas renascentista e moderna<sup>1</sup> que, aproximadamente entre os anos de 1564 e 1567<sup>2</sup>, nasce Vicente Rodrigues Palha, primeiro filho dos colonos portugueses João

---

<sup>1</sup> Frei Vicente do Salvador nasce e desenvolve sua obra imerso no contexto do barroco, mais especificamente o Barroco Ibérico, que será tratado de forma mais aprofundada no início do item 2.2 desta pesquisa. Portanto, para evitarmos a repetição, indicamos que o leitor passe ao item 2.2 para saber mais sobre esta tendência de época e, após isso, retome a leitura dos aspectos biográficos de Frei Vicente.

<sup>2</sup> Segundo Arthur Motta (1930, p. 383), consta uma certidão de nascimento de Frei Vicente do Salvador na Sé de Matoim, que data de 28/01/1567, em conformidade com o que indica Frei Antonio de Santa Maria Jaboatão, na sua obra *Novo Orbe Seraphico Brasileiro dos frades menores da província do Brasil*, tomo I, p. 105, da 2ª. Parte. Mas Capistrano de Abreu, nas “notas preliminares” da *História do Brasil*, indica que o próprio Frei

Rodrigues Palha e Mécia de Lemos. Vicente chegou a este mundo no pequeno e isolado vilarejo de Matoim, no recôncavo baiano, distante aproximadamente 30 quilômetros da cidade de Salvador. (WILLEKE, 1963).

João Rodrigues Palha, cerca de dois anos antes de se estabelecer no recôncavo baiano, já havia participado de uma tentativa de colonização frustrada em terras do Maranhão (WILLEKE, 1963). Por outro lado, sua mãe, Mécia de Lemos, já se encontrava no Brasil por volta do ano de 1556. Maria Lêda Oliveira evidencia os dados históricos dos progenitores de Vicente Rodrigues Palha e afirma que seu núcleo familiar ajudara na constituição do surgimento da cidade de Salvador:

[...] [Vicente do Salvador] Demonstrava ter, assim, uma ligação íntima com o Novo Mundo, não só por ter lá nascido, mas também por seus pais terem sido agentes ativos no surgimento da cidade cabeça da nova terra portuguesa: sua mãe já se encontrava no Brasil por volta de 1556, e seu pai lá havia desembarcado cerca de dois anos antes. Quer dizer, cinco anos depois da chegada do primeiro governador-geral do Brasil, as famílias materna e paterna de Frei Vicente do Salvador se encontravam presentes na nova terra, construindo raízes e laços de solidariedade com outras gentes que já estavam e que chegavam para formar a comunidade local. (OLIVEIRA, 2008, p. 16).

A família de Vicente Rodrigues Palha integrava a baixa nobreza da região que, embora não exercesse nenhuma influência em relação às políticas do reino, tinha sua importância no contexto político e social baiano e, conseqüentemente, atingia outros povoados do Brasil. Esta importância provinha, principalmente, por parte de Mécia de Lemos, em razão de alguns parentes possuírem cargos civis e eclesiásticos na cidade de Salvador. (OLIVEIRA, 2008).

Como exemplo, podemos citar o irmão de Mécia, Jorge de Pina, que exerceu o cargo de Cônego da Sé de Salvador, além de Chantre<sup>3</sup> e Mestre-Escola. Foi este seu tio que, futuramente, introduziu Vicente Palha no âmbito de convivência do influente bispo Dom Antônio Barreiros, além de ser um dos principais responsáveis por lhe proporcionar o aprofundamento da educação básica recebida em Matoim. A este respeito, salienta Frei Venâncio Willeke que: “Foi no torrão natal de Matoim que Vicente frequentou certamente a

---

Vicente confessou estar com 63 anos de idade quando terminara de redigir a *História do Brasil*, em 1627, o que condiciona a uma imprecisão na indicação da data exata de seu nascimento. (SALVADOR, 1965, nota preliminar, p. 38).

<sup>3</sup> O Chantre referia-se a um cargo eclesiástico, sendo ele o responsável pela parte litúrgica das Igrejas, com maior prioridade na parte da música. A função era exercida por um músico profissional. Porém, para assumir tal função, fazia-se necessário que tivesse destaque na sociedade a qual pertencia. Daí que o exercício do cargo de Chantre conferia prestígio e notoriedade ao seu ocupante, além do que, este poderia exercer influência em relação à administração dos bispos.

escola elementar do engenho, mantida pelo Padre Capelão da Casa Grande.” (WILLEKE, 1963, p. 296). Jorge de Pina, por contar com um cargo de importância na capital baiana, mais tarde levou Vicente Rodrigues Palha para morar consigo e conseguiu que o jovem tivesse acesso ao seminário dos padres Jesuítas, local em que pode frequentar o ensino básico e que lhe deu suporte para avançar nos estudos superiores. (SALVADOR, 1965, nota preliminar; OLIVEIRA, 2008). Ainda segundo Maria Lêda, nas escolas dos Jesuítas, em Salvador, “Vicente passou pelos dois cursos, o de Artes e o de Teologia Dogmática ou Especulativa, este só aberto aos alunos externos a partir de 1575.” (OLIVEIRA, 2008, p. 25).

Para continuar seus estudos formais, foi a Coimbra frequentar a faculdade de Direito e Teologia e também se doutorou em Cânones (Direito Canônico). Esta preparação foi possível, ao que parece, por razão do patrocínio do seu tio Jorge de Pina e do bispo Dom Antônio Barreiros, conforme aponta Oliveira (2008, p. 25): “[...] é provável ter sido através do bispo e do tio, o Chantre e Mestre-Escola Jorge de Pina, que conseguiu apoio, dir-se-á financeiro, para obter o grau de doutor na Universidade de Coimbra.” Percebe-se, dessa forma, que Vicente Rodrigues Palha possuía uma sólida formação acadêmica e intelectual.

Provavelmente, Vicente doutorou-se com a idade aproximada de vinte anos e, logo após titular-se, voltou à Bahia. Massaud Moisés afirma que o futuro frade franciscano voltou ao Brasil por volta do ano de 1587. Sobre isso, este crítico literário diz que: “Após os estudos com os jesuítas, rumo para Portugal, de onde regressa em 1587, formado *in utroque jure*, pela Universidade de Coimbra.” (MOISÉS, 2001, p. 147).

De regresso à Bahia foi ordenado padre pelo bispo Dom Antônio Barreiros, com quem continuou uma relação de proximidade, tanto que este lhe confiou os cargos de Cônego, Vigário-Geral e Governador do bispado<sup>4</sup> da Sé baiana, que exercera até o ano de 1599. (OLIVEIRA, 2008). Neste mesmo ano, no dia 27 de janeiro, ingressou na ordem de São Francisco de Assis, sendo admitido como noviço<sup>5</sup>. Um ano depois, no dia 30 de janeiro de

---

<sup>4</sup> Cônego, Vigário-Geral e Governador de bispado referem-se a nomenclaturas de cargos próprios da hierarquia da Igreja Católica, exercidos tanto em paróquias como na Sede de cada Diocese, sendo a Diocese uma instituição administrativa que engloba uma série de paróquias. A Diocese também pode ser denominada de Sé, sendo os dois vocábulos sinônimos.

<sup>5</sup> Designação dos seminaristas de Ordens e Congregações Religiosas Consagradas da Igreja Católica. A etapa do noviciado antecede a profissão dos votos religiosos de castidade, pobreza e obediência ao superior de determinada Ordem ou Congregação Religiosa. Diferentemente dos padres diocesanos, que submetem sua obediência somente aos bispos, os membros das Ordens e Congregações Religiosas Consagradas juram obediência a um superior específico, indicado, em forma de listra tríplice, por meio sufrágio dos seus integrantes consagrados, que é ratificado pela autoridade do Papa. Na Ordem Franciscana, tal superior recebe o nome de Custódio, porém, sendo distinto para outras Ordens e Congregações Religiosas, que possuem suas próprias nomenclaturas para cargos hierárquicos, tudo sendo aprovado por estatutos internos e autorizado pelo Vaticano.

1600, professou os votos religiosos e tornou-se frade franciscano, mudando seu nome para Frei Vicente do Salvador. (WILLEKE, 1963). Oliveira (2008), igualmente, discorre sobre sua passagem do clero secular para o ordenamento religioso. Segundo a autora,

Em 27 de janeiro de 1599, Vicente Rodrigues Palha tomou o hábito franciscano no convento de São Francisco na cidade de São Salvador, pelas mãos do então custódio Frei Brás de São Jerônimo. Um ano depois, em 30 de janeiro de 1600, professou a religião, tendo sido admitido pelo guardião, Frei Antônio da Ilha. Deixava para trás o nome de Vicente Rodrigues Palha e assumia o de Frei Vicente do Salvador [...]. (OLIVEIRA, 2008, p. 32).

Face à sua boa preparação educacional, sua sólida formação teológica e ao prestígio que assumira no meio clerical, em razão de sua passagem pela administração da Sé de Salvador, não demoraria muito para assumir também o protagonismo na custódia brasileira da Ordem Franciscana, como seu superior religioso, um fato não só inédito, como também inesperado para um consagrado nascido fora da metrópole. Primeiramente, entre 1603 e 1606, Frei Vicente foi “[...] professor de Artes no convento franciscano de Olinda.” (OLIVEIRA, 2008, p. 35). Após o ano de 1606, houve eleição do novo superior da Ordem para o Brasil, sendo eleito Frei Leonardo de Jesus, que transferiu Frei Vicente para o convento de Santo Antônio<sup>6</sup>, no centro do Rio de Janeiro. Segundo Maria Lêda (2008, p. 35), “[...] Frei Vicente foi indicado para dirigir as obras do futuro convento franciscano do Rio de Janeiro [...]. Em 1612 encontrava-se de volta à Bahia, tendo sido eleito guardião do convento de São Salvador.”

Embora dominasse pouco as línguas nativas brasileiras e a língua geral, instrumentos primordiais para o exercício missionário entre os indígenas, Frei Vicente arriscou alguns passos em relação à esta presença evangelizadora. Realizou algumas atividades missionárias, de caráter catequético, em regiões brasileiras em que os franciscanos possuíam obras. Arthur Motta fala que o frade franciscano atuou como missionário e catequista nos estados de Pernambuco, Paraíba e Rio de Janeiro, conforme se pode auferir:

[...] Depois de professar [os votos religiosos], foi mandado a Pernambuco de onde se transferiu para Parahyba, para servir como missionario na catechese dos índios.

---

<sup>6</sup> É possível conferir, no Anexo N, fotos e ilustrações da evolução do convento de Santo Antônio, desde sua primeira edificação no século XVII, até o estado em que se encontra nos dias atuais, no centro histórico da cidade do Rio de Janeiro. Ao que tudo indica, Frei Vicente foi um dos responsáveis por lançar a pedra fundamental desta construção e, também, por grande parte de suas primeiras edificações das quais, possivelmente, já não se encontram mais vestígios.

Achava-se, em 1608, no Rio de Janeiro, a dirigir as obras do convento de Sto. Antonio. No anno seguinte, em companhia do custodio, dirigiu-se a Olinda, afim de leccionar no collegio. [...] (MOTTA, 1930, p. 387).

Ainda sobre sua atividade missionária junto aos indígenas, Frei Venâncio Willeke (1963) informa que Frei Vicente esteve presente entre os Potiguares da Paraíba por volta do ano de 1603.

Se não se pode ao certo afirmar o grau de proficiência de Frei Vicente a respeito da língua geral, é possível dizer, com certeza, que era um homem de alta erudição, tanto em relação ao estudo pessoal e, conseqüentemente, ao conhecimento e domínio das teorias da época, quanto na sua capacidade de elaboração textual. Isso se comprova na complexidade da construção escrita da *História do Brasil*, sua principal obra, em que se articulam o estilo e a composição, além da intertextualidade com os principais críticos de sua era e da tessitura da *História*, em que permeia uma estrutura milimetricamente pensada para alcançar os objetivos políticos e o público leitor que almejava. (OLIVEIRA, 2008). Este último aspecto coloca Frei Vicente em evidência em relação a todos os outros escritores seiscentistas que produziram obras escritas em território brasileiro. Sua originalidade, mais do que nas ideias, está na forma ímpar com que articula elementos para a elaboração de uma história caracteristicamente brasileira.

Maria Lêda Oliveira (2008) destaca que Frei Vicente possuía profundos conhecimentos de cultura clássica e das línguas latina, espanhola e italiana. Este aspecto também é indicado por Capistrano de Abreu em suas notas preliminares à edição de 1918 da *História do Brasil*, quando afirma que o autor baiano “Era senhor da cultura da época, versado na literatura latina sagrada e profana, na literatura portuguesa, leitor de histórias, de viagens e poesias; sabia espanhol e provavelmente o italiano.” (SALVADOR, 1965, p. 38). Mais à frente, nas mesmas notas preliminares, Capistrano ainda afirma que o autor franciscano entendia muito de teologia, filosofia e da teoria jurídica. (SALVADOR, 1965). Aliás, foi em razão de seus conhecimentos em Direito Canônico que fora convocado para participar e auxiliar no “Tribunal de Relação”<sup>7</sup> instaurado no Brasil nos primeiros anos do século XVII. (OLIVEIRA, 2008).

---

<sup>7</sup> Segundo Isabele M. P. de Mello (2018, p. 88) “Os tribunais da Relação estabelecidos na América portuguesa eram instituições jurídicas formadas por desembargadores que julgavam as ações em segunda ou última instância, mesclando competências originárias e recursais, com jurisdição sobre várias comarcas.” Em 1609, foi estabelecido um Tribunal da Relação na Bahia, que retirou as decisões administrativas da cidade de Salvador das mãos do bispo, então Dom Antônio Barreiros, passando tal poder para as mãos da esfera civil.

A erudição de Frei Vicente é igualmente salientada por Arthur Motta (1930). Segundo o autor,

Deprehende-se da leitura da “*Historia do Brasil*”, a cultura revelada pelo escriptor. Conhecia Aristoteles, Plutarcho e Homero; muito versado era nos classicos latinos, profanos e sagrados, que elle cita com extrema facilidade e sempre com oportunidade; demonstra, a cada passo, erudição variada, sendo de notar o quanto se acercava da literatura portugueza, principalmente de Camões, João de Barros, Diogo de Couto, Damião de Góes e muitos outros. (MOTTA, 1930, p. 391, sic).

Tais indicações da capacidade de Frei Vicente de articular conhecimentos, demonstram que ele se insere e participa da dinâmica intelectual ditada pela sociedade letrada do século XVII, ou seja, de uma maquinaria necessária para estar presente no meio intelectual e ser certificado, lido e respeitado pelo meio erudito desta época, enfim, ter seu reconhecimento como autor. João Adolfo Hansen (2001) aponta que, neste período, com mais intensidade nos locais de domínio português, o autor não era confessado a partir de sua entidade empírica ou enquanto uma personalidade que escreve, como ocorre no século XIX, mas enquanto um tipo padronizado, fruto da articulação de prescrições e regras sociais e institucionais, e de pressupostos retóricos, que materializava a função do autor, como se pode perceber:

A autoria aparece, nos códices, não como realidade psico-lógica, mas como dispositivo discursivo. Ela decorre da aplicação de esquemas táticos, retóricos, pressupostos pela recepção contemporânea, ao menos pela recepção contemporânea letrada, que produzia e lia os manuscritos. No século XVII, ouvintes e leitores discretos também julgavam a arte com que as regras do dispositivo eram aplicadas, ao mesmo tempo que apreciavam a significação dos temas tratados. (HANSEN, 2001, p. 34, sic).

Assim, na sociedade do reino português do século XVII, e conseqüentemente nas colônias lusitanas, o reconhecimento da autoridade do escritor não era produto meramente de seus atributos pessoais, mas da posição na qual o sujeito encontra-se na hierarquia social e de sua capacidade de gerir uma série de diretrizes que o permitem circular no meio letrado, perfazendo um “[...] tipo social que atualiza na prática oratória uma formação comum rigidamente regrada como autoridades canônicas e retórico-dialéticas” (HANSEN, 2001, p. 34), prática esta bastante comum aos membros de comunidades religiosas, por estarem ao serviço do reino e da Igreja.

João Adolfo Hansen, ainda cita o exemplo do Padre Antônio Vieira, como tal autor característico do século XVII, que materializa sua autoridade textual por meio de sua



habilidade em articular padrões e participar das regras vigentes e intensificá-las, como se pode perceber:

Vieira é um letrado, no sentido de fazer parte da “gente de letras” de seu tempo, podendo-se dizer que **letrado é entendido mais como um caráter, ou um éthos, que propriamente como uma individuação autoral no sentido contemporâneo de “autor”** definido pela livre-concorrência. Em outras palavras, pelo termo letrado significa-se então um tipo **dotado de certas qualificações técnico-profissionais** que o situam na intersecção de uma forma de atividade religiosa ou econômica com outra, simbólica: é alguém que exercita as “letras” — entendidas genericamente, aqui, como as várias *auctoritates* do costume antigo recicladas na imitação, não em termos “literários” de autonomia estética, contemplação desinteressada, originalidade e direitos autorais — recebendo, com isso, certa qualificação produtiva (por exemplo, mestre de retórica) e, por vezes, certa distinção nobilitante (por exemplo, orador da Capela Real). (HANSEN, 2001, p. 44, grifo do autor, sic).

Este exemplo do Padre Vieira trazido por Hansen pode ser estendido aos escritores da época, tanto na metrópole quanto na colônia.

Assim, Frei Vicente do Salvador, como já explicitamos anteriormente, também transita neste meio e articula as regras vigentes à sua época, pois as conhece e é preparado nelas, desde sua infância, na formação que teve no seminário da Companhia de Jesus, na Bahia, e, mais tarde, na universidade eclesiástica da Metrópole, na qual se forma doutor em direito canônico.

Keli Cristina Pacheco (2007), ao comentar as afirmações de João Adolfo Hansen, cita que ele prefere utilizar o termo *auctoritas* para elucidar a autoria no século XVII, uma vez que este conceito reflete a necessidade de uma “[...] atividade alheia que ela legitime, ou seja, do exercício da *potestas*.” (PACHECO, 2007, p. 188). Essa legitimidade ocorre pela força dos atores da recepção dos textos, que faziam parte dos graus mais altos da hierarquia social do reino e da Igreja, e de suas instituições.

Nesta linha de percepção, fica evidente que, na *História do Brasil*, Frei Vicente lança mão dos dispositivos vigentes no século XVII para estabelecer um texto aceitável nos meios eruditos letrados, ambiente esse de grande influência na condução política do reino. Os traços da demonstração de sua erudição, mesmo que não anunciada abertamente, aparecem nas citações latinas, nos comentários dos filósofos clássicos e no debate com as teorias da época que estabelece nas entrelinhas de sua textualidade. Dessa forma, a partir das ideias tratadas por Pacheco (2007), percebemos que Frei Vicente engendra, com engenhosidade, a maquinaria textual de sua época para demonstrar erudição e, assim, encontrar lugar para que a sua *História* transitasse nos meios eruditos e fosse reconhecida, perfazendo, dessa forma, o seu objetivo de influenciar o reino a valorizar o território brasileiro como uma peça

importante no jogo do reconhecimento de Portugal como a grande potência entre as nações do século XVII. Vê-se neste aspecto, que sua erudição também estaria a serviço e seus ideais políticos. (OLIVEIRA, 2008).

Consequentemente, os resultados da demonstração deste trânsito nos âmbitos eruditos do século XVII, além do prestígio conquistado no meio eclesiástico por ocasião de ter exercido a função de vigário-geral da Sé de Salvador, iriam se sobressaltar. O Frei baiano seria requisitado para o exercício da função de superior dos franciscanos no Brasil. Retornando à Bahia após trabalhar no Rio de Janeiro, no dia 15 de fevereiro de 1614, foi eleito Custódio da província dos frades de São Francisco no Brasil (MOTTA, 1930), tornando-se o primeiro brasileiro a assumir um cargo de tão grande importância na ordem fundada por Francisco de Assis. Frei Venâncio Willeke, historiador e biógrafo de Frei Vicente, dá destaque a esta situação, por se tratar de algo inusitado no mundo eclesiástico daquela época, conforme se pode verificar: “[...] saindo pela primeira vez nomeado um franciscano brasileiro, durante os trinta anos de existência da Custódia.” (1963, p. 298).

Dessa forma, Frei Vicente do Salvador esteve à frente da província franciscana por quatro anos e, durante este tempo, foi incumbido pelo capítulo geral da ordem de fazer um compêndio sobre as atividades e a história dos franciscanos no Brasil. É desta época que surge sua primeira obra, intitulada “*Crônicas da Custódia do Brasil (1618)*”. Hoje não há vestígios completos dessa composição, apenas algumas partes que subjazem em citações de autores da época, tais como a do historiador Antônio de Santa Maria Jaboatão, além de outros historiadores do Reino, e também do próprio Frei Vicente que, em sua *História do Brasil*, traz trechos das *Crônicas*. Sobre este assunto, Oliveira afirma que,

Ao novo custódio do Brasil terá cabido, portanto, a recolha, a escrita e a apresentação de uma *Crônica da Custódia do Brasil* no capítulo provincial celebrado em Lisboa, no ano de 1618 – ou, senão de uma crônica propriamente dita, ao menos da recolha de notícias dos trabalhos de catequização e expansão da fé nas partes do Brasil. Terminado o triênio do exercício custodial. (OLIVEIRA, 2008, p. 37).

Durante muitos anos as *Crônicas* foram interpretadas como uma versão compilada da *História do Brasil*. Porém, pelas pesquisas historiográficas atuais, sabe-se que são duas empreitadas completamente distintas, embora haja referências das *Crônicas* na *História do Brasil*, em razão de Frei Vicente ter utilizado citações e excertos, em determinadas partes, de sua própria produção anterior. Sobre esta distinção das duas obras, Oliveira informa que:

[...] Além disso note-se que o autor do *Agiologio lusitano*, numa das informações, ainda salienta que se tratava de uma *Crônica da Custódia*, assinalando o ano de 1618 como sendo a data da obra, ou seja, aquele ano da celebração do capítulo geral ocorrido em Lisboa. Junte-se a estes dados a análise que será feita mais adiante sobre a cronologia da escrita da *Historia do Brasil* e ver-se-á que não se pode incorrer na argumentação que os dois trabalhos sejam uma só obra. A *Crônica da Custódia do Brasil* (c. 1618) é a primeira obra de Frei Vicente do Salvador, destinada a historiar o percurso da Ordem dos Frades Menores no Novo Mundo português e realizada durante o seu exercício custodial, muito diferente daquilo que iria desenvolver alguns anos mais tarde, como será possível verificar mais adiante. (OLIVEIRA, 2008, p. 40).

No ano de 1618, Frei Vicente embarca para Portugal para participar do Capítulo Geral da Ordem e leva consigo as *Crônicas*, que versavam sobre a vida dos franciscanos e suas atividades missionárias no Brasil, as quais deixa aos seus confrades. (MOTTA, 1930). Permanece na metrópole até o ano de 1621, quando retorna ao Brasil para exercer a função de guardião do convento de Salvador. (OLIVEIRA, 2008). Após uma breve estadia na capital baiana, voltou ao Rio de Janeiro, lugar em que permaneceu até 1624. Em maio deste ano, retornando à Bahia “[...] na embarcação dos jesuítas que vinha do Rio de Janeiro [...] foi apreendido pelos holandeses”. (OLIVEIRA, 2008, p. 40). Este fato foi narrado pelo próprio Frei Vicente na *História do Brasil*, no Livro V, capítulo 28. O frade historiador ficou refém dos holandeses, a bordo do navio, durante quatro meses, quando foi liberado para voltar à terra, contudo, permanecendo na condição de prisioneiro. (MOTTA, 1930). Sobre o tempo total em que permaneceu sob a tutela dos holandeses, não se tem informações precisas, porém, Frei Venâncio aponta a data da capitulação dos holandeses como sendo maio de 1625 e, conseqüentemente, supõe-se ser esta a época da libertação de Frei Vicente do Salvador (WILLEKE, 1963).

Por volta de 1625, Frei Vicente dá impulso definitivo à redação da *História do Brasil*, sua obra mais importante e mais impactante. Vale ressaltar que a *História* já estava sendo concebida e compilada desde sua ida a Portugal, em 1618. Em sua estadia na metrópole, Frei Vicente buscou patrocínio para uma futura impressão da obra. Assim, supõe-se que ele teria conhecido pessoalmente Manuel Severim de Faria, homem importante nas letras e Chantre da Sé de Évora. Inclusive, esperançoso da afirmativa do provável mecenas, Frei Vicente inicia a sua obra com uma dedicatória a Severim. Inicialmente, acreditava-se que, em sua ida a Portugal para participar do Capítulo Geral da ordem franciscana em 1618, Frei Vicente havia mantido contato com Manuel Severim e que este teria lhe encomendado um compêndio sobre as coisas do Brasil. Porém, não há registros que possam comprovar este fato (OLIVEIRA, 2008). Pelo que tudo indica, o contato de Frei Vicente com o Chantre de Évora deu-se por meio do Frei Cristóvão de Lisboa, irmão de Severim, que também era frade

franciscano no Brasil e que exercia o cargo de superior da ordem no Grão-Pará e no Maranhão. A este respeito, Oliveira escreve que:

[...] o laço entre o potencial mecenas e o autor parece ter sido estabelecido através de Frei Cristóvão de Lisboa; pelo menos é o que fica latente na carta, o que significa que mesmo que Frei Vicente do Salvador tivesse tido algum contato anteriormente com o chantre, não manteve relação tão estreita a ponto de pedir diretamente o seu apadrinhamento. (OLIVEIRA, 2008, p. 62).

Por outro lado, há historiadores da literatura brasileira que supõem que ele conheceu e manteve contato com o Chantre de Évora pessoalmente por ocasião de suas passagens pela metrópole<sup>8</sup>.

Ainda um outro ponto de vista é indicado pelo historiador franciscano Frei Venâncio Willeke, que argumenta que foram os próprios frades historiadores da ordem que o incentivaram a escrever uma história sobre a colônia portuguesa no Brasil e a presença dos franciscanos. Escreve Frei Venâncio:

[...] Tanto os confrades como historiadores animaram o ex-custódio a estender as pesquisas e a obra a, tôda a história da colônia. Foi assim que o franciscano brasileiro, ainda em Portugal, principiou os trabalhos preparatórios à sua **História do Brasil**, consultando autores que no Brasil dificilmente encontraria. (WILLEKE, 1963, p. 300).

Em razão do trabalho de pesquisa historiográfica realizado por Maria Lêda Oliveira, e também por ser o mais recente, optamos pelas suas indicações, o que não impossibilita um diálogo entre os vários argumentos citados nas obras dos autores brasileiros de compêndios de literatura. Da mesma forma, ressalvamos, como a própria Maria Lêda cita várias vezes em sua obra, que há necessidade de maior busca de documentação para afirmar categoricamente este e outros fatos da vida de Frei Vicente do Salvador. Ainda assim, supomos que as afirmações feitas aqui sobre o autor da *História* estão bem fundamentadas e merecem credibilidade.

O desfecho é que, em 1630, a primeira versão da *História do Brasil* já se encontrava pronta, conforme afirma Oliveira (2008, p. 44): “Em 1630, provável ano da finalização da sua *História do Brasil* e ano da invasão holandesa a Pernambuco, ele foi eleito novamente guardião do convento de São Salvador [...]”. Por outro lado, em conformidade com Frei Venâncio Willeke (1963), a primeira versão da *História do Brasil* foi concluída pelo frade baiano em 20 de dezembro de 1627. Entretanto, como já falamos anteriormente, preferimos

---

<sup>8</sup> A respeito deste assunto, conferir as obras de Afrânio Coutinho, Alfredo Bosi, Antonio Candido, Antônio Soares Amora, Arthur Motta, José Aderaldo Castello, Massaud Moisés e Nelson Werneck Sodré.

acompanhar a conclusão de Maria Lêda de Oliveira (2008) em razão de demonstrar uma pesquisa mais aprofundada e por ter tido acesso e comparado maior número de documentos historiográficos da época, em relação às pesquisas de Frei Venâncio e de Capistrano de Abreu.

Enfim, apesar de todas as expectativas de Frei Vicente do Salvador, a *História do Brasil* não foi impressa, desconhecendo-se as razões da frustração desse projeto até os dias atuais. As investidas de Frei Vicente com seu possível mecenas não lograram êxito. Permaneceram para a posteridade apenas cópias manuscritas, algumas que circularam no Brasil e outras que foram parar no reino, das quais, até o presente momento, tem-se conhecimento de apenas duas delas, identificadas como códices 24 e 49, sendo que todas as cópias disponíveis são oriundas desses manuscritos conservados em bibliotecas de Portugal. (OLIVEIRA, 2008).

Em relação à postura de Severim de Faria sobre esquivar-se da impressão da *História*, vale aqui fazer duas ressalvas importantes. A primeira, no que tange à dedicatória, vê-se que ela foi endereçada à Severim de Faria, membro importante da sociedade portuguesa do século XVII e que seria o patrono da impressão. Essa prática era comum no meio dos autores seiscentistas, tendo por finalidade conseguirem que suas obras circulassem no mercado de livros. A segunda diz respeito à censura, pois, ainda que a *História do Brasil* não tenha formalmente passado por algum órgão censitário, é muito provável que isso tenha ocorrido no âmbito privado do próprio Severim de Faria que, talvez, pelo seu teor, principalmente pela incitação na alteração da Capital de Portugal para o Brasil, além de outras implicações políticas, tenham causado algum receio ao seu patrono em indispor-se com pessoas influentes da corte portuguesa. Ainda assim, “[...] não são claros os motivos para que a obra não tenha sido publicada em Portugal por Severim de Faria”. (VIEIRA, 2016).<sup>9</sup>

É importante ressaltar, ainda, que Frei Vicente foi um personagem importante de seu tempo e de seu contexto social, tanto pela produção escrita quanto pelos trabalhos que efetivou na colônia portuguesa. A respeito do prestígio e destaque da figura do frade baiano no Brasil seiscentista, Maria Lêda de Oliveira destaca que:

A esta altura da sua vida [1630], Frei Vicente do Salvador já era um religioso de prestígio, tinha exercido quase todas os cargos importantes dentro da Ordem – e, antes disso, também tinha exercido atividades relevantes dentro do clero secular no Brasil. Havia, da mesma forma, deixado a sua marca como escritor dentro do mundo

---

<sup>9</sup> A respeito da dedicatória e dos órgãos de censura ainda vigentes no século XVII em Portugal, indicamos a leitura da nota de rodapé nº 27, em que discorreremos de maneira mais aprofundada sobre o assunto.

seráfico e concluído uma obra que acreditava ser de grande utilidade para o governo português, já que as histórias eram mestras da vida – da vida política, registre-se. [...] Note-se que ele não tinha passado pela vida sem marcar seus passos por onde caminhou e prestou serviços. Poderia, é certo, não ter sido um letrado brilhante que tivesse marcado em definitivo a pensabilidade coeva da vastidão do mundo português; porém o era dentro de seu mundo periférico, miúdo, mas que já tinha *sinais da grandeza em que cada dia se vai pondo* – recordando as palavras de Ambrósio Fernandes Brandão nos seus *Diálogos das Grandezas do Brasil* (1618); ele havia adquirido prestígio ainda em vida, senão como letrado, ao menos como dignidade religiosa. (OLIVEIRA, 2008, p. 44).

Portanto, em 1630 Frei Vicente do Salvador foi eleito Guardião da Bahia pela terceira vez, permanecendo no cargo entre 1630 e 1633. Viveu na capital baiana provavelmente até a sua morte. Faleceu entre 1636 e 1639, no convento franciscano de Salvador, por volta dos 72 ou 75 anos de idade, não se sabendo precisar isto ao certo. (WILLEKE, 1963; OLIVEIRA, 2008). Arthur Motta afirma que o falecimento de Frei Vicente aconteceu “[...] com mais de 70 anos de idade, sendo sepultado no convento [...]” (MOTTA, 1930, p. 388, sic).

Finalizamos, assim, esta breve exposição biográfica de Frei Vicente, que teve por finalidades apresentá-lo ao público leitor, em razão de ser um autor pouco conhecido de uma maneira geral e, também, situá-lo em sua época, evidenciando as epistemologias, o contexto e os acontecimentos que o influenciaram para a composição da *História do Brasil*. Dito isso, passaremos a outra questão bastante fundamental para este trabalho que é apresentar o itinerário editorial pelo qual percorreu a *História* após a descoberta de seu primeiro manuscrito no Brasil. É o que faremos no tópico seguinte.

## 1.2 O ITINERÁRIO DA ESCRITA E EDIÇÕES DA “HISTÓRIA DO BRASIL”

“Imaginemos que a História de Frei Vicente, em vez de ficar enterrada e perdida tantos anos, viesse logo à luz; as conseqüências podiam ter sido consideráveis: serviria de modelo.” (SALVADOR, 1918, p. XX.<sup>10</sup> Com tais palavras Capistrano de Abreu fecha as notas preliminares da edição de 1918 da *História do Brasil*, deixando entender que a obra de Frei Vicente permaneceu desconhecida, escondida ou escassamente utilizada até sua descoberta e

---

<sup>10</sup> Esta citação de João Capistrano de Abreu encontra-se na sua “Nota Preliminar” à segunda edição (de 1918) da obra *História do Brasil: 1500 – 1627*, de Frei Vicente do Salvador. Nesta segunda edição há alteração do título, visto que no original (primeira edição de 1889) as datas 1500-1627 não constam, pois que também não existem nos manuscritos originais que se conservaram. Oliveira (2008, p. 49) destaca: “Na verdade o texto intitulado *História do Brasil, 1500-1627* que hoje circula no Brasil não existe como tal. Ele é uma *invenção* do editor, sem os devidos esclarecimentos pelas opções tomadas. Que pese o trabalho e a dedicação de Venâncio Willeke em elaborar uma boa edição da obra de seu confrade, mas a atual *História do Brasil, 1500-1627* não substitui as edições organizadas por Capistrano de Abreu.”

impressão pela Biblioteca Nacional, após o ano de 1881. Porém, após as pesquisas de Maria Lêda Oliveira sobre a *História do Brasil*, e posterior publicação de seu trabalho em 2008, sabe-se que obra do frade baiano foi amplamente consultada e utilizada como fonte de referência pelos letrados que viveram no Brasil no século XVII e seguintes, e também por intelectuais e historiadores da metrópole já nos anos posteriores da sua conclusão. A sua utilização deu-se tanto por meio do contato direto com o texto como por via indireta, ou seja, pela oralidade.

A respeito dessa utilização da *História*, afirma Maria Lêda Oliveira que,

A *Historia do Brazil* de Frei Vicente do Salvador teve impacto entre seus utilizadores, até porque desde muito cedo iniciou um percurso que demonstra a sua grande difusão entre os letrados, tanto entre os escritores que viviam na colônia, quanto entre a camada culta do Reino. (OLIVEIRA, 2008, p. 12).

E mais, o interesse pela obra de Frei Vicente foi tamanho que suas cópias se multiplicaram, em forma de manuscritos, fazendo com que passasse por um complexo processo de reescrita e, naturalmente, sofrendo acréscimos e alterações, entre outros procedimentos, o que não nos permite afirmar com exatidão o quanto os volumes que chegaram até hoje estão próximos daquela edição escrita originalmente, e finalizada em 1627, pelo frade baiano. (OLIVEIRA, 2008). Inclusive, é bastante provável que, logo após sua conclusão, o próprio Frei Vicente tenha alterado o texto original, acrescentando informações, modificando o estilo de parágrafos ou até mesmo refazendo a organização dos capítulos (SALVADOR, 1965, notas preliminares).

Portanto, ao que tudo indica, a *História do Brasil* foi bastante conhecida e utilizada, como também sua circulação foi ampla, levando-se em conta os padrões da época e o contexto de acesso a obras escritas no Brasil. A pesquisa historiográfica e textual de obras produzidas posteriormente ao século XVII confirmam a inclusão nelas de partes da *História*. Neste sentido, afirma Oliveira (2008) que:

Existem outros casos semelhantes a este acima citado que são reproduções, com detalhes diferentes da *Historia do Brazil* de Frei Vicente do Salvador. Frise-se, portanto, que os escritores posteriores a Frei Vicente conheceram, de maneira geral, a *Historia do Brazil*. Isto parece ser inquestionável. (OLIVEIRA, 2008, p. 25).

É de se estranhar que historiadores da ordem de São Francisco não tenham citado em suas crônicas nem a *História do Brasil*, nem o seu autor, inclusive porque Frei Vicente teve grande relevância como escritor brasileiro e franciscano. Ao que tudo indica, este processo de

ocultação da *História* deu-se em razão de seu acentuado teor político a favor do Brasil e em detrimento da metrópole, no que tange à sua proposição sobre a importância e centralidade da colônia para a restauração do reino enquanto potência mundial.

Outro fato que implica neste apagamento do nome de Frei Vicente nos anais dos escritores da ordem seráfica, dá-se pela razão de que ele alinhou-se mais ao discurso e à mentalidade da Companhia de Jesus, de quem recebeu sua formação de base, do que ao discurso franciscano sobre a colônia e, também, em razão dos jesuítas terem sido o principal fundamento de propagação da contrarreforma, mentalidade esta que subjaz em suas produções textuais. Por estas duas razões, muito provavelmente, houve a tentativa de não expor as obras do Frei baiano, principalmente pelo fato do turbilhão político enfrentado pela Companhia de Jesus no ano de 1759 e futuros, ocasionando, inclusive, sua expulsão das terras do Reino, seja na metrópole seja nas colônias. Com esta postura, enxergando o que estava acontecendo à sua Ordem irmã, os franciscanos podem ter agido no intuito de não se vincularem em nenhum aspecto à corrente de pensamento e ação defendida pelos jesuítas e, assim, não sofressem as mesmas consequências da Ordem de Santo Inácio. Essa hipótese é defendida por Maria Lêda Oliveira, conforme podemos observar:

As pegadas franciscanas na obra existem, é um dado. Entretanto, sua memória como escritor e letrado dentro da Ordem é quase um espectro. A sua *Historia* não foi mencionada por nenhum seráfico e nem sequer citaram a existência da sua *Crônica*, apesar de esta historiar os passos da sua família religiosa no Brasil. É entretanto de se estranhar este silêncio dentro da própria Ordem em relação à *Crônica* e à *Historia do Brasil*, principalmente no século XVIII, pois aí, depois da expulsão dos jesuítas, houve uma tentativa franciscana de querer recuperar a imagem da Ordem e em particular a qualidade intelectual dos seus religiosos, acentuando os funestos estragos literários causados pela Companhia de Jesus. É de se estranhar, em parte, porque seus confrades possivelmente percebiam e sabiam distinguir o projeto político da *Historia* de Frei Vicente, viam provavelmente a sua posição a favor da Companhia e das suas práticas missionárias e religiosas. Viram nele, quiçá, o contrário daquilo verificado na pessoa do Frei Marcos de Lisboa, apesar das diferenças de trajetórias individuais de cada um. Note-se ainda que em outras relações de escritores franciscanos, anteriores à expulsão dos jesuítas, Vicente e os seus trabalhos também não são mencionados. [...]. (OLIVEIRA, 2008, p. 46).

Maria Lêda aponta esses “estranhamentos” para reforçar que é um tanto equivocada a sensação que se tem da *História do Brasil*, de que ela passou por mais de dois séculos desconhecida, emergindo ao público somente na exposição de objetos raros do período colonial brasileiro realizada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) no final do século XIX. Como já se disse anteriormente, a *História* foi bastante difundida e, portanto, conhecida, utilizada e citada por autores nos séculos posteriores de sua conclusão. (OLIVEIRA, 2008). Assim, sobre este assunto, conclui Maria Lêda que,



[...] o fato de não ter sido citado aí [historiografia da Ordem franciscana] e nem aparecer em listagens de bibliotecas religiosas ou leigas não significa que esteve confinado ao total esquecimento. Alguns autores leram e citaram a *Historia do Brazil*, às vezes de maneira transversal, sem ao menos saberem a autoria do escrito. Afinal, seu projeto para o Império português viria a ter uma continuidade marcante no pensamento político da cultura pós-Restauração. (OLIVEIRA, 2008, p. 46-47).

A partir disso, é possível afirmar, então, que a *História do Brasil* foi uma obra de relevância no contexto colonial e posterior. Contudo, tanto o seu texto original, ou versões originais melhoradas alteradas pelo próprio Frei Vicente, quanto os manuscritos posteriores que circularam pelas camadas letradas do Brasil e da Europa, perderam-se. Até o momento, supõe-se que haja outros manuscritos da obra, porém não se encontrou nenhum vestígio deles. Fato é que circularam grandemente após a produção da primeira versão.

Dos manuscritos que circularam desde o século XVII até suas duas primeiras impressões, respectivamente no ano de 1889 e 1918, apenas duas versões subsistiram para a posteridade e tornaram-se as bases para essas publicações. Ambas permaneceram guardadas nos arquivos oficiais de Portugal e algumas cópias foram cedidas aos pesquisadores brasileiros para as edições citadas. Estes manuscritos são identificadas como códice 49, que foi a base para a edição de 1889, e como códice 24, intitulado “*Addiçoens, E emendas*”, que foi utilizada para a revisão da versão impressa de 1889, dando origem à edição de 1918, ambas capitaneadas por João Capistrano de Abreu. Todas as edições posteriores correspondem a impressões atualizadas da edição de 1918. Em razão da *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador persistir, como a conhecemos hoje, apenas por meio dos dois códices citados, acreditamos ser interessante uma breve explicação sobre eles.

Ambos os códices circularam por bibliotecas não públicas em Portugal, seja em coleções particulares, seja em instituições franciscanas. A este respeito, Maria Lêda afirma que:

[...] Das notícias existentes sobre os testemunhos da obra que circularam no Reino, sabe-se que um exemplar estaria com Frei Agostinho de Santa Maria, um outro nas mãos dos Severins – mais precisamente aquele utilizado pelo sobrinho do Frei Cristóvão de Lisboa, Gaspar de Faria Severim – e, por último, a cópia da Biblioteca das Necessidades, antigo convento dos Oratorianos, que é o testemunho mais completo que chegou até os dias atuais, conhecido como códice 49. O que perfaz um total de três testemunhos conhecidos, muito embora, como já foi visto, todos possuíssem uma ordenação dos capítulos um tanto quanto dissemelhantes. É possível indicar mais cópias manuscritas que circularam entre os letrados portugueses a partir do denominado códice 24. Note-se que a quantidade de cópias manuscritas da *Historia* é importante na medida em que também ajuda a perceber a recepção, pois ninguém tira uma cópia sem ter intenção de a ler e de usar as informações. (OLIVEIRA, 2008, p. 27).

Com a impressão da *História do Brasil*, em 1889, a obra ganhou ampla divulgação e passou a figurar nos interesses dos críticos da história e da literatura, principalmente no Brasil. (OLIVEIRA, 2008). O texto que fundou esta primeira edição deu-se a partir da mescla entre o códice 49 e a cópia-junção que contava com partes do códice 24, porém, ainda não se sabia o paradeiro original deste último, conforme explica Maria Lêda:

A cópia que dera entrada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, doada pelo livreiro alfarrabista João Martins Ribeiro, era aquela mandada tirar por João Francisco Lisboa, ou seja, era uma cópia-junção dos dois códices encontrados, o códice 24 e o códice 49. (OLIVEIRA, 2008, p. 34).

Mais especificamente sobre o códice 24, seu trajeto histórico e sua composição, não se sabe como foi parar na Torre do Tombo, talvez em consequência da apropriação do espólio de alguma casa religiosa, podendo ter sido copiado por várias pessoas diferentes, e indicar, em razão de sua estrutura formal, a existência de várias outras cópias que, contudo, nunca foram encontradas. Sobre isso, Maria Lêda Oliveira argumenta que:

Ao todo, o códice 24 possui oito cadernos, costurados certamente *a posteriori*, e cujos fólios estão numerados de 1 a 77 [...]. A proveniência do códice é incerta, possivelmente oriunda de algum espólio religioso ou particular, mas que foi parar na Torre do Tombo em época também incerta e incorporado à coleção Manuscritos do Brasil. Sua estrutura interna permite pensar na possibilidade deste códice ter sido escrito por mãos diversas. Seria necessário um estudo paleográfico mais circunstanciado e, quem sabe, também de crítica textual, para se chegar a conclusões definitivas sobre o número de escribas o códice. Convém, no entanto, fazer algumas observações sobre o denominado códice 24, se não para esclarecer questões relativas à crítica ao documento, ao menos para indicar o seu papel no que toca à recepção da *Historia do Brazil*. De fato, a sua estrutura formal indica que existiam várias outras cópias manuscritas da obra de Frei Vicente do Salvador a circular, seja pelas bibliotecas dos conventos, seja pelas mãos de alguns particulares. (OLIVEIRA, 2008, p. 27).

A aparição do manuscrito de João Martins Ribeiro (códice 49 mais a cópia-junção) ocorreu durante uma exposição de documentos raros da era colonial brasileira, realizada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), conforme diversas doações de colecionadores particulares de todo o Brasil. Esta cópia emergente na exposição fora transcrita à mão por volta de 1850, por uma comissão específica presidida por Gonçalves Dias e João Francisco Lisboa. Sabe-se que essa versão que chegou às mãos dos copistas era provinda da biblioteca particular do historiador Adolfo de Varnhagen que, em 1839, noticiou sua existência “[...] num estudo que fez sobre o *Tratado* de Gabriel Soares de Sousa,

intitulado “*Reflexões críticas sobre o escripto do século XVI impresso com o título de Notícias do Brasil.*” (OLIVEIRA, 2008, p. 30).

Contudo, o manuscrito não pode ser impresso logo de imediato. Ele estava incompleto. Outro problema é que Varnhagen não indicara, no seu artigo, em que lugar havia conseguido o exemplar. Portanto, iniciaram-se, sob a responsabilidade de Capistrano de Abreu, novas pesquisas para localizar a fonte do manuscrito que o Visconde de Porto Seguro anunciara. Alguns anos mais tarde, a *História do Brasil*, agora mais completa em razão dos esforços de pesquisa e dos contatos de Capistrano de Abreu, já estaria apta para impressão, mesmo que ainda contasse com algumas partes faltantes e da incerteza de que esta versão se aproximaria daquela primeira escrita por Frei Vicente do Salvador, por volta do ano de 1627. Vale ressaltar que, “[...] Em 1889, quando Capistrano de Abreu editou a obra completa de Frei Vicente do Salvador, já havia identificado a proveniência do códice encontrado por F. A. De Varnhagen [...]”. (OLIVEIRA, 2008, p. 33).

Um percalço relevante nesta tentativa de publicação por Capistrano de Abreu é que a *História* não pode ser impressa logo ao ser descoberta, também devido a uma proibição expressa pelos conselheiros da Biblioteca Nacional. Posteriormente, com autorização de Francisco Belisário, então conselheiro da fazenda, foi aprovada a impressão de vários manuscritos históricos. (SALVADOR, 1965, nota preliminar). Porém, como ocorrido anteriormente, uma segunda tentativa de impressão da obra fracassou. Segundo Capistrano de Abreu (SALVADOR, 1965, nota preliminar), necessitou-se recorrer à Torre do Tombo de Portugal, na pessoa de seu representante Lino de Assumpção, para conseguir outra cópia e proceder dela a impressão, em 1886. Mesmo nessa investida, imprimiu-se apenas algumas partes da obra. Finalmente, em 1889, a Biblioteca Nacional resolveu definitivamente imprimir a versão “completa” que tinha em seu poder, no volume 13 dos seus “Annaes”. (SALVADOR, 1965, nota preliminar).

Fato interessante desta primeira edição impressa da *História do Brasil*, é que Capistrano de Abreu continuou, não somente com os estudos da *História*, mas também cultivou o ímpeto em busca do códice 24, ainda em parceria com seu amigo e correspondente Lino de Assumpção, que vivia na Europa e realizava as buscas para o amigo brasileiro. Parece, porém, que sua busca pelo códice 24 não logrou êxito, permanecendo a sua referência nas edições apenas pela via da cópia-junção.

Contudo, em 1917, estando Capistrano de Abreu no Rio de Janeiro, resolveu empreender uma nova edição impressa, tendo por base os resultados de sua pesquisa posterior à edição de 1889. As principais diferenças desta segunda edição em relação à primeira são o

acréscimo da data “1500 – 1627” ao título, a reescrita das notas preliminares e a inclusão de notas introdutórias para cada livro, que Capistrano intitula de “prolegômenos”. Sobre este processo das intenções de Capistrano de Abreu, Maria Lêda cita que:

[...] Para tanto, elaborou um plano de trabalho diferenciado daquele anterior, pois como já não era mais *marinheiro de primeira viagem*, como diz a João Lúcio de Azevedo, deixava de lado as notas, passando, assim, cada livro a ter uma introdução, os prolegômenos, onde pretendia estudar as fontes do autor e indicar os comentários originais acerca das temáticas tratadas na *Historia*, a fim de auxiliar *quem quiser aprofundar o assunto*. (OLIVEIRA, 2008, p. 45).

Capistrano de Abreu veria seu novo trabalho, a segunda edição da *História do Brasil*, impressa em junho de 1918. Todas as edições posteriores terão por modelo esta última versão impressa, de 1918, apenas com acréscimos de comentários, revisões textuais e algumas ilustrações. Porém, duas edições futuras merecem destaque devido a algumas diferenças com a de 1918.

A primeira é a edição de 1965, revisada e comentada por Frei Venâncio Willeke, historiador da Ordem de São Francisco, que adiciona comentários e notas provindos de pesquisas realizadas por este historiador. Entretanto, segue o mesmo texto da segunda edição, apenas atualizando-o, trazendo-o para um português mais apropriado e atualizado à década em que se fez a impressão.

A segunda, que merece destaque, é a edição de Maria Lêda Oliveira, de 2008, que realiza um intenso trabalho de pesquisa e detalhamento sobre a *História do Brasil* e Frei Vicente de Salvador, abordando o contexto e a intencionalidade da escrita da obra e articulando elementos históricos relevantes para a sua composição, tornando-se, assim, uma interessante referência para as pesquisas do frade baiano, em razão da qualidade e da seriedade das suas conclusões. A respeito do texto, Maria Lêda Oliveira utiliza-se da versão do códice 49, a que deu origem à primeira impressão da obra, retornando ao texto da edição de 1889, retirando a data “1500-1627” e deixando apenas *História do Brasil*, conforme realizado por Capistrano de Abreu na primeira edição impressa.<sup>11</sup>

A respeito das revisões e comentários da *História do Brasil* em seu itinerário editorial, alguns nomes aparecem como destaque, como é o caso de João Capistrano de Abreu, Rodolpho Garcia, Teixeira de Mello, M. Said Ali, Aureliano Leite, Frei Venâncio

---

<sup>11</sup> O texto da *História do Brasil* trazido por Maria Lêda Oliveira (2008) refere-se à uma edição fac-similar. Optamos por este texto para realizar a atualização linguística que se encontra no capítulo 3 desta dissertação, por tratar-se de uma versão possivelmente mais próxima daquele manuscrito original escrito por Frei Vicente do Salvador, no ano de 1627.

Willeke e Maria Lêda Oliveira. As alterações desses revisores dão-se tanto no âmbito de complementos históricos, apresentações das novas edições, reorganização estrutural, acréscimos de paratextos e, principalmente, atualizações de linguagem.

Sobre as edições impressas, a obra de Frei Vicente do Salvador divide-se em cinco livros, com distinções entre os capítulos, caso tomemos por base a cópia-junção ou o códice 49. Porém, de forma geral, a estrutura dos dois manuscritos é bastante similar e nos possibilitam identificar uma unidade textual geral da *História do Brasil*. Para ambos, a obra inicia-se com uma dedicatória à Manuel Severim de Faria, havendo outros elementos ao longo do texto, distintos para cada edição, além de tópicos próprios. As características particulares dessas edições serão tratadas na sequência, sendo apresentadas de forma detalhada.

As temáticas dos cinco livros é percebida em conformidade com o que explica Capistrano de Abreu, nas “Notas Preliminares” da *História do Brasil*:

O primeiro livro descreve a terra qual a defrontaram os descobridores; o segundo abarca por ordem geográfica o período dos donatários; o terceiro termina com a perda da independência de Portugal; o quarto começa com os socorros prestados pelos espanhóis logo depois de Filipe Segundo ter reunido as duas coroas, e termina no govêrno de D. Diogo de Menezes, em que se preparou a grande avançada para o Norte; com êste avanço realizado sob Gaspar de Sousa começa o quinto, que por não estar completo ficou quase todo limitado à guerra holandesa, que sobreveio. (SALVADOR, 1965, p. 39.)

É importante, ainda, evidenciar dois fatos sobre a escrita da *História do Brasil*. O primeiro deles diz respeito à indicação pelo próprio Frei Vicente do Salvador de que, ao exemplar da *História do Brasil* produzida em prosa, acompanhou outra em verso, elaborada por um amigo anônimo, que na verdade parece ter sido o próprio Frei Vicente (SALVADOR, 1965, nota preliminar). Entretanto, não se tem conhecimento sobre o paradeiro dessa obra em verso ou mesmo se ela realmente existiu. A segunda curiosidade faz referência às anotações escritas à mão que constam à margem de certos capítulos, identificadas no códice 49, que foi encontrado na Torre do Tombo, em Portugal. São notas em lápis e outros complementos no corpo de determinados capítulos. Isso demonstra que, aos manuscritos anteriores, diversos copistas foram acrescentando informações à *História do Brasil* e, muito possivelmente, realizando novas versões de textos internos da obra. (SALVADOR, 1965, nota preliminar).

Sobre a estrutura dos códices, o 49 possui 425 páginas e é composto em carneira e forragens, do tamanho 410 X 275 mm. A cópia-junção, que se supõe ser uma versão que se aproxime muito do código 24, contém adições e emendas ao códice 49, e tem o tamanho de

300 X 207 mm e foi encadernada em pergaminho próprio do século XVII, contendo 139 páginas. (SALVADOR, 1965, nota preliminar).

Ainda a título de esclarecimento, vale ressaltar que esta pesquisa trata de dez edições da *História do Brasil*, que traduz o empenho na busca de exemplares. Em pesquisa preliminar, foram mapeadas quinze edições, porém, em contato com as fontes de divulgação desses volumes (editoras, sites de venda, livrarias e bibliotecas), evidenciou-se a hipótese de algumas não existirem, como são os casos das edições de 2003, 2006, 2007, 2009 e 2011. Para o esclarecimento desta imprecisão, será necessário um levantamento futuro que se mostre mais detalhado e sistemático. Por essa razão, a presente pesquisa fundamenta-se nas dez edições a que se teve acesso: 1889, 1918, 1931, 1954, 1965, 1975, 1982, 2008, 2010 e 2014.

Antes de passarmos às abordagens de cada edição impressa da *História do Brasil*, faremos uma breve explanação da estrutura da obra, sua divisão por livros e capítulos e as temáticas centrais de cada uma das suas partes.

### 1.2.1 A estrutura da *História do Brasil*: divisões em livros e capítulos e sua distribuição temática

Segundo Maria Lêda Oliveira, a *História do Brasil* articula-se a partir do eixo político, sob elementos que orbitam entre o tratamento do Estado e da Guerra, da utilidade da História para o exercício governamental e a importância vital do Brasil para o império português. (OLIVEIRA, 2008). A partir desta matriz estrutural, enxerga-se a *História do Brasil* a partir de uma dupla divisão metodológica, ou seja, de dois grandes blocos. Nesse sentido, Maria Lêda aponta que “A obra, do ponto de vista metodológico, divide-se em duas partes, e isto parece ser bastante evidente.” (OLIVEIRA, 2008, p. 91).

O primeiro bloco, ou primeira parte, corresponde aos dois livros iniciais, tratando neles o Frei baiano das coisas que eram próprias do Brasil, de como viviam seus habitantes, sua fauna, sua flora, suas particularidades geográficas, entre outras questões mais gerais e mais explanatórias. Segundo Maria Lêda:

A primeira refere-se aos dois primeiros livros, nos quais o autor faz uma abordagem geral das coisas do Brasil. Os livros primeiro e segundo servem para orientar o leitor em relação ao espaço, à inserção da geografia na esfera da cristandade, às características da população autóctone, ao potencial natural da terra, às primeiras medidas administrativas e à inicial ocupação do solo pelos lusitanos. Fornece informações básicas sobre a geografia e a cronologia do nascimento do Novo Mundo português. Situa-o na História geral e remete-o às suas particularidades humanas e naturais. Desenvolve também as suas principais linhas de orientação

doutrinal da *História*, inclusive os aspectos espirituais e políticos da obra. [...]. (OLIVEIRA, 2008, p. 91).

O segundo bloco corresponde aos três últimos Livros e articula-se a partir da organização política das capitanias e do governo que se implementou no Brasil, além de transparecer a intencionalidade de Frei Vicente em concentrar nesta seção a centralidade temática ou o propósito da *História*, que era a elucidação política de uma postura do reino que realçasse a importância do Brasil, aspecto significativo ainda salientado por Maria Lêda:

Apenas na segunda parte, nos últimos três livros, se verifica a centralização do narrado a partir do que era essencial nos livros históricos e onde a alma do livro se localiza nos elementos relacionados como o Estado e a Guerra. (OLIVEIRA, 2008, p. 91).

Portanto, a *História do Brasil* foi estruturada a partir de cinco Livros em que se concentram duas grandes divisões temáticas permeadas de vários outros assuntos menores, mas que se articulam em termos desses conceitos centrais. O Livro I, intitulado “Do descobrimento do Brasil”, funciona como uma “introdução” ao conjunto da obra, em que se apresenta o Brasil de uma maneira genérica e que se coloca as razões de escrever uma *História*. O Livro I possui 17 capítulos, e o 1º versa sobre a descoberta do Brasil. Na sequência, Frei Vicente trata de como foi escolhido o nome deste novo lugar, posteriormente passando por uma explanação da fauna, flora e da diversidade de coisas que existiam aqui. A partir do capítulo 11, começa a falar sobre os indígenas, de suas origens e costumes gerais. É com esta temática que fecha o Livro I.

O Livro II, denominado “Da história do Brasil no tempo do seu descobrimento”, ainda gira em torno da preparação do leitor para a temática central, conta com 14 capítulos, sendo, de todos os cinco livros, o mais reduzido. Neste Livro, Frei Vicente retorna ao tema do descobrimento, mas não repete o assunto tratado no livro anterior. Ao contrário, sua digressão trata das primeiras medidas de organização do reino para com o seu mais novo território conquistado, mas, essencialmente, realizado por meio de cessões, e não diretamente pela coroa. À coroa coube mais as medidas de incentivo do que de implementação do território. Portanto, voltando aos primeiros passos dados por Portugal em relação ao Brasil, o 1º capítulo intitula-se “*De como se continuou o descobrimento do Brasil, e se deu ordem a se povoar.*” Todos os outros 13 capítulos tratarão das organizações das capitanias hereditárias, seus mandatários, suas gentes, seus conflitos com os indígenas, a sujeição destes e as medidas de ocupação da terra.

O Livro III, batizado como “Da história do Brasil no tempo que o governou Tomé de Sousa até a vinda do governador Manoel Telles Barreto”, com 26 capítulos, faz uma análise mais aprofundada das ações políticas dos governadores da nova colônia entre “[...] os anos de 1549 a 1583, ou seja, desde a atuação do primeiro governador-geral do Brasil, Tomé de Sousa, [...] até a chegada do governador Manuel Teles Barreto.” (OLIVEIRA, 2008, p. 104). Há, já neste livro, as abordagens da Guerra e do Estado, os dois temas históricos primordiais da obra. Frei Vicente demonstra que o território brasileiro era propício para que o rei lusitano e seus mandatários exercessem o mando aos novos súditos, mesclados com o povo português, que fora enviado para estas terras. Por essa razão, os conflitos com os indígenas e contra os invasores “protestantes” são bastante explorados, assim como a evidenciação dos governadores-gerais, tidos como exemplos de generais ou mesmo como heróis ao serviço do reino. A respeito dos subtemas que articulam o eixo central do Livro III, Maria Lêda expõe o seguinte:

As temáticas gerais desenvolvidas no livro terceiro estão ligadas à construção da cidade de São Salvador da Bahia – sede dos governos civil e eclesiástico do Brasil –, à expulsão dos franceses do Rio de Janeiro, às guerras contra os indígenas das capitanias de Pernambuco e à guerra que se iniciava na capitania da Paraíba, fechando com notas sobre a crise de sucessão da Coroa portuguesa. (OLIVEIRA, 2008, p. 106).

Chega-se ao Livro IV, em que Frei Vicente realiza um esquadramento da temática central da obra. Dá-lhe o título de “Da história do Brasil no tempo em que o governou Manoel Telles Barreto até a vinda do governador Gaspar de Souza”. Este livro possui 47 capítulos e abrange o período temporal de 1583 a 1612. É importante salientar que há a ausência dos capítulos 26º ao 29º neste Livro IV, em razão de faltarem nos manuscritos a que temos conhecimento hoje que foram base para as produções impressas da *História do Brasil*. Outro fato relevante é que existe a indicação da ordem cronológica dos acontecimentos. Da mesma forma que o Livro III, o Livro IV enfatiza a prática governamental no território brasileiro, porém, já “[...] não ligadas diretamente ao governador-geral, mas sim a determinados servidores da burocracia régia no Brasil.” (OLIVEIRA, 2008, p. 108). Mais adiante, Maria Lêda ainda citará que, “De modo geral, o livro está direcionado para a Guerra e para o Estado. São as guerras de conquista, a posse e a ocupação definitiva do colono na terra as marcas mais latentes, bem como a questão da defesa frente ao inimigo estrangeiro [...]” (OLIVEIRA, 2008, p. 110). O encerramento do livro IV ocorre apenas por formalidade, mas não pela continuidade textual. Assim, este livro prolonga-se e culmina no Livro V.



Conforme o que foi dito acima, o Livro V, nomeado como “Da história do Brasil no tempo em que o governou Gaspar de Souza até a vinda do governador Diogo Luiz de Oliveira”, é uma continuidade e ponto alto do Livro IV. Já no Livro anterior, Frei Vicente começa o trato das guerras com os franceses, sua expulsão do Maranhão e a invasão holandesa na Bahia. Isso fica bastante claro na análise de Oliveira:

[...] Mas, ao ler-se o livro [IV] com cautela, perceber-se-á como o epicentro da guerra vai crescendo ao longo do texto, ganhando, à medida que o tempo passa, uma conotação mais ampliada, com a expulsão dos franceses do Maranhão e a invasão da Bahia pelos Holandeses, fatos historiados no quinto e último livro da obra [...]” (OLIVEIRA, 2008, p. 110).

Portanto, a partir dessa matriz temática, o autor da *História do Brasil* produz o texto do Livro V. Este livro possui 48 capítulos, mais um intitulado de “capítulo último”, acrescido de um inacabado “Índice das coisas mais notáveis desta História”, segundo o manuscrito que estamos utilizando e que está na edição de Maria Lêda Oliveira (2008). O período compreendido neste Livro V vai desde 1612 até 1627, abordando, como último assunto, a chegada do governador Diogo Luiz de Oliveira. “O quinto livro é iniciado com a conquista e colonização do Maranhão, passando pela narração de outras tentativas de invasão estrangeira pela costa do Brasil até a tomada da Bahia pelos holandeses.” (OLIVEIRA, 2008, p. 113). E, assim, Frei Vicente termina a sua obra.

Por fim, como última ponderação sobre a composição geral da *História do Brasil*, gostaríamos de ressaltar a unidade textual da obra, em que Frei Vicente inicia uma análise do Brasil e vai alargando lógica e metodologicamente a sua intencionalidade temática, gestando uma das produções mais importantes da história redacional do período colonial brasileiro. Em relação a isso, vale a pena conferir o que evidencia Maria Lêda Oliveira:

[...] Perceba-se que, unindo os dados tratados nos outros livros e a evolução dos acontecimentos deste último, o fio central da obra passa pela posse efetiva da terra e sua colonização, bem como a política de trazer o gentio para ocupar o lugar de súdito do Império. A missionação faz parte integrante da política de colonização da terra. Ela é, lendo com atenção toda a obra, um grande instrumento na arte da política para o Império cristão [...]” (OLIVEIRA, 2008, p. 118).

Percebe-se, portanto, uma unidade textual de toda a obra, o que representa que a *História do Brasil* foi cuidadosamente pensada, revisada, reescrita até chegar num protótipo que fosse considerada propícia para a sua impressão, segundo os objetivos de Frei Vicente materializados na obra.

Dando-se o ênfase à questão da centralidade política, também conforme aponta diversas vezes Maria Lêda ao longo da edição de 2008, Frei Vicente encerra o último livro da *História do Brasil*. Com esta ponderação, concluímos esta breve explanação sobre as divisões estrutural e temática da obra e passamos para uma análise de seu percurso editorial.

### 1.2.2 O itinerário editorial da *História do Brasil*

Demonstrado, de forma breve, a composição estrutural e a distribuição temática da *História do Brasil*, passaremos, daqui para frente, a apresentar o itinerário das suas edições e impressões.

A primeira edição da *História do Brasil* foi impressa em 1889, sob a coordenação de revisão e editorial de João Capistrano de Abreu. A editora responsável por este primeiro trabalho foi a “Typhografia Leuzinger & Filhos”, do Rio de Janeiro, com inserção do Selo Imperial do Brasil, indicando que à época a produção passou por órgão censitário e aprovação oficial governamental<sup>12</sup>. Desta impressão, somente tivemos acesso à obra virtual. A indicação de acesso à esta versão segue na bibliografia, ao final desta dissertação. Não se sabe o número total de impressões, mas em informação na contracapa, conforme se poderá visualizar no Anexo C, ao final desta dissertação, aparece a indicação de que duzentas delas foram impressas em papel superior desta obra editada por Capistrano de Abreu.

O título desta edição de 1889 é o que mais se aproxima da versão original, escrita por Frei Vicente, sob o nome de *História do Brazil*. Não possui capa ilustrada em sua versão online, porém dispõe de uma contracapa no início do livro, sem indicação de paginação. É a única que contém a designação da tiragem, ou seja, duzentos exemplares em papel superior (mas que, provavelmente, foi maior com outro tipo de papel), além do carimbo com o símbolo imperial para a provação censitária da impressão. Conta com uma introdução sem título, de João Capistrano de Abreu, que vai das páginas I a XIX. Possui uma indicação de notas, que vai da página XXI à XXII, porém que está em branco. Entre as páginas XXIII e XXXI, constam partes do texto intitulado “Santuário Mariano<sup>13</sup>: parte IX: p. 189-194; p. 231-232; p. 261; e p. 375-379; parte X: p. 55-59; e p. 146-149.

---

<sup>12</sup> Algumas ilustrações desta edição podem ser conferidas no Anexo C.

<sup>13</sup> As investigações historiográficas indicam que trechos da *História do Brasil* já se encontram em produção ulterior do confrade franciscano de Frei Vicente, nas primeiras décadas de 1700, ou seja, no “Santuário Mariano de Frei Agostinho de Santa Maria, nos tomos IX e X [...]”. (OLIVEIRA, 2008, p. 17). As ilustrações dos Tomos IX e X do Santuário Mariano, de Frei Agostinho de Santa Maria, podem ser verificadas nos Anexos R e S.

À página 1, repete-se o título, porém, agora com a ortografia *História do Brasil*, e o destacamento, na mesma folha, do livro primeiro e a frase “Escrita na Bahia a 20 de Dezembro de 1627”, demonstrando a data inicial da composição da obra e do seu primeiro livro. A dedicatória à Manuel Severim de Faria, a quem Frei Vicente do Salvador tentou como seu patrocinador para impressão, vem logo na sequência, nas páginas 3 e 4.

Há a evidenciação dos 5 livros que compõem a *História*, que estão distribuídos entre as páginas 5 e 261. O Livro I conta com 17 capítulos entre as páginas 5 e 33. O Livro II possui 14 capítulos e vai da página 35 à 58. Da página 59 à página 105, está o Livro III, com 26 capítulos. O Livro IV possui 47 capítulos, porém, há falta dos capítulos que vão do 25º ao 30º, repetindo-se 2 vezes o capítulo 24º, ordenando-se das páginas 107 à 183. Finalmente, o Livro V possui 48 capítulos, sendo elucidados 47 capítulos mais o capítulo último, faltando-lhe os capítulos 9º ao 17º, e repetindo-se 2 vezes os capítulos 44º e o 47º e, ausente, novamente o 45º. Ao final há a sequência trocada de capítulos, talvez por erro editorial, ou seja, há indicação do capítulo 44º, após isso 47º e, a seguir, 46º e 47º novamente, porém os dois 47ºs possuem títulos diferenciados. O índice vem ao final, contíguo ao último capítulo do Livro V, recebendo nova numeração de páginas, indo da página 1 à página 7. Na sequência, há uma errata, em que o número da página está em branco.

A linguagem, ortografia e sintaxe acompanham as regras vigentes no século XIX, demonstrando que a *História do Brasil* passou por uma revisão linguística intensa. Esta edição não possui outros elementos, encerrando-se na capa dura sem ilustração. O sítio eletrônico em que esta edição está disponível está indicado nas referências, ao final desta dissertação, com a indicação bibliográfica da primeira edição.

A segunda edição, datada de 1918, foi considerada como uma versão definitiva, uma vez que seu revisor, Capistrano de Abreu, julgava a primeira versão repleta de falhas em relação às referências históricas e documentos citados. Após um extenso trabalho de análise dessas questões, Capistrano conseguiu imprimir mais uma vez a obra de Frei Vicente e a considerou como uma versão mais completa e, provavelmente, final, diante das dificuldades de encontrar o códice 24.

Para levar a cabo uma segunda edição, Capistrano de Abreu teve de trabalhar também sobre a revisão de anotações de datas erradas inseridas nas cópias manuscritas por diferentes copistas no itinerário das transcrições da *História*. Esta nova impressão foi realizada pelos “Editores- Proprietários Weizflog Irmãos – São Paulo e Rio de Janeiro”, que mais tarde se tornou a Editora Melhoramentos. Da mesma maneira que a primeira edição,

tivemos somente o acesso virtual da obra, indicado o endereço eletrônico na bibliografia desta dissertação.

Em relação ao texto de 1889, há mudanças significativas, principalmente no que diz respeito à distribuição dos elementos paratextuais, a uma nova nota introdutória e ao encaixe de prolegômenos antes de cada Livro, de autoria de Capistrano de Abreu, em que ele aborda componentes de acréscimos de copistas, falta de coerência textual de algumas partes, entre outros detalhes relacionados à composição e a dados históricos. Sem dúvida, os prolegômenos são a grande novidade desta edição de 1918. Outra diferença considerável é a inclusão da data “1500 – 1627” ao título original, que também passa a ser escrito com a grafia Brasil com a letra “s” em substituição da letra “z”.

Importante destacar que, após esta versão, todas as outras edições, salvo as de 2008 e a de 2010, seguirão este modelo de 1918. O que se percebe de diferença para as edições futuras, dizem respeito a atualizações ortográfica e sintática dos textos, conformando-se tais aspectos às regras linguísticas vigentes à época de cada impressão.

Como já dissemos, o título desta edição passa por uma modificação, tornando-se agora *História do Brasil, 1500 – 1627*. A versão já se apresenta com capa ilustrada e figuras elencadas ao longo dos cinco livros. Por ser escrita em época política distinta da edição de 1889, os elementos censitários estão ausentes, como o selo imperial para a aprovação da impressão. Após algumas páginas em branco, verifica-se a presença da contracapa, cópia exata da capa. Na página seguinte há a inclusão da ilustração da “planta da cidade de Salvador, contemporânea da invasão dos Holandeses”.<sup>14</sup>

Entre as páginas III e XX há uma introdução de João Capistrano de Abreu, contudo, distinta da edição de 1889, intitulada de “Nota Preliminar”. Na sequência, entre as páginas XXI e XXXI, está o índice. Entre as páginas XXXII e XXXIV há a inclusão de um “Índice Geographico” indicando a paginação de todas as localidades citadas ao longo da *História do Brasil*, seja por nome de aldeia indígena, cidade, vila ou mesmo de residências ou conventos e habitações religiosas. À página XXXV há um “Índice de Nomes de Embarcações”, sendo este o último elemento paratextual do início da obra.

A primeira página inicia com a dedicatória a Manuel Severim de Faria, que se prolonga até a página 4. Os 5 livros estão distribuídos entre as páginas 5 e 616. Em relação ao número de Livros e dos capítulos de cada Livro, como são praticamente iguais à primeira edição de 1889, apresentaremos aqui apenas o que há de distinto nesta edição. Cada Livro

---

<sup>14</sup> Esta ilustração pode ser verificada no Anexo A.

possui uma introdução denominada de “Prolegômenos”. No Livro 1, à página 47, há a ilustração de um guerreiro tabajara. O Livro IV, embora possua o mesmo número de capítulos, tem os capítulos faltantes em numeração distinta aos da edição de 1889, ou seja, estão ausentes os capítulos 26º até o 29º. O Livro V possui 48 capítulos mais um que se chama “Capítulo Último”, que também será indicado em todas as edições posteriores, menos a de 2008, por possuir uma edição e projetos de pesquisa diferenciados em relação à *História do Brasil* e a Frei Vicente do Salvador. A numeração dos capítulos faltantes também é distinta de 1889, sendo, aqui, entre o 10º e o 17º e estão presentes os capítulos 45º e 46º que não se encontram na edição anterior. Também faltam 3 parágrafos à página 615, que está completamente em branco. Após a página 428, encontra-se a ilustração “Planta da Ilha e Porto de Maranhão, cerca de 1615”.

Na sequência do capítulo último, entre as páginas 617 e 623, apresentam-se “Trechos do Santuário Mariano” (conforme autoria já indicado anteriormente, na explicação da edição de 1889), divididos em três partes e que Capistrano de Abreu demonstra que “Os seguintes trechos do Santuário Mariano devem preceder do exemplar completo desta História, que ainda não foi encontrado.” Logo após o Santuário, vem o paratexto final, um “Índice de nomes de pessoas”, iniciando à página 624 e estendendo-se até a página 632.

A respeito da linguagem, da sintaxe e da ortografia, já se percebe uma diferença bastante acentuada em relação à primeira edição, ou seja, a obra passou por uma adequação linguística para ser reimpressa.

A terceira edição, de 1931, foi impressa pela Editora Melhoramentos e contou com a revisão de Rodolfo Garcia, que também a prefaciou, embora haja indicação, por parte da editora, que a obra foi revista pela dupla Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia. Possui 632 páginas e foi impressa em folha fina de cor bege, em tamanho de 20cmX14cm.

Esta edição difere das anteriores em razão do acréscimo de notas de rodapé para indicar a localização de documentos citados ao longo do texto. Entretanto, em relação ao conteúdo e a estrutura do texto e paratextos, permanece exatamente igual à versão de 1918. (GUIMARÃES, 2006). Notou-se que os três parágrafos faltantes à página 615 da segunda edição estão presentes na de 1931, às páginas 614 e 615, mostrando que pode ter ocorrido um equívoco no momento de transposição da segunda edição para a sua disponibilização online. Esta versão, de 1931, possui 632 páginas, além das que constam os paratextos iniciais.

Rodolfo Garcia fala sobre esta terceira edição que “[...] em menos de doze anos, já se faz necessário reimprimi-lo para atender aos justos reclamos dos estudiosos” (SALVADOR, 1931, s/p). Dessa indicação de Rodolfo Garcia se pode inferir que a demanda

se voltava à pesquisa por estudiosos da academia, embora não se possa precisar em quais centros de pesquisa e quais estudiosos as procuravam como fonte. Garcia reforça o argumento de Guimarães (2006) de que a terceira edição da *História do Brasil* acompanha a segunda, diferenciando-se dela em poucos aspectos, somente em razão do acréscimo de notas explicativas (SALVADOR, 1931).

Esta versão de 1931 possui a mesma capa ilustrada da edição de 1918. Mas a cópia a que tivemos acesso contém já uma capa encadernada por pessoal da manutenção da biblioteca em que foi encontrada<sup>15</sup>. Conseguimos acesso à ilustração de sua capa original somente pela internet. Da mesma forma, a linguagem é a mesma da edição anterior.

A quarta edição da *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, foi impressa também pela editora Melhoramentos, e data de 1954. Ela é idêntica à edição de 1931, em relação à estrutura e distribuição do texto e paratextos. Por essa razão, faremos uma análise rápida desta quarta versão editorial, apenas apontando algumas diferenças básicas da anterior, uma vez que não houve revisões e acréscimos na pesquisa da *História*, a não ser pelo seu aspecto linguístico. Esta edição possui 476 páginas, além daquelas em que estão os paratextos não numerados e foi impressa em folha grossa de cor bege, em tamanho de 24cmX14cm.

Entre as diferenças da quarta edição em relação à terceira está a capa, que aparece com uma nova arte<sup>16</sup>. Foram inclusas uma série de ilustrações ao longo dos capítulos, o que se apresenta como uma das novidades desta edição. As ilustrações desta impressão estão elencadas no Anexo F, ao final desta dissertação. A linguagem aparece bastante distinta da edição de 1931, pois claramente se percebe que passou por uma atualização ortográfica e sintática.

A quinta edição da *História do Brasil* passou por uma readequação editorial e, face a isto, difere bastante das anteriores, muito embora, em termos de textualidade e organização dos capítulos, seja bastante igual às reproduções da impressão de 1918. Esta edição data de 1965. Em relação aos paratextos, o mais significativo ocorre pelo acréscimo de um prefácio do Frei Venâncio Willeke, historiador da ordem franciscana, que também revisou a obra. Para esta impressão, a editora Melhoramentos solicitou o auxílio de revisão completa da obra por Frei Venâncio, por se tratar de uma edição especial comemorativa do quarto centenário do nascimento de Frei Vicente do Salvador. A revisão foi auxiliada por Aureliano Leite, que ainda faz a apresentação. Segundo GUIMARÃES (2006), Frei Venâncio e Aureliano Leite

---

<sup>15</sup> A ilustração desta capa e de algumas partes da obra, encontram-se no Anexo E. Esta edição foi encontrada na biblioteca da PUCPR, no Câmpus Central, em Curitiba/PR.

<sup>16</sup> A ilustração desta capa e de algumas partes da obra encontram-se no Anexo F.

utilizaram um documento manuscrito da *História do Brasil*, de origem da Biblioteca das Necessidades, hoje Biblioteca Nacional da Ajuda, da cidade de Lisboa, porém não clarifica qual é este manuscrito.

Há duas razões principais para que se fizesse outra impressão da *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador. A primeira delas, como já dissemos anteriormente, diz respeito à celebração dos quatrocentos anos de nascimento de Vicente Rodrigues Palha, autor da *História*, “[...] que nasceu em 1567”. (WILLEKE, 1967, p. 99). Esta edição foi impulsionada e muito provavelmente patrocinada pela ordem franciscana. Uniu-se ao motivo de comemoração da festa natalícia de Frei Vicente, o segundo, ou seja, do “[...] jubileu da COMP. MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO.” (SALVADOR, 1965, p. 17). Diante disso, o governo brasileiro, a ordem franciscana e a editora Melhoramentos, uniram-se para realizar a quinta impressão da *História*, em 1965.

A capa possui uma ilustração diferente das edições anteriores, com um mapa que mostra parte da vila de Olinda e do porto de Recife no fim do século XVI, criado por cartógrafos do mesmo século. O tamanho corresponde a 27cmX19cm, com capa dura e impressão em folhas grossas e amareladas. Também há figuras e ilustrações ao longo dos capítulos, na contracapa e na última capa, que estão indicadas no anexo G, conforme a paginação do texto. De todas as versões realizadas até 1965, essa é a que possui maior número de ilustrações.

Aos nomes de Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, como revisores da obra, acrescenta-se o nome de Frei Venâncio Willeke. Quanto ao texto, sua base ainda permanece a redação de 1918, porém atualizados. Contudo, em relação aos paratextos, conservam-se os da edição anterior (1954), como é o caso de uma apresentação detalhada da obra e da edição por Aureliano Leite, historiador e escritor brasileiro.

Esta 5ª edição possui uma série de notas explicativas, tanto ao longo do texto como nos prolegômenos que antecedem cada capítulo (como nas edições a partir de 1918), feitas por Capistrano de Abreu. Há, também, uma nota explicativa inicial de Frei Venâncio Willeke e um mapa do século XVI indicando as regiões de missões franciscanas no Brasil. Como textos exclusivos desta edição, ao final, encontram-se uma bibliografia e siglas para pesquisa de fontes referentes à documentos citados na *História do Brasil* (p. 519) e uma indicação de “Terminologia franciscana” adotada na obra (p. 520). De resto, todos os elementos de ordenação textual permanecem iguais aos das edições a partir de 1918. A linguagem permanece a mesma da edição de 1954, não se percebendo alteração para os aspectos ortográficos, sintáticos e semânticos

A sexta edição data de 1975 e também foi implementada pela editora Melhoramentos, mas inserida como parte da coleção “Memória Brasileira”. Salvo pequenas alterações, como tipo de capa, tamanho do livro e distribuição de elementos paratextuais, que explicaremos na sequência, esta impressão permanece a mesma da edição anterior.

As principais mudanças desta impressão, em relação à versão de 1965, referem-se à publicação em capa colorida em papel couchê, a explicação das razões de uma nova impressão em orelhas das capas e uma rápida apresentação da *História do Brasil* no verso da última capa, além de uma diminuição do número de ilustrações ao longo dos capítulos. Após o índice geral, no início, há um índice das ilustrações. O livro foi impresso em tamanho de 23cmX16cm, em folha grossa da cor bege.

É a primeira edição com um índice para catálogo sistemático, o que se repetirá nas edições futuras. Há um apontamento, na contracapa, de que esta edição foi realizada em convênio com o Instituto Nacional do Livro do Ministério da Educação e Cultura de São Paulo. Por fim, há uma atualização linguística, tornando as construções semânticas, sintáticas e ortográficas pertinentes ao contexto do ano desta impressão.

A sétima edição, de 1982, repete a edição de 1975, apresentando apenas a alteração da arte da capa. Contudo, há uma mudança de editora, ocorrendo esta edição, portanto, sob a responsabilidade da Livraria Itatiaia Editora Ltda., em parceria com a Editora da Universidade de São Paulo (USP). Há uma explicação desta edição, conforme consta na página que antecede a última capa do livro: “A presente edição, a 7ª, de HISTÓRIA DO BRASIL, 1500-1627, de Frei Vicente do Salvador. Revista por Capistrano de Abreu, Rodolfo Garcia e Frei Venâncio Willeke, OFM. Apresentação de Aureliano Leite e uma nota explicativa para a 3ª edição de Rodolfo Garcia. É o volume de número 49 da Coleção “Reconquista do Brasil” (Nova Série), dirigida por Mário Guimarães Ferri, da Universidade de São Paulo. [...]”. Há, por fim, a apresentação, logo no início do livro, da comissão editorial responsável por esta versão.

A arte da capa, ilustrada por Cláudio Martins, retrata um pássaro, provavelmente uma pomba, a que Frei Vicente utiliza para simbolizar o Brasil, como um sinal visível da ação do Espírito Santo para com Portugal, conforme está exposto no título 4 desta dissertação. A capa do livro é de papel couchê, medindo 22cmX16cm, impresso em folhas brancas. Os elementos linguísticos permanecem iguais à edição de 1975.

Esta pesquisa acusou mais algumas edições, a saber: a oitava, correspondente ao ano de 2003, editora Alicant, que consta na Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, Portugal, sendo um livro virtual, contudo, ao qual não tivemos acesso; a nona, do ano de 2006, editora



Itatiaia; a décima, do ano de 2007, editora Juruá; além de duas outras que correspondem aos anos de 2009 (décima terceira?) e de 2011 (décima quarta?). Contudo, não tivemos acesso a estas obras. Foi realizado um trabalho intenso de busca, sem, entretanto, logro de êxito para as suas localizações. Para tanto, realizou-se contato com editoras, bibliotecas e distribuidores, mas não houve resposta satisfatória. Estas faltas poderão ser resolvidas com um trabalho de busca mais sistemático e paciente no futuro e os seus resultados poderão servir de complemento ao presente trabalho.

A edição de 2008 da *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, apresenta-se como uma das mais completas em termos de pesquisa e fundamentação teórica. Esta edição compreende dois volumes e refere-se aos resultados das pesquisas de doutorado de Maria Lêda Oliveira, devidamente editado para a composição de uma obra de teor artístico, financiada pela instituição Odebrecht e que recebe o título de *A História do Brasil de Frei Vicente do Salvador: história e política no Império Português do século XVII*. Com esta edição da *História*, Maria Lêda Oliveira ganhou o prêmio Jabuti, em 2009.

Maria Lêda Oliveira é autora de “[...] artigos em revistas especializadas e, atualmente, é pesquisadora do Centro de História da Cultura da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa”. (OLIVEIRA, 2008, p. 355). Nesta obra, a autora realiza um itinerário teórico que fundamenta a epistemologia do pensamento histórico da época em que Frei Vicente produziu sua *História do Brasil*, assim como a influência desses pressupostos no pensamento do frade autor baiano, indicando-os ao longo dos dois volumes. Igualmente, faz um percurso da intertextualidade da *História do Brasil* com autores dos séculos XVI e XVII, brasileiros e europeus. Maria Lêda apresenta, com pesquisa e documentos historiográficos, os dados biográficos de Frei Vicente, sua família, amigos, confrades da ordem e intelectuais europeus e brasileiros que fizeram parte da sua vida, seu percurso acadêmico e influência na sociedade baiana. Além de outros elementos científicos presentes nos dois volumes, a autora resgata, com evidente clareza, o itinerário de composição da *História do Brasil*, iniciando desde os primeiros manuscritos, passando por excertos levados ao interior de outras produções textuais contemporâneas a Frei Vicente, até os documentos mais atuais que permaneceram da *História*, resgatando a sua originalidade e aproximando-se, o máximo possível, daquela edição que representa o texto escrito pelas mãos do autor baiano no século XVII.

A respeito da preocupação em recuperar um texto mais próximo daquele escrito por Frei Vicente, de demonstrar a trajetória de acréscimos e modificações na obra e de resgatar

documentos historiográficos relacionados à *História do Brasil*, percebe-se, nas palavras da própria autora, o seguinte:

De uma *História do Brasil, 1500-1627*, como vem sendo editada, passa-se nesta edição para uma *Historia do Brazil*. Recupera-se o título quiçá original, já que os testemunhos denominam a obra de Frei Vicente do Salvador apenas como a *Historia do Brazil*, e foi, aliás, com este título que Capistrano de Abreu a deu à estampa em 1889. [...] a edição atual da *Historia do Brazil* teve como base o códice 49, testemunho mais integral que chegou até a atualidade, embora com várias lacunas. Diferencia-se contudo, das edições precedentes, pois na atual fixação do texto da *Historia* não se adicionaram preposições, palavras, frases, excertos que no códice 49 não existiam, mas que os testemunhos do códice 24 ofertavam. A atual edição, como se pode verificar, é uma edição diplomática do códice 49, com a incorporação de dois capítulos que nele não existem e que aparecem no códice 24, o capítulo 24 do Livro IV e o capítulo 44 do Livro V, devidamente assinalados no corpo da edição. Estes capítulos também tinham sido incorporados nas edições precedentes, naqueles organizados por Capistrano de Abreu e na de Venâncio Willeke, mas sem os esclarecimentos necessários ao leitor.

[...]

Na presente edição crítica da *Historia do Brazil* não foram inseridos, porém, os excertos que aparecem no códice 24 e que não têm correspondência nos capítulos do códice 49.

[...]

O códice 49 é uma cópia mais recente, do século XVIII, que pertencia à Biblioteca das Necessidades, do antigo convento dos Oratorianos. Atualmente está depositado no arquivo da Torre do Tombo, na coleção Manuscritos da Livraria, sub-coleção Manuscritos do Brasil. (OLIVEIRA, 2008, p 49-56).

Mais adiante, ainda a respeito da composição da pesquisa e dos seus resultados, Maria Lêda descreve que:

Quando do início da pesquisa e contato direto com a obra de Frei Vicente do Salvador, em finais de 1997, havia a esperança que no termo deste trabalho se pudesse oferecer uma edição da *Historia do Brazil* mais completa, com menos ausências, com uma organização dos capítulos mais próxima da versão primitiva da obra. O intento não foi alcançado. Pelo contrário, a edição aqui apresentada possui menos texto e mais ausências, mas é também mais fiel à tradição textual, aos testemunhos dos manuscritos que se conhecem. Mais problemas, pois, para resolver no futuro. [...]

É verdade, de qualquer forma, que a obra conhecida até então era uma colcha de retalhos, com trechos oriundos dos diversos testemunhos, o que lhe dava uma substância compósita. Lia-se e citava-se uma *Historia do Brazil* de Frei Vicente do Salvador que, na realidade, eram histórias do Brasil. Mas o leitor nada sabia da forma aleatória como essa composição fora feita. Agora ficou esclarecido o que realmente resta da *Historia do Brazil* e também os problemas que existem para a reconstituição de um texto mais completo. Perde-se texto, ganham-se esclarecimentos sobre os manuscritos e as edições. **Edita-se enfim, condignamente, um dos textos mais importantes do Brasil colonial, matriz de muitas das idéias políticas que circularam entre os letrados do Império português e que se tornaram, com o passar dos anos, marcas indelévels da pensabilidade política e cultural do Brasil contemporâneo.** Espera-se com isso honrar e homenagear o próprio Frei Vicente do Salvador, que acreditou, embora os ventos fossem contrários, e construiu uma respeitável *Historia*. (OLIVEIRA, 2008, p. 56-56, grifo do autor).

Ditas estas palavras iniciais sobre a edição de Maria Lêda Oliveira, passamos para uma apresentação geral da obra. Esta impressão conta com dois volumes, impressos em capa dura, com criação artística e colorida, tamanho de 31cmX27cm. Toda a impressão é em papel couchê e colorida. É a impressão mais rica em ilustrações. Neste sentido, tem-se a sensação de que a composição da obra foi realizada com dupla intencionalidade: uma textual e outra artística. As ilustrações são de diversos gêneros, representando os séculos contemporâneos e posteriores ao XVII, referindo-se a frontispícios de obras, mapas cartográficos, desenhos de plantas, quadros entre outros diversos trabalhos de artistas renomados.

Entre os dois volumes, não há indicação de qual é o primeiro e qual é o segundo. Um desses volumes trata de toda a fundamentação teórica das ideias que circulavam nos séculos XV e XVI e que marcaram o itinerário biográfico e autoral de Frei Vicente. O outro volume discorre sobre aspectos teóricos mais específicos da composição do livro *História do Brasil*, conforme a tese de Maria Lêda Oliveira, de que a obra de Frei Vicente foi composta e estruturada a partir de mentalidade política da restauração do reino português e da centralidade do Brasil para esta empreitada. Este segundo volume compreende, além da parte teórica e variados elementos paratextuais, a transcrição da *História do Brasil*, em versão fac-similar, conforme as opções de resgate textual realizados pela autora e já indicados anteriormente, frutos da transcrição (com acréscimos) do códice 49. Como já foi mencionado, esta obra é resultado das pesquisas de doutoramento de Maria Lêda Oliveira, posteriormente adaptado para edição.

Um dos tomos possui capa de cor vermelha e intitula-se *A História do Brasil de Frei Vicente do Salvador: história e política no Império Português do Século XVII*. Conta com 242 páginas. O texto crítico inicia-se com uma introdução, que explica o itinerário das pesquisas da autora sobre Frei Vicente do Salvador e sobre a *História do Brasil*. Em seguida, Maria Lêda aborda os dados biográficos de Vicente Rodrigues Palha, sua família, seu contexto geográfico e seu itinerário educacional e religioso. Na sequência, apresenta elementos de “História, política e historiografia barroca”. À página 87, inicia a apresentação detalhada da *História do Brasil*, indicando suas divisões por meio de Livros e os capítulos de cada um deles. Ao realizar esta elucidação, passa a tratar de elementos composicionais, das leituras e pressupostos de Frei Vicente, dos elementos de intertextualidade com outras obras da época, tanto no Brasil como na Europa, ao mesmo tempo em que fundamenta a *História* no eixo da utilidade política para a restauração do reino, enquanto um projeto racional e intencional do autor baiano no século XVII. Finaliza esta exposição teórica à página 165.

Logo a seguir, traz uma série de elementos paratextuais que auxiliam o embasamento do texto deste primeiro volume, tais como: notas explicativas distribuídas conforme as divisões do livro; notas específicas de teor historiográfico sobre a vida e a obra de Frei Vicente do Salvador; índice de siglas; abreviaturas; uma extensa lista de fontes e bibliografia, divididas conforme a temática tratada na obra; índice antroponímico; índice toponímico; a indicação das fontes das imagens com os devidos créditos; agradecimentos; e, finalmente, uma apresentação biográfica da autora.

O outro tomo foi impresso com uma capa marrom. Este volume, diferentemente do de cor vermelha, intitula-se *Historia do Brazil / Frei Vicente do Salvador* e possui 345 páginas. O texto do livro inicia-se com a análise dos manuscritos e três distintas edições da *História do Brasil*, em razão de considerá-las mais relevantes para a análise histórica: a de 1889, a de 1918 e a de 1965. Trata somente destas impressões em razão das alterações significativas que possuem de uma para com a outra. Ainda nesta parte da obra, Maria Lêda faz uma análise, a partir da matriz historiográfica, a respeito da circulação dos manuscritos, desde a primeira versão do próprio Frei Vicente, até as diversas cópias que foram realizadas ao longo do tempo, chegando ao século XIX. Explica os critérios desta edição e fundamenta a opção pela versão da *História* que escolheu colocar neste volume.

A partir da página 58, até à página 69, apresenta um quadro comparativo de diferenças entre textos da *História do Brasil* publicadas por outros autores, como é caso do *Santuário Mariano* de Frei Agostinho de Santa Maria, entre outros. Na sequência apresenta as regras de transcrição de que se utilizou para publicar a versão mais fiel da *História do Brasil*, seguido de algumas siglas e abreviaturas e das notas explicativas do texto teórico. Por fim, indica as fontes e a bibliografia que fundamentaram este volume e apresenta as fontes das imagens e os seus devidos créditos.

Entre as páginas 86 e 288 insere o texto manuscrito da *História do Brasil*, em versão fac-similar, de Frei Vicente do Salvador, em conformidade com os critérios de que se utilizou para esta versão, anteriormente apresentados nesta dissertação. Como novidade, inclui ao final do capítulo último um “Índice das couzas mais notáveis desta Historia”, como uma última parte da obra de Frei Vicente.

Todos os elementos paratextuais finais referem-se ao manuscrito da *História* que os antecede, elencando-se da seguinte maneira: um extenso glossário, em conformidade com a própria autora, “[...] cuja função é auxiliar na compreensão dos termos recorrentes na literatura colonial, uma vez que alguns deles caíram em desuso ou sofreram alterações em relação aos seus significados mediante o passar do tempo.” (OLIVEIRA, 2008, p. 56);

bibliografia; índice antroponímico; índice toponímico; agradecimentos; e, por fim, uma apresentação biográfica da autora.

A linguagem da *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, versão fac-similar anexada no segundo volume, corresponde aos componentes linguísticos da versão mais antiga dos manuscritos que foram referência para esta edição de 2008, com elementos semânticos, sintáticos e ortográficos do século XVII. Finda-se, dessa forma, a edição proposta por Maria Lêda Oliveira.

Em 2010, o Senado Federal também imprimiu uma edição da *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador. Tomou-se por base desta edição a impressão de 1918. Esta versão faz parte da Coleção Edições do Senado Federal, sendo o seu volume 131. É uma impressão bastante simplificada, apresentando apenas o texto da *História*. O único elemento paratextual distinto das outras edições é um índice onomástico que fecha o livro, não havendo outros. Outras diferenças, porém menos significativas, referem-se a uma capa colorida em papel couchê e uma atualização ortográfica e semântica.

Por fim, após o trabalho de pesquisa das edições da *História do Brasil*, encontrou-se uma edição online, datada de 2014, e que apenas traz a transcrição textual da obra, sem elementos paratextuais introdutórios ou posteriores ao texto principal. É possível acessar esta versão no sítio eletrônico <<http://www.bibliologista.com/2014/06/historia-do-brasil-de-Frei-vice-do.html>>.

Com esta última evidência editorial da *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, encerramos este tópico que trata das versões impressas da obra. Mais à frente, capítulo 3, realizaremos uma transcrição da *História do Brasil* a partir de uma atualização ortográfica, semântica e sintática do texto, com aprofundamentos de algumas temáticas trazidas nela por seu autor, Frei Vicente, em forma de notas de rodapé.<sup>17</sup>

### 1.2.3 A textualidade literária na *História do Brasil*: a crônica histórica do século XVI

Até o presente momento realizamos uma apresentação mais detalhada de Frei Vicente do Salvador e de sua *História do Brasil*. Essa exposição teve por objetivo principal resgatar traços e detalhes do autor e de sua principal obra, a fim de que sejam trazidos à luz e

---

<sup>17</sup> Enquanto um subsídio a mais para a compreensão das impressões da *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador, sugerimos a leitura complementar da publicação de Guilherme Gomes da Silveira D'Ávila Lins (2011), que consta na publicação número 453 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Neste volume, o autor faz um breve apanhado sobre as várias impressões da *História do Brasil* e indica a recuperação de algumas partes perdidas desde que foi produzida, no ano de 1627. O autor em questão teoriza sobre fragmentos perdidos da *História do Brasil* e indica sua colocação pertinente ao longo do texto de Frei Vicente.

possam ser conhecidos pelo leitor, principalmente aquele que desconhece Frei Vicente ou teve pouco acesso às suas informações. Mais à frente, na parte final desta dissertação, mais especificamente no último tópico, já levando-se em conta a exposição mais completa da *História do Brasil*, será realizada uma análise a partir do crivo da literatura brasileira, a fim de demonstrar sua pertinência e pertencimento ao conjunto das obras literárias produzidas no Brasil, além de como esta questão foi tratada pelos críticos literários de nosso país.

Portanto, a exposição realizada, de caráter introdutório ao leitor, faz parte de uma abordagem crítica da obra de Frei Vicente que, como foi exposto no parágrafo anterior, complementa-se com o próximo capítulo desta dissertação. O resgate da obra tem por finalidade, principalmente, a demonstração de sua importância e pertencimento à literatura, mesmo que de teor embrionário, para que se complemente o caráter crítico desta pesquisa.

Dessa forma, optamos, por uma divisão metodológica e estrutural deste trabalho que considerou a recuperação de dados biográficos e composicionais do texto da *História do Brasil*,

seguido da divisão que trata da *História* no âmbito da literatura brasileira, em termos de ter lançado bases para a construção de uma literatura genuinamente nacional, além de suas releituras até os nossos dias, e um último capítulo que corresponde à atualização do texto original, acompanhada de explicações de detalhes importantes, vindo na sequência deste tópico, e uma última parte

Nesse sentido, a *História do Brasil* evidencia-se como um texto de grande importância para o repositório cultural brasileiro, principalmente por se tratar de uma escritura fundacional, em razão de ser um dos primeiros textos produzidos neste país, ainda no período colonial, por um autor nascido no Brasil. Embora alguns críticos literários não considerem os textos coloniais como literatura nacional propriamente dita, outros, contudo, reconhecem neles um material embrionário ou original, de que se serviu, posteriormente, a literatura, para lançar argumentos a favor da sua independência e, assim, satisfazer o desejo dos literatos de realçar sua distinção e sua originalidade na comparação com a produção literária europeia.

Ao tratar dos “textos de informação”, nomenclatura esta indicada por Bosi (1989) para referir-se aos textos do período colonial brasileiro, este autor e crítico literário diz que eles lançam condições primitivas para que, futuramente, desenvolva-se e aprimore-se a arte, principalmente na sua dimensão escrita. Segundo Bosi (1989),

[...] a pré-história das nossas letras interessa como reflexo da visão do mundo e da linguagem que nos legaram os primeiros observadores do país. É graças a essas tomadas diretas da paisagem, do índio e dos grupos sociais nascentes, que captamos as condições primitivas de uma cultura que só mais tarde poderia contar com o fenômeno da palavra-arte. (BOSI, 1989, p. 15).

Segundo Antonio Candido (2005) é possível aproximar a textualidade de Frei Vicente do Salvador da crônica histórica, gênero muito comum à sua época, principalmente desenvolvida pelos escritores portugueses, no contexto das grandes navegações. Neste sentido, ao referir-se a textos da época colonial brasileira, Candido aponta que:

As origens da literatura brasileira, ou das manifestações literárias do Brasil-Colônia, prendem-se ao quinhentismo português e mais diretamente ao seiscentismo peninsular. Do quinhentismo, com as duas tendências paralelas, classicismo renascentista e permanência da tradição medievalista, projetam-se no primeiro século de nossa formação o gosto da crônica histórica, o teatro popular e o modelo camoniano. [...]. (CANDIDO, 2005, p. 11).

Ressalta-se, contudo, as implicações em determinar a *História do Brasil* como um gênero específico, mais especificamente o da crônica, principalmente face à compreensão que possuímos desta classificação. Como se sabe, a crônica, enquanto um tipo de gênero textual literário, passou por transformações ao longo do tempo, levando-se em conta sua estrutura, finalidade e meio de disseminação. Por esse prisma, ao abordar o itinerário da crônica até o século XVI e considerar o elemento ficcional presente nela, mesmo levando em conta seu serviço à ciência histórica, Massaud Moisés indica que:

Situada entre os anais e a história, limitava-se a registrar os eventos sem aprofundá-los as causas ou tentar interpretá-los. Em tal acepção, a crônica atingiu o ápice depois do século XII [...] quando se aproximou estreitamente da historiografia, não sem ostentar traços de ficção literária. A partir da Renascença, o termo “crônica” cedeu vez a “história”, finalizando, por conseguinte, o seu milenar sincretismo. Não obstante, o vocábulo ainda continuou a ser utilizado, no sentido histórico, ao longo do século XVI [...]. (MOISÉS, 1967, P. 101).

Deixada de lado, de certa forma, após essa época, a crônica volta a ser utilizada a partir do século XIX, mas, agora, como um gênero bastante distinto daquele do século XVI, que se preocupa mais a dar cores a fatos cotidianos registrados na imprensa. Sobre isso, fala Moisés que,

Na acepção moderna, porém não a de crônica mundana (que se confunde com reportagem de ocorrências sociais da alta roda), a crônica entrou a ser empregada no século XIX: liberto de sua conotação historicista, o vocábulo passou a revestir sentido estritamente literário. Beneficiando-se da ampla difusão da imprensa, nessa época a crônica adere ao jornal, como a sugerir, no registro do dia-a-dia, a remota

sifnificação ante-histórica do anuário. [...] Crônica é para nós hoje, na maioria dos casos, prosa poemática, humor lírico, fantasia, etc., afastando-se do sentido de história, de documentário que lhe emprestam os franceses. (MOISÉS, 1967, p. 101-102).

Podemos inferir das palavras de Massaud Moisés, portanto, que, ao determinar a *História do Brasil* enquanto uma obra em sua configuração de gênero marcada pela crônica, é necessário levar em conta o que este gênero representava no século XVI, ou seja, sua textualidade compreendida enquanto aproximada do registro histórico das anotações necessárias ao conhecimento do reino, mesclada de elementos ficcionais, possibilitando sua leitura enquanto literatura.

Bender e Laurito acompanham as reflexões de Candido (2005) e Moisés (1967) e falam a respeito dos escritos seiscentistas tanto de Portugal como do Brasil-Colônia, demonstrando a prodigalidade de textos produzidos à época das navegações e descobrimentos, indicando ser este o gênero mais propício para aquele tempo. Evidenciam as autoras, sobre este tema, o seguinte:

A data de 1434 é um marco não só para a História como para a Literatura Portuguesa. E também para o Gênero crônica: o cronista – que já vinha desde a Idade Média – passa a ser um escritor profissional, pago para trabalhar com a matéria histórica, matéria essa que deverá, de agora em diante, despojar-se do maravilhoso e do lendário, que se imiscuíam nos longos “cronicões” medievais, para ater-se aos fatos e à interpretação desses fatos. [...] A palavra **crônica**, no entanto, ainda que, posteriormente, viesse a abranger outros sentidos, permaneceu na língua portuguesa com o sentido antigo de narrativa vinculada ao registro de acontecimentos históricos. (BENDER; LAURITO, 1993, p. 12)

Para estas autoras, a produção escrita no Brasil, no período colonial, acompanhou a tendência de Portugal, obviamente por serem os filhos da metrópole os autores que escreveram em terras brasileiras. Portanto, para Bender e Laurito é o gênero crônica histórica que abrange os textos produzidos em solo colonial, nos séculos XVI e XVII, como se pode perceber:

A pré-história literária brasileira começa com uma crônica. Isso dizem os estudiosos. Com efeito, crônica, no velho sentido da palavra, é a Carta de Pero Vaz de Caminha, o escrivão da armada de Pedro Álvares Cabral, que relata ao rei D. Manuel os lances da descoberta do Brasil em 1500. Como a carta só chegaria ao destinatário tempos depois do evento, os acontecimentos relatados no momento mesmo da descoberta já se constituíam, por si, um registro do passado. [...] No entanto, comporta-se também como um cronista no sentido atual da palavra – o de flagrador do tempo presente – na medida em que o seu relato é contemporâneo dos acontecimentos que narra. Caminha é o cronista do cotidiano do descobrimento, ou seja, do “hoje” de 1500. (BENDER; LAURITO, 1993, p. 12)



Mas não somente a carta inaugural do Brasil apresenta-se enquanto crônica histórica. Outros textos posteriores vão ser estruturados e elaborados a partir deste gênero, conforme indicam as autoras:

Outros cronistas portugueses redescobrem o Brasil, depois de Caminha, dando notícias da nova terra aos europeus e detendo-se, principalmente, no seu aspecto exótico e pitoresco e nas suas possibilidades de exploração. **Entre eles, só para citar alguns exemplos**, Pero Lopes de Souza, Pero Lopes de Magalhães Gândavo e Gabriel Soares de Souza. Analogamente a essa chamada “crônica leiga”, também existe a crônica dos missionários e religiosos, especialmente a dos jesuítas, como Manuel da Nóbrega, Fernão Cardim ou José de Anchieta, que, tendo como finalidade principal documentar os passos da catequese, não podem deixar de dar notícias e tecer comentários sobre a terra e as gentes que nela habitam. Todos esses autores estão fazendo a história de uma terra sem história (pelo menos, do ponto de vista do colonizador). E todos os seus textos, mesmo que não sejam assim explicitamente designados, são **crônicas**, no sentido histórico da palavra; textos que antecipam o advento e a existência de uma historiografia nacional, já fruto de reflexão crítica e apoiada em instrumento adequado. (BENDER; LAURITO, 1993, p. 13-14, grifo do autor).

Jorge de Sá, igualmente, aponta que os primórdios da literatura brasileira materializam-se por meio do gênero crônica. Para o autor, o texto de Caminha é um ótimo exemplo do que a crônica do século XVI significa, porque o escrivão de Pero Álvares Cabral “[...] recria com engenho e arte tudo o que ele registra no contato direto com os índios e seus costumes, naquele instante de confronto entre a cultura européia e a cultura primitiva”. (DE SÁ, 2005, p. 6). Com isso, Caminha transforma detalhes simples do cotidiano, aparentemente insignificantes, em matéria que será de interesse e apreciação de seu destinatário, a pessoa de El-Rei.

Para este autor, o que possibilita os textos coloniais serem classificados como crônica, são algumas características estilísticas, entre eles: a preocupação dos autores com o registro do circunstancial, recriado por meio de um estilo pessoal de escrita, em que se inclui a elegância para a atração da atenção do leitor; o seu contato direto com a realidade por meio da observação, que reelaboram de forma escrita; e a maneira solta da narrativa, sem envolver-se demasiadamente com o fato narrado, ao estilo noticioso. (DE SÁ, 2005). Tudo isso faz com que nossa literatura e, por conseguinte, os textos do período colonial, em razão de possuírem caráter fundante, seja filha da crônica, como afirma De Sá: “A história de nossa literatura se inicia, pois, com a circunstância de um descobrimento: oficialmente, a literatura Brasileira nasceu da crônica.” (SÁ, 2005, p. 7).

A partir das considerações desses críticos e historiadores literários, é possível dizer que a crônica histórica foi um gênero textual predominante nos escritos do período colonial

brasileiro, em razão de ser o gênero mais propício à realidade da época, marcada por uma série de descobrimentos e novas experiências que inflamaram os autores em razão das exuberâncias dos novos contextos e da necessidade de informar e prestar contas, ao reino, das suas atividades.

Podemos, portanto, a partir da análise realizada do gênero crônica histórica, postular que Frei Vicente do Salvador e sua *História do Brasil* inserem-se no rol dos cronistas do Brasil-Colônia. Nesse sentido, há na *História* uma infinidade de textos que destacam fatos da colônia, permeados de elegância estilística ou de ficção ou, ainda, outras estratégias para colorir as narrativas a fim de dar-lhes ênfase com o objetivo de conquistar a atenção do leitor. Assim, o excerto abaixo, retirado da *História do Brasil* e que versa sobre o ritual fúnebre de tribos indígenas brasileiras, pode ser considerado como um exemplo da diversidade e das possibilidades textuais tratadas por Frei Vicente do Salvador, em que o frade insere importância a fatos simples do cotidiano ou de costumes e procedimentos corriqueiros:

Assim que alguém morre, enterram-no embrulhado na mesma rede em que dormia, e a mulher, filhas e parentas (se as têm) vão presenteá-lo até a cova com os cabelos soltos caídos sobre o rosto e, depois, lamenta-se ainda a sua mulher por muitos dias. Mas, se morre algum chefe da aldeia, o untam todo de mel e, por cima do mel, o enchem de penas de pássaros de cores e lhe colocam uma carapuça de penas na cabeça com todos os demais enfeites que ele costumava trazer em suas festas. E fazem-lhe, na mesma casa e rancho em que morava, uma cova muito funda e grande, em que lhe armam sua rede e o deitam nela, assim enfeitado com seu arco e flechas, espada e chocalho, que é uma vasilha com pedrinhas dentro com que costumam tocar. E fazem para ele fogo ao longo da rede para se esquentar e colocam-lhe alguma coisa para comer em um vaso, e água em um pote e, na mão, uma canguera, que é um canudo feito de palmas cheio de tabaco. E, então, cobrem-lhe a cova de madeira e de terra por cima, a fim de que não caia sobre o defunto. E a mulher, por luto, corta os cabelos e tingem-se toda de jenipapo, lamentando-se do marido por muitos dias. E o mesmo fazem com ela as que a vêm visitar e, assim que o cabelo cresce até a altura dos olhos, o torna a cortar e a tingir-se de jenipapo para encerrar o luto, e faz sua festa com seus parentes e muito vinho. (SALVADOR, 1965, p. 92).

Outro fator a ser levado em conta, e que marcará a composição da *História do Brasil*, diz respeito aos pressupostos coloniais no Brasil, porque eles são frutos de uma confluência e integração de aspectos contextuais e históricos próprios do século XVI e imediatamente posteriores. No que tange à formação do Brasil, há que se levar em conta todas as transformações por que passava a Europa, e mais especificamente o reino português, somado das consequências do encontro com o novo mundo, em razão do estranhamento ocasionado pelo confronto com o diferente inusitado, que cria uma instabilidade generalizada ao homem do velho continente. (HOLANDA, 2000).

Alguns desses novos elementos, tais como as descobertas das novas terras e de seus habitantes, irão marcar fortemente as relações entre o novo e o velho mundo, e suscitam uma corrida pela divisão e domínio dos novos territórios, o que desembocaria numa nova configuração da divisão do poder mundial. As nações europeias estavam fortemente agitadas pelas expansões territoriais promovidas pelas grandes navegações, além das trocas culturais com outros povos que isso proporcionou. Esse fator também impactou no desenvolvimento de novas relações econômicas, denominadas de mercantilismo, provocando uma exploração predatória das Colônias e seus habitantes. Os integrantes da nova sociedade em formação no Brasil, formados por uma mescla entre autóctones, colonizadores e negros, enraizaram-se e fizeram deste país a uma nova nação, que sofreu diretamente o impacto e as consequências destes movimentos pelo qual passou o mundo da época e por suas novas configurações.

No que diz respeito à arte ou à literatura, que mais nos interessa nesta análise, o Renascimento europeu, enquanto movimento multifacetário, assiste, paralelamente, ao desenvolvimento do Barroco, como uma consequência desta complexidade de mudanças, que, igualmente, marcou as produções artísticas, textuais e, acima de tudo, uma nova epistemologia que possibilitará a configuração de uma face bastante original no que tange ao homem ibérico. (OLIVEIRA, 2008).

Concomitantemente ao movimento renascentista, evidencia-se a Reforma religiosa motivada por Lutero e um movimento de resistência a ela, ou seja, a Contrarreforma. Este embate promoverá disputas ideológicas, intelectuais e, acima de tudo, será motivo de ódio e estopim de inúmeras guerras, não somente em continente europeu, mas também nas novas terras ultramarinas conquistadas. Especificamente no Brasil, este último aspecto, aliado ao desejo das grandes potências da época de abocanhar um quinhão do novo mundo, mostrar-se-á bastante evidente e será retratado por Frei Vicente em vários momentos da *História do Brasil*, seja nos episódios das invasões holandesas no Nordeste brasileiro, seja na tentativa de fundação de uma colônia francesa no Rio de Janeiro, pelo Almirante Nicolas Durand de Villegagnon, nas diversas insurreições das nações indígenas apoiadas por potências europeias, entre outros diversos casos citados na *História*.

Estes fatos históricos, entre outros, culminaram nos séculos XVI e XVII para a criação de uma mentalidade peculiar, que foi se constituindo vagarosamente. Frei Vicente do Salvador esteve imerso no bojo desse turbilhão de acontecimentos e ideias e foi influenciado por elas. O autor baiano não somente foi afetado por tudo isso, como assumiu posicionamento explícito, enquanto padre católico, patriota do Reino e amante inveterado do Brasil, expressando estes fundamentos em sua obra. (OLIVEIRA, 2008).

A compreensão dessas características fornece uma chave de leitura para a análise da *História do Brasil*, sem a qual complica-se não somente o seu entendimento como também o reconhecimento de sua importância para a historiografia brasileira, seja na literatura, como atestam os autores críticos apresentados ou mesmo em outras áreas do conhecimento, uma vez que outra característica da obra de Frei Vicente é a sua transversalidade temática. Assim, justifica-se o exercício, neste trabalho, de realizar uma breve apresentação de Frei Vicente do Salvador e da *História do Brasil*, em caráter de texto crítico.

Concluída esta exposição de Frei Vicente e sua *História do Brasil*, assim como o contexto de sua época, as ideias e acontecimentos mais importantes que impactaram sua obra, partiremos para uma segunda etapa desta pesquisa, equiparada em importância à introdutória, visto que formam uma unidade.

No segundo capítulo apresentaremos a discussão sobre as possibilidades de aproximações da *História do Brasil* com a literatura brasileira. Neste tópico será apresentada uma breve análise dos textos de críticos e historiadores da literatura nacional que se destacaram principalmente nos séculos XIX e XX a respeito da literariedade da obra de Frei Vicente. Complementarmente, serão trazidos excertos da *História do Brasil* que se aproximam da escrita literária. Estes trechos escolhidos, por serem importantes para esta dissertação, funcionarão como apontamentos de histórias na *História*, suas intertextualidades com outros autores da época, indicações de ficcionalidades e a possibilidade de evidenciar seus trajetos, origens e como influenciaram construções temáticas no campo da literatura. Realizaremos este exercício por meio de recortes textuais na *História do Brasil*,

No capítulo terceiro, realizaremos um trabalho em via de mão dupla. Primeiramente, empenharemos o esforço da releitura e transcrição da obra para um contexto linguístico mais atualizado. Paralelamente a esta tentativa de atualização linguística, nos esforçaremos para apontar textos no decorrer da *História do Brasil* que possam ser aproximados da literatura.

Este exercício faz-se necessário e pertinente por algumas razões. Uma delas se dá em face aos resultados decorrentes desta pesquisa. Tanto as leituras de aprofundamento sobre Frei Vicente do Salvador e a sua *História* como a pesquisa comparada das edições evidenciam uma evolução gradativa no que diz respeito à composição e à estruturação dos textos. Fica claro, portanto, que a constituição estrutural e o desenvolvimento do texto da *História do Brasil* foi sofrendo alterações e acréscimos, conforme foram sendo reproduzidos seus manuscritos, e também pelo descobrimento de novos documentos e pistas que chegaram até nossos dias. Os itinerários dos códices 49 e 24, apresentados anteriormente, comprovam esta evolução. Este itinerário de descobertas de novos documentos e consequentes modificações

apontam para três textos paradigmáticos em relação às impressões da *História do Brasil*: o de 1889, o de 1918 e o de 1965.

Por outro lado, a partir do acesso a maior quantidade de material historiográfico e de uma metodologia mais atual de estudo comparativo dos manuscritos, aflui o texto de 2008, de Maria Lêda Oliveira, que recompõe uma versão “mais próxima” daquela escrita originalmente por Frei Vicente. Contudo, em razão dos objetivos de seu trabalho, Maria Lêda conservou o aspecto linguístico tal qual se apresenta nos códices 49 e 24, sem a atualização realizada pelas edições dos outros anos. Dessa forma, ao defrontar-se com a *História do Brasil*, em sua edição de 2008, tendo em conta que esta é a que mais se aproxima do original, arrosta-se a uma textualidade que causa estranheza e dificuldade de entendimento para o leitor.

Dessa forma, materializa-se um dos objetivos da releitura ora proposta da *História do Brasil* e sua atualização para uma linguagem mais apropriada ao nosso tempo, para proporcionar uma leitura mais fluída, um acesso ao texto que favoreça o estudo acadêmico e a pesquisa, devido à dificuldade de leitura de um texto escrito a partir de regras linguísticas e ortográficas do século XVII. Aproveitamos, portanto, a fundamentação e o respaldo histórico e historiográfico da edição de 2008 para tê-lo como texto-base para a atualização linguística a que nos propusemos realizar, além de ser um texto que representa uma maior proximidade com a edição original de Frei Vicente do Salvador.

Esta exposição representa uma das partes centrais desta pesquisa. Nesta etapa, faremos uso de notas de rodapé referenciadas conforme sua pertinência para cada Livro. Serão destacadas em conformidade com os objetivos deste trabalho, em razão de sua importância temática, estilística e abrangendo curiosidades gerais enquanto esclareçam temas que interessem ao leitor, facilitando-lhe um acesso direto a tais informações.

Portanto, estes dois empreendimentos, que serão realizados nos capítulos 2 e 3, indicam a tentativa de comprovar a hipótese da importância da *História do Brasil* para a literatura brasileira, no âmbito de sua história, historiografia e para a atualidade no que diz respeito ao aprofundamento dos textos fundamentais que auxiliaram na edificação do que podemos chamar hoje de uma “literatura nacional”, levando-se em conta as complexas nuances do que se compreenda como “literatura”. Portanto, às 10 edições de escopo histórico relacionadas na primeira parte desta pesquisa, apresentaremos, como objetivo desta dissertação, uma de caráter marcadamente literário. Assim, compreende-se que o interesse pelos autores brasileiros, desde nossa mais remota origem, e o esforço em evidenciar sua importância, é uma forma de também contribuir com a nossa valiosa literatura brasileira.

## 2. LITERATURA E A HISTÓRIA DO BRASIL

Uma discussão de central relevância nesta dissertação refere-se à possibilidade literária da *História do Brasil*. Afinal, como o próprio título da obra indica, seu teor é de cunho histórico e historiográfico. Contudo, por tratar-se de um texto embrionário para as escrituras nacionais, procuramos levantar algumas hipóteses que nos possibilitam considerar o veio literário da produção de Frei Vicente do Salvador.

Algumas dessas pressuposições estão diluídas ao longo deste trabalho acadêmico. Outras tentaremos explicitar neste tópico, tais como: a) o estilo aberto da obra e as elaborações textuais permeadas de elegância e de elementos fantásticos; b) as marcas estilísticas de escritos da época do descobrimento, principalmente no Brasil, julgadas como embrião da posterior produção literária nacional; c) as indicações da *História*, entre outros livros da época, como central no impulso da temática do nativismo, que seria considerado o principal argumento embrionário do qual se apoderariam os críticos e autores da literatura brasileira, na tentativa de erigir uma literatura originalmente brasileira; e d) por fim, a sua referência em importantes autores da literatura brasileira e suas obras, seja de maneira indireta ou direta.

A respeito da questão literária da *História*, é importante partir de um pressuposto que olha para a literatura como uma produção de intencionalidade estética e que consegue enxergar nas obras do período colonial brasileiro, levando-se em conta a realidade da época e a dinâmica de produção textual, o que também perceberam os críticos da literatura indicados neste capítulo, além de sua nuance mais abrangente que a permite dialogar com outras áreas do conhecimento, principalmente a história. Esta dimensão mútua entre história e literatura revela uma transversalidade recíproca destas duas áreas do conhecimento. Muitas vezes, a linha divisória entre uma e outra apresenta-se bastante tênue.

Esses aspectos da literariedade ou falta dela na *História do Brasil* são discutidos pelos críticos e historiadores da literatura brasileira, principalmente no final do século XIX e no século XX. Faremos uma breve digressão do que esses críticos falam a respeito desse problema, a fim de demonstrar as possibilidades literárias da obra de Frei Vicente. Nos tópicos seguintes deste capítulo, para efeito de ilustração, traremos excertos do livro de Frei Vicente que demonstram suas características estilísticas e literárias, fazendo emergir, como nos fala João Capistrano de Abreu, histórias dentro da *História*. (SALVADOR, 1965, nota preliminar).

A leitura da *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, faz emergir a complexa questão do que seja uma obra literária ou o que podemos chamar de literatura propriamente dita. O próprio conceito de literatura foi evoluindo ao longo do tempo e, com ela, as produções literárias. A ideia que temos de uma obra de literatura, hoje, difere grandemente dos conceitos antigo e medieval sobre o mesmo assunto. Prova disso é a revolução estilística trazida pelo romance, caracteristicamente uma prosa ficcional distinta das produções clássicas, nos séculos XVII e XVIII, e as resistências e barreiras que os autores desse gênero tiveram que superar para estabelecer um rosto próprio para a prosa ficcional, tal qual a conhecemos hoje.<sup>18</sup>

Essa problemática a respeito das características, balizas, limites e possibilidades de se considerar uma obra genuinamente literária, nos impulsiona a questionarmos as obras escritas produzidas no tempo dos descobrimentos, principalmente no território brasileiro dos séculos XVI e XVII. Obviamente, embora não encontremos nessa época modelos de produção textual como os produzidos a partir do século XIX, enxergamos nas compilações escritas pelos prosadores dos séculos XVI e XVII uma forte potencialidade literária, principalmente porque foram eles que lançaram os fundamentos, ou a gênese, do que, futuramente, poderíamos chamar de literatura nacionalista ou brasileira. (VERÍSSIMO, 1963; ROMERO, 1960; CASTELLO, 1981; CANDIDO, 2005).

Dessa forma, optamos, nesta dissertação, por considerar os textos do período colonial e, mais especificamente a *História do Brasil*, como vinculados à literatura a partir de elementos textuais que mesclam a crônica histórica com construções fantasiosas e, também, estratégias estilísticas ficcionais utilizadas para atrair a atenção do público leitor. Outro aspecto diz respeito à sua capacidade de dialogar com outros gêneros textuais, tais como a história, a sociologia, a psicologia, entre outros. Essa transversalidade característica da literatura fica mais evidente quando assentamos um olhar mais atento às obras produzidas no Brasil dos dois primeiros séculos de sua existência.

---

<sup>18</sup> Para uma noção introdutória a respeito da evolução do romance moderno como um gênero distinto das obras clássicas e o seu processo de sua afirmação, sugerimos a consulta das seguintes obras: WATT, I. **A ascensão do romance**: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding. Trad: Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; SITI, W. O romance sob acusação. In: MORETTI, F. (org). **A cultura do romance**. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Cosac Naify, 2009; ABREU, M. Problemas de história literária e interpretação de romances. **Todas as Letras X**. São Paulo, v. 16, n. 2, p. 39-52, nov. 2014; e CANDIDO, A. Timidez do romance: estudo sobre a justificativa da ficção no começo do século XVII. **Alfa: Revista de Linguística da UNESP**. São José do Rio Preto (SP), v. 18/19, p. 61-80, 1972/1973. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3508/3281>>. Acesso em: 04 jul. 2017.

## 2.1 HISTÓRIA DO BRASIL: A FICÇÃO POR MEIO DE ELEMENTOS FANTÁSTICOS

O primeiro aspecto que precisamos observar é que a *História do Brasil* insere-se no horizonte dos textos produzidos no contexto das grandes navegações e descobrimentos, tomando um colorido especial no conjunto das obras escritas nas Américas, em razão do que a novidade do novo continente representou para os conquistadores. Obviamente, ainda não se pode falar em termos de uma consciência literária brasileira predominante neste período, autônoma e independente da cultura europeia. Mesmo assim, a obra merece apreço diante dos consideráveis obstáculos de se escrever nestas terras, tanto pela falta de incentivo da metrópole quanto pela precariedade de estrutura que colocasse à disposição leitores brasileiros competentes e ávidos pelo consumo de livros, estes escassos em território brasileiro nos seus primeiros séculos.<sup>19</sup>

A respeito da recepção das obras dos cronistas dos séculos XVI e XVII nas Américas, de uma maneira geral, isso ocorreu mais propriamente pelo interesse dos cidadãos da metrópole motivados pela curiosidade em relação às histórias fantásticas da nova terra e, muitas vezes, pelo desejo dos escritores em fazer propaganda das colônias. (OLIVIERI e VILLA, 2000). Assim, a *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, por um lado, aproxima-se do rol das ditas “crônicas do descobrimento”<sup>20</sup>, porém, por outro lado, em razão tanto da intencionalidade do autor quanto do estilo textual, ou seja, no quesito estético, afasta-se desse conjunto, estabelecendo-se como uma produção inédita e pioneira para seu tempo. Daí a importância que a *História* adquire face à sua contribuição para o lançamento dos fundamentos de uma literatura genuinamente nacional.

No inventário temático das crônicas no ambiente das grandes navegações e descobrimentos do século XVI, encontram-se as histórias fantasiosas envolvendo uma série de ingredientes, que iam desde a paisagem exuberante da fauna e da flora do novo continente e seus habitantes até seres monstruosos, terrestres e marinhos, uma vez que os conquistadores europeus se defrontaram com o “outro diferente”. (HOLANDA, 2000). Da mesma forma, estão as narrativas em que se percebe o deslumbramento com este “novo”, impulsionando o surgimento de mitos e lendas, tais como o do eldorado, das montanhas de ouro, da crença de estarem às portas do paraíso edênico perdido, do mito do bom selvagem, da exaltação da terra, da Zona Tórrida descrita por Aristóteles, entre outros. Além das temáticas, mistura-se o

---

<sup>19</sup> Antonio Candido (2005) e José Aderaldo Castelo (1981) denominam esta estrutura formada por leitores, livros e meio de circulação como “fato literário” que só viria a se intensificar no Brasil no século XIX.

<sup>20</sup> A indicação da *História do Brasil* enquanto um texto que contempla a crônica histórica própria dos séculos XVI e XVII já foi articulada no item 1.2.3 desta dissertação.



estilo de descrição barroco e a mentalidade contrarreformista. (COUTINHO, 1959; ROMERO, 1960).

Embora Frei Vicente do Salvador prime por arquitetar com genialidade um texto de complexo teor político (OLIVEIRA, 2008), distanciando-se dos cronistas de sua época, concomitantemente aproxima-se deles, introduzindo várias dessas temáticas ao longo da obra, com intuitos variados, dentre eles o de conferir leveza na composição, afastar-se das perseguições provindas dos organismos de controle ideológicos do reino e atrair o interesse de leitores. (OLIVEIRA, 2008; SALVADOR, 1965, nota preliminar). Ao longo da *História*, são inúmeros excertos que trazem, reforçam e promovem a intertextualidade com as crônicas do século XVI, não somente em relação aos textos escritos, mas também aos relatos orais de grande difusão que circulavam neste tempo.

Um exemplo dessa temática tratada na *História do Brasil* é a crença de que São Tomé já teria passado pelo território das Américas, ainda antes de ser descoberta. Acreditavam os primeiros conquistadores europeus que o Brasil fora uma terra predeterminada por Deus para o povo de Portugal, enviando São Tomé como precursor para preparar os habitantes do novo mundo para a chegada dos seus escolhidos, o povo português, para, assim, tomar sua posse e, por meio dela, reconstruir o seu poderio e predominância no mundo (OLIVEIRA, 2008; HOLANDA, 2000). Frei Vicente do Salvador corrobora este mito tratando da passada de São Tomé, que, fugindo dos indígenas que o queriam devorar, deu um salto até à Índia, deixando como marca deste pulo uma pegada impressa na pedra que lhe servira de impulso. Eis o relato nas palavras do próprio autor, descrita no LIVRO II, Capítulo 7:

Também é tradição antiga entre eles [índios] **que veio o bem-aventurado apóstolo São Tomé a esta Bahia e lhes deu a planta da mandioca e das bananas de São Tomé**, de que temos tratado no primeiro livro; e eles, em paga deste benefício e de lhes ensinar que adorassem e servissem a Deus e não ao demônio, que não tivessem mais de uma mulher, nem comessem carne humana, **o quiseram matar e comer, seguindo-o com efeito até uma praia donde o santo se passou de uma passada à ilha da maré, distância de meia légua, e daí não sabem para onde. Devia de ser indo para a Índia**, que quem tais passadas dava bem podia correr todas as terras, e quem as havia de correr também convinha que desse tais passadas.

Mas, como estes gentios não usem de escrituras, não há disto mais outra prova ou indícios que achar-se uma pegada impressa em uma pedra naquela praia, que se diziam ficara do santo quando se passou à ilha, onde em memória, fizeram os portugueses no alto uma ermida do título e invocação de São Tomé. (SALVADOR, 1965, p. 125-126, grifo do autor).

Nesta mesma direção, Frei Vicente reforça a lenda do Caramuru, tratado também por outros cronistas. Indica seu casamento com Paraguaçu, filha de chefe de nação indígena, a ida para a França e a filiação do casal, como se pode verificar no LIVRO III, capítulo 11:

Com toda esta gente chegou à Bahia a 20 de março do mesmo ano e desembarcou na Vila Velha, que Francisco Pereira deixou edificada logo à entrada da barra, onde achou a Diogo Álvares Caramuru, de quem disse no sétimo capítulo do livro segundo, que foi livre da morte pela filha de um índio chefe que dele se enamorou, a qual, embarcando-se ele depois fugido em um navio francês que aqui veio carregar pau e, indo já o navio à vela, foi-se a nado embarcar com ele e, chegando à França, batizando-se ela e chamando-se Luísa Álvares, casaram-se ambos e, depois, os tornaram a trazer os franceses no mesmo navio, prometendo-lhes ele de lho fazer carregar por seus cunhados.

Porém, chegando à Bahia, e ancorando no rio de Paraguaçu, junto à ilha dos Franceses, mandou-lhes uma noite cortar a amarra, com que deram à costa e, despojados de quantos traziam, foram todos mortos e comidos do gentio, dizendo-lhes Luíza Álvares, sua parenta, que aqueles eram inimigos e só seu marido era amigo e, como tal, tornava a buscá-los e queria viver entre eles, como de feito viveu até a vinda de Tomé de Souza e depois muitos anos. E a ela alcancei eu, morto já o marido, viúva mui honrada, amiga de fazer esmolas aos pobres e outras obras de piedade. E assim fez junto à Vila Velha em um aprazível sitio uma ermida de Nossa Senhora da Graça e impetrou do Sumo Pontífice indulgências pera os romeiros, pelos quais é bastante frequentada. Esta capela ou administração dela doou aos padres de São Bento que ali vão todos os sábados cantar uma missa.

Morreu muito velha e viu em sua vida todas as suas filhas e algumas netas casadas com os principais portugueses da terra, e bem o mereciam também por parte de seu progenitor Diogo Álvares Caramuru, por cujo respeito fiz esta digressão, pois este foi o que conservou a posse da terra tantos anos e, por seu meio, fez o governador Tomé de Souza pazes com o gentio e os fez servir aos brancos. (SALVADOR, 1965, p. 160-161)

No horizonte da intertextualidade de lendas e mitos que povoavam a mentalidade dos navegadores e dos primeiros colonizadores europeus do Brasil, encontrava-se o da “Lagoa Dourada”, em junção com a lenda do “El Dorado”. A partir de relatos indígenas americanos, os espanhóis e os portugueses acreditavam na existência de uma incrível “lagoa” portentosa em ouro e, contígua a esta lagoa, uma cidade grandemente próspera e rica, abundante em prata e variadas pedras preciosas. Desta lagoa nasceriam três rios, segundo lendas indígenas: o rio Paraguai, o rio São Francisco e o rio Paraupava (atual rio Araguaia). Para se ter acesso à Lagoa Dourada, portanto, bastava partir das fozes de qualquer um destes rios. (FERREIRA, 1994). No LIVRO II, capítulo 24, Frei Vicente faz menção ao relato de Gabriel Soares que morreu em uma bandeira empreendida para encontrar rotas que chegassem às minas de pedras preciosas do Peru e, também, cita esta lagoa farta em metais e pedras preciosas:

O intento que Gabriel Soares levava nesta jornada era chegar ao rio de São Francisco e depois por êle até a **lagoa Dourada**, donde dizem que tem seu nascimento, e pera isto levava por um guia um índio por nome Guaraci, que quer dizer sol, o qual também se lhe pôs e morreu no caminho, ficando todas as minas

obscuras até que Deus, verdadeiro sol, queira manifestá-las. (SALVADOR, 1965, p. 313, grifo do autor)

Outro relato que remonta à fantasia diz respeito ao monstro meio homem e meio peixe, a Hipupiara<sup>21</sup>. Fica evidente, por meio deste relato, que Frei Vicente teve acesso e se utilizou de outros escritos que circulavam no Brasil nos séculos XVI e XVII, porque há referência ao monstro marinho em textos de outros autores, como é o caso das obras “*Historia da Província de Santa Cruz*” (1575/1576), de Pêro de Magalhães Gândavo, e “*Incríveis aventuras e estranhos infortúnios de Anthony Knivet...*” (1625), do pirata inglês Anthony Knivet. Os cronistas relatam histórias contadas pelos indígenas de um monstro marinho que saía das águas e devorava as pessoas que estivessem às margens dos rios. O fato narrado por Frei Vicente, ocorreu na capitania de São Vicente. Esta narrativa se encontra no LIVRO I, capítulo 10, conforme segue:

Há homens marinhos, que já foram vistos sair fora de água após os índios, e nela não morto a alguns que andavam pescando, mas não lhes comem mais que os olhos e nariz, por onde se conhece que não foram tubarões, porque também há muitos neste mar, que comem pernas e braços e tôda a carne.

Na capitania de São Vicente, na era de 1564, saiu uma noite um monstro marinho à praia, o qual, visto de um mancebo chamado Baltasar Ferreira, filho do capitão, se foi a êle com uma espada e, levantando-se o peixe direito como um homem sôbre as barbatanas do rabo, lhe deu o mancebo uma estocada pela barriga com que o derribou e, tornando-se a levantar com a bôca aberta para o tragar, lhe deu um altabaixo na cabeça com que o atordoou, e logo acudiram alguns escravos seus que o acabaram de matar, ficando também o mancebo desmaiado e quase morto, depois de haver tido tanto ânimo. Era êste monstruoso peixe de quinze palmos de comprido, não tinha escama senão pele, como se verá na figura seguinte. (SALVADOR, 1965, p. 80).

Um último texto que trazemos desses relatos fantasiosos presentes na *História do Brasil* versa sobre a zona tórrida. Segundo Sérgio Buarque de Holanda (2000), a zona tórrida foi um argumento mitológico bastante difundido na Idade Média entre os filósofos que se preocuparam em debater a geografia mundial até então conhecida (a explanação aprofundada sobre a zona tórrida foi realizada na nota de rodapé nº 70). Eles remontam a Aristóteles e outros pensadores antigos para elucubrar sobre esta parte inabitável do planeta. Frei Vicente traz esta discussão para dentro da *História*, demonstrando uma contra-argumentação em relação à premissa vigente, trazendo o Brasil como prova de sua teoria. Embora seja um relato fantasioso, o frade também demonstra que estava a par dos escritos desta época, deixando transparecer erudição em relação à filosofia e à literatura. Também seu conhecimento

---

<sup>21</sup> A figura da Hipupiara, que foi retratada no livro *História da Província de Santa Cruz (1575/1576)*, de Pêro de Magalhães Gândavo, pode ser conferida no anexo M, ao final desta dissertação.

linguístico pode ser percebido nas mesclas de latim no interior das frases em português. A discussão sobre a zona tórrida encontra-se no LIVRO I, Capítulo 4:

Opinião foi de Aristóteles e de outros filósofos antigos que a zona tórrida era inabitável porque, como o sol passa por ela cada ano duas vêzes pera os trópicos, parecia-lhes que com tanto calor não poderia alguém viver. E confirmavam sua opinião, porque o sol aquece com os seus raios *uniformiter diformiter* mais ao perto que ao longe, e por essa causa no inverno aquece pouco, porque anda distante; *sed sic est* que na zona temperada, onde nunca entra, só pelo acesso que faz no verão enfermam e morrem os homens de calor; logo *a fortiori* em a zona tórrida donde nunca sai há de ser mortífero.

Porém a experiência tem mostrado que a zona tórrida é habitável, e que em algumas partes dela vivem os homens com mais saúde que em tôda a zona temperada, principalmente no Brasil, onde nunca há peste nem outras enfermidades comuns, senão bexigas de tempos em tempos [...]. A razão disto é porque, ainda, que a terra do Brasil é cálida por estar a maior parte dela na zona tórrida, contudo é juntamente muito úmida, como se prova de orvalhar tanto de noite que nem depois de sair o sol a quatro horas se enxugam as ervas e, se alguém dorme ao sereno, se levanta pela manhã tão molhado dêle como se lhe houvera chovido.

[...] E esta umidade é causa de que o calor desta terra se tempere e faz êste clima de boa complexão. Outra é pelos ventos leste e nordeste, que ventam do mar todo o verão do meio-dia pouco mais ou menos até a meia-noite, e levam e refrescam tôda a terra.

A última causa é pela igualdade dos dias e das noites, porque (como dizem os filósofos) a extensão faz intensão; donde, se um pusesse ou tivesse a mão devagar sôbre um fogo fraco de estopas ou de palhas, se queimaria mais que se depressa passasse por um fogo forte. (SALVADOR, 1965, p. 63-64).

Com o conjunto dos excertos acima citados quisemos demonstrar a dimensão da ficcionalidade presente na *História do Brasil*, acreditando serem suficientes para demonstrar este aspecto da obra. Assim, finalizamos este tópico. No próximo tópico, procuraremos demonstrar aspectos estilísticos da *História do Brasil*.

## 2.2 AS MARCAS ESTILÍSTICAS DA *HISTÓRIA DO BRASIL*: O HORIZONTE DA PRODUÇÃO TEXTUAL BARROCA

É igualmente possível verificar a possibilidade literária da *História do Brasil* por outro enfoque, a da estilística, que marca as textualidades enquanto composições artísticas, em que a construção da narrativa favorece o belo. Neste escopo, a *História do Brasil* evidencia-se como um texto que vai além da composição histórica ou da simples descrição de fatos e coisas exóticas da nova terra descoberta, afastando-se da tendência de outros escritos da época. Aliás, ao que tudo indica, Frei Vicente é pioneiro em efetivar uma escrita permeada por um estilo mais aberto em relação à produção técnica, em elaborar um texto em vários momentos marcado pela elegância e pelo humor, enquanto artifícios para prender a atenção do leitor. Assim, é possível notar, ao longo da *História do Brasil*, que Frei Vicente lança mão

desta marca estilística nas inserções de prosas prolixas, histórias interessantes, críticas, anedotas, entre outros estratagemas de produção textual. Essas composições são evidenciadas pelos críticos e historiadores da literatura brasileira que defendem o caráter literário da *História do Brasil*. Esses estudiosos falam a respeito da dimensão estética presente na obra, destacando uma intencionalidade explícita de Frei Vicente do Salvador em realizar construções textuais em que se destaca o belo, a formosura, enfim, uma escrita enquanto arte.

Neste sentido, é importante levar em conta que a obra de Frei Vicente do Salvador pertence à estrutura estética de sua época, ou seja, caracteriza-se como uma obra marcada pelo Barroco, mesmo que em seu estilo de escrita diferencie-se substancialmente das demais produções do século XVII, no Brasil-Colônia. Por essa razão, acreditamos ser importante fazer uma breve apresentação do que significou o Barroco, levando em conta, principalmente, a sua influência nos textos produzidos no período de abrangência desta tendência.

Para Candido e Castello (2005), o movimento que marca a produção escrita no Brasil-Colônia no século XVII é o barroco ibérico, do qual nossos escritores farão um esforço para lhe imitar os valores estéticos, acrescentando-lhe certa mistura de crítica, em razão do nativismo. Para Candido e Castello:

[...] o que ocorre, como expressão de criação literária, é imitação ou transposição, ressalvada parcialmente pelo sentimento nativista ou pela lenta definição de uma consciência crítica. É o caso do barroco. (CANDIDO; CASTELO, 2005, p. 13).

No campo da literatura, o barroco foi um “Movimento literário que se desenrola, grosso modo, ao longo do século XVII.” (MOISÉS, 1992, p. 58). Este movimento, marcado pela complexidade e, conseqüentemente, difícil de ser definido de forma breve, teve, conforme afirma Massaud Moisés, como sua principal impulsão a contraposição ao Renascimento e à Reforma Luterana. Moisés, em seu “Dicionário de termos literários”, aponta que o Barroco:

[...] define-se como um movimento de repulsa à ordem clássica e aos demais valores que o Humanismo renascentista pusera em voga, e de retomada de algumas expressões da cultura medieval. Neopetrarquismo, visão pessimista do mundo, que concebe o homem como ser miserável à espera dum ato de misericórdia divina, imerso em profunda melancolia logo convertida em tédio existencial [...] e a transcendência, atraído pela morte como solução, mas ao mesmo tempo horrorizado com a sua idéia, tudo a oscilar entre extremos que denunciam ambigüidades expressas por antíteses, por metáforas e um festival de conceitos que, preludiando uma das modalidades do Barroco, assinala a faceta neurótica do Maneirismo, – eis os ingredientes fundamentais dessa corrente estética, cujo protótipo se encontra na obra de Miguel Ângelo. (MOISÉS, 2005, p. 58).

Mais adiante, no mesmo verbete, Massaud ainda acena para algumas características formais do Barroco, presentes na materialidade das composições artísticas e, por conseguinte, nos textos literários:

[...] características formais do Barroco: o jogo do claro-escuro, da luz e sombra, a assimetria, o contraste, a abundância de pormenores, o retorcido na sintaxe, as inversões desconcertantes e cerebrinas, o rebuscamento das metáforas, a euforia dos sentidos [...] a recusa do vocabulário “fácil”, popular, o aristocratismo, o amaneiramento; e de conteúdo: a agudeza dos conceitos [...] que provoca a obscuridade, o sensualismo (especialmente visual), a tensão entre a fé e a razão, misticismo e erotismo, entre o apolíneo e o dionísio, entre a aventura e a ordem, entre a miséria da carne a transcendência do espírito, entre a racionalidade e a fantasia, etc. Estética das oscilações, dos conflitos, dos paradoxos, dos contrastes, das antinomias que forcejam por unificar-se, o Barroco implica uma cosmovisão e uma teoria do conhecimento. (MOISÉS, 2005, p. 59-60).

Partindo dessa rápida consideração sobre a dimensão estética do Barroco, evidenciaremos aspectos da *História do Brasil* que possibilitam promover uma chave de leitura a partir desta tendência artística.

Nesse sentido, Antônio Soares Amora aponta que a textualidade de Frei Vicente acompanha as tendências ibéricas do “quincentismo e seiscentismo” (1967, p. 16) e que sua relevância evidencia-se nos traços pitorescos e na fluência da comunicação com os interlocutores de seu tempo. Define-a como “prosa historiográfica colonial”. Diz Amora que “[...] literariamente o que importa ver nessa obra não é, evidentemente, o que contém de registro histórico, mas o estilo do autor, de modo geral fluente, pitoresco e comunicativo.” (AMORA, 1967, p. 23).

Massaud Moisés indica que Frei Vicente contribui para a literatura nacional a partir de uma escrita que foge da transcrição histórica pura e nas quais se acrescentam elementos fantasiosos. Essas construções são uma possibilidade propiciada pelo estilo Barroco que ascende a imaginação dos escritores em épocas dos confrontamentos com diversas realidades desconhecidas em seu tempo, como, por exemplo, o Brasil, suas nações e toda a sua exuberância natural. Neste horizonte, afirma Massaud que:

No estudo da obra de Frei Vicente do Salvador, impõe-se uma premissa: à semelhança de quase toda a atividade historiográfica durante o predomínio do barroco, a História do Brasil participa pouco da Literatura, mas o bastante para que a tratemos com algum vagar, pondo de lado propositadamente aquilo que responde à reta ciência historiográfica; [...] Ao contrário, sempre que a fantasia prevalece ou enforma a visão da realidade, havemos de prolongar a atenção, pois aí se localizam os domínios próprios da arte literária. (MOISÉS, 2001, p. 148).

Mais à frente, Massaud (2001, p. 151) reafirma os elementos do Barroco na obra de Frei Vicente, como as referências da mitologia e da filosofia gregas e romanas, como se percebe: “[...] glosa Cícero na Dedicatória; refere-se ao Deus Pã a modo de preparar a imagem do Pão divino; lembra que “opinião foi de Aristóteles e de outros filósofos antigos que a zona tórrida era inabitável” e que “no conselho tinha um Nestor e no exército um Aquiles”.

Afrânio Coutinho (1959), da mesma forma que Massaud Moisés, ressalta os traços do esteticismo Barroco presentes na *História do Brasil*, sendo a prolixidade e o excesso de detalhe nas descrições e construções textuais os aspectos que mais se sobressaem dessa marca literária. Seguindo ainda esta tendência, José Aderaldo Castello (1981) também reforça a ideia de que a *História do Brasil* evidencia-se como uma crônica histórica permeada de pressupostos barrocos. Segundo Castello, a prosa barroca “ainda é rigorosamente informativa [...] mas, logo a seguir, com Frei Vicente do Salvador, adquire o caráter predominante da crônica histórica, como legítima expressão do gênero cultivado no Brasil-Colônia.” (CASTELLO, 1981, p. 85).

Sílvio Romero e José Veríssimo são dois expoentes da literatura brasileira que debaterão, no final do século XIX, sobre as questões da ausência ou presença de literariedade nas obras do Brasil Colônia. Este embate de grande interesse e, ao mesmo tempo profícuo para a literatura brasileira, abrangerá, igualmente, a abordagem da *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, conferindo-lhe, conforme cada um desses autores, maior ou menor grau literário.

Sílvio Romero comprara o autor da *História do Brasil*, sobre sua prosa, o que em poesia fora Gregório de Mattos:

[...] Os cronistas são os que primeiro cultivaram a prosa no Brasil. Só por êste lado mereceriam um estudo especial na história literária. [...] É por isto que tributo a Vicente do Salvador o mesmo preito devido a Gregório de Mattos; [...] (ROMERO, 1960, p. 567).

Ainda para Romero, Frei Vicente do Salvador possui uma textualidade agradável, pitoresca e repleta de expressões e ditados populares, ampliando, assim, o estilo historiográfico para os campos da literatura. Entretanto, este teórico ressalta que tais características de Frei Vicente não representam descuido ou relaxamento, mas são reflexos de uma intencionalidade estilística, pois que o autor da *História* tem um apreço e cuidado com a linguagem e refinamento na composição textual que se sobressaltam inclusive a uma primeira

leitura. Segundo Romero (1960, p. 368), “[...] mais direito tem a destacar-se nela o frade baiano, como o nosso primeiro clássico, e clássico em o bom sentido; pois, sendo um seiscentista, não tem os defeitos comuns a grande número de prosadores daquele tempo.”

José Veríssimo, por seu lado, destaca o aspecto da linguagem do frade franciscano, tratando a *História* como um clássico em razão da sua importância para a literatura brasileira. Também destaca o zelo pela correção na escrita e a sua capacidade e domínio das normas da língua portuguesa. Mas Veríssimo não fica somente na análise formal da escritura da obra, evidenciando também a desenvoltura como traço estilístico de Frei Vicente. Essa dupla capacidade diferencia qualitativamente Frei Vicente dos outros autores coloniais. Assim, José Veríssimo aponta que a *História do Brasil*,

É um livro que poderíamos chamar de clássico [...]. A sua língua correta, expressiva e até às vezes colorida, mais porventura do que o costuma ser a dos escritores seus contemporâneos, tem sobre a destes a superioridade da singeleza e da naturalidade, virtudes neles raras. [...] Tem espírito, tem chiste, quase poderíamos dizer que às vezes tem até humor. Há sobretudo nele uma desenvoltura de pensar e de dizer que aumentam o sabor literário à sua História. [...]. (VERÍSSIMO, 1963, p. 46).

Mais adiante, ainda destaca o aspecto estilístico, observando que Frei Vicente “não é só historiador que reconta, observa e reflexiona, é também moralista avisado que sem costumes fradescos, compara, aprecia e generaliza, e sabe fazê-lo com graça natural e frase que desta mesma naturalidade tira a elegância.” (VERÍSSIMO, 1963, p. 47). Por fim, Veríssimo ainda salienta que há certa ingenuidade na produção textual de Frei Vicente do Salvador, mas que, ao invés de isso lhe diminuir a importância, acrescenta grandeza à sua obra, porque a torna instigante à leitura, sendo Frei Vicente “[...] o único prosista brasileiro da fase inicial da nossa literatura”. (VERÍSSIMO, 1963, p. 50).

É comum na *História do Brasil*, a introdução de elaborações textuais trabalhadas com jogos de palavras, trocadilhos, metáforas, entre outros, características estilísticas indicadas pelos críticos anteriormente destacados. Isso demonstra não só a preocupação de Frei Vicente em prezar pela elegância das frases, afastando-se da descrição castiça dos fatos e histórias da colônia, como também de pensar no sucesso da recepção da obra, tornando a leitura agradável ao seu público. Estes aspectos ficam bastante evidentes na narrativa em que o autor trata do nome da nova terra conquistada, fazendo um jogo de palavras entre Santa Cruz e Brasil, no LIVRO I, capítulo 2:

O dia que o Capitão-Mor Pedro Álvares Cabral levantou a cruz, que no capítulo atrás dissemos, era a 3 de maio, quando se celebra a invenção da santa cruz em que



**Cristo Nosso Redentor** morreu por nós, e por esta causa pôs nome à terra que havia descoberta de Santa Cruz e por êste nome foi conhecida muitos anos. Porém, como o **demônio** com o sinal da cruz perdeu todo o domínio que tinha sôbre os homens, receando perder também o muito que tinha em os desta terra, trabalhou que se esquecesse o primeiro nome e lhe ficasse o de Brasil, por causa de um **pau assim chamado de côr abrasada e vermelha com que tingem panos**, do qual há muito, nesta terra, como que importava mais o nome de um pau com que tingem panos que o daquele **divino pau, que deu tinta e virtude a todos os sacramentos da Igreja**, e sôbre que ela foi edificada e ficou tão **firme e bem fundada** como sabemos. E porventura por isto, ainda que o nome de Brasil ajuntaram o de **estado** e lhe chamam estado do Brasil, ficou êle **tão pouco estável** que, com não haver hoje cem anos, quando isto escrevo, que se começou a **povoar**, já se háo **despovoados** alguns lugares e, sendo a terra tão grande e fértil como ao diante veremos, **nem por isso vai em aumento, antes em diminuição**. (SALVADOR, 1965, p. 58, grifo do autor).

Ainda sob esta mesma estratégia textual, fala da planta do maracujá enquanto metáfora da Santíssima Trindade, colocada na natureza por Deus para ser símbolo de sua presença nesta terra privilegiada. Assim, diferente de outras partes do mundo, seria o Brasil o escolhido para que se brotasse esta planta sagrada, sendo necessário ao colonizador europeu atenção a estes sinais divinos. O relato está no LIVRO I, Capítulo 6:

Maracujás é outra planta que trepa pelos matos, e também a cultivam e põem em latadas nos pátios e quintais; dão fruto de quatro ou cinco sortes, uns maiores, outros menores, uns amarelos, outros roxos, todos mui cheirosos e gostosos. **E o que mais se pode notar é a flor, porque, além de ser formosa e de várias côres, é misteriosa: começa mais alto em três folhinhas, que se rematam em um globo que representa as três divinas pessoas em uma divindade, ou (como outros querem) os três cravos com que Cristo foi encravado, e logo têm abaixo do globo (que é o fruto) outras cinco fôlhas, que se rematam em uma roxa coroa, representando as cinco chagas e coroa de espinhos de Cristo Nosso Redentor**. (SALVADOR, 1965, p. 70, grifo do autor).

Não só o maracujá, mas a própria terra seria um sinal divino da centralidade do Brasil para a reconstrução da glória da coroa portuguesa. Neste sentido, o mapa do Brasil poderia ser comparado com uma pomba, que é o animal símbolo do Espírito Santo, e o peito da pomba, ou seja, sua parte mais importante, estaria estampado na geografia da Bahia. Esta narração encontra-se no LIVRO II, Capítulo 7:

Está esta baía em treze graus e um têrço, e tem em seu circuito a melhor terra do Brasil; porque não tem tantos areais, como as da banda do norte, nem tantas penedias como as do sul, pelo que **os índios comparam o Brasil a uma pomba, cujo peito é a Bahia, e as asas as outras capitánias**, porque dizem que na Bahia está a polpa da terra, e assim dá o melhor açúcar que há nessas partes. (SALVADOR, 1965, p. 125, grifo nosso).

Em outra pequena narrativa, no LIVRO I, capítulo 9, verificamos um entre vários ditos populares inseridos ao longo do livro, o da cobra que mamava nos seios de uma mulher

que recém havia dado à luz. Este trecho recheado de humor, quebra a uniformidade do texto técnico, enfatizando a preocupação com um estilo que agradasse o leitor:

Há também muitas cobras, e algumas tão grandes que engolem um veado inteiro [...]. Também me contou uma mulher de crédito na mesma capitania de Pernambuco que, estando parida, lhe viera algumas noites uma cobra mamar em os peitos, o que fazia com tanta brandura que ela cuidava ser a criança e, depois que conheceu o engano, o disse ao marido, o qual a espreitou na noite seguinte e a matou. (SALVADOR, 1965, p. 77).

Para reafirmar a questão da estilística textual de Frei Vicente, ressaltamos que a *História* possui várias outras histórias interessantes, que muito se assemelham aos contos e pequenas narrativas, inserindo elementos de curiosidade no texto, que operam como fatores instigantes à sua leitura. Uma dessas narrativas diz respeito ao “Cercos de Igarassu”, descrevendo a ocasião em que o vilarejo foi sitiado durante um longo período por um grupo indígena. É interessante notar aqui como emerge o protagonismo das mulheres que habitavam o lugar, no sentido de lutar contra os índios, proteger a cidade e sua gente e lograr êxito na batalha. É possível ler esta narrativa no LIVRO II, capítulo 8:

Dali deu Duarte Coelho ordem a se fazer vila de Igarassu uma légua pelo rio dentro, do qual tomou o nome, e também se chama a vila de São Cosme e Damião, pela igreja matriz que tem dêste título e orago [...]. Esta vila encarregou Duarte Coelho a um homem honrado, vianês, chamado Afonso Gonçalves, que já o havia acompanhado da Índia. [...] E em tudo os ajudavam os gentios que estavam de paz, e entravam e saíam da vila, com seus resgates ou sem êles, cada vez que queriam. Mas, embebedando-se uma vez, uns poucos se começaram a ferir e matar, de modo que foi necessário mandar o capitão alguns brancos com seus escravos que os apartassem, ainda que contra o parecer dos nossos línguas e intérpretes, que lhe disseram os deixasse brigar e quebrara as cabeças uns aos outros, porque, se lhes acudiam, como sempre se receíam dos brancos, haviam cuidar que os iam prender e cativar, e se haviam de pôr em resistência. E assim foi, que logo se fizeram um corpo e com a mesma fúria que uns traziam contra os outros se tornaram todos aos nossos, sem bastar vir depois o mesmo capitão com mais gente para os acabar de aquietar. E o pior foi que alguns que ficaram fora da bebedice se foram logo correndo à sua aldeia apelidando arma, porque os brancos se haviam já descoberto com êles, e tinham presos, mortos e cativos e feridos quantos estavam na vila, e assim o iriam fazendo pelas aldeias e para mais confirmação desta mentira levavam um dos mortos, que era filho do principal da aldeia, com a cabeça quebrada, dizendo que por ali veriam se falavam verdade. O qual visto e ouvido pelo principal e pelos mais, se puseram logo em arma e foram dar em os escravos do capitão, que andavam no mato cortando madeira, onde mataram um, os outros fugiram pera a vila a contar o que se passava. E não bastou mandar-lhes o capitão dizer que os seus próprios fizeram a briga e se mataram uns aos outros com a bebedice, e que os brancos foram só apartá-los e eram seus amigos. [...] e assim se ajuntaram infinitos e puseram em cerco a vila, dando-lhe muitos assaltos e matando alguns moradores, e entre êles o capitão Afonso Gonçalves de uma frechada que lhe deram por um olho e lhe penetrou até os miolos. O qual os da vila recolheram e enterraram com tanto segredo que o não soubéramos inimigos em dois anos que durou o cerco, antes viam tanta vigia e concôrto que parecia estar dentro algum grande capitão, sendo que cada um

era de si mesmo e a necessidade de todos, porque até as mulheres vigiavam o seu quarto na fortaleza enquanto os homens dormiam.

E estando elas de poste uma noite, vendo os inimigos tanto silêncio que parecia não haver ali gente, subiram alguns e começaram a entrar pelas portinholas das peças; mas elas, que os haviam sentido subir, os estavam aguardando com suas partazanas nas mãos e, quando estavam já com meio corpo dentro, lhas meteram pelos peitos e os passaram de parte a parte. E uma, não contente com isso, tomou um tição e pôs fogo a uma peça, com que fêz fugir os outros e espertar os nossos, que foi um feito mui heroico para mulheres terem tanto silêncio e tanto ânimo.

[...]

Outros muitos milagres obrou Nossos Senhor em êste cêrco, pela intercessão dos bem-aventurados S. S. Cosme e Damião, padroeiros desta vila, que, se não fôra, não se puderam sustentar com tantas necessidades quantas padeciam.

(SALVADOR, 1965, p. 128-131).

Para finalizar os exemplos da questão estilística e estética que fundamentam a possibilidade literária da *História do Brasil*, destacamos um excerto que também foi corrente à época do Brasil-Colônia nos escritos dos cronistas, como, por exemplo, Gabriel Soares de Souza, Hans Staden e Frei Manuel da Ilha. Trazemos este pequeno trecho que versa sobre a falta de algumas letras nas línguas dos autóctones brasileiros, para, além de evidenciar a composição estilística, demonstrar traços da ideologia da dominação e do conceito de superioridade do europeu em relação a essas nações. Conforme o trecho do LIVRO I, capítulo 12,

É language mui compendioso, e de alguns vocábulos mais abundante que o nosso português [...]. Mas nenhuma **palavra pronunciam com f, l, ou r**, não só das suas mas nem ainda das nossas, porque, se querem dizer Francisco, dizem Pancicu e, se querem dizer Luís, dizem Duí: **e o pior é que também carecem de fé, de lei e de rei, que se pronunciam com as ditas letras.**

*Nenhuma* fé têm, nem adoram a algum deus; nenhuma lei guardam ou preceitos, nem têm rei que lha dê a quem obedeçam, senão é um capitão, mais pera a guerra que pera a paz. (SALVADOR, 1965, p. 85, grifo do autor).

Com o excerto acima, finalizamos as demonstrações de ordem estilística na *História* e passamos para a articulação do pressuposto do nativismo, considerado como o embrião do nacionalismo na literatura.

### 2.3 NATIVISMO COMO EMBRIÃO DA IMPULSÃO TEMÁTICA PARA UMA LITERATURA NACIONAL, A PARTIR DO SÉCULO XIX

Ainda outro argumento a favor da literariedade da *História do Brasil* diz respeito a um consenso entre alguns críticos da literatura brasileira do século XX ao que intitulam de nativismo, ou seja, o impulso embrionário dos escritos produzidos nos séculos XVI e XVII no Brasil.

O nativismo pode ser considerado como um “espírito de nacionalidade”, originário, enquanto temática e enquanto atitude, nos escritores do Brasil-Colônia. Este espírito viria a fomentar, futuramente, o desejo dos críticos e autores de literatura brasileira a implementar um projeto literário caracteristicamente nacional, autônomo da metrópole portuguesa. Em última instância, o nativismo traduz-se no amor ao Brasil e impulso a um projeto de maior independência desta colônia, que perpassaria, enquanto sentimento e desejo, ao campo literário. Este reflexo de amor e valorização do Brasil, materializa-se no sentido de pertença a esta terra e na exaltação dos seus elementos distintivos, além da evidenciação da grandiosidade de tudo o que pertence ao território brasileiro comparando-o ao reino. Este espírito foi se desenvolvendo gradualmente, iniciando-se nos escritos coloniais e tomando vulto e consistência a partir do Romantismo, no final século XIX.

Neste sentido, em termos políticos, todo o projeto de escrita da *História*, por parte de Frei Vicente do Salvador, aponta para a restauração de Portugal, porém com sua sede e centralidade administrativa em solo brasileiro. Segundo Maria Lêda de Oliveira:

Retorne-se ao problema da leitura nacionalista, feita por muitos intelectuais brasileiros dos séculos XIX e XX, em relação à *Historia do Brazil*. Verdade seja dita, a obra de Frei Vicente do Salvador concede ao Brasil um papel central e quase autônomo, daí ter permitido uma continuidade de longa duração das idéias anti-coloniais e, conseqüentemente, de cariz nacionalistas em redor da obra. Esta quase autonomia do Brasil aparece devido ao seu projeto político para a construção de um novo Império português. No fundo ele oferece à História de Portugal uma chamada de *Brazil*. Será naquele cantinho novo que Portugal se restituirá, voltando a ser a cabeça da Cristandade, aquela que conduzirá a Orbe em direção à consumação dos tempos. O lugar do renascimento da dignidade do Império português é, para Frei Vicente do Salvador, o Brasil, ou como ele preferia, a Terra da Santa Cruz. (OLIVEIRA, 2008, p. 199).

Esse aspecto político, contudo, não fica restrito à produção histórica. Ele alcança e perpassa também a construção estilística e textual da obra e, num sentido mais amplo, contribui para a literatura nacional ao fixar as raízes do nativismo.

Para José Aderaldo Castello, de uma maneira geral, os escritos da colônia brasileira, por ressaltarem questões de ordem prática do cotidiano, expressam o nativismo, fazendo com que evolua compassadamente até desembocar na efetiva autonomia literária nacional. O autor reconhece Frei Vicente como um precursor literário de expressão para a construção desta temática, como podemos perceber:

[...] Por tudo isto, voltando ao problema pôsto em relêvo, admitimos que o início da atividade literária do Brasil-Colônia, como expressão do sentimento nativista e de atitudes outras que nos levam à conceituação de autor brasileiro do período colonial

em confronto com o autor português do momento correspondente, deve ser considerado a partir de Bento Teixeira e Frei Vicente do Salvador, quando de fato já podemos reconhecer a integração do homem colonial no seu meio. (CASTELLO, 1981, p. 21).

Mais especificamente em relação à *História do Brasil*, Castello (1981) indica as advertências de José Veríssimo de que Frei Vicente, como nosso primeiro prosador, assume radical importância para a identidade literária nacional, face aos elementos nativistas que articula em sua obra:

[...] Razão tiveram José Veríssimo e Oliveira Lima em procurar reconhecer o desenvolvimento do sentimento nativista, ainda que tenham incorrido na deformação da visão histórica do conjunto por força da preponderância quase unilateralizadora, que lhe atribuíram. Por causa dêle é que José Veríssimo, que só sumariamente aprecia o século XVI, aponta como primeiro prosador da literatura brasileira, no período colonial, a Frei Vicente do Salvador (*História do Brasil*, escrita em 1627) [...].” (CASTELLO, 1981, p. 19).

Nesse sentido, Ronald de Carvalho (1984) aponta para um espírito nacionalista que começa a se materializar a partir do século XVII e que foi absorvido pela textualidade da época, auxiliando em uma mentalidade que já demonstrava uma distinção entre os ambientes da colônia e da metrópole e o sentimento de pertença aos dois mundos. Frei Vicente do Salvador reconhece-se como parte desta nova terra, contudo, vai além ao propor o Brasil como o lugar-sede do Reino, o espaço de restauração das grandezas de Portugal (OLIVEIRA, 2008). O amor de Frei Vicente ao Brasil é apontado por Antonio Candido como a grande marca do nativismo presente na *História do Brasil*, pois nela o frade baiano evidencia “[...] o sentimento de amor à terra, a crítica objetiva à política colonizadora de Portugal, a informação precisa e direta, numa atitude significativa de identificação do homem com a paisagem, preocupando-se de fato com o seu destino.” (CANDIDO, 2005, p. 31).

Portanto, a *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, ajuda lançar as raízes do nativismo, esta chave de leitura que desembocará em um projeto nacionalista para a literatura brasileira, em uma literatura não somente independente, mas também genuína em relação à produção portuguesa. Há várias narrativas na obra de Frei Vicente que apontam para o nativismo, comentários mais simples ou textos mais longos e complexos. Referenciado por vários críticos da literatura brasileira quando falam da *História* e da centralidade que o Brasil assumiria para o horizonte de grandeza de Portugal<sup>22</sup>, além da paradoxal falta de interesse

---

<sup>22</sup> Para conferir a referenciação e repetição deste excerto na bibliografia tratada neste tópico consultar os seguintes críticos e historiadores da literatura brasileira, conforme suas obras que constam ao final desta dissertação, nas referências: Capistrano de Abreu, Antonio Candido, José Aderaldo Castello e Arthur Motta.

exploratório pelo reino, segue o jocoso excerto que compara os conquistadores portugueses a caranguejos, citado no capítulo 3, do LIVRO I:

Da largura que a terra do Brasil tem para o sertão não trato, porque até agora não houve quem a andasse por negligências dos portugueses, que, sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de aas andar arranhando ao longo do mar como caranguejos. (SALVADOR, 1965, p. 61).

Em um diálogo teórico com autores da metrópole que, para menosprezar o Brasil, afirmavam que uma terra só era digna de se constituir como nação independente se fosse apta a produzir trigo e vinho, símbolos do corpo e do sangue de Cristo (OLIVEIRA, 2008), Frei Vicente argumenta que a colônia, embora não produza o vinho da uva e o pão do trigo, oferece produtos que se lhes equiparam, além de outros de grandeza superior aos de Portugal, conforme excerto do LIVRO I, capítulo 11:

Senão pergunto eu: de Portugal lhe vem farinha de trigo? a da terra basta. Vinho? de açúcar se faz mui suave e, para quem o quer rijo, como deixar ferver dois dias embebida como de uvas. Azeite? faz-se de côcos de palmeiras. Pano? faz-se de algodão com menos trabalho do que lá se faz o de linho e de lã, porque debaixo do algodoeiro o pode a fiandeira estar colhendo e fiando, nem faltam tintas com que muitas minas com que se tinja. Sal? cá se faz artificial e natural, como agora dissemos. Ferro? muitas minas há dêle, e em São Vicente está um engenho onde se lavra finíssimo. Especiaria? há muitas espécies de pimenta e gengivre. Amêndoas? também se escusam com a castanha de caju, *et sic de ceteris*.

[...] E com isto está que tem os portos abertos e grandes barras e baías, por onde cada dia lhe entram navios carregados de trigo, vinho e outras ricas mercadorias, que deixam a trôco das da terra. (SALVADOR, 1965, p. 83).

Citamos, aqui, mais um excerto, entre uma grande diversidade que há na *História*, enfatizando a grandeza do Brasil e o menosprezo a Portugal. Refere-se à comparação entre o Brasil e a Índia e a análise de qual terra seria mais proveitosa ao reino. Frei Vicente conclui que é o Brasil que precisa assumir o protagonismo de fornecer elementos para a retomada da grandiosidade portuguesa frente às outras nações mundiais. Este trecho foi retirado do LIVRO III, capítulo 1:

A Índia, ainda que é grande, é tão longe e a navegação tão perigosa que era perder a esperança de poder tornar e recuperar o reino.

Porém o Brasil, com ser grande, fica em tal distância e tão fácil à navegação, que com muita facilidade podem cá vir e tornar quando quiserem ou ficar-se de morada, pois a gente que cabe em menos de cem léguas da terra que tem todo Portugal bem caberá em mais de mil que tem o Brasil, e **seria este um grande reino**, tendo gente, porque adonde há as abelhas há o mel, e mais quando não só das flôres, mas das ervas e canas se colhe mel e açúcar, que de outros reinos estranhos viriam cá buscar com a mesma facilidade a trôco das suas mercadorias, que cá não há. (SALVADOR, 1965, p. 162, grifo do autor).

Por fim, destacamos a importância da *História do Brasil* enquanto importante fonte historiográfica e literária do que foi escrito no Brasil nos séculos XVI e XVII, pela importância conferida a autores da literatura brasileira que revisitaram esta obra, referenciando-a seja explicitamente ou de forma indireta. Segundo Maria Lêda de Oliveira, já nos anos posteriores à sua elaboração,

A *Historia do Brazil* de Frei Vicente do Salvador teve impacto entre seus utilizadores, até porque desde muito cedo iniciou um percurso que demonstra a **sua grande difusão** entre os letrados, tanto entre os escritores que viviam na colônia, quanto entre a camada culta do Reino. (OLIVEIRA, 2008, p. 12, grifo do autor).

Portanto, diferentemente do que se imaginava, e do que aponta o próprio Capistrano de Abreu (SALVADOR, 1965, notas preliminares), a *História do Brasil* não ficou esquecida, pelo contrário, foi relida, reproduzida e copiada, produzindo efeitos práticos na sociedade brasileira que se desenvolvia e, igualmente, consequências textuais, como já fora demonstrado nesta pesquisa.

No próximo tópico, tentaremos demonstrar as consequências citadas com as quais a *História do Brasil* contribuiu para o desenvolvimento literário brasileiro, mais especificamente a partir do século XIX.

#### 2.4 O MOVIMENTO DE “VOLTA ÀS FONTES” DA TEXTUALIDADE LITERÁRIA BRASILEIRA: A *HISTÓRIA DO BRASIL* REVISITADA POR AUTORES DA LITERATURA NACIONAL

Nos tópicos anteriores, vimos que a *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, despertou grande interesse de pesquisa pelos críticos e historiadores da literatura nacional a partir do final do século XIX, pela importância temática da obra e, igualmente, foi revisitada por autores literários brasileiros levando-se em conta a sua pertença ao conjunto de obras coloniais, além do que elas representaram em importância para o crescimento do sentimento nativista, este que seria, ao longo do tempo, o embrião que impulsionaria o desejo de construir uma literatura nacional original e independente.

De suma importância, o sentimento nativista foi se desenvolvendo aos poucos, ao longo de décadas de colonização, pelo europeu que aqui ia fixando raízes e concebendo o Brasil como o seu novo lar. Dessa forma, aumentava a sensibilidade pela exuberante beleza destas terras e pelo seu potencial em tornar-se uma terra de apoio à grandeza do reino. Os

letrados do período colonial brasileiro, portanto, deixaram florescer um espírito de pertencimento ao Brasil, que séculos mais tarde materializar-se-ia em um sentimento de distinção e autonomia em relação a Portugal. Por isso, tal espírito nativista trouxe consequências importantes à independência, como o amor pela terra e a exaltação de seu potencial para um futuro esplendoroso, além da decorrente crítica ao reino, atingindo a criação literária. A exaltação da terra e de seu habitante mais característico, ou seja, do indígena, serão temas que estarão no cerne do nativismo que, futuramente, iria inspirar autores brasileiros, como é o caso de José de Alencar, Oswald de Andrade, Raul Bopp, entre outros.

Sílvio Romero aponta a importância do século XVI enquanto tempo de origem e fomento dessa ideia central e expressa esta tendência no espaço da literatura, indicando sua importância futura, afirmando que,

Estudado o século XVI nos cronistas do tempo, descobre-se desde logo a dupla tendência de nossa literatura, a saber: a descrição da natureza e a do selvagem. [...] No século XVII a tendência cresce e no XVIII torna-se de todo predominante. [...] O nosso nativismo tem quatrocentos anos de existência. (ROMERO, 1960, p. 362).

E, mais adiante em sua obra, Sílvio Romero enfatiza a importância que os cronistas assumiram para a independência literária brasileira, afirmando que “[...] Os cronistas são os que primeiro cultivaram a prosa no Brasil. Só por êste lado mereceriam um estudo especial na história literária.” (ROMERO, 1960, p. 567).

Como já foi evidenciado nos tópicos anteriores deste capítulo, os prosadores do Brasil-Colônia, de uma maneira geral, foram tema de pesquisa e debate para os nossos críticos literários, principalmente por serem considerados os precursores literários, em razão de seus textos conterem as temáticas que, pelo menos num primeiro momento, foram o motivo do desenvolvimento de uma literatura autônoma e independente das literaturas estrangeiras. Frei Vicente do Salvador, é apontado como pertencente a este grupo de primeiros prosadores e, por ser o interesse de nossa pesquisa, focaremos o debate posterior, tendo por base sua obra *História do Brasil*.

De uma maneira geral, os críticos e historiadores da literatura brasileira discutem a importância literária dos textos de informação do período colonial a partir de três elementos: a sua composição temática (nativismo), a estética textual (predominantemente barroca) e a questão linguística, sendo a temática o argumento de maior relevância. Frei Vicente, na *História do Brasil*, engloba estes três aspectos apontados pelos críticos literários.



Nesse sentido, é importante destacar que José Aderaldo Castello (1981) evoca e destaca o posicionamento de José Veríssimo de que Frei Vicente do Salvador, no que tange a prosa (e Bento Teixeira, na poesia), representa um dos primeiros autores literários brasileiros, mesmo que se considere a literatura ainda em seu aspecto embrionário.

Ronald de Carvalho indica sentimento nacionalista que se reacende e toma ímpeto a partir do século XVII, principalmente em razão de questões econômicas ligadas à exploração das riquezas naturais do Brasil e da expansão territorial além da costa em confronto com outros exploradores europeus. E tudo isso torna-se textualidade pelo agir do intelectual que reside nestas terras e a tudo presencia, e desenvolve o desejo de inflamar e influenciar outras pessoas pela leitura. É o que percebemos nas palavras deste autor literário:

O século XVII, no Brasil, apresenta ao historiador muitos aspectos novos e interessantes. O sentimento nacionalista, raro e vacilante no século anterior, revigora-se nas lutas contra os conquistadores estrangeiros; a riqueza aumenta progressivamente, a agricultura floresce nas vilas e nas cidades litorâneas; a pecuária se desenvolve no interior do país e as bandeiras começam, por vales e montes, florestas e descampados, a obra admirável do desbravamento do nosso solo, que, então se vai aos poucos dilatando, das regiões praieiras em direção do planalto central.

A nova sociedade da prospera colônia americana já não é essencialmente portuguesa; [...]. (CARVALHO, 1984, p. 83).

Como já foi apontado anteriormente, este sentimento transmuta-se à arte e à sua modalidade escrita, na configuração de textos informativos. Assim, Frei Vicente do Salvador, enquanto cidadão letrado, reproduz em sua obra tais argumentos de exaltação da Colônia. Antonio Candido aponta este amor à terra e sua identificação com o homem e a paisagem deste ambiente, assim como censura da postura de Portugal em relação à valorização do Brasil, enquanto componentes nativistas da *História do Brasil*, conforme se pode perceber:

Concluída em 1627 e publicada pela primeira vez em 1889 [a *História do Brasil*] [...] Exprime assim o sentimento de amor à terra, a crítica objetiva à política colonizadora de Portugal, a informação precisa e direta, numa atitude significativa de identificação do homem com a paisagem, preocupando-se de fato com o seu destino. (CÂNDIDO, 2005, p. 31).

Portanto, Frei Vicente do Salvador contribui com a ratificação desta mentalidade nativista, a partir de sua produção textual. Esta postura concretiza-se nos excertos da *História do Brasil* que destacamos na sequência, em que o frade baiano explicita a exaltação das terras brasileiras e de seus habitantes, suas maravilhas, insiste para que o conquistador faça destas

terras a sua casa definitiva e, também, conjura a postura dos portugueses de tratarem a Colônia como mero local de exploração:

É o Brasil mais abastado de mantimentos que quantas terras há no mundo, porque nêle se dão os mantimentos de tôdas as outras terras. (SALVADOR, 1965, p. 73).

Conforme a isto digna é de todos os louvores a terra do Brasil, pois primeiramente pode sustentar-se com seus portos fechados sem socorro de outras terras. (SALVADOR, 1965, p. 83).

Disto dão alguns a culpa aos reis de Portugal, outros aos povoadores: aos reis pelo pouco caso que hão feito dêste tão grande estado, que nem o título quiseram dêle, pois, intitulado-se senhores de Guiné, por uma caravelinha que lá vai e vem, como disse o rei do Congo, do Brasil não se quiseram intitular. [...] E deste mesmo modo se hão os povoadores, os quais, por mais arraigados que na terra estejam e mais ricos que sejam, tudo pretendem levar a Portugal e, se as fazendas e bens que possuem souberam falar, também lhes houveram de ensinar a dizer como os papagaios, aos quais a primeira cousa que ensinam é: papagaio real pera Portugal, porque tudo querem para lá. E isto não têm só os que de lá vieram, mas ainda os que cá nasceram, que uns e outros usam da terra, não como senhores, mas como usufrutuários, só para a desfrutarem e a deixarem destruída. (SALVADOR, 1965, p. 58-59).

Assim, evidencia-se em Frei Vicente do Salvador, como de uma forma geral nos prosadores dos séculos XVI e XVII do Brasil-Colônia, o sentimento nativista, aspecto essencial para que outras escolas literárias futuras encontrassem um fundamento para o desenvolvimento de uma literatura genuinamente nacional.

Como apontamos anteriormente, os críticos da literatura Brasileira, a partir do final do século XIX, debateram, ainda, sobre uma segunda dimensão dos textos informativos do período colonial brasileiro que foram importantes para a formação da nossa literatura e que se refere à sua dimensão estética, principalmente vinculada à tendência barroca da época. Conforme apontam os críticos e historiadores consultados para esta pesquisa, a dimensão estética literária performatiza-se na presença dos valores artísticos em textualidades que se distinguem dos escritos puramente técnicos ou, mais especificamente, nos textos em que se percebe a intencionalidade do autor em composições que revelam a formosura e as tendências artísticas transportadas para o interior das obras escritas.

Para Alfredo Bosi, a importância estilística dos prosadores coloniais brasileiros comprova-se pelo interesse que deles tiveram os autores românticos e modernistas, revisitando suas obras e promovendo uma reelaboração de seus traços estéticos. Para este teórico literário,

[...] não é só como testemunhos do tempo que valem tais documentos: também como sugestões temáticas e formais. Em mais de um momento a inteligência brasileira, reagindo contra certos processos agudos de europeização, procurou nas raízes da terra e do nativo imagens para se afirmar em face do estrangeiro: então, os cronistas voltaram a ser lidos, e até glosados, tanto por um Alencar romântico e saudosista como por um Mário ou um Oswald de Andrade modernistas. Daí o interesse obliquamente estético da **“literatura” da informação**. (BOSI, 1976, p. 16, grifo do autor).

Como a questão da inserção da *História do Brasil* no movimento estético do Barroco já foi tratado no item 2.2 desta pesquisa, neste espaço partiremos diretamente para uma breve exploração da discussão dos críticos da literatura a respeito desta tendência e os autores do período Colonial, mais especificamente Frei Vicente do Salvador.

Massaud Moisés afirma que a *História do Brasil* tem considerável importância para a história da literatura nacional, principalmente no que diz respeito a partes da obra que fogem ao puro estilo da transcrição histórica e nas quais se acrescentam elementos de fantasia. Isso faz da *História do Brasil*, segundo Massaud Moisés, uma obra de valor literário, que se apoia no estilo Barroco, conforme se pode verificar:

No estudo da obra de Frei Vicente do Salvador, impõe-se uma premissa: à semelhança de quase toda a atividade historiográfica durante o predomínio do barroco, a *História do Brasil* participa pouco da Literatura, mas o bastante para que a tratemos com algum vagar, pondo de lado propositadamente aquilo que responde à reta ciência historiográfica; [...] Ao contrário, sempre que a fantasia prevalece ou enforma a visão da realidade, havemos de prolongar a atenção, pois aí se localizam os domínios próprios da arte literária. (MOISÉS, 2001, p. 148).

Sílvio Romero é outro autor que percebe aspectos estéticos nos escritos seiscentistas brasileiros e, entre eles, indica a *História do Brasil* como um texto que participa do lançamento das bases para a literatura nacional, fazendo um paralelo entre Frei Vicente do Salvador a Gregório de Mattos, dizendo que o primeiro pode ser comparado na prosa o que foi o segundo em poesia:

Sem ideal e sem tradições impossível é formar-se um povo; sem poesia e sem historia não pôde haver literatura; poetas e historiadores são os sacerdotes ativos e officiantes da alma de uma nacionalidade.  
É por isto que tributo a Vicente do Salvador o mesmo preito devido a Gregório de Mattos; [...] (ROMERO, 1960, p. 567).

Ronald de Carvalho é outro teórico literário que considera aspectos estilísticos presentes na *História do Brasil*, e pondera sobre o estilo de sua textualidade, indicando nela uma configuração similar às produções portuguesas. Da mesma forma, considera Frei Vicente do Salvador em paridade com outros autores portugueses. Aponta Ronald que:

No primeiro período, portanto, foi a nossa Literatura obra exclusiva do pensamento português: [...] no Século XVII, com Fr. Vicente do Salvador, Manuel de Morais, Diogo Gomes Carneiro [...]. (CARVALHO, 1984, p. 54).

De uma forma crítica, mas não menos contributiva para nossa matéria, a respeito da intensidade literária dos escritos do período colonial brasileiro, Antônio Soares Amora manifesta-se sobre a questão estética dos autores desta época, evidenciando uma unidade na evolução da literatura brasileira. Nos textos dos prosadores dos primeiros séculos do Brasil, estão presentes valores do pensamento e da cultura ibérica, mais especificamente da portuguesa. Portanto, não se pode falar ainda em uma literatura brasileira, mas luso-brasileira. Tais textos pertenceriam a uma primeira fase da literatura brasileira (AMORA, 1967). Contudo, são estes textos não tão genuínos que implementarão as bases de uma futura literatura nacional independente. Assim, Amora reconhece-lhes a importância em seu aspecto embrionário, afirmando que lançam as raízes da literatura brasileira, e aponta Frei Vicente como pertencente a este primeiro grupo. Segundo o autor,

A par do caráter insipiente, inorgânico e telúrico, refletiu, naturalmente, esta 1.<sup>a</sup> Época literária, as tendências estéticas e mentais do Quinhentismo e do Seiscentismo português: [...] a historiografia apologética do imperialismo português (exemplificada por Frei Vicente do Salvador, pelos cronistas de história local e da guerra contra os holandeses); (AMORA, 1967, p. 16).

Amora conclui suas ponderações sobre Frei Vicente do Salvador afirmando que sua obra é marcadamente uma composição histórica, mas também registra sua importância literária em razão de seu estilo de escrita, pela qual deixa transparecer traços pitorescos e uma fluência de composição, conforme se pode perceber: “[...] literariamente o que importa ver nessa obra não é, evidentemente, o que contém de registro histórico, mas o estilo do autor, de modo geral fluente, pitoresco e comunicativo.” (AMORA, 1967, p. 23).

Por fim, Afrânio Coutinho também trata Frei Vicente como um autor marcadamente de estilo Barroco, mesmo promovendo uma crítica a respeito de sua baixa qualidade estética, não deixa de apontar as características que se sobressaem na sua obra e indica que contribui de forma considerável para a constituição de uma literatura brasileira:

Destarte, justifica-se o estudo dos principais autores que possuem sentido estético, nessa fase da literatura brasileira [período colonial]. São expressões, algumas delas bastante representativas, do Barroco literário, e como tal hão que ser analisadas e valoradas. Valem como testemunhos de um estilo artístico, cujos caracteres e sinais espelham fielmente, como provam os estudos sobre eles agora executados. Mas a impregnação barroca é tão profunda nos escritores do período que a ela não escapam

inclusive os historiadores e pensadores. Exemplos típicos são os casos de Rocha Pita e Frei Vicente do Salvador, cuja prosa reflete a contaminação barroca, mormente nos seus aspectos de menor qualidade. (COUTINHO, 1959, p. 84).

O terceiro elemento discutido entre os críticos e historiadores da literatura brasileira a respeito das obras seiscentistas, concerne à sua dimensão linguística, no que se refere à composição interna do texto e do uso da linguagem de forma inteligível, com o propósito de criar uma textualidade que se distancie da escrita ordinária. Ao mesmo tempo que estes autores coloniais demonstram erudição no trato com as regras linguísticas, conseguem criar composições elegantes e atraentes ao público leitor, chamando a atenção para as intencionalidades que querem disseminar. A partir da leitura da *História do Brasil* afloram construções intencionais deste tipo, demonstrando a preocupação de Frei Vicente do Salvador em produzir mais do que um manual de história, marcadamente técnico, alcançando um objetivo estético.

Nesse sentido, Sílvio Romero, aponta que o autor baiano possui um estilo agradável, destacando o pitoresco em suas narrativas e agradabilidade de sua leitura. Há em Frei Vicente um cuidado maior com a utilização da linguagem, fazendo brotar um estilo que possibilita a sua consideração como literária. Para Romero,

[...] quanto, porém, ao valor literário de Frei Vicente do Salvador, basta ponderar que, além de ter sido êle o primeiro filho do país que se dedicou ao gênero referido, foi o primeiro prosador do país e num estilo muito agradável a ser e, por vêzes, muito pitoresco. Usa, não raro, de expressões populares que dão muita graça à sua narrativa. (ROMERO, 1960, p. 366).

E também fala que a obra de Frei Vicente não pode ser considerada apenas como historiografia, mas que possui qualidade literária, justamente por apresentar um estilo atraente e diferenciado, inserindo-se a sua *História* no rol das produções da literatura brasileira:

Se Bento Teixeira Pinto figura na história literária brasileira, por ter sido o primeiro a escrever um poemeto nesta parte da América, mais direito tem a destacar-se nela o frade baiano, como o nosso primeiro clássico, e clássico em o bom sentido; pois, sendo um seiscentista, não tem os defeitos comuns a grande número de prosadores daquele tempo. (ROMERO, 1960, p. 367-368).

José Veríssimo destaca a *História do Brasil* enquanto um clássico, a partir dos aspectos linguísticos e a chama de clássico, além de afirmar sua pertença ao conjunto literário brasileiro. Para Veríssimo, Frei Vicente desenvolve uma linguagem expressiva e colorida, sem descuidar de seu aspecto culto e, também, acrescenta pitadas de humor em vários

momentos ao longo da obra, o que faz despertar o interesse do leitor. É o que se pode perceber nas palavras do próprio José Veríssimo:

Dos mesmos méritos que do seu ponto de vista de historiador lhe verifica o sr. Capistrano de Abreu, pode concluir a crítica literária para lhe avaliar os quilates nesta espécie. É um livro [*História do Brasil*] que poderíamos chamar de clássico se não nos agarrássemos à estreita concepção gramatical e retórica que o vocábulo tomou em Portugal. A sua língua correta, expressiva e até às vezes colorida, mais porventura do que o costuma ser a dos escritores seus contemporâneos, tem sobre a destes a superioridade da singeleza e da naturalidade, virtudes neles raras. E poderíamos acrescentar da familiaridade, como o mostram o já aludido simile da exploração dos portugueses limitada à costa com o arranhar das praias pelos caranguejos, e que tais, tirados das novidades que à sua pena inteligente ofereciam os aspectos inteiramente inéditos do país que historiava e descrevia. (VERÍSSIMO, 1963, p. 46).

E, mais adiante, Veríssimo ainda complementa sua análise a respeito do estilo da linguagem de Frei Vicente destacando o aspecto da elegância na composição de sua textualidade:

Não é só historiador que reconta, observa e reflexiona, é também moralista avisado que sem costumes fradescos, compara, aprecia e generaliza, e sabe fazê-lo com graça natural e frase que desta mesma naturalidade tira a elegância. (VERÍSSIMO, 1963, p. 47).

E arremata a sua percepção do autor baiano afirmando que ele se destaca em relação a outros escritores do seu tempo, podendo ser considerado o único autor a desenvolver uma crônica de peso no período colonial:

[...] Se houvéramos nós brasileiros de fazer a lista dos nossos clássicos, isto é, daqueles escritores que sobre bem escreverem a sua língua, conforme o uso do seu tempo, melhor nos representassem o sentimento, o entendimento e a vontade que faz de nós uma nação, o primeiro dessa lista seria por todos os títulos Frei Vicente do Salvador com a sua *História do Brasil*. É ele o único prosista brasileiro da fase inicial da nossa literatura. (VERÍSSIMO, 1963, p. 49-50).

Outro autor que trata do aspecto linguístico dos escritos dos primeiros séculos do Brasil é Alfredo Bosi (1976). Este teórico literário defende que os escritos do período colonial brasileiro, muitas vezes, vão além da pura e simples descrição de ambientes geográficos e aspectos culturais dos índios. Mas, tendo por conteúdo esses componentes do ambiente do novo continente, utilizam-se de uma linguagem que confere a tais aspectos interesse ao ambiente literário, que os tomará por elementos de fundamento para seu desenvolvimento no futuro. Uma linguagem que, com o passar do tempo, será vista como manifestação artística das origens do Brasil.

Da mesma forma, Arthur Motta (1930) trata do assunto da linguagem nos textos da época colonial do Brasil. Aponta, mais especificamente no que tange à da *História do Brasil*, que esta obra sobressai-se, em relação às outras de seu tempo, em razão do estilo e da linguagem utilizada por Frei Vicente, oferecendo sabor ao desfrute da leitura, como podemos perceber: “Já pela correção de linguagem, já pelas mostras de estylo, é considerado como escritor classico e offerece muito mais sabor litterario do que os prosadores seiscentistas.” (MOTTA, 1930, p. 389).

Por fim, damos ênfase ao que diz José Aderaldo Castello sobre a linguagem de Frei Vicente do Salvador que, segundo o teórico, utiliza-se para compor sua obra de uma infinidade de recursos estilísticos para enfatizar a temática do nativismo. A arquitetura textual, sua habilidade de composição para conseguir a atenção do leitor, é uma das habilidades de Frei Vicente evidenciadas por José Aderaldo, que afirma ser o autor baiano o primeiro a produzir uma literatura em prosa, como se pode perceber no excerto seguinte:

A [obra] que nos chegou, a História do Brasil, é o relato de fatos e acontecimentos do Brasil-Colônia, ocorridos de 1500 a 1627, enriquecidos com matéria informativa. [...] Escreveu [Frei Vicente do Salvador] sob a influência do estilo dominante, indiferente à clareza e à elegância da frase. Pelo contrário, sua linguagem apresenta-se repleta de aliterações, omissões, trocadilhos, apoiada freqüentemente nas figuras de linguagem. Em compensação, revela real interesse pela sua terra, a ponto de ser fato a nossa primeira expressão literária na prosa, testemunho já da plena definição do sentimento nativista debaixo de certa consciência crítica e acentuada objetividade.” (CASTELLO, 1981, p. 88).

Com o excerto de José Aderaldo Castello, finalizamos a breve apresentação do debate dos críticos a respeito da importância literária dos escritos do período colonial brasileiro e, entre eles, a *História do Brasil*. Porém, a relevância destes textos para a literatura brasileira ainda se evidencia pelo interesse que despertaram nos autores literários brasileiros. Portanto, não somente críticos e historiadores da literatura se interessaram pelas obras produzidas no Brasil nos séculos XVI e XVII, mas também os autores da literatura, que as revisitaram e as tomaram como fonte de inspiração para sua produção textual.

Como foi salientado anteriormente por Alfredo Bosi (1976), fizeram esta releitura dos cronistas, primeiramente, os autores do Romantismo, sendo José de Alencar um expoente dessa empreitada. Em obras como *O Guarani* (1857), *Iracema* (1865) e *Ubirajara* (1874), Alencar transparece claramente seu interesse pelo tema da nacionalidade literária e a pesquisa dos textos raízes da época colonial, elegendo o indígena como herói nacional e protagonista literário.

Outro autor de destaque no projeto de construção de uma literatura nacional no século XIX foi Gonçalves Dias, que também se utilizou das fontes dos cronistas. Também demonstra essa questão da temática nativista em suas obras, entre elas, *Os Timbiras* (1857), *I-Juca Pirama* (1851) e *Canção do Exílio* (1843), entre outras produções.

Bosi (1976), em trecho citado anteriormente, afirma que autores do Modernismo brasileiro também tentaram fazer uma leitura a partir do prisma do nacionalismo literário, porém, bastante distinto dos autores do Romantismo e outras escolas literárias. O Modernismo no Brasil intentará voltar às origens para demonstrar uma nação multifacetária e multirracial, miscigenada, sincretizada, antropofágica em sua identidade. Ao revisitar os textos coloniais, autores modernistas utilizaram-se da sátira e do humor como estratégias de desmanche da suposta superioridade europeia em relação a tudo o que simbolizasse a realidade da colônia. Neste sentido, “Por outra perspectiva, a primeira geração do Modernismo vai se debruçar sobre os textos do século XVI para propor uma nova noção de nacionalismo, que questionava satiricamente os padrões culturais europeus seguidos no Brasil.” (OLIVIERI e VILLA, 2000, p. 9).

Entre vários textos modernistas, damos ênfase à *Macunaíma* (1928), de Mário de Andrade, e *Manifesto Pau-Brasil* (1925), de Oswald de Andrade, em que estes autores tratam de textos da era colonial brasileira “[...] de modo a criar uma versão paródica do modo tradicional de narrar a História do Brasil” (OLIVIERI e VILLA, 2000, p. 9). Oswald de Andrade, inclusive, dedica um dos seus poemas à Frei Vicente do Salvador<sup>23</sup>, parodiando-lhe o estilo de escrita, na qual se pode perceber a ironia e a crítica, principalmente no que se refere aos indígenas e à sociedade urbana que os molda pela doutrina cristã, sendo os indígenas dos tempos modernos o imigrante nordestino. Dessa forma, é possível captar nesta paródia o movimento de antropofagia, em que se digere a tradição para alcançar um novo sentido e nova compreensão da realidade cotidiana, conforme podemos perceber:

FREI VICENTE DO SALVADOR

**paisagem**

Cultivam-se palares de cocos grandes

Principalmente à vista do mar

[...]

**prosperidade de são paulo**

Ao redor desta vila

Estão quatro aldeias de gentio amigo

Que os padres da Companhia doutrinam

Fora outro muito

---

<sup>23</sup> O poema na íntegra está disponibilizado no anexo Q, ao final desta dissertação.



Que cada dia desce do sertão  
(ANDRADE, 1925, p. 86)

Raul Bopp, inserido no movimento modernista, também enfatiza a necessidade de retornar às fontes dos escritos primitivos brasileiros, a partir do prisma da antropofagia, quando cita as palavras de Tarsila do Amaral no prefácio da quarta edição de 1951 de seu livro *Cobra Norato e outros poemas* (1951):

- Vamos descer à nossa Pre-história. Trazer alguma coisa desse fundo imento, atávico. Catar os anais totêmicos. Remexer raízes da raça, com um pensamento de psicanálise. Dêsse reencontro com as nossas coisas, num clima criador, poderemos atingir uma nova estrutura de idéias. Solidários com as origens. Fazer um Brasil à nossa semelhança, de encadeamentos profundos. (BOPP, 1956, p. 11).

Inserido neste movimento e motivado pelo ímpeto de mergulhar nas partes do Brasil que traduzem as suas mais remotas histórias, Raul Bopp faz emergir, em seu poema *Cobra Norato* (além de outros poemas), uma série de lendas, mitos e histórias populares da região amazônica, que são relidas e trazidas à tona a partir de uma nova dinâmica, com o objetivo de impactar a literatura nacional. Dessa forma, a reescrita das histórias populares do Amazonas relembra, tanto em linguagem quanto como na postura do autor gaúcho, a postura dos primeiros prosadores que também repassavam aos textos os mitos e lendas que ouviam do povo. Nesse sentido, tome-se como exemplo a grande quantidade de causos trazidos na *História do Brasil*, por Frei Vicente do Salvador, tal como a história da cobra que se passava pelo recém-nascido para mamar no seio da mãe, tratada no item 4.2 desta dissertação e sua semelhança com a Cobra Norato que vive uma saga em busca de sua amada, a filha da rainha Luiza e que narra sua trajetória, encontrando-se, na floresta viva, com uma série de personagens míticos e lendários da região, conforme é informado já nos primeiros versos do poema:

Um dia  
ainda eu hei de morar nas terras do Sem-fm.

Vou andando caminhando caminhando.  
Me misturo no ventre do mato mordendo raízes.

Depois  
faço puçanga de flor de tajá de lagoa  
e mando chamar a Cobra Norato.

- Quero contar-te uma história.  
Vamos passear naquelas ilhas decotadas?  
Faz de conta que há luar.

A noite chega mansinho.

Estrêlas conversam em voz baixa.  
Brinco então de amarrar uma fita no pescoço  
e estrangulo a cobra.

Agora sim  
me enfio nessa pele de sêda elástica  
e saio a correr mundo.

Vou visitar a rainha Luzía.  
Quero me casar com sua filha. (BOPP, 1956, p. 19).

Acompanhado de seu amigo e compadre tatu, então Cobra Norato narra sua trajetória em uma floresta viva, repleta de mistérios e de seres reais e mitológicos, resgatando suas lendas e histórias, misturando-as como a uma colcha de retalhos no corpo da narrativa, evidenciando suas significâncias para o emolduramento da cultura não só da região amazônica, mas para todo o Brasil e, principalmente, em seus elementos que se misturam e ajudam a tecer a literatura nacional.

Com estas indicações, acreditamos ter apresentado um argumento relevante de pertença da *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador para a literatura brasileira, seja para compor o rol das produções literárias tendo em vista a sua constituição textual, seja por contribuir com o desenvolvimento de uma literatura nacional, inclusive achando-se referenciada sua importância em autores da literatura brasileira e outros escritores críticos que a revisitaram, pesquisaram e citaram.

### **3. A HISTÓRIA DO BRASIL ATUALIZADA E COMENTADA COM NOTAS**

De acordo com o que exigimos na primeira parte desta dissertação, chegamos ao momento de apresentar uma proposta de atualização escrita da *História do Brasil*, acompanhada de comentários de diversos aspectos presentes no interior da obra.

Esta segunda etapa nos coloca diante de um questionamento óbvio, mas bastante significativo para o escopo deste trabalho, que se refere ao proveito de realizar mais uma atualização da *História do Brasil*, tendo em mente que já foram feitas pelo menos quatro revisões de grande envergadura desde o ano de 1889 por pessoas de grande prestígio nos meios intelectual e acadêmico brasileiros. Estas revisões referem-se às edições de 1889, 1918, 1965 e 2008.

A esta interrogação, contudo, afirmamos a relevância de realizar mais uma proposta de atualização textual acompanhada de uma reflexão crítica. Esta pertinência dá-se em razão de que todas as edições que citamos anteriormente possuem um caráter prioritariamente histórico, ou seja, são esforços de apresentar a obra de Frei Vicente como um manual de História, em que se pode ter acesso não só a uma historiografia, mas também que faz emergir epistemologias da mentalidade da época colonial.

Esta nossa nova tentativa de atualização dá-se em razão de apresentar a *História do Brasil*, ou apresentar na *História do Brasil*, possibilidades de textualidades literárias, mesmo que indiretas ou no sentido embrionário no que tange a fornecer bases para o engendramento posterior de uma literatura genuinamente nacional e independente. Em suma, este novo esforço de trazer os escritos de Frei Vicente do Salvador representa a sua relevância em razão de ser uma tentativa de demonstrar na composição de Frei Vicente dimensões que fazem emergir, em diversos momentos de sua obra, alternativas de considerá-las mais próximas da textualidade literária.

Respondida esta primeira questão, ainda outra emerge, de grande importância. Seria de maior importância e proveito para chegamos aos objetivos propostos nesta dissertação, realizar uma atualização dos cinco livros estruturais da *História do Brasil* ou apenas alguns deles já bastariam? Optamos pela segunda alternativa, por se encaixar ao que queremos alcançar neste trabalho, em razão de se tratar de uma pesquisa de mestrado. Assim, mais do que tentar esgotar o assunto, levamos em consideração a comprovação da hipótese a que nos propusemos no início desta pesquisa, que já foi colocado de forma exaustiva anteriormente.

Portanto, nesta etapa da pesquisa, optamos por não trabalhar a atualização dos cinco livros da *História do Brasil*, pois que este esforço resultaria num texto fatigante e longo, deixando tal tarefa para um trabalho posterior. Aqui nos empenhamos em tratar apenas dos dois primeiros livros, escolhendo-os em razão de serem mais ricos de textualidades de teor literário, funcionando como uma espécie de amostragem da pesquisa, deixando um esforço mais árduo para o futuro, para uma outra proposta, esta sim mais extensa e completa. Por ora, cremos que o trabalho aqui realizado já dá conta de apresentar, fundamentar e alcançar os objetivos propostos para esta etapa de estudos.

É importante salientar, ainda, que as quatro edições de 1989, 1918, 1965 e 2008, que foram revisadas e acrescidas de informações e fundamentadas por pesquisas, orientaram-nos neste trabalho de atualização linguística e apontamentos críticos em notas de rodapé. Tanto para dirimir dúvidas quanto para elucidar questões e buscar informações sobre os aspectos endógenos da *História do Brasil*, as edições anteriormente citadas nos serviram de fonte e referência, mesclando-as em conformidade com cada situação que se apresentara no momento da revisão. Porém, como texto base da atualização, servimo-nos daquele apresentado por Maria Lêda Oliveira, em versão fac-similar, por se tratar do manuscrito corresponde ao códice 49 complementado pelo 24 (cópia-junção) e, desta forma, serem, igualmente, os mais próximos da composição original de Frei Vicente do Salvador.

De acordo com o que já apontamos, além da revisão textual, também intencionamos uma releitura crítica da *História do Brasil*, realizada em dois momentos. O primeiro momento refere-se aos capítulos 1 e 2 desta dissertação, em que apresentamos um desenvolvimento teórico a respeito da *História*, que leva em conta sua evolução e sua reprodução e em termos de escrituras, feito no capítulo 1, e a possibilidade de aproximação com um teor de cunho mais literário, realizado no capítulo 2. Nesta parte, no tópico 3, em que realizamos a atualização escrita da obra, implementaremos a análise crítica a partir de notas de rodapé, em que são tratados aspectos interessantes sempre que aparecem ao longo do texto. Optamos por esta metodologia em razão de deixar próximos os pontos a serem elucidados de suas ilustrações críticas e, assim, facilitar a compreensão e o exercício do leitor.

Da mesma forma, as notas de rodapé propõem exercícios de intertextualidades e aprofundamentos de temáticas internas, tendo por base o acesso a diversos autores, da época e contemporâneos, assim como outras fontes diversificadas de pesquisa. Enfim, as notas de rodapé caracterizam-se como cruciais para esta parte da pesquisa, pois trazem uma extensa lista de assuntos interessantes para o enfoque contextual e estilístico da *História do Brasil* e, assim, dão suporte a um dos grandes objetivos deste trabalho, que é apontar a possibilidade

literária da obra de Frei Vicente do Salvador. São recortes e explanações sobre histórias, lendas, contos, causos, práticas, aspectos da fauna e da flora, costumes, entre outros, que tornam o texto menos um manual de história e mais uma obra de teor ficcional.

Enunciados estes assuntos introdutórios da segunda parte desta pesquisa, passamos para a apresentação dos dois primeiros livros da *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, em que se evidenciam a atualização textual e as nota de rodapé de teor informativo e crítico.

## HISTÓRIA DO BRASIL<sup>24</sup>

Frei Vicente do Salvador

[SUMÁRIO]<sup>25</sup>

DEDICATÓRIA

LIVRO PRIMEIRO

DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL

CAP. I – Como foi descoberto este estado

CAP. II – Do nome do Brasil

CAP. III – Da demarcação da terra e costa do Brasil com a do Peru e Índias de Castela

CAP. IV – Do clima e temperamento do Brasil

CAP. V – Das minas e metais e pedras preciosas do Brasil

CAP. VI – Das árvores agrestes do Brasil

CAP. VII – Das árvores e ervas medicinais e outras qualidades ocultas

CAP. VIII – Do mantimento do Brasil

CAP. IX – Dos animais e bichos do Brasil

---

<sup>24</sup> O título da obra, da edição de 1889, é o que está mais próximo da versão original manuscrita, que se perdeu com o tempo e grafa-se “Brazil”, com a letra “z”. Na edição de 1918, também revisada por Capistrano de Abreu, resolveu-se acrescentar a data “1500-1627” ao título original, além de trocar a palavra “Brazil” por “Brasil”, mais próxima da grafia do início do século XX. Porém, este acréscimo e a grafia com “s” não constavam na obra escrita pelo próprio punho de Frei Vicente. Após a impressão de 1918, todas as outras edições repetem-lhe o padrão do título, menos a edição de 2008 e 2010. A de 2010 retoma como simples reprodução da edição de 1889, retirando-lhe os elementos que não faziam parte do texto da *História*, ou seja, sem nenhum tipo de introdução, notas ou gravuras no interior do texto, realizando apenas uma atualização ortográfica. A edição de 2008 retoma o título de 1889 com a grafia de “Brazil” e retira-lhe as datas, indicando que é mais coerente com as fontes do texto original, ou seja, os códices 49 e 24. Por conseguinte, em todo o restante do sumário, procuramos seguir a mesma lógica, ou seja, permanecer com uma apresentação mais próxima possível dos dois códices citados.

<sup>25</sup> Neste nosso trabalho, serão feitas a atualização textual e as indicações de pesquisa, por meio de notas de rodapé, apenas dos Livros I e II. Porém, optou-se por apresentar a estrutura inteira do sumário, a fim de que o leitor tenha uma noção geral da obra de Frei Vicente do Salvador já ao iniciar a leitura. Este sumário fundamenta-se, enquanto estrutura divisional, na apresentação gráfica efetuada por Maria Lêda Oliveira, que toma por base os códices 49 e 24 da *História do Brasil*. Ressalta-se que as edições indicam a palavra “índice”, sendo que, na primeira impressão, de 1889, ele vem ao final da obra, assim como todas as demais, menos a de 2008. A edição de 2008 não traz nem o vocábulo “sumário” nem o vocábulo “índice”. Dessa forma, o acréscimo do termo “sumário” é um opção nossa, para tentar ser mais coerente com as regras ortográficas e de padronização de textos acadêmicos atuais, e sua inserção entre colchetes indica que ele é um grifo do autor. Por fim, ressalta-se que todo o sumário, assim como os textos dos capítulos dos Livros I e II, foram igualmente revisados e trazidos para uma linguagem e ortografia mais apropriadas ao nosso tempo.

CAP. X – Das aves

CAP. XI – Das outras coisas que há no mar e na terra do Brasil

CAP. XII – Da origem do gentio do Brasil e diversidade de línguas que há entre eles

CAP. XIII – De suas aldeias

CAP. XIV – Dos seus casamentos e criação dos filhos

CAP. XV – Da cura dos seus enfermos e enterro dos mortos

CAP. XVI – Do modo de guerrear do gentio do Brasil

CAP. XVII – Dos que capturam na guerra

## LIVRO SEGUNDO

### DA HISTÓRIA DO BRASIL NO TEMPO DO SEU DESCOBRIMENTO

CAP. I – De como se continuou o descobrimento do Brasil e deu-se ordem para povoar

CAP. II – Das capitâneas e terras que o rei doou aos irmãos Pero Lopes e Martin Afonso de Sousa

CAP. III – Da terra e capitania que o rei doou a Pedro Lopes

CAP. IV – Da terra e capitania do Espírito Santo que o rei doou a Vasco Fernandes Coutinho

CAP. V – Da capitania de Porto Seguro

CAP. VI – Da capitania de Ilhéus

CAP. VII – Da capitania da Bahia

CAP. VIII – Da capitania de Pernambuco, que o rei doou a Duarte Coelho

CAP. IX – De como Duarte Coelho correu a costa de sua capitania fazendo guerra aos franceses e paz como gentio e se foi para o reino

CAP. X – De como na ausência de Duarte Coelho ficou governando Jerônimo de Albuquerque a capitania de Pernambuco e do que nela aconteceu neste tempo

CAP. XI – Da capitania de Itamaracá

CAP. XII – Do que aconteceu na capitania de Itamaracá depois que dela se foi o donatário Pero Lopes de Sousa

CAP. XIII – Da terra e capitania que o rei Dom João Terceiro doou a João de Barros

CAP. XIV – Da terra e capitania do Maranhão que o rei Dom João Terceiro doou a Luís de Melo da Silva

## LIVRO TERCEIRO

DA HISTÓRIA DO BRASIL NO TEMPO EM QUE O GOVERNOU TOMÉ DE SOUSA  
ATÉ A VINDA DO GOVERNADOR MANOEL TELLES BARRETO

CAP. I – De como o rei mandou outra vez povoar a Bahia por Tomé de Sousa, primeiro governador geral da Bahia

CAP. II – De outras duas armadas que o rei mandou com gente e provimento para a Bahia

CAP. III – Do segundo governador geral que o rei mandou ao Brasil

CAP. IV – De uma embarcação da Índia que aportou nesta Bahia no tempo do governador Dom Duarte da Costa

CAP. V – De outra embarcação da Índia que aportou na Bahia

CAP. VI – Do terceiro governador do Brasil, que foi Mem de Sá

CAP. VII – De como o governador mandou seu filho Fernão de Sá socorrer a Vasco Fernandes Coutinho e de como o gentio o matou

CAP. VIII – Da entrada dos franceses no Rio de Janeiro e da guerra que lhes foi fazer o governador

CAP. IX – De como o governador retornou do Rio de Janeiro para a Bahia e o sucesso que teve uma embarcação que chegou da Índia

CAP. X – Do aperto que os Tamoios do Rio de Janeiro impuseram à capitania de São Vicente, e o governador lhes mandou fazer uma segunda guerra

CAP. XI – Da viagem que Jorge de Albuquerque fez de Pernambuco para o reino e casos que nela se sucederam

CAP. XII – De como o governador Mem de Sá retornou ao Rio de Janeiro e fundou neste lugar a cidade de São Sebastião e de outras coisas que lá fez até voltar à Bahia

CAP. XIII – De como o governador regressou para a Bahia e de uma embarcação que nela aportou indo para a Índia

CAP. XIV – De como os Tamoios e franceses, depois da vinda do governador, foram de Cabo Frio ao Rio de Janeiro para tomarem uma aldeia e do que lhe ocorreu

CAP. XV – Das guerras que houve neste tempo em Pernambuco

CAP. XVI – De como vinha Dom Luiz Fernandes de Vasconcellos para ser governador do Brasil e o mataram no mar os corsários

CAP. XVII – Da morte do governador Mem de Sá



CAP. XVIII – De como o rei Dom Sebastião mandou Cristóvão de Barros por capitão-mor a governar o Rio de Janeiro

CAP. XIX – Do quarto governador do Brasil, Luís de Brito de Almeida, e de sua ida ao Rio Real

CAP. XX – Das entradas que neste tempo se fizeram pelo sertão

CAP. XXI – Das diferenças que o governador e o Bispo tiveram sobre um preso que se refugiou numa Igreja

CAP. XXII – Do princípio da rebelião e guerras do gentio da Paraíba

CAP. XXIII – De como o rei dividiu o governo do Brasil, mandando o Doutor Antônio Salema governar o Rio de Janeiro, o Espírito Santo e mais outras capitanias do Sul, e o governador Luís de Brito à Bahia e às outras [capitanias] do Norte e que fosse conquistar a Paraíba

CAP. XXIV – De como o governador Luís de Brito mandou o ouvidor-geral Fernão da Silva conquistar a Paraíba e, depois, como ele mesmo iria, mas não pode chegar devido aos ventos contrários

CAP. XXV – De uma entrada que neste tempo fez-se de Pernambuco ao sertão

CAP. XXVI – Da morte do governador Lourenço da Veiga

## LIVRO QUARTO

### DA HISTÓRIA DO BRASIL NO TEMPO EM QUE O GOVERNOU MANOEL TELLES BARRETO ATÉ A VINDA DO GOVERNADOR GASPAR DE SOUSA

CAP. I – De como veio governar o Brasil Manoel Telles Barreto e do que aconteceu com algumas embarcações francesas e inglesas no Rio de Janeiro e São Vicente

CAP. II – Da armada que mandou Sua Majestade ao estreito de Magalhães, em que esteve como general Diogo Flores de Valdéz, e o sucesso que teve

CAP. III – Do pedido de socorro que se enviou da Paraíba ao governador Manoel Telles e a decisão que sobre isso se tomou

CAP. IV – De como o Licenciado Martim Leitão, ouvidor-geral, foi mandado pelo governador, junto com o general Diogo Flores de Valdéz, para conquistar a Paraíba e nela se fez a Fortaleza de Barra

CAP. V – Dos socorros que, por indústria do ouvidor-geral, enviaram-se à Paraíba

CAP. VI – De como o ouvidor-geral Martim Leitão foi à Paraíba pela primeira vez e da ordem da jornada e primeiro rompimento e cerca tomada

CAP. VII – De como se tentaram as pazes com Braço de Peixe e, por não aceitá-las, lhe fizeram guerra

CAP. VIII – De como o general Martim Leitão, chegando ao forte, mandou o capitão João Paes à Baía da Traição e, depois, retornaram para Pernambuco

CAP. IX – De como o capitão Castejon fugiu e largou o forte e o ouvidor-geral o prendeu e acolheu os soldados

CAP. X – De como o Braço de Peixe mandou estabelecer a paz pedindo socorro contra os Potiguares e o ouvidor-geral foi à Paraíba e começou a povoação

CAP. XI – De como o ouvidor-geral foi à Baía da Traição

CAP. XII – De como da Baía da Traição foram ao Tujucupapo e retornaram para Pernambuco

CAP. XIII – Da vinda do capitão Moralles, do reino, e a partida do ouvidor-geral à Paraíba

CAP. XIV – De como o ouvidor-geral foi da Paraíba à Copaoba<sup>26</sup>

CAP. XV – De como, após destruída a Copaoba, foram ao Tujucupapo

CAP. XVI – De como, despedida a gente, o ouvidor-geral fez o forte de São Sebastião

CAP. XVII – De uma grande traição do gentio de Sergipe aos homens da Bahia e da guerra que o governador fez aos Aimorés

CAP. XVIII – Da morte do governador Manoel Telles Barreto e como ficaram em seu lugar governando o Bispo Dom Antônio Barreiros, o provedor-mor Cristóvão de Barros e o ouvidor-geral

CAP. XIX – Das três embarcações inglesas que, neste tempo, vieram à Bahia

CAP. XX – Da guerra que Cristóvão de Barros travou contra o gentio de Sergipe

CAP. XXI – De uma entrada que se fez ao sertão em busca dos gentios que fugiram da guerra de Sergipe e de outros

CAP. XXII – De como se continuaram as guerras da Paraíba com os Potiguares e franceses que os ajudavam

---

<sup>26</sup> A Serra da Copaoba localiza-se ao norte do planalto da Borborema, na Paraíba. Os indígenas que habitavam esta região assim a batizaram e foi palco de disputas entre nações indígenas que tomavam partidos entre portugueses ou franceses, em que estes disputavam o domínio do lugar, no século XVI. A esta época, ocorreu a ocupação da Paraíba e a nação dos Potiguares, aliados dos franceses, enfrentou a nação dos Tabajaras, aliada dos portugueses, tendo como consequência uma grande e sangrenta guerra. Perdendo a batalha, os Potiguares precisaram retirar-se da região, migrando para o Rio Grande do Norte. Foram nomes de destaque nesta batalha os chefes indígenas Pau-Seco e Zorobabé. Este último, mais tarde, rebelou-se contra os portugueses, sendo punido em razão disso. Por fim, destaca-se que Copaoba também relaciona-se com outro vocábulo, variante e mais conhecido, a copaíba, árvore da região da qual se extrai um tipo de óleo balsâmico que serve para fins terapêuticos.

CAP. XXIII – Como Francisco Giraldes vinha como governador do Brasil e, por não chegar e morrer, veio Dom Francisco de Sousa, que foi o sétimo governador

[CAP. XXIII – Da jornada que Gabriel Soares fazia às minas do sertão e que a morte lhe impediu]

CAP. XXIV – De como veio Feliciano Coelho de Carvalho governar a Paraíba e foi continuando com as guerras neste lugar

CAP. XXV – Capítulo faltante

CAP. XXVI – Capítulo faltante

CAP. XXVII – Capítulo faltante

CAP. XXVIII – Capítulo faltante

CAP. XXIX – Capítulo faltante

CAP. XXX – [...]

CAP. XXXI – De como Manoel Mascarenhas Homem foi erigir a fortaleza do Rio Grande e do socorro que lhe prestou Feliciano Coelho de Carvalho

CAP. XXXII – De como, acabado o forte do Rio Grande, e entregue ao capitão Jerônimo de Albuquerque, partiram os capitães-mores de Pernambuco e Paraíba, e as batalhas que no caminho travaram com os Potiguares

CAP. XXXIII – De como Jerônimo de Albuquerque estabeleceu paz com os Potiguares e começou-se a povoar o Rio Grande

CAP. XXXIV – De como o governador-geral foi às minas de São Vicente e ficou governando a Bahia Álvaro de Carvalho, e dos holandeses que a ela vieram

CAP. XXXV – Da guerra dos gentios Aimorés e como se estabeleceu a paz com eles no tempo do capitão-mor Álvaro de Carvalho

CAP. XXXVI – Do que fez o governador nas Minas

CAP. XXXVII – Do oitavo governador do Brasil e o primeiro que veio por Pernambuco, que foi Diogo Botelho; e como chegaram ali tripulantes de uma embarcação da Índia, que se perdeu na Ilha de Fernando de Noronha

CAP. XXXVIII – Da entrada que fez Pero Coelho de Sousa, da Paraíba à Serra de Boapaba, com licença do governador

CAP. XXXIX – Do zelo que o governador Diogo Botelho teve para com a conversão dos gentios e que isso se fizesse pelo ministério dos religiosos

CAP. XL – De como o governador veio de Pernambuco para a Bahia e mandou Zorobabé, que retornava com os seus Potiguares para a Paraíba, capturar os negros de Guiné fugidos, que estavam nos palmares do Rio Itapucuru, e de como se começou a pesca das baleias

CAP. XLI – De como Zorobabé chegou à Paraíba e, por suspeita de rebelião, foi preso e mandado ao Reino

CAP. XLII – Do que aconteceu a uma embarcação flamenga que, para fazer comércio, ia à capitania do Espírito Santo carregar pau-brasil

CAP. XLIII – Da segunda jornada que fez Pero Coelho de Sousa à Serra de Boapaba e do fracasso que teve

CAP. XLIV – Da missão e jornada que, por ordem do governador Diogo Botelho, fizeram dois padres da Companhia à mesma Serra de Boapaba, e como atendia às solicitações dos religiosos

CAP. XLV – De como o governador Dom Diogo de Menezes veio governar a Bahia e presidiu o Tribunal que veio da Relação

CAP. XLVI – De como Dom Francisco de Sousa partiu ao Brasil para governar as capitanias do sul, e da sua morte

CAP. XLVII – Da nova invenção de engenhos de açúcar que ocorreu neste tempo

## LIVRO QUINTO

### DA HISTÓRIA DO BRASIL NO TEMPO EM QUE O GOVERNOU GASPAR DE SOUSA ATÉ A VINDA DO GOVERNADOR DIOGO LUIZ DE OLIVEIRA

CAP. I – Da vinda do décimo governador do Brasil, Gaspar de Sousa, e como veio a Pernambuco para ordenar a conquista do Maranhão

CAP. II – De como o governador Jerônimo de Albuquerque mandou conquistar o Maranhão

CAP. III – Da guerra do Maranhão e vitória que se alcançou

CAP. IV – Das tréguas que se fizeram entre os nossos e os franceses no Maranhão

CAP. V – Do socorro que o governador Gaspar de Sousa enviou por Francisco caldeira de Castelo Branco ao Maranhão

CAP. VI – De como o capitão Baltasar de Aragão saiu da Bahia com uma armada contra os franceses e se perdeu

CAP. VII – Da vinda do governador Gaspar de Sousa de Pernambuco à Bahia e do que nela fez

CAP. VIII – De como o governador voltou para Pernambuco e mandou Alexandre de Moura ao Maranhão

CAP. IX – De uma armada de holandeses que passou pelo Rio de Janeiro para o Estreito de Magalhães e de outra de franceses que foi carregar pau-brasil em cabo frio etc.

CAP. X – Capítulo faltante

CAP. XI – Capítulo faltante

CAP. XII – Capítulo faltante

CAP. XIII – Capítulo faltante

CAP. XIV – Capítulo faltante

CAP. XV – Capítulo faltante

CAP. XVI – Capítulo faltante

CAP. XVII – Capítulo faltante

CAP. XVIII – Da causa porque, estando designado Henrique Correa da Silva por governador do Brasil, não veio; e como veio em seu lugar Diogo de Mendonça Furtado

CAP. XIX – Da chegada do governador Diogo de Mendonça à Bahia e ida de seu antecessor Dom Luís de Sousa para o Reino

CAP. XX – De como Antônio Barreiros, filho do provedor-mor da fazenda, foi, por provisão do governador-geral Diogo de Mendonça Furtado governar o Maranhão, Bento Maciel o Grão-Pará, e o capitão Luís Aranha a descobri-lo pelo cabo do Norte, por mandado de Sua Majestade

CAP. XXI – Das fortificações e outras boas obras que fez o governador Diogo de Mendonça Furtado na Bahia e dúvidas que houve entre ele, o Bispo e outras pessoas

CAP. XXII – De como os holandeses tomaram a Bahia

CAP. XXIII – De como o governador Diogo de Mendonça foi aprisionado pelos holandeses e o seu coronel Dom João Vandort ficou governando a cidade

CAP. XXIV – De como o bispo foi eleito pelo povo como seu capitão-mor enquanto se avisava, em Pernambuco, a Mathias de Albuquerque, que era governador

CAP. XXV – De como foi morto o coronel dos holandeses Dom João Vandort e lhe sucedeu Alberto Escutis, e o bispo assentou o seu arraial e estâncias para os assaltar

CAP. XXVI – Dos assaltos que se deram no sertão enquanto governou o bispo

CAP. XXVII – De outros assaltos que se deram aos holandeses à beira-mar

CAP. XXVIII – Dos navios que os holandeses tomaram na Bahia e o que fizeram com as pessoas que capturaram

CAP. XXIX – De como Mathias de Albuquerque, depois que recebeu provisão do governo, tratou do socorro à Bahia, e da fortificação de Pernambuco em que deteve Francisco Coelho de Carvalho, governador do Maranhão

CAP. XXX – De como o governador-geral Mathias de Albuquerque mandou a Pernambuco Francisco Nunes Marinho como capitão-mor da Bahia e da morte do bispo

CAP. XXXI – Dos encontros que houve com os holandeses no tempo que governou o nosso arraial o capitão-mor Francisco Nunes Marinho

CAP. XXXII – De como Dom Francisco de Moura veio, por mandado de Sua Majestade, socorrer a Bahia e governar o arraial

CAP. XXXIII – Da morte do coronel Alberto Escutis e como o sucedeu seu irmão Guilherme Escutis e continuaram os assaltos

CAP. XXXIV – Da armada que Sua Majestade mandou para socorrer e recuperar a Bahia e dos fidalgos portugueses que nela embarcaram

CAP. XXXV – Da ajuda monetária que deram os portugueses, vassallos de Sua Majestade, para esta frota

CAP. XXXVI – Como a frota de Portugal veio ao Cabo Verde esperar a [frota] real da Espanha e daí vieram juntas à Bahia

CAP. XXXVII – De como Salvador Correa, do Rio de Janeiro, e Jerônimo Cavalcanti, de Pernambuco, vieram ao socorro da Bahia e o que ocorreu entre eles e os holandeses no percurso

CAP. XXXVIII – Como desembarcaram os da frota e os holandeses lhe foram da um assalto em São Bento, em que se deu início a primeira batalha

CAP. XXXIX – Da segunda bateria que se organizou no Mosteiro do Carmo, em que comandou o general Dom Fradique de Toledo e outras duas que dela se derivaram

CAP. XL – De outras trincheiras que se fizeram da parte de São Bento e como começaram a se dividir os franceses e os holandeses

CAP. XLI – De como os soldados holandeses insurgiram-se contra o seu coronel Guilherme Escutis e, depondo-o do cargo, elegeram outro em seu lugar

CAP. XLII – De como se entregaram os holandeses à rendição

CAP. XLIII – De como se tomou a cidade e se deu a entrega dos despojos; graças que se deram a Deus pela vitória e o aviso que se enviou à Espanha

CAP. XLIV – Da guerra que o governador Mathias de Albuquerque ordenou a travar contra o gentio da serra da Copaoba, que se rebelou na ocasião dos holandeses

CAP. XLIV [número de capítulo repetido] – Da frota que veio da Holanda em socorro dos seus. E do mais que se sucedeu até a partida da nossa [frota]

CAP. XLV – Da volta de nossa frota para o Reino e dos holandeses para a sua terra

CAP. XLVI – De como o governador Mathias de Albuquerque mandou buscar a carga de uma embarcação da Índia que se perdeu na Ilha de Santa Helena

CAP. XLVII – Dos holandeses que andaram por esta costa da Bahia até a Paraíba no ano de 1626 e da ida do governador Francisco Coelho de Carvalho para o Maranhão

CAP. ÚLTIMO – De como Diogo Luís de Oliveira veio governar o Brasil e se foi seu antecessor, Mathias de Albuquerque, para o Reino

\* Índice das coisas mais notáveis desta História

## DEDICATÓRIA

Ao Licenciado Manoel Severim de Faria, Chantre na Santa Sé de Évora<sup>27</sup>

O motivo que teve Aristóteles<sup>28</sup> para se divertir da especulação a que o seu gênio e inclinação natural o levava, como consta em sua *Lógica*, *Física* e *Metafísica*, e dar-se a

---

<sup>27</sup> As dedicatórias eram comuns aos livros editados e impressos entre os séculos XVI e XVIII, porque as obras passavam por um severo controle censitário. Acentuava-se, ainda mais, para escritos oriundos das colônias, principalmente no âmbito português, em razão de não permitir qualquer teor de ameaça à hegemonia do reino. Assim, as dedicatórias funcionavam como uma espécie de “aval” para a sua impressão e, por isso, eram direcionadas às pessoas mais importantes da sociedade, seja em termos de posses, seja em razão de sua influência sobre os mais altos cargos das cortes. Este era um aspecto importante, pois o autor, ao dedicar uma obra, fazia com que esta obra, agora, passasse a pertencer ao seu patrono, mesmo que figurativamente. (DENIPOTI & PEREIRA, 1995). Assim, entrava no jogo uma autoridade que validava o conteúdo da obra, que às vezes era o próprio rei. Dessa forma, presume-se que, para chegar ao seu destino final, que seria a impressão, uma obra deveria passar, também, pelos degraus da hierarquia que regiam as estratificações sociais estabelecidas nestes séculos. Este foi um dos primeiros objetivos de Frei Vicente do Salvador ao dedicar sua obra à Manoel Severim de Faria, pois este homem ocupava um destacado grau na sociedade de Évora, tanto que era o Chantre de sua Catedral, sem contar seu poderio econômico. Contava o fato de Frei Vicente ter acesso a Severim em razão de conviver no Brasil com o irmão de sangue do Chantre, que pertencia à mesma Ordem franciscana, Frei Cristóvão de Lisboa.

Outro motivo da dedicatória, aplicável especialmente no caso da *História do Brasil*, foi a necessidade de um mecenas que assumisse os custos de sua impressão, porque, embora Frei Vicente fosse influente na sociedade brasileira do século XVII, teria poucos recursos financeiros, face a pertencer à uma Ordem religiosa. Portanto, novamente, sua estratégia de apelação para uma pessoa que tivesse posses o suficiente para que levasse a cabo o projeto de impressão da obra. Nesse sentido, se encaixaria perfeitamente nos planos do frade baiano o irmão de seu confrade, Manoel Severim de Faria. Este apontamento é feito por Capistrano de Abreu, nas notas introdutórias das duas primeiras edições da *História do Brasil*, edições de 1889 e 1918, mas não é taxativa, funcionando como uma forte e provável hipótese.

Ao final, impressiona o fato de Frei Vicente do Salvador ter por certo de que a *História* seria impressa, porém, ocorrendo o seu contrário, ou melhor, a frustração da impressão da obra pelo mecenas português. Fato é que, por uma série de motivos, o Chantre da Catedral de Évora declinou-se das promessas de impressão do livro. Algumas hipóteses são apontadas por Capistrano de Abreu, nas mesmas notas introdutórias indicadas anteriormente, e por Maria Lêda de Oliveira, na sua edição de 2008 da *História do Brasil*.

Para uma compreensão primária sobre as questões censitárias entre os séculos XVI e XVIII e as dedicatórias, sugerimos a leitura do seguinte artigo (ao final, os autores apresentam uma interessante referência que também pode ser consultada pelo leitor): DENIPOTI, Claudio; PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Sobre livros e dedicatórias: D. João e a Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801). **História Unisinos**: Unisinos, São Leopoldo (RS), v. 17, n. 13, p. 257-271, set./dez., 2013. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/viewFile/htu.2013.173.06/3720>>. Acesso em: 28 dez. 2018.

<sup>28</sup> Pode-se defender, com base nestes parágrafos iniciais, que Frei Vicente possuía considerável aporte de conhecimento e cultura, pois cita uma extensiva lista de autores em assuntos variados e seus personagens clássicos (Aristóteles, Homero, Plutarco, Túlio, Diodoro Sículo, Alexandre, Dario, Aquiles, Ovídio, Camões, João de Barros, Agostinho e outros mais), da filosofia clássica, passando pela história, literatura e teologia, além das citações em latim. Possivelmente, aqui, aplique-se uma necessidade: demonstrar que sua obra era meritória de publicação, ao tentar impressionar, já nos primeiros parágrafos, seu mais provável benfeitor, e também conformando-se à maquinaria textual do século XVII, em que utilizava da retórica enquanto regra de aceitação da obra no meio intelectual. Por esta razão, as credenciais do autor, credenciariam também a sua obra. Fato é que, como apontam os pesquisadores deste trabalho, Frei Vicente era um homem de vasto conhecimento, tanto das escrituras que possuíam maior evidência em sua época, como da realidade do Brasil e, da mesma forma, de uma grande capacidade de pesquisa e produção textual, tendo em vista a envergadura da *História do Brasil*. Estes aspectos são corroborados por Capistrano de Abreu, na introdução da *História* editada em 1889, quando aponta que: “Fr. Vicente era um douto, conhecedor da literatura latina, versado na patristica, leitor dos bons classicos portugueses, amante de obras historicas, de narrativas de viagens, de poesias.”



escrever livros históricos e morais, quais as suas *Éticas*, *Políticas* e a *História dos Animais*, além do grande Alexandre mandá-lo e de lhe custear as despesas, foi ver, também, que estimava tanto o livro de Homero, em que se contam os feitos históricos de Aquiles e de outros esforçados guerreiros que, (segundo refere Plutarco), de ordinário, o trazia consigo ou quando o largava da mão o fechava em escritório guarnecido de ouro e pedras preciosas, melhor peça que lhe coube dos despojos de Dario, ficando-lhe na mão a chave, que a ninguém confiava e com muita razão, porque (como diz Túlio) os livros históricos são luz da verdade, vida da memória e mestres da vida. E Diodoro Sículo diz que estes igualam os jovens na prudência aos velhos, porque, o que os velhos alcançam com larga vida e muitos discursos, podem os jovens alcançar em poucas horas de lição assentados em suas casas. Eis aqui a razão porque o grande Alexandre tanto estimava o Livro de Homero e, se hoje houvesse muitos Alexandres, também haveria muitos Homeros, porque, como diz Ovídio<sup>29</sup> *scribentem juvat ipse favor, minuit que Laborem Cumque suo crescens pectore fervet opus*<sup>30</sup>: o favor ajuda o escritor, alivia-lhe o trabalho, anima-o e dá-lhe fervor à sua obra.

Porém o que agora vemos é que, querendo todos ser estimados e louvados pelos escritores, há muitos poucos que os louvem e estimem, e menos que lhes custeiem as despesas. Só temos a Vossa Graça em Portugal que os estima e favorece, tanto que se vê em sua livraria que, quase toda tem ocupada de livros históricos e, principalmente, no louvor dos três historiadores portugueses, Luís de Camões, João de Barros e Diogo do Couto, que fez favor tão grande para escritores de histórias que se pode dizer, e assim é, que aos mortos dá vida, ressuscitando-lhes a memória que já o tempo lhes tinha sepultada, e aos vivos excita, dá ânimo e fervor para que saiam a luz com seus escritos e exulte cada um a contar e compor sua história. Este foi o motivo que tive para sair com esta do Brasil, junto com Vossa Graça me querer fazer de tomar a impressão à sua custa, para, em tudo, parecer-se com Alexandre. Outro tive e foi pedir-me Vossa Graça e, por conseguinte, mandar-me, pois as solicitações dos

---

<sup>29</sup> Para a tradução dos períodos em latim, foram utilizadas as edições da *História do Brasil* de 1889, 1918 e 2008, comparativamente, em razão de já terem sido motivo de pesquisa aprofundada de Capistrano de Abreu e Maria Lêda de Oliveira. Um esforço, neste trabalho, para uma nova tradução do latim, necessitaria de um escopo que não seria pertinente para nossos objetivos, além de demasiado tempo dispensado para o aprendizado da língua latina.

<sup>30</sup> Tradução: “O favor ajuda o escritor, alivia-lhe o trabalho, anima-o e dá-lhe fervor à sua obra”. (optamos, aqui, pela própria tradução do latim realizada por Frei Vicente do Salvador, na sequência da descrição latina).

Senhores têm força de preceitos. *Glos. i. L. Vnica, et in L. 1<sup>a</sup> ff. Quod Iussu*<sup>31</sup>, por isso é aquele verso *Est rogare ducum species violenda jubendi*<sup>32</sup>.

E assim foi este, de tanta força, que não só o executei por mim, mas incitei a um amigo que a mesma história compusesse em verso<sup>33</sup>, de sorte que pudesse dizer o que disse santo Agostinho ao santo Bispo Simpliciano que, havendo-lhe pedido um tratado breve em declaração de certas dificuldades, ofereceu-lhe dois livros inteiros, desculpando-se, ainda, de ser a leitura tanta que pudera causar fastio, de não satisfazer ao que lhe fora pedido, conforme o desejo do suplicante. São suas palavras as que se seguem: *Vereor ne ista, quae sunt a me dicta, et non satisfacerint expectationi, et taedio fuerint gravitati tuae, quando quisdem et tu ex omnibus, quae interrogasti vnum a me libellum micti velles, ego duos Libros, eosdem que longissimos misi, et fortasse, quaestionibus nequaquam expedite deligenter respondi*<sup>34</sup>.

Desta maneira, havendo-me Vossa Graça pedido um tratado das coisas do Brasil, ofereço-lhe dois<sup>35</sup>, leitura que poderia causar fastio, se o diverso método não a variasse e desse apetite e, contudo, receio de não satisfazer a curiosidade de Vossa Graça, segundo sei, que gosta desta iguaria. Por essa razão, tomei também motivos para dedicá-la à Vossa Graça, e não a outrem, lembrando-me que, por dar Jacó a Isaac seu pai algo de que gostava, alcançou bênção como a mãe lhe havia certificado, dizendo: *Nunc ergo fili mi acquiesce conciliis meis, et pergens ad gregem; affer mihi duos edos ut faciam ex eis patri tuo, quibus libenter vescitur, quas cum intuleris, et comederit benedicat tibi*<sup>36</sup>.

---

<sup>31</sup> Tradução: “Glos. em L. Única e em 1<sup>a</sup> ff. Como é ordenado”.

<sup>32</sup> Assim como na nota n<sup>o</sup> 30, optamos pela indicação da tradução da oração feita por Frei Vicente do Salvador, na sentença em português que antecede o preceito latino. Tradução: “os rogos do Senhor têm força de preceitos”.

<sup>33</sup> Como já foi dito na primeira parte desta pesquisa, no item “1.2”, há a indicação, aqui, de que Frei Vicente produziu uma outra versão da *História do Brasil*, porém em forma de poema e que a entregou a Manoel Severim de Faria. Diz que foi um amigo que a produziu, permanecendo sua identidade anônima, conforme indica Capistrano de Abreu, na nota preliminar da edição de 1918 (utilizada, aqui, a transcrição da edição de 1982, p. 36): “Com a liberdade deu novo impulso à obra e em 20 de dezembro de 1627 lançava-lhe o ponto final, consagrando-a a Manuel Severim de Faria. À história em prosa acompanhava outra, escrita em verso por um amigo a quem incitou, diz-nos. Que amigo seria este mencionado com tanto desapego e cursoriamente? Não seria o próprio Frei Vicente, imitando caso que relembra de Santo Agostinho e o bispo Simpliciano?” De qualquer forma, o fato é que não se tem conhecimento da existência real deste texto em verso. Não se sabe se foi perdida ou se nem mesmo chegou a ser escrita. Portanto, sua existência ainda permanece uma incógnita.

<sup>34</sup> Tradução: “Temo que estas coisas que por mim são expostas, não só não satisfaçam a expectativa, mas até causem tédio à tua dignidade, visto que, de tudo o que pediste, apenas desejaste um opúsculo feito por mim; eu, pelo contrário, entreguei dois livros longuíssimos e provavelmente não respondi com prontidão às questões colocadas.”.

<sup>35</sup> Verificar a nota de rodapé n<sup>o</sup>. 33.

<sup>36</sup> Tradução: “Agora, meu filho, escuta bem o que te vou dizer: vai buscar ao rebanho dois cabritos gordos e traz-nos. Eu farei com eles um prato suculento para o teu pai, como ele gosta. Depois, levá-lo-ás para o teu pai comer e, assim, ele te abençoará.”

Bem enxergou o santo velho, ainda que cego, que Jacó o enganava, pois o conheceu pela voz: *Vere quidem voc Iacob*<sup>37</sup>, est. Mas, levado pelo gosto da iguaria a que era afeiçoado, depois da inspiração do céu, concedeu-lhe a bênção. Esta peço eu a Vossa Graça e, com ela, não tenho que temer a maldizentes.

Nosso Senhor vida, saúde e estado, conserve e aumente à Vossa Graça, como aos seus, lhe desejamos.

Bahia, 20 de dezembro de 1627.

Servo de Vossa Graça  
Fr. Vicente do Salvador

---

<sup>37</sup> Tradução: “Na verdade, é realmente a voz de Jacó.”

LIVRO PRIMEIRO  
DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL

## CAPÍTULO I

### COMO FOI DESCOBERTO ESTE ESTADO

A terra do Brasil, que está na América, uma das quatro partes do mundo, não se descobriu de propósito ou intencionalmente, mas, casualmente, indo Pedro Álvares Cabral por mandado do rei Dom Manoel, no ano de 1500 para a Índia, por capitão-mor de doze embarcações, afastando-se da costa de Guiné, que já tinha sido descoberta ao Oriente, encontrou esta outra costa ao Ocidente, da qual não havia notícia alguma. Foi costeando-a alguns dias com tormenta, até chegar a um Porto Seguro<sup>38</sup>, do qual a localidade vizinha ficou com o mesmo nome. Ali desembarcou o dito capitão com seus soldados armados para explorarem<sup>39</sup>. Por isso, enviou primeiro um batel com alguns para explorarem o território e deram novas de muitos gentios<sup>40</sup> que viram. Porém não foram necessárias as armas, porque, só de verem homens brancos vestidos e calçados e com barba (porque eles carecem de todas essas coisas), os tiveram por divinos e mais que homens e, assim os chamando de caraíbas<sup>41</sup>,

---

<sup>38</sup> “Um Porto Seguro”, como fala Frei Vicente, é a referência da própria cidade de Porto Seguro, na Bahia, que foi o primeiro local em que aportaram, no Brasil, as caravelas de Pedro Álvares Cabral, no ano de 1500.

<sup>39</sup> A palavra original é “pelejem”, porém o vocábulo perde o sentido de combate, caso se leve em conta o contexto de sua elaboração. Talvez, seja mais apropriado pensar o vocábulo pelejar no sentido de explorar uma terra nova, desconhecida até então, ou conhecida mas nunca visitada e, portanto, virgem. Sabe-se que, anteriormente, outras embarcações espanholas já haviam visitado as Américas e, possivelmente, a região do Brasil. Sobre esta visita de outras embarcações anteriores às de Pedro Álvares Cabral ao Brasil, consultar a obra: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

<sup>40</sup> Designação comum do indígena brasileiro pelo europeu nos primeiros séculos que se seguiram ao descobrimento. Este é o temo preferido pelos prosadores europeus que estiverem no Brasil nos primeiros anos de sua conquista, além de outros escritores dos séculos seguintes.

<sup>41</sup> Como se pode perceber, Frei Vicente participa e reforça, pelo discurso oficial, a inferioridade dos povos americanos no contraste com os europeus, a quem os índios considerariam, segundo o horizonte de sua interpretação, como deuses (mentalidade equivocada que permaneceu no imaginário do povo brasileiro até os nossos dias, porém, facilmente rechaçado pela simples pesquisa aos documentos historiográficos primários, produzidos no período colonial). Essa mentalidade será o fundamento do apossamento ilegítimo da terra pelo europeu e da dizimação das populações autóctones de toda a América, pois os europeus tomarão a vontade divina como argumento para apoderar-se da nova terra, uma vez que as terras e suas riquezas funcionariam como um atrativo da parte de Deus, uma recompensa. De qualquer forma, esta docilidade do povo indígena brasileiro, além de sua admiração pelo europeu, contradiz-se com outros relatos adiantes da própria *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, além de outros prosadores, que dão destaque à ferocidade do indígena. Esta ferocidade ocorre tanto entre as próprias nações indígenas entre si, por meio de contínuas guerras que tinham por base a aliança com determinado país europeu, como também contra os próprios europeus e suas propriedades e povoados, a quem os indígenas consideravam invasores e escravizadores.

Em relação ao primeiro fato, há fartura de relatos da época que testemunham as nações indígenas aliando-se aos países europeus, conforme suas necessidades e expectativas, a fim de fortalecerem-se para subjugar seus inimigos. Por exemplo, a guerra da invasão dos franceses do Rio de Janeiro, relatada pelo próprio Frei Vicente, evidencia que havia nações indígenas apoiando franceses e guerreando ao seu lado, assim como outras apoiando os portugueses. Outra história, a da guerra entre franceses e portugueses na Paraíba, descrito na nota de rodapé nº 26, é, ainda, um exemplo disso. Nesta ocasião, Potiguares e Tabajaras fizeram alianças, respectivamente, com franceses e portugueses. As mesmas alianças, porém, com nações indígenas diferentes, ocorreram nas várias

que quer dizer coisa divina em sua língua, aproximaram-se pacificamente aos nossos. Dessa forma, assim como os índios da Nova Espanha<sup>42</sup>, quando viram desembarcar os espanhóis, chamaram-lhes de *viracoches*, que significa espumas do mar, dando a entender que o mar os lançara de si como espumas, e esse nome estabeleceu-se entre eles. Assim, ainda somos chamados por eles de caraíbas e respeitados mais do que homens.

Mas, muito mais cresceu neles o respeito, quando viram oito frades da Ordem do nosso Padre São Francisco<sup>43</sup>, que estavam com Pedro Álvares Cabral e, por guardião, o padre Frei Henrique, que depois foi Bispo de Cepta, o qual celebrou uma missa e pregou neste lugar, em que, ao levantar a hóstia e o cálice, os gentios se ajoelharam e batiam no peito como faziam os cristãos, deixando transparecer nisto como o Cristo, Senhor nosso, neste divino

batalhas entre holandeses e portugueses, na Bahia e no Maranhão, sendo estes relatos apresentados por Frei Vicente do Salvador.

A respeito do segundo caso, há vários relatos de colonizadores de que suas fazendas eram inviabilizadas face aos ataques dos indígenas às suas plantações e criações de animais, além da violência praticada contra os próprios colonizadores. É o caso da ocupação da Paraíba que foi abandonada diversas vezes em razão destes ataques, como relata Frei Vicente, principalmente nos livros III e IV da *História*. Outros relatos violentos contra europeus aparecem no livro de Gabriel Soares de Souza, *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, em que reclama que suas fazendas eram invadidas por indígenas, que lhe causavam sérios prejuízos e, por esta razão, chamava-os de “pragas”. Nos escritos dos primeiros missionários (Anchieta, Nóbrega etc.) também aparecem vestígios da agressividade indígena.

Por fim, vale destacar que outros prosadores, de forma exagerada, descrevem o perfil violento do indígena brasileiro, como é o caso de Gabriel Soares, Hans Staden, Anthony Knivet, André Thevét, entre outros, destacando-lhes a crueldade para com os inimigos e a sanha pelo consumo de carne humana. Sobre isto, Frei Vicente destaca, no capítulo VII, do livro II, a morte do donatário da Bahia, Francisco Pereira Coutinho, devorado pelos índios, conforme segue:

“Esta capitania da Bahia, agraciou o rei Dom João Terceiro a Francisco Pereira Coutinho, fidalgo muito honrado, de grande fama e cavalarias na Índia, o qual veio em pessoa com uma grande frota feita às suas custas, no ano de mil quinhentos e trinta e cinco do nascimento do Senhor. E, desembarcando na Ponta do Padrão da Bahia para dentro, fortificou-se, onde agora chamam de Vila Velha.

Esteve em paz alguns anos com os gentios e começou dois engenhos. Rebelando-se eles, depois, as queimaram e fizeram-lhe guerra pelo tempo de sete ou oito anos, de maneira que lhe foi forçado, assim como os que com ele estavam, a embarcarem em caravelões e refugiarem-se na capitania dos Ilhéus, em que o mesmo gentio, obrigado pela falta das trocas que com eles faziam, foram-se ter com eles, estabelecendo a paz e pedindo-lhes que retornassem, como logo fizeram com muita alegria. Porém, levantando-se uma tempestade, desembarcaram na costa, dentro da baía da ilha de Itaparica, em que **o mesmo gentio os matou e comeu a todos**, exceto um, Diogo Álvares, que tinha por alcunha o Caramuru, posta pelos índios, porque lhes sabia falar a língua, e não sei se ainda isto bastaria, **pelo que são carniceiros e ficaram encarniçados nos companheiros**, se dele não se enamorasse a filha de um chefe índio, que tomou a seu cargo defendê-lo. E, desta maneira, acabou Francisco Pereira Coutinho com todo o seu valor e esforço, e sua capitania com ele.” (SALVADOR, 1982, p. 113-114, grifo do autor).

De todos os escritos dos prosadores sobre o canibalismo indígena brasileiro, os que ficaram mais famosos e mais se disseminaram foram os de Hans Staden, que estão em sua obra *Dois viagens ao Brasil*.

Percebe-se, dessa maneira, uma contradição fundamental entre a tese do pacifismo e do respeito que o indígena brasileiro devotava ao europeu e os próprios relatos de quem defendeu e disseminou esta ideia.

<sup>42</sup> Índios da América Espanhola.

<sup>43</sup> Franciscanos ou Ordem dos Frades Menores de São Francisco. Após alguns anos de vida como padre secular, Frei Vicente ingressou na ordem franciscana, da qual foi superior no Brasil por três períodos durante sua vida. Conferir este aspecto no item 1.1 deste trabalho, que trata da biografia do frade baiano.

sacramento, domina os gentios<sup>44</sup>, que é o que a Igreja conta no Invitatório<sup>45</sup> de suas matinas, dizendo: *christum regem dominantem gentibus, qui se manducatibus dat pinguedinem, venite adoremos*<sup>46</sup>. Diziam os antigos gentios que o Deus Pã<sup>47</sup> dominava e era senhor do

---

<sup>44</sup> A mesma ideologia da raça superior europeia, tratada na nota de rodapé nº 41, em relação aos indígenas americanos, operou no sentido da religião ou, mais corretamente colocado, em termos da dimensão do sagrado, no contraste com os europeus. Dessa forma, o europeu justifica o seu domínio nos parâmetros dos tempos histórico e metafísico. Assim, apaga-se qualquer resquício de alteridade e constrangimento pela erradicação das culturas autóctones americanas. Vale ressaltar que foram inúmeras as obras, de diversidade semiótica (oral, escrita, pictórica, plástica etc.), que se produziram entre os séculos XV e XVIII, que reforçaram a inferioridade indígena em relação à dignidade europeia e o reconhecimento deste aspecto pelos primeiros, e que circularam por toda a Europa. A internet oferece um vasto material produzido nesses séculos (gravuras, desenhos, mapas etc.) em que facilmente se reconhece a ideologia do desprezo e da diminuição da dignidade das nações indígenas.

<sup>45</sup> Como o próprio temo diz, invitatório diz respeito a “convite”. Frei Vicente, neste caso, refere-se ao Invitatório da Liturgia das Horas (livro de oração, com passagens bíblicas, hinos e orações da liturgia oficial, chamado por este nome), também designado de Ofício Divino, que é a oração que se realiza pelos religiosos consagrados da Igreja Católica que vivem em comunidade, sendo mais usual e rezada de forma integral nos mosteiros. Na sua forma mais simples, a Liturgia das Horas é dividida em 7 partes, distribuídas ao longo das 24 horas (ou horas canônicas) do dia: Matinas (madrugada), Laudes (manhã, ao nascer do sol), Terça (por volta das 9h), Sexta (ao meio-dia), Noa (15 horas), Vésperas (18 horas) e Completas (à noite, antes de deitar-se). Nos mosteiros, a Liturgia das Horas é celebrada integralmente, porém, nas comunidades de vida ativa (que não vivem em mosteiros), exige-se apenas as orações das Laudes, Vésperas e Completas. Para cada uma destas horas canônicas há um roteiro de oração, em que se mesclam textos e hinos bíblicos, assim como passagens da Liturgia Oficial da Igreja e escritos dos santos. O Invitatório, é a parte deste roteiro correspondente ao início, ou seja, uma passagem bíblica, seguida de uma oração, que introduz a comunidade na oração daquela hora canônica, a parte introdutória da oração da hora canônica. O roteiro mais geral de cada hora canônica, pode ser assim dividido: Invitatório, Hino, 1º Salmo, Cântico, 2º Salmo, Leitura Breve da Bíblia (pode ser seguido de um comentário), Resposta Breve à Bíblia, Cântico Evangélico, Preces, Oração do Pai Nosso e Oração Conclusiva (da liturgia oficial da Igreja).

<sup>46</sup> Tradução: Vinde, adoremos a Cristo, rei que domina os gentios, que fortalece a alma dos que O tomam como alimento.

<sup>47</sup> **Pã ou Pan**, é um deus da mitologia grega, protetor das florestas e de todos os seres que as habitam, sejam eles animais, vegetais ou mitológicos (como as ninfas e os faunos). É, também, o protetor da vida rural: dos campos, dos rebanhos e dos pastores. Segundo Ruth Guimarães (1983, p. 243) “Pã – Deus dos pastores e dos rebanhos, originário da Arcádia, era representado metade homem, metade bode, com o corpo todo revestido de pêlos, e com dois chifres. Amava as fonte e a sombra dos bosques, e sobretudo a companhia das Ninfas, às quais perseguia, dotado que era de uma atividade sexual exagerada. Seus atributos ordinários eram uma flauta de caniço, cajado de pastor, a coroa de ramos de pinheiro, ou um galho de pinheiro na mão. Diziam-no filho de Hermes e da ninfa Dríope. Quando nasceu, a mãe teve medo do pequeno ser, tão monstruoso era, e o entregou ao pai. Hermes o embrulhou numa pele de lebre, e o levou para o Olimpo. Passava por filho de Zeus e de Hibris, ou de Zeus e Calisto; ou ainda de Éter e da ninfa Ênoe, de Crono e de Réia, de Urano e de Géia, ou mais simplesmente, de um pastor e de uma cabra. Era uma das grandes divindades da Natureza, identificado como Grande Todo. Fazia parte do cortejo de Dionísio. Uma tradição mencionada por Plutarco conta que ao largo das ilhas do Mar Egeu, nos tempos de Tibério ou de Augusto, a tripulação de um navio ouviu estranha voz que anunciava: “O Grande Pã morreu!” Em seguida ouviram-se lamentos e gemidos”. Em Roma, Pã passou a ser considerado pelo nome de Fauno e Lupércio, tendo este último um templo dedicado ao seu nome, em que era festejado no mês de fevereiro.

É intencional, aqui, Frei Vicente considerar que os indígenas americanos possuíssem um deus menor, a quem denominou como Pã. Sabe-se que as nações indígenas brasileiras não possuíam uma religião com códigos doutrinários, estruturada, em que se considerasse uma adoração divina, como o tinham os europeus. Também não possuíam uma designação para Deus, enquanto dotado de personalidade ou como uma entidade. Nesse sentido, imerso nas realidades xamânicas e liderado por um Xamã (ou feiticeiro, como foram denominados), seria mais apropriado falar que os indígenas americanos viviam uma espiritualidade de harmonia com todas as coisas, tão diversa quanto a multiplicidade de suas nações e culturas espalhadas pelo território brasileiro (e americano). Suas histórias sagradas são relatadas em uma série de cosmogonias. Assim, percebe-se que Pã nada tinha a ver com a realidade brasileira ou mesmo americana. Mas Frei Vicente, e da mesma forma todos os

Universo. E tratavam da verdade, se o compreenderam pelo Pão Divino. Porque, sem falta, Ele é o Deus que tudo domina e não há lugar em toda a terra que já não seja venerado, nem nação tão bárbara que não creia Nele, como estes Brasis Bárbaros<sup>48</sup> fizeram. Bem quiseram os nossos frades, pela facilidade que nisto mostraram para aceitarem a nossa fé católica, permanecer ali para os ensinarem e batizarem, mas o capitão-mor, que os levava para outra seara<sup>49</sup> não menos importante, partiu dali em poucos dias com eles para a Índia, deixando neste lugar uma Cruz levantada, como também dois portugueses degredados<sup>50</sup> para que aprendessem a língua. E enviou um navio a Portugal, do qual Gaspar de Lemos era o capitão,

---

missionários e conquistadores europeus, indica a divindade grega para rebaixar e menosprezar a espiritualidade indígena. Esta intenção é clara se lido todo o parágrafo, em que o autor franciscano faz trocadilhos com a palavra “pã” e “pão”, referindo-se à demonização da espiritualidade indígena (note-se que a figura de Pã, por ser metade homem e metade bode, aproxima-se da figura imaginária do demônio na cultura judaico-cristã), confrontando-a com o pão sagrado, que seria o corpo de Cristo. Relembramos que a intencionalidade e a efetivação desta estratégia de diminuição da religiosidade indígenas já foram tratadas na nota de rodapé 41 e 44.

Para compreender melhor os significados e a profundidade, assim como a relevância da espiritualidade indígena e da prática do xamanismo, sugerimos consulta às seguintes obras: ABRAM, David. Um mundo além do humano. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre (RS), n. 2, v. 7, p. 64-95, jul./dez. 2013; DESCOLA, Philippe. Além da natureza e cultura. **Revista Tessituras**, Pelotas (RS), v. 3, n. 1, p. 7-33, jan./jun. 2015; LIMA SANTOS, Marcel de. **Xamanismo: a palavra que cura**. São Paulo: Paulinas / Belo Horizonte: Editora PUCMinas, 2007; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. **Revista MANA**, Rio de Janeiro (RJ), vol. 2, n. 2, p. 115-144, 1996; e CASTANEDA, Carlos. **Viaje a Ixtlan: las lecciones de don Juan**. México: FCE, 1975; além de outras obras de pesquisadores atuais que tratam do xamanismo.

<sup>48</sup> Percebe-se, aqui, mais uma vez a designação pejorativa do termo. Frei Vicente compara os autóctones brasileiros aos bárbaros antigos, assim designados pelos gregos e pelos romanos, por serem estrangeiros e habitarem fora de suas fronteiras e não falarem suas línguas. Mais à frente, Frei Vicente tratará de forma amargurada, do porquê se designou o nome “Brasil” ao novo território anexado à Portugal e não “Terra de Santa Cruz”. Desenvolverá uma metáfora do Brasil comparando a árvore pau-brasil ao brasido do fogo do inferno e de satanás. Dessa forma, estabelece uma metáfora do indígena como o servidor de satanás, como seu povo. Ver esta questão no texto da *História do Brasil*, capítulo seguinte (capítulo II, deste Livro Primeiro). A escolha do nome Brasil (assim como seu povo originário), seria, para o autor em questão, a causa desta terra não se desenvolver e, até mesmo, regredir em termos de eficácia de ocupação e exploração por parte de Portugal.

<sup>49</sup> Termo bíblico para designar o campo como o lugar de evangelização, ou melhor, o lugar do empenho missionário. Mais especificamente, é o campo em que se semeou trigo ou outros cereais e em que se dará a colheita. No Novo Testamento das Sagradas Escrituras Cristãs, o próprio Jesus faz alusão ao campo de trigo referindo-se à sua comunidade e a necessidade da conversão em várias de suas parábolas. Neste contexto, Frei Vicente do Salvador refere-se a Índia, considerada pelo reino de Portugal, como sendo esta seara mais importante para a sua história no tempo do descobrimento e conquista do Brasil.

<sup>50</sup> No reino português, no século XVI e posteriores, em que estes estabeleceram a conquista do Brasil, era vigente a “pena do degredo”. Segundo Constâncio (1836), degredo significa “[...] desterro, expulsão da terra em que alguém reside, por ordem da justiça. *Pena do degredo*. Lt. Lugar para onde é mandado o degredado, servir, cumprir o degredo, passar o tempo fixado pela sentença no lugar assignado.” Por tal pena, vários tipos de condenados por crimes graves eram obrigados ao exílio de sua terra natal. Assim, como o Brasil era uma terra inóspita e o reino precisava enviar-lhe povoadores para estabelecer e consolidar seu território, era comum enviar os “degredados”, ou seja, os condenados pela pena do degredo. Dessa forma, vários deles tornavam-se tripulantes das embarcações portuguesas e vários vinham para o Brasil, em que eram deixados para aprender a língua e os costumes indígenas, a fim de facilitar o contato e o domínio português destas nações autóctones. Diogo Álvares, mais conhecido como Caramuru (que, segundo relatos seiscentistas, casou-se com Paraguaçu, filha de chefe indígena, foi personagem que deu o nome do famoso poema épico do Arcadismo brasileiro “Caramuru”, de Santa Rita Durão), foi um destes degredados deixados aqui. Caminha, na sua carta fundadora, faz alusão aos degredados que foram deixados no Brasil quando a expedição de Pedro Álvares Cabral voltou à Portugal.



para levar a notícia ao rei Dom Manoel, que a recebeu com o contentamento que tão grande coisa e tão pouca esperada merecia.

## CAPÍTULO II

### DO NOME DO BRASIL

O dia em que o capitão-mor Pedro Álvares Cabral levantou a Cruz, que no capítulo anterior dissemos que era três de maio<sup>51</sup>, quando se celebra a Invenção da Santa Cruz<sup>52</sup>, em que Cristo, nosso Redentor, morreu por nós e, por esta causa, pôs-se este nome à terra que se descobriu de Santa Cruz e, por esse nome, foi conhecida por muitos anos. Porém, como o Demônio com o sinal da Cruz perdeu todo o domínio que tinha sobre os homens, receando perdê-lo em muito sobre os desta terra<sup>53</sup>, trabalhou para que se esquecesse o primeiro nome e lhe ficasse o de Brasil, por causa de um pau assim chamado, de cor abrasada e vermelha, com que se tingem panos e que há em grande quantidade nesta terra, porque importava mais o nome de um pau com que se tingem panos do que o daquele divino pau que deu tinta e virtude a todos os sacramentos da Igreja e sobre o qual ela foi edificada e ficou tão firme e bem fundada como sabemos. E porventura, por isso ainda que juntaram o nome Estado ao nome de Brasil, e lhe chamam Estado do Brasil, ficou ele tão pouco estável que, apesar de não haver cem anos, quando isto escrevo, que se começou a povoar, já se há despovoados alguns lugares e, sendo a terra tão grande e fértil, como adiante veremos, nem por isso vai em crescimento, antes em diminuição<sup>54</sup>.

---

<sup>51</sup> Frei Vicente do Salvador equivoca-se na indicação desta data, pois ela não foi citada no capítulo anterior.

<sup>52</sup> A “Festa da Invenção da Santa Cruz” é uma celebração antiga da Igreja Católica, que data dos primeiros séculos de sua existência e remete às ações de Santa Helena, mãe de Constantino Magno, imperador romano do século III. A festa é celebrada no dia 3 de maio, porém já se chegou a confundi-la com a festa da Exaltação da Santa Cruz, do dia 14 de setembro, contudo não são a mesma festa. Segundo a tradição católica, a festa da Invenção da Santa Cruz é comemorada em honra à recuperação da Cruz junto aos persas, feito realizado por Heráclito por volta do ano de 628, que a levou à Jerusalém. No século III, também Santa Helena havia solicitado que se procurasse e reouvesse a Cruz do Senhor. Por isso, a festa é atribuída tanto à Helena quanto a Heráclito. Em razão da coincidência da primeira missa celebrada no Brasil estar próxima da festa da Invenção da Cruz, deu-se, a estas terras, o nome de Terra de Santa Cruz, vindo, mais tarde, a ser substituída pelo nome de Terra de Vera Cruz e, por fim, pelo nome de Brasil, o qual lhe ficou em definitivo.

<sup>53</sup> Este parágrafo da História do Brasil continua com a ideia do rebaixamento da condição humana indígena americano que, não só culturalmente era encarado como inferior, mas também em relação ao sagrado, pois que fazia parte dos agregados do demônio, segundo a percepção dos cristãos europeus. Seus hábitos, valores e práticas eram direcionados, no cotidiano, pelo demônio. Esta leitura europeia a respeito dos habitantes autóctones brasileiros expressa-se em vários textos dos prosadores do século XVI, reforçando tal aspecto, principalmente nos autos catequéticos dos primeiros padres Jesuítas que foram missionários no Brasil. Pode-se tomar como exemplo dessa intencionalidade explícita o “Auto da Festa de São Lourenço”, do Padre José de Anchieta (1586), além de outros textos de missionários e leigos da época colonial. Este assunto já foi aprofundado nas notas de rodapé n<sup>os</sup> 41, 44, 47 e 48, sendo esta última mais específica quanto à demonização da espiritualidade indígena.

<sup>54</sup> A despeito da questão ideológica (já tratadas nas notas de rodapé n<sup>os</sup> 41, 44, 47, 48 e 53), analisando-se este parágrafo pela via da construção estilística e preocupação estética de Frei Vicente do Salvador, percebe-se, nos trocadilhos entre a madeira (pau) da Cruz e do pau-brasil, e sua representação simbólica de Cristo e do Demônio,

Disso alguns culpam os reis, outros os povoadores: aos reis pelo pouco caso que tem feito deste tão grande Estado<sup>55</sup>, que nem o título quiseram dele, pois, intitulado-se senhores de Guiné por uma caravelinha, que lá vai e vem, como disse o rei do Congo. Do Brasil não se quiseram intitular nem depois da morte do rei Dom João III, que o mandou povoar e soube estimá-lo, nem houve outro que dele se ocupasse, senão para colher suas rendas e direitos. E deste modo agem os povoadores, os quais, por mais arraigados que estejam na terra e mais ricos que sejam, tudo pretendem levar a Portugal e, se as fazendas e bens que possuem soubessem falar, também lhes haveriam de ensinar a dizer como aos papagaios, aos quais a primeira coisa que ensinam é papagaio real para Portugal. Porque tudo querem para lá, e isto não só para os que de lá vieram, mas ainda os que aqui nasceram, que uns e outros usam da terra não como senhores, mas como usufrutuários, só para desfrutarem e a deixarem destruída. Daí se origina também que nenhum homem nesta terra é republico, nem zela ou trata do bem comum, senão cada um do seu bem particular.

Eu não notei tanto isto, quanto o percebi em um bispo de Tucuman, da ordem de São Domingos<sup>56</sup>, que passou por estas terras em direção à corte. Era um grande canonista<sup>57</sup>,

---

respectivamente, uma elaboração textual que se aproxima em muito da poesia em prosa. Encontra-se este tipo de textualidade em vários trechos da *História do Brasil*. Tais textos, por afastarem-se da castiça escrita histórica, permitem uma abordagem da *História do Brasil* enquanto um texto híbrido e, portanto, pelo prisma da literatura. Um problema advindo da tentativa de contextualizar o texto para os nossos dias, tentando conferir-lhe uma leitura mais fluida, refere-se ao risco de perder tal caráter poético do texto. Dessa forma, a fim de se perceber o estilo de construção de Frei Vicente, sugerimos a leitura do texto original dos códices 49 e 24, tal como apresentado por Maria Lêda de Oliveira, em sua edição de 2008 da *História do Brasil*.

<sup>55</sup> Frei Vicente do Salvador ressalta o abandono do território brasileiro em função do intercâmbio comercial com a Índia, não somente em razão dos altos lucros comerciais promovidos pelas viagens portuguesas, mas também pelo alto investimento exigido em relação à ocupação e manutenção das novas terras descobertas. Dessa forma, sabe-se, historicamente, que Portugal só começou a intensificar a exploração do Brasil no segundo século de seu domínio. Neste parágrafo também se torna perceptível a tese de Maria Lêda de Oliveira, de que a *História do Brasil* assumiria um cunho político, com a tentativa de Frei Vicente, em forma de produzir uma crítica textual, de alertar ao poder real que o Brasil poderia ser uma ótima alternativa para a emersão de Portugal como uma potencia mundial, inclusive com a possibilidade de transferir a sede do reino para estas terras. Isso também se clarificará com a leitura de outros capítulos da *História do Brasil*. Esta tese do engajamento político de Frei Vicente é uma das hipóteses levantadas para que a *História* não tivesse sido publicada por Manoel Severim de Faria. Neste parágrafo também é possível perceber alguns trocadilhos, embora mais simplificados, que realçam o caráter estilístico do texto.

<sup>56</sup> A Ordem dos Dominicanos, ou também Ordem dos Pregadores, é um dos mais antigos institutos de religiosos consagrados da Igreja Católica. Seu nome recebe a alcunha do fundador, São Domingos. Assim como os franciscanos e os jesuítas, os dominicanos também estiveram presentes na chegada dos europeus, no tempo da descoberta e conquista das Américas. Os dominicanos foram fundados no ano de 1215, em Toulouse, na França, por São Domingos de Gusmão. Seus objetivos fundacionais os direcionaram, desde a fundação, à intelectualidade e, por esta razão, sempre tiveram muita influência na Igreja, elegendo inúmeros papas e bispos. Foram, também, os maiores articuladores da Congregação do Santo Ofício, do Vaticano, responsável pelas conduções da Inquisição Católica. Santo Tomás de Aquino, um dos mais conhecidos frades dominicanos da história, foi um filósofo e teólogo considerado o grande e mais expressivo intelectual de toda a Idade Média, dando seu nome ao movimento intelectual intitulado de Patrística. Os dominicanos foram grandes influenciadores também dos reinos de Espanha e Portugal, em razão de serem estes dois a força da Igreja Católica no período da conquista das Américas. E, por serem estes dois reinados as grandes potências mundiais no tempo das grandes navegações, tornaram-se os grandes difusores da fé católica na maioria das colônias por

homem de bom entendimento e prudência, além de ir-se muito rico. Notava as coisas e via que mandava comprar um frangão, quatro ovos ou um peixe para comer e nada lhe traziam, porque não se achava na praça, nem no açougue, e mandava pedir estas ditas coisas, além de muitas outras, nas casas particulares. Então, disse o bispo, verdadeiramente, que nesta terra andam as coisas trocadas, porque ela não é toda república, mas uma república em cada casa. E assim é, pois, estando as casas dos ricos (ainda que seja à custa alheia, pois muitos devem o quanto têm) providas de tudo o que é necessário, porque têm escravos, pescadores e caçadores que lhes trazem a carne e o peixe, pipas de vinho e azeite, que comprem para si próprios, nas vilas muitas vezes não se encontrando isto para vender. Pois o que é fonte, pontes, caminhos e outras coisas públicas é uma piedade porque, atendo-se uns aos outros nenhum as faz, ainda que bebam a água suja e se molhem ao passar os rios ou se orvalhem pelos caminhos, e tudo isso vem de não tratarem do que aqui há de ficar, senão do que levarão para o reino. Estas são as razões porque alguns, com muita propriedade, dizem que não permanece o Brasil nem vai em crescimento. E a estas coisas se pode acrescentar a que mais atrás nos referimos de lhe haverem chamado Estado do Brasil, tirando-lhe o de Santa Cruz, com que pudera ser estado e ter estabilidade e firmeza.

---

eles conquistadas, em todo o mundo. Como já fora dito, estiveram presentes nas Américas desde os primórdio do seu descobrimento pelos europeus. Informações mais detalhadas sobre os dominicanos podem ser obtidas na home-page institucional da Ordem no Brasil, no seguinte endereço eletrônico: <<http://www.dominicanos.org.br>>.

<sup>57</sup> O Canonista é um conhecedor dos Cânones, ou do Direito Canônico, da Igreja Católica e, por isso, equipara-se a um advogado, porém dos assuntos e coisas eclesiais.

### CAPÍTULO III

#### DA DEMARCAÇÃO DA TERRA E DA COSTA DO BRASIL COM A DO PERU E ÍNDIAS DE CASTELA

Grandes dúvidas e diferenças começaram a aflorar sobre as conquistas das terras do novo mundo e haveriam de aumentar a cada dia mais, caso os reis católicos de Castela, Dom Fernando e Dona Isabel sua mulher, e o rei de Portugal, Dom João II, que as ia conquistando, não arquitetassem um acordo<sup>58</sup> entre si, do qual prestaram contas ao Papa e lograram sua aprovação e confirmação por sua autoridade. O acordo foi que, de uma das ilhas de Cabo Verde chamada Santo Antão, medissem-se trezentas e setenta léguas<sup>59</sup> para o Oeste e, dali traçando uma linha meridiana de norte a sul, todas as terras e ilhas que estavam por se descobrir desta linha para a parte do Oriente, fossem da coroa de Portugal, e as ocidentais da coroa de Castela. Conforme fala sobre isso Pedro Nunes<sup>60</sup>, famoso cosmógrafo, a terra do Brasil, da coroa de Portugal, começa além da ponta do rio Amazonas, da parte oeste do Porto de Vicente Pinzón<sup>61</sup>, que demarca dois graus da linha equinocial para o norte e corre pelo

---

<sup>58</sup> Este acordo refere-se ao tratado de Tordesilhas, ajuste que foi formalmente assinado pelos reinos de Castela (Espanha) e Portugal, na cidade de Tordesilhas (Espanha), no dia 7 de julho de 1494. Em razão das disputas pelas terras “descobertas” no novo mundo (nas Américas), e pelos frequentes desacordos entre o estabelecimento das fronteiras das terras dominadas, resolveu-se, com o auxílio do papa Alexandre VI, celebrar um acordo para dividir as terras, descobertas e por descobrir, pelas duas coroas, conforme o mérito de cada um em encontrar e povoar tais localidades. Conforme o acordo, foi traçada uma linha imaginária de 370 léguas da Ilha de Cabo Verde. Esta linha demarcaria quais terras seriam de Castela (Espanha) e quais seriam de Portugal. Segundo a divisão, as terras a Oeste da linha pertenceriam à Castela e as terras a Leste para Portugal. Mais tarde, em 1750, o Tratado de Tordesilhas seria revogado, sendo substituído pelo Tratado de Madri, em razão da insatisfação do reino português e do seu concomitante avanço e consolidação do seu domínio em territórios espanhóis. No anexo V desta pesquisa, trazemos a imagem da folha de rosto do Tratado de Tordesilhas, assinado pelos reis de Castela e de Portugal, no ano de 1492. Vale ressaltar que este acordo foi bilateral, desconsiderando-se as outras nações europeias que também queriam parte das novas terras descobertas. Neste sentido, as invasões e ocupações de vários territórios americanos, tanto no sul quanto no norte, também serviram para detonar os acordos bilaterais entre Espanha e Portugal, além de enfraquecer a sua ocupação em alguns territórios, principalmente na América do Norte.

<sup>59</sup> Uma légua equivale a 4,82803 quilômetros. Portanto, a distância acordada entre os reis ibéricos é de, aproximadamente, 1786 quilômetros.

<sup>60</sup> Pedro Nunes. Grande matemático e cosmógrafo português do século XVI. Foi um dos maiores colaboradores para o desenvolvimento da navegação no século XVI, aplicando suas teorias às viagens marítimas, resolvendo problemas oriundos da cartografia, para a adequação de cálculo entre as escalas de distâncias indicadas pelos mapas cartográficos da época. Também foi inventor de instrumentos de medida que auxiliavam os marinheiros em suas viagens.

<sup>61</sup> Este porto, indicado por Frei Vicente do Salvador (do qual não se achou registro atual de sua existência) levava o nome do comandante da caravela Nina, Vicente Yañez Pinzón, que fez parte da primeira expedição de Cristóvão Colombo à América. Seu irmão, Martim Afonso Pinzón, também fez parte da esquadra de Colombo, e foi comandante da caravela Pita. Vicente Pinzón viveu entre 1462 e 1514, tendo nascido na Andaluzia, Espanha. Fazia parte de uma família de navegadores e, em razão de sua experiência, foi convidado por Colombo para fazer parte da sua esquadra que veio à América. Sua intenção não era chegar à América, mas contornar o globo terrestre pelo sentido oeste, uma vez que Portugal já tinha feito este contorno a leste, pela África. Já se tinha

Sertão até além da baía de São Mathias, por quarenta e quatro graus, pouco mais ou menos para o sul e, por esta medida (diz o mesmo cosmógrafo), tem o Brasil, pela costa, mil e quinhentas léguas.

Porém, dado que assim seja na teoria, na prática o Brasil não chega mais que até o rio da Prata, que está em trinta e cinco graus e, contudo, ainda tem mais de mil léguas por costa, porque é visto que em léguas se alonga de norte a sul, que, em graus, são só dezessete léguas e meia. Todavia, pela maior parte que é para o sul do cabo de Santo Agostinho até o rio da Prata, corre de nordeste a sudeste vinte e cinco léguas, e para o norte do cabo Branco até o rio Amazonas quase de leste a oeste, porque, onde se alterar o grau, multiplicam-se as léguas e não é, portanto, muito mais que trinta e cinco graus. Donde também se conclui que a terra do Brasil parece-se com a figura de uma harpa, cuja parte superior fica mais larga ao norte, correndo do Oriente ao Ocidente e, as colaterais, a do sertão de norte a sul e, da costado nordeste a sudeste, vão-se ajuntar no rio da Prata em uma ponta, à maneira de harpa, como se verá no *mapa mundi* e na estampa seguinte<sup>62</sup>.

Não trato da largura que a terra do Brasil tem para o sertão, porque até agora não houve quem a explorasse, em razão da negligência dos portugueses que, sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos<sup>63</sup>.

---

noção da forma Terra enquanto uma circunferência e, portanto, Colombo decidiu arriscar sua viagem até chegar na costa da Índia, partindo a oeste pelo Oceano Atlântico. Assim, chegaram às Antilhas em outubro de 1492. “Em 1500, os irmãos Pinzón organizaram uma frota, com quatro caravelas, comandadas por Vicente Pinzón, e partiram no sentido oeste. No dia 20 de janeiro chegam ao cabo de Santo Agostinho, na costa de Pernambuco, por ele denominado cabo de “Santa Maria de la Consolación”. Sabendo que estavam em terras portuguesas, o navegador rumou para o norte “[...] até chegar no rio Amazonas”. Continuando a viagem, chegaram até o rio Oiapoque que “[...]durante muito tempo de rio Vicente Pinzón.” Embora economicamente a viagem tenha sido desastrosa, Vicente Pinzón voltou uma segunda vez ao Brasil, incentivado pelo rei da Espanha. Pinzón “[...] ] foi nomeado capitão geral pelo rei da Espanha, e governador das terras que havia descoberto, desde a ponta de Mucuripe até o Rio Amazonas. Depois de um ano, sem condições de colonizar a região, perdeu o direito às terras.” Em 1508 fez, ainda, uma terceira viagem à América, para encontrar um caminho para as Ilhas Molucas. “[...] Parte com duas caravelas, do porto de Sanlúcar, Espanha. Percorrem a costa da Venezuela, Colômbia, Panamá, Costa Rica, Nicarágua, Honduras e Guatemala. Sem encontrar a passagem, seguem para a península de Yucatán, explorando o golfo do México. Em seguida retorna para a Espanha.” Esta foi a sua última viagem. No ano de 1514 veio a falecer na cidade de Sevilha (Espanha). (fonte: [https://www.ebiografia.com/vicente\\_yanez\\_pinzon/](https://www.ebiografia.com/vicente_yanez_pinzon/)).

<sup>62</sup> Embora as referências de que trata Frei Vicente do Salvador no corpo do texto não estejam afixadas conforme sua indicação (apesar de, no manuscrito, aparecer o espaço para as figuras, contudo, permanecendo em branco), é possível conferir tais mapas nas estampas das capas e contracapas de algumas edições da História do Brasil, colocadas nos anexos desta pesquisa. Nelas há figuras de mapas de autores cartográficos dos séculos XV e XVI. Conferir tais imagens nos anexos, ao final deste trabalho.

<sup>63</sup> Este é um dos excertos mais citados de Frei Vicente do Salvador por autores da teoria da literatura brasileira, tanto pela construção irônica e ferina que o texto deixa emergir, quanto pela elaboração estilística. Tais críticos utilizam-se desta textualidade para indicar o surgimento do sentimento nacionalista, ou melhor, do nativismo, que seria, segundo eles, o gérmen do desejo de se fazer no Brasil uma literatura (posterior) genuinamente nacional. Para conferir algumas destas citações, consultar as obras dos seguintes autores, que constam ao final

Depois do acordo tratado anteriormente e da demarcação, ainda permaneceram novas dúvidas sobre a conquista destas terras, porque um português de nome Fernão de Magalhães<sup>64</sup>, homem de grande espírito, de muita prática e experiência na arte da navegação, por uma afronta que teve com o rei Dom Manoel, em razão de não lhe mandar acrescentar nem um tostão à moradia<sup>65</sup> que tinha para ficar igual à de seus antepassados, retirou-se do seu serviço e passou a servir o imperador Calos V<sup>66</sup>, oferecendo-se a lhe dar maiores proveitos da Índia do que conseguiam os portugueses, e por viagem mais breve e menos custosa e perigosa que a sua, feita através de um estreito que ele novamente descobrira na costa do Brasil, e lhe pôs também as Ilhas Molucas na demarcação de Castela.

O imperador não somente lhe deu ouvidos, como também o admitiu ao seu serviço. E, posto que o rei lhe escreveu logo, fazendo-lhe lembranças necessárias, não deixou de dar navios e pessoas a Fernão de Magalhães, com que iniciou a viagem e foi pelo estreito às Ilhas Molucas, em que todos se perderam, exceto um que, depois de ter muitos trabalhos e passar

desta dissertação, nas referências: Capistrano de Abreu, Antonio Candido, José Aderaldo Castello, Arthur Motta, entre outros.

<sup>64</sup> Fernão de Magalhães é considerado o primeiro navegador a fazer a circum-navegação completa pelo globo terrestre com uma embarcação, atravessando do Oceano Atlântico para o Oceano Pacífico e, posteriormente, para o Oceano Índico, pela localidade mais afastada ao sul da América do Sul. O estreito que marca este lugar foi batizado pelo nome de Estreito de Magalhães, em razão desta travessia. Fernão de Magalhães, navegador português, da cidade de Sabrosa (norte de Portugal), viveu entre 1480 e 1521. Seu objetivo era diminuir a volta ao globo, para chegar mais rapidamente à Índia, a fim praticar comércio e tentar diminuir os custos das especiarias vindas das Índias.

“Com 25 anos de idade, alistou-se como voluntário para participar da viagem às Índias Orientais, região que abrangia China, Japão, Índia, Arábia e Pérsia, acompanhando o primeiro vice-rei português do leste. Desde o século XV, as Índias exerciam grande fascínio sobre os navegantes e exploradores. As "especiarias" eram vendidas a custos reduzidos. Encontrar a rota marítima para as Molucas, as famosas ilhas de onde provinha a preciosa mercadoria, era o principal objetivo.”

Magalhães fez várias expedições ao Oriente e auxiliou em diversas batalhas. Em razão disso, foi condecorado pela coroa. Porém, mais tarde, foi julgado e condenado a não mais poder trabalhar nas viagens em razão de ter sido acusado de negociar com os mouros e, conseqüentemente, de traição. Por isso, “[...] Fernão renuncia sua nacionalidade e se oferece para prestar serviço ao rei da Espanha. Em 1517 chegou a Sevilha e em seguida foi a Valladolid, encontrar o rei Carlos V.”

Na Espanha, consegue convencer amigos e investidores ricos a custear suas viagens, expondo suas ideias sobre a circum-navegação da Terra. Magalhães e outros investidores assinaram com o rei da Espanha um compromisso de proclamar “[...] espanholas todas as terras que encontrassem no curso da navegação pelo ocidente e que receberiam 1/5 do ganho obtido, descontadas as despesas. [...] A armada era composta de cinco embarcações, "Vitória", "Santiago", "Conceição", "Santo Antônio" e a nau "Trindad" sob o comando de Magalhães, com tripulação, provisões e armas para dois anos.” E uma tripulação variada, com marinheiros de várias nacionalidades, abrangendo “[...] espanhóis, portugueses, italianos, franceses, alemães, gregos, ingleses, africanos e também malaios [...]”. Em 1519 Magalhães parte da Espanha para empreender a sua primeira volta ao mundo. Porém, as condições climáticas não favoreceram a viagem, principalmente a falta de ventos propícios. Em 1520 chegaram ao Rio da Prata. Em novembro deste mesmo ano, com muita dificuldade e enfrentando uma região agitada, chegaram ao novo Oceano, o qual, por apresentar-se calmo, o batizaram de Pacífico. Fernão de Magalhães morreu ainda na viagem, sem retornar à Espanha, no dia 27 de abril de 1521, ao ser atingido por uma flecha na praia da região de Mactán. (fonte: [https://www.ebiografia.com/fernao\\_de\\_magalhaes/](https://www.ebiografia.com/fernao_de_magalhaes/)).

<sup>65</sup> Refere-se a um salário ou tipo de pensão que o rei dava em razão do reconhecimento dos feitos nobres realizados pela pessoa ou mesmo por direito hereditário, uma espécie de título de nobreza.

<sup>66</sup> Carlos V, então rei de Castela (atual Espanha).

por muitos perigos, além de cinco meses de intensa fome, dos quais morreram vinte e uma pessoas, os que ficaram vivos, debilitados face à extrema necessidade, desembarcaram na Ilha de Cabo Verde, em que os portugueses, enquanto não souberam da viagem que realizaram, os agasalharam e proveram com todos os mantimentos e refrescos necessários, porque os castelhanos disseram que vieram das Antilhas. Mas, depois que entenderam a verdade, determinaram secretamente de confiscar a embarcação e a detiveram até avisarem ao reino. Os castelhanos, ao descobrirem sobre isso, armaram as velas com tanta pressa que não tiveram tempo nem de recolher o seu batel, e os da Ilha recrutaram treze homens que estavam em terra e os mandaram logo ao rei, com notícias do que se passava.

O rei, que a este tempo já era Dom João III, em razão do falecimento do rei Dom Manoel, seu pai, que já havia morrido há um ano, em treze de dezembro de mil quinhentos e vinte e um, mandou logo quatro caravelas em busca do navio, mas, foi tanta a pressa, que souberam de notícias que já estavam aportadas em Sevilha. Assim, determinou no seu conselho de mandar pedir ao imperador toda a especiaria que o navio trouxera das Ilhas Molucas, por estarem dentro da sua demarcação. E que não começasse a dar motivos de se quebrar o tratado de paz que estava ratificado por ambos. E assim escreveu ao imperador. E, a Luís da Silveira, que havia mandado por seu embaixador a Castela a respeito de casamentos e alianças, escreveu que mudasse a substância da embaixada e só tratasse deste negócio, como também o mandou fazer o imperador pelo seu secretário que estava em Portugal, Cristóvão Barroso, ao qual escreveu que falasse logo ao rei e lhe desse uma carta, que sobre este assunto lhe escrevia, em que se queixava muito de todas estas coisas e, principalmente, de lhe mandar alcançar sua embarcação que vinha carregada de especiarias das terras que cabiam na sua demarcação, sem tocar por toda a Índia, e que isto era quebrar os acordos antigos e dos novos tratados de paz que estavam assentados e jurados entre um reino e outro, e ainda lhe pedia que ordenasse soltar os presos e castigar na ilha os que os prenderam. Às tais queixas, respondeu-se de parte à parte que se poriam em juízo e se julgaria o que estivesse de acordo com a justiça. Mas, sem falta, esta desavença iria se averiguar pelas armas, caso não tivesse se efetuado o casamento do rei com a rainha Dona Catarina, irmã do imperador, e do imperador com a imperatriz Dona Izabel, irmã do rei, com que ficaram duas vezes cunhados e irmãos, o que resultou em muita paz e amizade.<sup>67</sup>

---

<sup>67</sup> Esta união, mais tarde, com o falecimento do rei de Portugal sem deixar herdeiros, deu origem à União Ibérica, o que afetou a política de colonização nas Américas. Frei Vicente do Salvador escreve a este tempo, sendo impactado pela anexação das colônias portuguesas pela coroa de Castela. Este fato fez com que o Brasil tivesse ainda menos importância para o cenário das colônias Ibéricas. Por essa razão, o frade franciscano insiste ainda mais em um projeto político que colocasse o Brasil em evidência, focando sua importância para o



Também o rei Francisco, da França, desejoso de ter parte nos grandes proveitos que diziam obter destas terras, começou a arguir novas dúvidas sobre a demarcação que os reis de Portugal fizeram com os de Castela, da qual ele, sendo requerido para isso, preferiu ficar de fora, mas que, agora, sentia muito por esta renúncia<sup>68</sup>. Por isso disse que, pelo desgosto que tinha em razão destes dois reis de Portugal e Castela repartirem entre si o mundo, e o demarcarem à sua vontade, consentia que seus vassalos andassem pelo mar tão soltos que não somente roubavam os navios mas que também assaltavam as ditas terras e as queriam povoar, principalmente as do Brasil, como adiante veremos.

---

ressurgimento de Portugal, livre e como grande potência mundial. Em todo primeiro livro de sua *História do Brasil*, Frei Vicente constantemente articula as grandezas naturais que o Brasil possui e sua importância no cenário mundial, das quais o reino português poderia tirar proveito. Portanto, ele foge da mera descrição das belezas monumentais da natureza desta terra e do fascínio que despertavam aos olhos dos colonizadores, como fizeram os outros prosadores dos séculos XVI e XVII. Este aspecto pode ser aprofundado a partir *História do Brasil*, na edição de 2008, de Maria Lêda Oliveira, e nas edições de 1889 e 1918, a partir das notas introdutórias de João Capistrano de Abreu.

<sup>68</sup> Os tratados (principalmente o de Tordesilhas, vigente a esta época) de divisão das novas terras “descobertas” por Portugal e Espanha foi contestado por outros países europeus que queriam abocanhar parte da riqueza destes lugares. Os países que mais se destacaram nestes protestos foram França, Inglaterra e Holanda, tanto que estas nações fundaram colônias não reconhecidas em toda a América e, por isso, Espanha e Portugal travaram contínuas guerras contra aqueles, até conseguirem suas expulsões. Em relação ao Brasil, estas guerras estão retratadas na *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, mais especificamente, contra holandeses (Pernambuco, Maranhão e Bahia, entre outros) e franceses (Sergipe e Rio de Janeiro, entre outros.). Lembramos que o próprio Frei Vicente ficou cárcere, em um navio holandês, por quase um ano, por ocasião da invasão de Salvador pelos holandeses, retratando no seu livro detalhes desta guerra, vencida pelos portugueses. Após um tempo prisioneiro, Frei Vicente foi liberado.

## CAPÍTULO IV

### DO CLIMA E TEMPERATURA DO BRASIL

Foi da opinião de Aristóteles<sup>69</sup>, e de outros filósofos antigos, que a Zona Tórrida<sup>70</sup> era inabitável, porque, como o sol passa por ela cada ano duas vezes para os trópicos, parecia-

---

<sup>69</sup> A invocação de Aristóteles, além de outros filósofos da antiguidade, é uma tentativa clara de Frei Vicente de demonstrar sua intelectualidade (de que estava a par das leituras e tendências de discussão da época; esta hipótese é defendida pelos dois editores críticos da *História do Brasil*: João Capistrano de Abreu e Maria Lêda Oliveira). Esta intenção de intelectualidade, provavelmente, mais do que uma exibição de ego, foi uma estratégia para lograr êxito em relação à inserção do Brasil em seu projeto político e chamar atenção das pessoas mais poderosas da época, pondo em destaque a sua obra para que alcançasse êxito em sua leitura. Isto representa claramente uma estratégia de autoria, uma maquinaria textual, própria do século XVII, que já foi tratado no tópico 1 desta dissertação e na nota de rodapé nº 28. Lembramos que esta não foi a única estratégia, mas uma delas. Frei Vicente conseguiu realmente a atenção de seu público de interesse, tanto que é possível que a *História* não tenha sido impressa em razão das ideias defendidas nela e disseminadas por ela, como explicam Maria Lêda e Capistrano de Abreu. Por outro lado, no que interessa ao campo da literatura, percebe-se uma forte influência neoclássica na formação teórica de Frei Vicente e que ele estava à par deste movimento artístico marcado pela volta às fontes clássicas para a criação estética e, também, de outras influências renascentistas que operaram nos séculos XV, XVI e XVII.

<sup>70</sup> A Zona Tórrida, ou Zona Tropical, faz parte de uma concepção teórica, tradicionalmente atribuída à Aristóteles como seu iniciador e, mais tarde, aprofundada pelo sábio egípcio Eratóstenes de Cirene, em que se postulava que a Terra era dividida em três regiões climáticas: frígida, temperada e tórrida e que, nesta última, em razão de ser muito quente, por causa da incidência vertical dos raios solares, seria impossível existir vida. Esta percepção também marcou a teologia católica durante toda a Idade Média a respeito da criação do mundo e de sua habitação. Sérgio Buarque de Holanda (2000), trata a Zona Tórrida como um mito que teve alta relevância nos debates no tempo das grandes navegações, entre os que a defendiam e os que a contestavam. Neste segundo grupo, estavam os navegadores e novos colonizadores que, com provas cabais de que as novas terras descobertas e situadas junto da linha equinocial (Linha do Equador) não só continham a vida, mas que eram mais propícias para o seu desenvolvimento qualitativo, se tomada em relação às outras partes do mundo que eram conhecidas. Pelo que tudo indica, pelo menos em partes, Frei Vicente fez parte do segundo grupo, principalmente em razão de morar no Brasil, uma terra tropical. Holanda (2000) diz, a este respeito, e demonstrando que a região da Zona Tórrida foi interpretada como o lugar do paraíso terrestre por tais autores do período colonial, citando Brandônio, que “Não falta sequer [...] a sugestão de que o Paraíso Terreal se acha situado na zona tórrida, aonde cai grande parte deste Brasil”, contra a antiga suposição dos que a tinham por inabitável. E assim alude aos “autores que querem afirmar estar nesta parte situado o Paraíso Terreal” e fortificam seu parecer com certas razões astrológicas. É certo que, sem desdenhar, embora os sufrágios oferecidos por tais autores à apologia que tece das áreas vizinhas ao Equador, não parece ele demonstrar-se, todavia, altamente persuadido da excelência dos seus argumentos.” (HOLANDA, 2000, p. 43).

Mais à frente, Holanda (2000) explica que, fundamentados na experiência prática de suas descobertas, prosadores, cosmógrafos, escritores e colonizadores promovem um movimento de contestação a Aristóteles (vale ressaltar que, neste aspecto, está em jogo a tentativa de solapar toda a compreensão de mundo que sustentava o poder e, respectivamente, os entraves que se promoviam para novas realidades produtivas, comerciais, teóricas e científicas, que estavam surgindo). Estava, portanto, surgindo e fundamentando-se uma nova compreensão de mundo, que precisava ser entendida e sedimentada. Ainda segundo Holanda (2000), “Se a teoria de que as áreas chegadas à equinocial são inabitáveis descendia, em geral, das conjecturas de Aristóteles, fundadas em seguros raciocínios, cumpria agora, já que a prática revelara o contrário, formular novos argumentos por onde se confirmassem os resultados da experiência. Importava mostrar como o fato de incidirem os raios do Sol perpendicularmente sobre aquelas mesmas regiões (ao passo que nas direções dos dois polos eles se projetam de soslaio) não dá razão aos que imaginam dever alcançar ali o calor seu grau extremo. Entre as explicações que mais se popularizaram estava esta, de que a maior ou menor força do calor não depende unicamente do ângulo que traçam os raios solares, e sim da duração maior ou menor do Sol sobre o Horizonte.” (HOLANDA, 2000, p. 351). Como se pode perceber, no capítulo IV da *História do Brasil*, Frei Vicente tratará destas explicações e das razões de ser a Zona Tórrida habitável e melhor que as demais do planeta.

lhes que, com tanto calor, não poderia alguém viver. E confirmavam sua opinião, porque o sol esquenta com seus raios *uniformiter diformiter*<sup>71</sup>, mais ao perto que ao longe e, por isso, no inverno esquenta pouco, porque anda distante, *sed sic est*<sup>72</sup> [mas é assim] que na zona temperada, em que nunca entra só pelo acesso que faz no verão, enfermam e morrem os homens de calor. Logo, *a forciori*<sup>73</sup> [*sic*; com muito mais razão], na Zona Tórrida, donde nunca sai, será mortífero.

Porém, a experiência tem mostrado que a Zona Tórrida é habitável e que, em algumas de suas parte, os homens vivem com mais saúde que em toda a Zona Temperada, principalmente no Brasil, em que nunca há peste nem outras enfermidades comuns, senão bexigas<sup>74</sup> de tempos em tempos, de que adoecem os negros e os naturais da terra, e isto só uma vez, sem ocorrer de novo aos que já as tiveram. E, se alguns adoecem de enfermidades particulares, é mais por suas desordens que por malícia da terra.

A razão disto é porque, ainda que a terra do Brasil é quente por estar a maior parte dela na Zona Tórrida, contudo, é juntamente muito úmida, como se prova de orvalhar tanto à noite, que nem depois de quatro horas após sair o sol, as ervas enxugam. E, se alguém dorme ao sereno, levanta-se pela manhã tão molhado dele como se houvera chovido. Disso vem também não se conseguir guardar o sal e o açúcar sem se umedecerem, por mais que os sequem, e o ferro e aço de uma espada ou navalha, por mais limpo e guardado que seja, enche-se logo de ferrugem. E esta umidade é a causa para que o calor desta terra se tempere e faz com que o clima seja de boa complexão. Outra se dá em razão dos ventos leste e nordeste, que ventam do mar todo o verão, do meio-dia, mais ou menos, até a meia-noite, e lavam e

Por fim, gostaríamos de salientar que este tipo de argumentação, tanto pela discussão de que faz do assunto Frei Vicente, quanto pela estilística da construção textual (afastando-a do preciso relato histórico), recheando-a de causas e exemplos que saltam aos olhos do leitor (caso comum na redação em diversas partes do livro), imprimem uma vasta gama composicional e possibilitam performatizar, pelo contato com a *História do Brasil*, uma leitura muito aproximada à da literária. Dessa forma, abre-se o leque de análise da obra e faculta o nosso postulado de que esta ela tem potencial literário.

No anexo W deste trabalho, colocamos um mapa da época com a compreensão clássica sobre a Zona Tórrida, que pode ser verificada a título de curiosidade. Esta figura capta, com bastante suficiência, as ideias disseminadas pelas correntes teóricas que a defendiam, principalmente com base em Aristóteles e outros filósofos antigos e medievais, e da própria visão oficial da Igreja Católica.

<sup>71</sup> Tradução: “de forma uniforme e disforme”. Mas, o próprio Frei Vicente do Salvador, na sequência dos vocábulos latinos, oferece-nos a sua própria tradução: “mais ao perto que ao longe”.

<sup>72</sup> Tradução: “mas é assim”.

<sup>73</sup> Tradução: “com muito mais razão”.

<sup>74</sup> Tratava-se, esta doença, indicada por “bexigas”, da varíola, comum no Brasil nos primeiros séculos de colonização. Há indícios, inclusive, de surtos de varíola na região de São Paulo, no século XVI. Para maior aprofundamento, consultar: CAMARGO, Luís Soares de. As “bexigas” e a introdução da vacina antivariólica em São Paulo. *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo* (São Paulo), n. 28, dez. 2007; e GURGEL, Cristina B. F. M. *Índios, jesuítas e bandeirantes*. Medicinas e doenças no Brasil dos séculos XVI e XVII. 2009. 225 f. Tese (Doutorado em Medicina) – Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2009.

refrescam toda a terra. A última causa, dá-se pela igualdade dos dias e das noites, porque (como dizem os filósofos) a extensão faz a intensão e, por este motivo, se alguém pusesse ou tivesse a mão devagar sobre um fogo fraco de estopas ou de palhas, queimar-se-ia mais do que se depressa a passasse por um fogo forte. E, por isto, em Portugal, porque o calor é mais demorado, sente-se mais, porque dura mais e são maiores os dias no verão que as noites. Mas, no Brasil, ainda que intenso, dura menos e não esquenta tanto porque o frio da noite o impede de se propagar e não chega de um dia ao outro.<sup>75</sup>

Dessa forma, responde-se ao argumento de Aristóteles, que o sol esquenta mais na Zona Tórrida que na temperada, *intensivè* mas não *extensivè*<sup>76</sup>, e que essa intensidade de calor modera-se com os ventos frescos do mar e humidade da terra, junto com a frescura do arvoredo, de que toda está coberta. De tal sorte que os seus habitantes vivem alegremente nesta terra. E também se verifica o que dizem os filósofos sobre as coisas mortas, porque estando nas outras terras a carne três ou quatro dias sã e incorrupta, e da mesma maneira o pescado, nesta não fica vinte e quatro horas sem que se dane e corrompa.<sup>77</sup>

---

<sup>75</sup> Este parágrafo vem de encontro com o que foi tratado na nota de rodapé nº 70, sendo-lhe um exemplo de como Frei Vicente do Salvador, a partir de dados empíricos ou de sua própria experiência enquanto um habitante dos trópicos e, portanto, fundamentando uma reflexão baseada na observação imediata, contrasta as teorias de Aristóteles e outros filósofos que defendem a impossibilidade de habitação na Zona Tórrida, além de outras características. Auxilia, também, na construção de uma nova abordagem teológica que influenciará as teorias doutrinárias do cristianismo.

<sup>76</sup> Tradução: “intensiva, mas não extensivamente”.

<sup>77</sup> Este parágrafo continua a argumentação do parágrafo anterior, com mais exemplos empíricos.

## CAPÍTULO V

### DAS MINAS DE METAIS E PEDRAS PRECIOSAS DO BRASIL

Lá pelo capítulo terceiro, comecei a murmurar sobre a negligência dos portugueses, que não aproveitam das terras do Brasil que conquistam e, agora, é necessário continuar o murmúrio, havendo de tratar das minas do Brasil, pois, sendo contígua esta terra com a do Peru, que é dividida não mais que por uma linha imaginária indizível, tendo lá os castelhanos descoberto tantas e tão ricas minas, aqui nem um passo dão por isto e, quando vão ao sertão, é para buscar índios forros, trazendo-os à força e com enganos para se servirem deles e os venderem com muito encargo de suas consciências. E é tanta a fome que disto carregam, que, ainda que no caminho achem amostras ou notícias de minas, não as cavam, nem ainda as veem ou as demarcam.

Um soldado de crédito me disse que, indo de São Vicente com outros, entraram muitas léguas pelo sertão, trazendo muitos índios e, em certa paragem, disse-lhes um que, dali a três jornadas, estava uma mina de muito ouro limpo e descoberto, em que se poderia tirá-lo em pedaços<sup>78</sup>, porém que receava a morte se fosse mostrá-la, porque assim morrera já outro,

---

<sup>78</sup> Assim como as histórias fantásticas dos primeiros séculos da colonização brasileira que retratavam os mais diversos tipos de lendas e mitos, tais como monstros marinhos, realidades edênicas, bichos bizarros, superstições, entre outros, figuravam, também, as histórias sobre as grandiosas espécies de riquezas de metais preciosos e pedras preciosas que existiam por estas terras. Além da abundância do ouro, especulava-se sobre minas de pedras preciosas e sítios de mirabolantes riquezas construídos por civilizações indígenas. Muitas histórias dos colonizadores espanhóis foram lidas, interpretadas e partilhadas por prosadores portugueses e de outros países que passaram por aqui e funcionaram, até certo ponto, como impulsionadoras do desejo de europeus visitarem o Brasil e nele fazerem fortuna. Alimentavam ainda mais estas mentalidades as riquezas exploradas e saqueadas na América Espanhola, que fartavam os galeões em direção à Europa.

Embora menos forte nos prosadores portugueses, conforme afirma Sérgio Buarque de Holanda (2000, p. 43 ss.), verifica-se neles algumas descrições e expectativas sobre este assunto. Como se pode perceber, o capítulo V da *História do Brasil* (e outras passagens ao longo do livro) trata destas riquezas em metais e de contos sobre minas encontradas e deixadas ao abandono pelos primeiros bandeirantes, em razão de fazerem maior e mais fácil riquezas com a captura de índios para os trabalhos escravos. A respeito desse assunto, destacamos dois textos bastante conhecidos desses escritores dos primeiros séculos de colonização no Brasil: 1) o primeiro é Gabriel Soares de Souza que relata expedições no interior do Brasil com o intuito de encontrar jazidas de pedras preciosas e ouro e, também, de chegar ao Peru perfazendo o caminho pelos rios Paraguaçu e São Francisco; Gabriel Soares, inclusive, numa dessas expedições, veio a morrer de febre causada por doenças próprias da região; 2) o segundo texto está no livro do pirata inglês Anthony Knivet (edição de 2007), *As incríveis aventuras...*, em que, após naufrágio em terras brasileiras no século XVI, após tentativa de saques e pilhagens, foi preso pelos índios aliados dos portugueses e percorreu um trajeto de vários dias pelo interior brasileiro em que, posteriormente, preparou um relato, no capítulo 3 de sua obra, no qual descreve que, à certa altura, enquanto navegavam numa canoa pelo rio Jaguari, chegaram a uma aldeia indígena desabitada, na qual foram abandonadas várias peças de cerâmica e grandes pepitas de ouro, além de muitas pedras preciosas; calcularam estar próximo de Potosí (peru); mas, o mais interessante, é a descrição de uma montanha de ouro, tão grande que irradiava a quilômetros de distância sua luz dourada e que, por debaixo dela, passava o rio pelo qual navegavam. Segue um excerto de Knivet em que ele descreve esta experiência: “[...] Depois disso, chegamos a uma região bonita onde avistamos uma enorme montanha brilhante à nossa frente. Levamos dez dias para alcançá-la, pois,

que em outra ocasião a quisera mostrar aos brancos. E, dizendo-lhe estes que não temesse, porque lhe rogariam a Deus pela vida, prometeu que mostrá-la-ia e acordaram de partir no dia seguinte pela manhã, porque já era tarde neste dia. Com isto, apartou-se o índio para o seu rancho e, quando amanheceu, acharam-no morto e, como se morreram todos, não houve mais quem tivesse ânimo para descobrir aquela riqueza, que a mesma natureza (segundo dizia o índio) ali está mostrando descoberta.

Outra entrada empreendeu um tal de Antônio Dias Adorno, da Bahia, em que também achou, de passagem, muitas sortes de pedras preciosas, das quais trouxe algumas amostras que foram julgadas pelos lapidadores.

De cristal, sabemos haver, certamente, uma serra na capitania de Espírito Santo, em que estão metidas muitas esmeraldas das quais Marcos de Azeredo levou as amostras ao rei e, feito exame por seu mandado, disseram os lapidadores que aquelas eram da superfície e estavam tostadas do sol, mas que, se cavassem ao fundo, as achariam claras e finíssimas, pelo que o rei lhe deu a honra do hábito de Cristo<sup>79</sup> e de dois mil cruzados, para que voltasse a elas, o que não ocorreu. E o homem era velho e morreu sem que, até agora, alguém lá retornasse.

ao tentarmos atravessar a planície, mesmo longe da serra, o sol ficava forte demais e não podíamos mais avançar por causa da claridade que refletia e nos cegava. Enfim, lentamente conseguimos chegar ao sopé dessa montanha [...]. Seguimos por ela pelo menos vinte dias antes de encontrarmos algum meio de subi-la. Finalmente achamos um rio que passava por baixo da montanha e decidimos descobrir algum modo de atravessá-lo. [...]" (KNIVET, 2007, p. 116-117).

Estas histórias prolongam-se entre outros prosadores (viajantes, bandeirantes, missionários, historiadores, donatários etc.) que estiveram no Brasil pelos séculos XVI e XVII. Não vamos citar outros, além dos anteriormente indicados, a fim de não tornar extensiva demais esta nota explicativa. Todavia, o que mais chama a atenção é o fato de que estas histórias apresentam núcleos comuns entre si, tornando-se muito similares, diferenciando-se mais pelo estilo de escrita do autor, do que pela sua temática, demonstrando intensa intertextualidade entre tais obras e indicando que foram lidas uns pelos outros, seja pelo contato físico com os manuscritos, seja por meio de relatos orais ou, até mesmo, outros tipos de composições (por exemplo, mapas, pinturas, ilustrações etc.).

<sup>79</sup> A concessão da “honra do hábito de Cristo” foi uma espécie de comenda ou reconhecimento honorífico, próprio dos séculos XVI e XVII, que o rei de Portugal oferecia aos cidadãos que se destacavam por algum feito memorável em prol do reino. Era concedido, principalmente, a membros de ordens militares, cavaleiros ou eclesiásticos, porém, há registros de pessoas que os receberam por outros feitos de grande expressividade. Essa concessão, além de representar um reconhecimento público diante a elite social do reino (por vezes incluindo fazer parte deste círculo), também compreendia uma remuneração fixa em dinheiro, uma espécie de salário ou soldo vitalício. Contudo, havia regras para esta concessão, precisando o beneficiário preencher alguns requisitos para recebê-lo, tais como não ter origem judaica (não pertencer aos cristãos novos que viviam em Portugal neste período), não ser oriundo das camadas sociais mais pobres, não ter cometido crimes que pudessem manchar sua história, entre outros. Segundo Krause (2008) este tipo de prática inseria-se no contexto da “economia das mercês”, ou seja, de uma política de reforço dos laços de vassalagem entre a monarquia e seus súditos, gerando, assim, obrigações recíprocas entre eles. Krause (2008) aponta que esta prática já se dava desde o final do século XV e evidencia que “A partir deste período, o hábito de Cavaleiro da Ordem de Cristo – honraria nobilitante acompanhada de um pequeno rendimento monetário (tença) e importantes privilégios jurídicos e fiscais – passou a carregar o significado de leal e honrado servidor da monarquia. Para ser admitido nesta Ordem, era necessário passar por um exame que procurava descobrir se o candidato era limpo de sangue, ou seja, se tinha ascendentes cristãos-novos (judeus ou mouros convertidos); se ele ou seus ascendentes tinham “defeito mecânico”, isto é, se haviam trabalhado com as mãos; e se vivia nobremente. Desta maneira, ser um cavaleiro significava o

Também há minas de cobre, ferro e salitre, mas, se pouco trabalham pelas de ouro e pedras preciosas, muito menos fazem por estas outras. Não culpo o rei, porque conforme sei, nesta matéria, dão a ele conselhos falsos e, diz Aristóteles, que é a pena dos que mentem não lhes darem crédito quando falam a verdade, como também porque não basta o rei mandar, se os ministros não obedecem, como se viu no caso das esmeraldas de Marcos de Azeredo.

---

pertencimento ao menos à base da nobreza lusa – e a concessão de hábitos contribuiu significativamente para a ampliação desta base. As comendas da Ordem constituíam outra honraria com um valor simbólico ainda maior, por serem muito mais raras. Além disso, eram também importantes rendimentos monetários [...] A larga distribuição de hábitos pela Coroa para recompensar os serviços dos seus súditos foi um dos aspectos principais da “economia de mercê”. A concessão de benesses, ofícios e honrarias pela monarquia foi uma maneira de criar e reforçar os laços entre o centro e suas diversas periferias, dentro de uma lógica de Antigo Regime de manutenção de uma sociedade estratificada, mas móvel, fundada em privilégios e, portanto, na desigualdade. O rei, ao conceder mercês, reforça sua posição e tenta estabelecer o monopólio da hierarquização social. O vassalo, ao pedi-las, reconhece a preeminência do centro e ao recebê-las reforça sua própria posição superior frente ao restante da sociedade. [...]” (KRAUSE, 2008, p. 1-2). Para saber mais sobre a Ordem de Cristo e o recebimento do hábito ver: KRAUSE, Thiago Nascimento. Em busca da honra: os pedidos de hábitos da Ordem de Cristo na Bahia e em Pernambuco, 1644-76. In: XIII Encontro de História ANPUH-RIO: Identidades, 2008. **Anais...** Rio de Janeiro (RJ): UFRRJ, 2008. Acesso em: 02 jan. 2019. Disponível em: <[http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212608874\\_ARQUIVO\\_ThiagoKrause-ANPUHRJ2008.pdf](http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212608874_ARQUIVO_ThiagoKrause-ANPUHRJ2008.pdf)>.

## CAPÍTULO VI

### DAS ÁRVORES AGRESTES DO BRASIL<sup>80</sup>

Há no Brasil grandíssimas matas de árvores agrestes: cedros, carvalhos, vinháticos, angelins e outras não conhecidas na Espanha, de madeira fortíssima, das quais se podem fazer fortíssimos galeões e, além do mais, que da casca de algumas tiram-se a estopa para se calafetarem e fazerem cordas para a enxárcia<sup>81</sup> e amarras, do que tudo se aproveitam os que querem fazer navios aqui e se pudesse aproveitar o rei se aqui os mandasse fazer. Mas os índios naturais da terra, as embarcações que usam, são canoas de um só pau, que talham a fogo e a ferro. E há paus tão grandes que ficam, depois de cavados, com dez palmos de boca, de bordo a bordo, e tão compridas que remam a vinte remos por banda.

São, também, as madeiras do Brasil muito propícias para a construção de casas, em razão do seu vigor e com elas se acha juntamente a pregadora. Porque, ao pé das mesmas árvores nascem uns vimes muito rijos chamados timbós e cipó que, subindo até o mais alto delas, ficam parecendo mastros de navios com seus ovéns<sup>82</sup> e com estes atam os caibros, ripas e toda a madeira das casas que haveria de ser pregada, no que se ganha muito no gasto do dinheiro e, principalmente, nas grandes cercas que fazem nos engenhos para os pastos dos bois, para evitar que não saiam a comer os canaviais de açúcar, e os achem no pasto quando forem necessários para a moenda, e tais cercas fazem-se de estacas e varas atadas com estes cipós.

Ao longo do mar, e em algumas partes por muita extensão dentro dele, há grandes matas de mangues, uns direitos e delgados de que fazem estas cercas de caibros para as casas, outros que dos ramos lhes descem às raízes ao lodo e dela sobem outros que, depois, de cima, estendem outras raízes e, assim, se vão continuando de ramos a raízes, e de raízes a ramos, até ocupar um grande espaço, que é coisa de admiração.

Não é menos admirável outra planta, que nasce nos ramos de qualquer árvore e ali cresce e dá um fruto grande e muito doce chamado caraguatá e entre suas folhas, que são

---

<sup>80</sup> Ao final deste trabalho, no anexo X, trazemos explicações e imagens de vários espécimes da flora do Brasil do século XVII, citados por Frei Vicente do Salvador na *História do Brasil*.

<sup>81</sup> Enxárcias. Cabos próprios de navios movidos à vela, que servem para diversos tipos de amarração de suas estruturas, necessários durante as viagens marítimas. Dessa forma, segundo o dicionário Michaelis online, enxárcia significa o “conjunto dos cabos fixos que, de um e outro lado ou bordo do navio, seguram os mastros e os mastaréus das embarcações que dão acesso às vergas.”

<sup>82</sup> Segundo o dicionário Michaelis online, ovém corresponde a “cada um dos cabos que sustentam o mastro para a borda”, sendo, portanto, um tipo de corda própria para a utilização em navios movido à velas.



largas e rijas, acha-se todo o verão água frigidíssima, que é o remédio dos caminantes onde não há fontes.

Há muitas casas de palmeiras, de que se comem os palmitos e os frutos, que são uns cachos de cocos e se faz deles azeite para comer e para a lamparina, e das palmas cobrem-se as casas.

Nem menos são as madeiras do Brasil formosas que fortes, porque há de todas as cores: brancas, negras, vermelhas, amarelas, roxas, rosadas e jaspeadas. Porém, tirando pau vermelho a que chamam de Brasil, e o amarelo chamado de tatajuba, e o rosado aroeira, as outras não dão tinta de suas cores e, contudo, são estimados por sua formosura, para fazer leitões, cadeiras, escritórios e mesas, assim como se estimam outras porque delas se extraem óleo odorífero e medicinal, às quais são umas árvores muito grossas, altas e direitas, chamadas copaibas que, golpeadas no tempo do estio com um machado, ou furadas com uma broca ao pé, gotejam do cerne um precioso óleo, com que se curam todas as enfermidades de humor frio e se mitigam as dores que delas procedem, e saram quaisquer chagas, principalmente de feridas frescas, posto com o sangue, de tal modo que, nem fica delas sinal algum depois que saram. E ocorre, às vezes, estar este licor tão de vez e desejoso de sair, que, em tirando a broca, corre em tanta quantidade como se tirassem do torno uma pipa de azeite. Porém, nem em todas acha-se isto, senão nas que os índios chamam fêmeas, e esta é a diferença que tem dos machos, sendo em todo o restante muito semelhantes. Não só tem estas árvores virtude no óleo, mas também na casca e, assim, acham-se ordinariamente roçadas dos animais, que as vão buscar para remédio de suas enfermidades.

Outras árvores há, chamadas de cabriúvas, que dão o suavíssimo bálsamo, com que se fazem as mesmas curas e o Sumo Pontífice o tem declarado por matéria legítima da santa unção e crisma, e como tal se mistura e sagra os santos óleos quando falta o da pérsia. Este se tira também dando golpes na árvores e metendo nelas um pouco de algodão em que se colhe e, exprimido, o metem em uns coquinhos para o guardarem e venderem.

Outras árvores estimam-se, ainda que agrestes, por seus saborosos frutos, que são inumeráveis e frutificam pelos campos e matos e, assim, não poderei contar senão algumas principais. Tais são as sapucaias, de que se fazem os eixos para moendas dos engenhos, por serem rigidíssimas, direitas e tão grossas como toneis, cujos frutos são uns vasos tapados cheios de saborosas amêndoas, as quais, depois que estão maduras, se destampam e, comidas as amêndoas, servem as cascas de grãos como adubos ou o outra coisa que se queira.

Maçaranduba é a madeira mais ordinária, de que se fazem as traves e todo o madeiramento das casas por ser quase incorruptível. Seu fruto é como cereja, porém maior e mais doce, mas lança de si leite como os figos mal maduros.

Jenipapos, de que se fazem os remos para os barcos, como na Espanha os fazem de faia, tem um fruto redondo tão grande como as laranjas, o qual, quando é verde, espremido dá um sumo tão claro como água do pote. Porém, quem se lava com ele fica negro como carvão, nem tampouco se lhe tira a tinta em poucos dias. Desta, pintam-se e tingem-se os índios em suas festas e saem tão contentes nus, como se saíssem com uma rica libré, e este fruto se come depois de maduro sem jogar dele nada fora.

Giitis<sup>83</sup> é fruto de outras, o qual tem aparência feia à vista e, por isso, chamam-lhe coroe, que quer dizer nodoso e áspero, contudo, é de tanto sabor e cheiro, que não parece simples, senão composto de açúcar, ovos e almíscar.

Os cajueiros dão fruta chamada cajus, que são como verdiais, mas de mais sumo, os quais se colhem no mês de dezembro em muita quantidade e os estimam tanto que aquele mês não querem outro mantimento, bebida ou regalo, porque eles lhes servem de fruta, o sumo de vinho, e de pão lhes servem as castanhas, que vêm pegadas ao fruto, que também as mulheres brancas prezam muito e, secas, as guardam todo o ano em casa para fazerem maçapães<sup>84</sup> e

---

<sup>83</sup> **Giitis.** Em nossa pesquisa, não conseguimos identificar com precisão qual é esta fruta. Contudo, em outros relatos do século XVI, aparecem indicações muito parecidas com a que faz Frei Vicente. Em publicação de obra sobre os alimentos consumidos no Brasil no século XVI, encontramos uma que Sheila Hue (2008, p. 52) identifica como **Guti**. Assim descreve a autora: “Do tamanho e da cor das “peras pardas”, o guti (*Licania tomentosa*), ou **oiti**, fruta de “honesta grandura” e com um grande caroço, segundo Gabriel Soares de Sousa, era descascado e comido em saborosas talhadas. “Lançadas essas talhadas em vinho não têm preço. Faz-se desta fruta marmelada muito gostosa, a qual tem grande virtude para estancar câmaras de sangue [disenterias]”, comenta Gabriel. No século XVII, Frei Cristóvão de Lisboa, na sua *História do Brasil*, entre as pouquíssimas frutas que descreve dá lugar ao hoje esquecido fruto do **oiti**, do qual também era apreciador: “É de tanto sabor e cheiro que não parece simples, senão composto de açúcar, ovos e almíscar.”” (HUE, Sheila. **Delícias do descobrimento: a gastronomia brasileira no século XVI**. Rio de Janeiro/RJ: Editora Zahar, 2008. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?id=jvh7gLnShYC&pg=PA40&lpg=PA40&dq=fruta+curuanha&source=bl&ots=VuiwP1hjmn&sig=HeABOlpl2HFfos\\_wZ6T6Usyps1c&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwiEpM2isdXfAhUIGJAKHVrjDoIQ6AEwChOECAMQAQ#v=onepage&q=curuanha&f=false](https://books.google.com.br/books?id=jvh7gLnShYC&pg=PA40&lpg=PA40&dq=fruta+curuanha&source=bl&ots=VuiwP1hjmn&sig=HeABOlpl2HFfos_wZ6T6Usyps1c&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwiEpM2isdXfAhUIGJAKHVrjDoIQ6AEwChOECAMQAQ#v=onepage&q=curuanha&f=false)>. Acesso em: 4 jan. 2019. Apenas fazemos uma ressalva que, provavelmente, o texto e a obra do século XVI citados pela autora é do próprio Frei Vicente do Salvador e não do Frei Cristóvão de Lisboa, como se pode ver no corpo do texto da *História do Brasil*, descrito acima.

Outro autor que possivelmente trata desta mesma fruta é Luís de Câmara Cascudo (2011, s/p), evidenciando que “O **oiti** (*Moquilea tomentosa* Benth.) humilíssima fruta que apenas o povo pobre colhe e come, **guti**, assume proporções surpreendentes: “em talhadas, como as peras, é muito saboroso; e lançadas estas talhadas em vinho não têm preço.” Creio que nunca mais os **oitis** provaram vinho.” (CASCUDO, Luís de Câmara. **História da alimentação no Brasil**. 4. ed. São Paulo/SP: Editora Global, 2011, grifo do autor. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?id=3CYnDwAAQBAJ&pg=PT295&lpg=PT295&dq=fruta+que+tem+gosto+de+alm%C3%ADscar&source=bl&ots=YUfTvznrTX&sig=3S7XR3c68g\\_fLD-tbQx7NjY15mg&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwj117LIsNXfAhWkdJAKHfajClkQ6AEwChOECAAQAQ#v=onepage&q=alm%C3%ADscar&f=false](https://books.google.com.br/books?id=3CYnDwAAQBAJ&pg=PT295&lpg=PT295&dq=fruta+que+tem+gosto+de+alm%C3%ADscar&source=bl&ots=YUfTvznrTX&sig=3S7XR3c68g_fLD-tbQx7NjY15mg&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwj117LIsNXfAhWkdJAKHfajClkQ6AEwChOECAAQAQ#v=onepage&q=alm%C3%ADscar&f=false)>. Acesso em: 4 jan. 2019).

<sup>84</sup> Segundo o dicionário Michaelis online, maçapão é “um bolo de farinha de trigo feito com ovos e amêndoas.”

outros doces, como os de amêndoas, e dá goma como a da Arábia. A figura desta árvore e de seu fruto é a seguinte<sup>85</sup>:

O mesmo tem outra planta que produz os ananazes<sup>86</sup>, fruta que em formosura, cheiro e sabor excede todas as do mundo. Alguma manchas produz nos que têm chagas e feridas abertas, porque lhes irrita muito se a comem, trazendo ali todos os ruins humores que acha no corpo. Porém, isto antes argui sua bondade, que é não sofrer consigo ruins humores e purga-os pelas vias que acha abertas, como experimentam os enfermos de pedra<sup>87</sup>, que lhes desfaz em áreas e expele com a urina, e até a ferrugem da faca com que se apara e limpa. A figura da planta e do fruto é a seguinte.<sup>88</sup>

Cultivam-se palmares de cocos grandes e colhem-se muitos, principalmente à vista do mar, mas só os comem e lhes bebem a água que têm dentro, sem mais proveitos que tiram na Índia, em que diz o padre Frei Gaspar no seu Itinerário, na folha 14, que das palmeiras se arma uma embarcação à vela e se carrega de todo o mantimento necessário, sem levar sobre si mais que a si mesma.

Fazem-se favais de favas e feijões de muitas espécies. E as favas secas são melhores que as de Portugal, porque não criam bicho, nem têm a casca tão dura como as de lá, e as verdes não são piores. A sua rama tem a forma de vime e, se tem por onde trepar, faz grande ramada.

Maracujá é outra planta que trepa pelos matos e também a cultivam e põem em latadas nos pátios e quintais. Dão fruto de quatro ou cinco variedades, uns maiores, outros menores, uns amarelos, outros roxos, e todos muito cheirosos e gostosos. E o que mais se pode notar é a flor, porque, além de formosa e de várias cores, é misteriosa: começa no mais alto em três folhinhas que se rematam em um globo que representa as três divinas em uma divindade, ou (como outros querem) os três cravos com que Cristo foi encravado, e logo tem abaixo do globo (que é o fruto) outras cinco folhas, que se rematam em uma roxa coroa, representando as cinco chagas e coroa de espinhos de Cristo, nosso redentor.<sup>89</sup>

---

<sup>85</sup> Embora as figuras da árvore e do fruto do cajueiro estejam indicados no texto, a continuação da página está em branco.

<sup>86</sup> Trata-se aqui de variados tipos de abacaxi.

<sup>87</sup> “Enfermidade de pedras” significa a pedra nos rins, que é expelida com a urina, dependendo de sua dimensão.

<sup>88</sup> Embora as figuras da planta e do fruto do ananás estejam indicados no texto, a continuação da página está em branco.

<sup>89</sup> Perceba-se, neste parágrafo, não só o estilo refinado de escrita de Frei Vicente do Salvador, que é apontado em nossa pesquisa como uma construção mais estilística e, portanto, podendo ser analisada pelo viés literário, em razão da intencionalidade de sua elaboração estética, mas também a utilização de figuras de linguagem, mais especificamente da metáfora (flor em pétala tríplice e a Santíssima Trindade ou os cravos com que Cristo foi pregado na Cruz; cinco folhas e as chagas de Cristo) para conferir elegância ao texto.

Das árvores e plantas frutíferas que se cultivam em Portugal, dão-se no Brasil as de espinho com tanto vigor e fertilidade que, durante todo o ano há laranjas, limões, cidras e limas doces e em muita abundância. Há também romãs, marmelos, figos e uvas de parreira, que se vindimam duas vezes ao ano e, na mesma parreira (se querem), têm juntamente uvas em flor, outras verdes e outras maduras, acaso as podem em tempos diversos. Há muitas melancias e abóboras de quaresma, e da conserva muitos melões todo o verão, tão bons como os bons de Abrantes, e com esta vantagem: que lá, entre um cento não se acham dois bons; e aqui, entre um cento não se acham dois ruins.

Finalmente, dá-se no Brasil toda a hortaliça de Portugal: hortelã, endros, coentro, segurelha, alfaces, acelga, borragens, nabos e couves, e estas só uma vez se plantam de couvinha, mas depois, dos olhos que nascem ao pé, faz-se a planta muitos anos, e em poucos dias crescem e se fazem grandes couves. E, além destas, há outras couves da mesma terra chamadas taiobas, das quais se comem também as raízes cozidas, que são como batatas pequenas.

## CAPÍTULO VII

### DAS ÁRVORES E ERVAS MEDICINAIS E OUTRAS QUALIDADES OCULTAS

Além das árvores do salutífero bálsamo e óleo de copaíba, de que já fiz menção no capítulo sexto, há outras das quais se destilam muito boa resina para as farmácias. Outras são chamadas sassafrás, ou árvores de funcho, porque têm seu cheiro, cujas raízes e o próprio pau para enfermidades de humores frios, é tão medicinal como o pau da China. Há árvores de canafistula brava, assim chamada porque se dá nos matos, e outra que se planta e é a mesma que a das Índias. Há umas árvores chamadas andaz, que dão castanhas excelentes para purgação e outras que dão pinhões para o mesmo efeito, os quais têm este mistério, que se os tomam com uma casca e película sutil que têm, provocam o vômito e, se lhes tira a semente, provocam a câmara. Mas, tem-se por mais fácil e melhor, a purga da batata ou mechucão, que também há muitas pelos matos. Nas praias do mar, ou ao longo delas, dá-se uma erva que, se não é salsaparrilha, parece-se com ela e, tomadas em suadouros, fazem os mesmos efeitos.

A erva fedegosa, chamada pelos gentios e índios de feiticeira, em razão das muitas curas que com ela se fazem e, particularmente, do bicho que é uma doença mortífera. As ambaibas são umas figueiras bravas que dão uns figos de quase dois palmos de comprimento, mas pouco mis grossos que um dedo, os quais se comem e são muito doces, e os olhos destas árvores, pisados e postos feridas frescas com sangue, as saram maravilhosamente. A folha da figueira de inferno, posta sobre nascidas e furúnculos, mitiga a dor e a sara. As de jurubeba saram as chagas e as raízes são contra peçonha. A caroba sara das boubas<sup>90</sup>. O cipó, sara das

---

<sup>90</sup>O Michaelis online traz as seguintes definições pra bouba: “1. Doença tropical infecciosa causada pelo espiroqueta *Treponema pertenue*, que provoca lesões cutâneas seguidas de erupção granulomatosa que destrói a pele e, às vezes, os ossos; framboesia, piã. 2. Espécie de pústula ou tumor cutâneo; buba; bubão. 3. Sífilis. 4. Pústula ou pequeno tumor venéreo.”

A boubá era uma doença de pele que atingia com frequência os indígenas brasileiros, principalmente crianças e adolescentes e era comumente confundida com doenças venéreas. Esta doença, “também conhecida como frambesia ou piã, é uma doença infecciosa que atinge a pele, ossos e cartilagens. Esta doença é mais comum em países tropicais como o Brasil, por exemplo, e atinge especialmente as crianças com menos de 15 anos, principalmente nas idades entre 6 e 10 anos. A causa da boubá é uma infecção causada pela bactéria *Treponema pertenue*, uma subespécie da bactéria que causa sífilis. Porém, a boubá não é uma doença sexualmente transmissível, nem causa a longo prazo problemas cardiovasculares como a sífilis.” (fonte: <https://www.tuasaude.com/bouba/>).

Bouba ou frambesia (*Treponema pertenue*)



Fonte: <https://www.tuasaude.com/bouba/>

câmaras. Enfim, não há enfermidade contra a qual não haja ervas nesta terra, nem os índios naturais dela têm outros medicamentos ou usam de outras medicinas.

Outras há de qualidades ocultas, entre as quais é admirável uma ervinha a que chamam erva viva e lhe poderiam chamar sensitiva, se contradissesse a filosofia, a qual ensina ser a capacidade sensitiva a diferença genérica que distingue o animal da planta e, assim, se define o animal, que é o corpo vivente sensitivo. Mas, contra isto, vemos que, se é tocada esta erva com a mão, ou com qualquer outra coisa, encolhe-se logo e murcha-se, como se sentisse o toque e, depois que a largam como já esquecida do agravo que lhe fizeram, torna-se a estender e abrir as folhas. Deve isto ser alguma qualidade oculta, qual a da pedra de cevar para atrair o ferro, e não lhe sabemos outra virtude.

## CAPÍTULO VIII

### DO MANTIMENTO DO BRASIL

O Brasil é mais abastado de mantimentos que as outras terras que há no mundo, porque nele se dão os mantimentos de todas as outras. O trigo dá em muita quantidade em São Vicente e dar-se-á em outras partes cansando primeiro as terras, porque o vigor lhes faz mal. Dá também, em todo o Brasil, muito arroz, que é mantimento da Índia Oriental, e muito milho zaburro<sup>91</sup>, que é o das Antilhas e Índia Ocidental. Há muitos inhames grandes, que é mantimento de São Tomé e Cabo Verde, e outros muito pequenos, e muitas batatas, às quais, plantadas uma só vez, sempre fica a terra cheia delas.

Mas o ordinário e principal mantimento do Brasil é o que se faz da mandioca, que são umas raízes maiores que nabos e de admirável propriedade, porque, se as comem cruas ou assadas, são mortífera peçonha, mas, raladas, exprimidas e desfeitas em farinha, fazem delas uns bolos delgados, que cozinham em uma bacia ou vasilha de barro e chamam-se bijus, que são muito bons mantimentos e de fácil digestão, ou cozinham a mesma farinha, mexendo-a na bacia como confeitos e a esta torram bem dura, mais que aos bijus e, por isso, é chamada de farinha de guerra, porque os índios a levam quando vão à guerra longe de suas casas. E os marinheiros fazem dela sua provisão daqui para o Reino.

Outra farinha faz-se fresca, que não é tão cozida e, para isto (se a querem abundante) colocam primeiro as raízes de molho até que amoleçam e fiquem macias e, então, as espremem etc. E põem estas raízes, assim moles, para secar ao sol e as chamam carimã, e as guardam ao fumo, em caniços, por muito tempo, às quais, pisadas, fazem-se pó tão alvo como a da farinha de trigo, e dele amassado fazem pão, que, se é de leite ou misturado com farinha de milho e de arroz, é muito bom, mas extreme é algum tanto corriento<sup>92</sup>. E assim, mais o querem é para mingau, que fazem com açúcar para os doentes e o tem por melhor que os

---

<sup>91</sup> O **milho zaburro** é uma variedade de milho oriundo da Índia, que dá grãos graúdos, assim como grãos vermelho-escuros encontrados em Portugal, conforme definição do dicionário Michaelis online.

<sup>92</sup> Não conseguimos identificar o que Frei Vicente do Salvador quis dizer com o período “[...] mas extreme he algum tanto corriento”, mesmo após consultar todas as versões das edições da *História do Brasil*. As edições apenas trazem a oração literal tal qual está grafada nos manuscritos que serviram de base para as suas edições. Dessa forma, também deixaremos a oração como no texto original, sem interpretá-la para o tempo presente. Porém, pode-se inferir duas coisas: ou que o significado é contrastante com a afirmação exatamente anterior, sugerindo alguma indicação negativa no sabor do prato feito com a farinha fina de mandioca, o que poderia pressupor que causasse algum tipo de mal-estar em quem a ingerisse; ou em consonância com as afirmações exatamente posteriores, dando-se um sentido mais farmacológico do prato, uma receita provinda do conhecimento medicinal indígena. Além dessas pressuposições, não é possível promover outro significado mais específico para tal oração.

xaropes e, para os sãos, o fazem com caldo de peixe ou de carne, ou só com água, e este é o melhor remédio que há contra toda a peçonha. E, por isso, disse destas raízes que tinham propriedade admirável, porque, sendo cruas mortífera peçonha, só com um pouco de água e sol fazem-se mantimento e salutífero medicamento. E ainda há outra, ao meu ver mais admirável, que é utilizar estas raízes cruas como mantimento com que se sustentam e engordam cevados e cavalos.

Enfim, se as espremem e lhes bebem só o sumo, morrem logo, porém, mesmo sendo este sumo tão fina peçonha, se o deixam assentar-se, coalha em uma massa a que chamam de tapioca, de que se faz a mais gostosa farinha e bijus que da mandioca, e crua, é bela goma para engomar mantéus<sup>93</sup>.

Outra variedade há de mandioca, que chamam de aipins, que se podem comer cruas sem fazer danos e, assados, são parecidos com as castanhas de Portugal assadas e, assim, de uma como de outra, não é necessário utilizar-se de semente quando se planta, como no trigo, mas só se planta a rama, feita em pedaços de pouco mais de um palmo, os quais, metidos até o meio na terra cavada, dão muitas e grande raízes. E nem se recolhem em celeiros, onde os carunchos os podem comer, como ocorre com o trigo, mas as colhem do campo pouco a pouco, quando querem. E até as folhas, pisadas e cozidas, se comem.

---

<sup>93</sup> Mantéus eram capas, dos mais variados modelos, que se usavam por cima das roupas, comuns na Europa desde a antiguidade até épocas mais recentes. Estas peças também fizeram parte das vestimentas dos habitantes das colônias europeias espalhadas pelo mundo, assim como nas Américas. Eram, também, um tipo de vestimenta típica dos padres. O dicionário Michaelis online traz as seguintes acepções para a palavra mantéu: sm. 1. Capa com colarinho, usada por frades; mantel. 2. Colarinho em canudos ou com abas largas pendentes. 3. Saia lisa, sem pregas, geralmente usada por camponesas.

Exemplos de mantéu:

1. Mantéu espanhol de clérigo



**Fonte:**  
[http://virtualandmemories.blogspot.com/2013\\_07\\_14\\_archive.html](http://virtualandmemories.blogspot.com/2013_07_14_archive.html)

2. Mantéu como traje popular das mulheres de Coimbra



**Fonte:**  
<http://guitarradecoimbra.blogspot.com/2006/04/tricana-de-mantu-o-trajo-popular-das.html>

3. Meio Mantéu: comum nas cortes europeias



**Fonte:**  
[http://virtualandmemories.blogspot.com/2011\\_04\\_17\\_archive.html](http://virtualandmemories.blogspot.com/2011_04_17_archive.html)



## CAPÍTULO IX

### DOS ANIMAIS E BICHOS DO BRASIL

Criam-se no Brasil todos os animais domésticos e domáveis da Espanha: cavalos, vacas, porcos, ovelhas e cabras. E parem de dois a três filhotes de cada útero. E a carne do porco come-se indiferentemente de inverno e verão, e a dão a doentes como a de galinha. Há também muitos porcos monteses, alguns como os javalis da Espanha, os quais andam em manadas e, se o caçador fere algum, precisa logo subir em alguma árvore, porque, vendo eles que não podem chegar-lhe, vão-se todos juntos ao ferido e aos outros em que se espirrou algum sangue com tanta ferocidade que não se apartam até não deixarem três ou quatro mortos no campo e, então, vão-se em paz, e o caçador também com a caça. Há outros que têm o umbigo nas costas<sup>94</sup>, sendo necessário tirá-lo com uma faca antes que o esquartejem, sob

---

<sup>94</sup> Esta descrição é mais um exemplo do elemento ficcional inserido na *História do Brasil*. O animal descrito por Frei Vicente do Salvador, para o qual não conseguimos encontrar, até o momento de nossa pesquisa, alguma correspondência em gravuras da fauna dos botânicos da época, ou mesmo posteriores, para identificá-lo se acaso realmente existiu algo parecido ou exótico sem correspondência na Europa. As pesquisas que fizemos dão a entender que se trata da Queixada ou do Caitutu, suínos do mato, próprios do território brasileiro, inclusive, em muitos aspectos e aparência parecidos com os javalis europeus. Contudo, a indicação do umbigo nas costas não corresponde à verdadeira estrutura destes porcos do mato, podendo, talvez, referir-se à imagem do relato mais a um tipo de cauro ou dito popular do que a um animal propriamente dito que pudesse demonstrar tal aparência, com intencionalidade fantasiosa.

Jean de Léry, no seu livro *Viagem à terra do Brasil* (edição de 1960) e Gabriel Soares de Souza, no seu livro *Tratado descritivo do Brasil em 1587* (quarta edição de 1971), trazem esta mesma descrição sobre tais porcos existentes na Bahia. Ao que tudo indica, a descrição de prosadores do Período Colonial a respeito de alguns animais exóticos (e até lendários) dá-se mais por histórias difundidas, que funcionaram como contos fantásticos, do que como realidade propriamente dita. Da mesma forma, Frei Vicente do Salvador reproduz aqui um destes ditos, com características que não se podem realmente comprovar.

A título de curiosidade, trazemos os textos de Gabriel Soares e de Jean de Léry que tratam deste assunto (os textos apresentados são oriundos do original, sem a preocupação da adaptação para a nossa realidade linguística atual):

- Gabriel Soares de Souza:

#### CAPÍTULO C (100):

*Em que se declara a natureza dos porcos do mato que ha na Bahia.*

Criam-se nos matos da Bahia porcos monteses, a que os índios chamam tajaçú, que são de côr parda e pequenos; tudo tem semelhante com o porco, senão o rabo, que não tem mais comprido que uma polegada; e tem embigo nas costas; as fêmeas parem muitos no mato, por onde andam em bandos, comendo as frutas d'elle; onde os matam com cachorros e armadilhas, e ás flexadas; os quaes não tem banha, nem toucinho, senão uma pelle viscosa; a carne é toda magra, mas saborosa, e carregada para quem não tem boa disposição.

Tajaçutirica é outra casta de porcos monteses maiores que os primeiros, que tem os dentes Como os monteses de Hespanha ; e os índios que os flexam hão de ter prestes aonde se acolham, porque se se não põem em salvo com muita presteza, não lhes escapam; os quaes são muito ligeiros e bravos, e tem também o embigo nas costas; e não tem banha, nem toucinho, mas a carne mais gostosa que os outros; e em tudo mais são como elles.

pena de ficar toda a carne fedendo a raposinhas. Outros há que chamam de capivaras, que quer dizer comedores de erva: andam sempre na água, exceto quando saem a pastar pelos vales e margens dos rios, e alguns tomam e criam em casa, fora da água, pelo que se julgam por carne, e não por pescado.

Há outros animais que chamam de antas, que são de aparência de mulas, mas não tão grandes, e tem o focinho mais fino e o bico superior comprido, à maneira de uma tromba, e as orelhas arredondadas, a cor cinzenta pelo corpo e branca pela barriga. Estas saem para pescar só à noite e, assim que amanhece, metem-se em matos espessos e ali ficam o dia todo escondidos. A carne destes animais é, no sabor e na consistência, como a de vaca e do couro curtido fazem-se muitos bons fardamentos para vestir e defender de flechas e golpes de espada. Algumas têm no estômago umas pedras que, na virtude, são como as de bazar, mas mais lisas e maciças.

Há também outras caças: veados, coelhos, cotias e pacas que são como lebres, mas mais gordas e saborosas e não se esfolam para se comerem, porque têm couros como de leitão. Há tatus, que os espanhóis chamam armadilhos, porque são cobertos de uma concha não inteiriça, como a das tartarugas, mas formada por peças ao modo de lâminas e sua carne assada é como a de galinha.

---

Tajaçuté é outra casta de porcos montezez que são maiores que os de que fica dito e tem toucinho como os montezez de Hespanha, e grandes prezas e o embigo nas costas, mas não são tão bravos e perigosos para os caçadores; os quaes os fazem levantar com os cachorros para os flexarem; e estes e os mais andam em bandos pelo mato, onde as fêmeas parem muitos filhos: e no tempo das frutas entram pelas aldeas dos índios e pelas casas; os quaes fazem muito damno nas roças e nos canaveas de assucar. A estes porcos cheira o embigo muito mal; e se quando os matam lh'o não cortam logo, cheira-lhe a carne muito ao mato; e se lho cortam é muito saborosa. (SOUZA, 1971, p. 249 – 250, grifo do autor).

- Jean de Léry:

## CAPITULO X

### DOS ANIMAIS, VEAÇÃO, LAGARTOS, SERPENTES E OUTROS ANIMAIS MONSTRUOSOS DA AMÉRICA

[...]

Quanto ao javali do país, que os selvagens denominam *taiassú* embora semelhantes aos das nossas florestas pela cabeça, pelas orelhas, pernas e pés, tem os dentes muito compridos, curvos e pontiagudos, o que os torna perigosíssimos. É mais magro, descarnado; tem um grunhido espantoso e apresenta nas costas uma deformidade notável, uma abertura natural, como a do golfinho na cabeça, por onde sopra, respira e aspira quando quer. E para que não se imagine ser isso uma coisa extraordinária direi que o autor da "História Geral das índias" afirma existirem na Nicarágua, perto do reino da Nova Espanha, porcos com o umbigo no espinhaço, os quais devem ser da mesma espécie que acabo de descrever.

Esses três animais: o *tapirassú*, o *soouassú* e o *taiassú* são os maiores dessa terra do Brasil. (LÉRY, 1960, p. 112).

Tamanduá-açu<sup>95</sup> é um animal tão grande como o carneiro, o qual é de cor parda com algumas pintas brancas. Tem o focinho comprido e fino, voltado para baixo. A boca não é rasgada como a dos outros animais, mas pequena e redonda. A língua é da grossura de um dedo e de quase três palmos de comprimento. As unhas são da forma de escopros<sup>96</sup>. O rabo é cheio de cerdas, quase tão compridas como de cavalo. E todas estas coisas lhe são necessárias para conservar sua vida, porque, como não come outra coisa senão formigas, vai-se com as unhas cavar os formigueiros até que saiam da cova e logo lança a língua fora da boca para que se prendam a ela e, quando a tem bem cheia, a recolhe para dentro, o que faz tantas vezes até que se farta. E, quando quer se esconder dos caçadores, lança o rabo sobre si e se cobre todo com suas sedas, de modo que não é possível ver-lhe os pés nem a cabeça, nem parte alguma do corpo. E o mesmo faz quando dorme, gozando debaixo daquele pavilhão um sono tão quieto que, ainda que disparem junto uma Bombarda, ou caia uma árvore com grande estouro, não desperta, senão é somente com um assovio que, por pequeno que seja, o ouve e logo se levanta. A carne deste animal comem os índios velhos, e não os jovens, por suas superstições e agouros.

Há também muita diversidade de animais nocivos que não se comem, como as onças ou tigres, que matam touros e, se estiverem famintos, atacam um exército, mas, se estão fartos, não só não machucam a alguém, mas nem ainda se defendem e se deixam matar facilmente. Há raposas e bugios e, destes, há alguns que são grandes e chamados de guaribas, que têm barbas como homens, e se barbeiam uns aos outros, cortando o cabelo com os dentes. Andam sempre em bandos pelas árvores e, se o caçador alveja algum e não o acerta, matam-se todos de rir, mas, se o acerta e não cai, arranca a flecha do corpo e a atira em quem o feriu e, logo, foge pela árvore acima e, mastigando folhas e colocando-as na ferida, cura-se e estanca o sangue com elas. Existem outros bugios não tão grandes, nem tem mais habilidades que fazer zombarias e caretas, mas são de cheiro, e outros pequenos, chamados saguis, uns pardos e outros ruivos.

Há outro animal a que chamam de Jaritaca, que tem as mãos e pés como os do bugio, o qual é malhado de várias cores e mais deleitável à vista que ao olfato, como experimentam os que o querem caçar, porque, só com uma ventosidade que larga, é tanto o fedor que lhe foge o caçador, e do caçador fogem os vizinhos muitos dias, não podendo

---

<sup>95</sup> É o mesmo que tamanduá-bandeira. Animal presente nas Américas Central e do Sul.

<sup>96</sup> Escopros são pequenas talhadeiras que podem ser utilizadas para esculpir peças de madeira. Também são utilizadas em cirurgias.

suportar o mau cheiro que lhe foi impregnado, e vai comunicando por onde quer que vá e os cães vão se lavar muitas vezes na água e se esfregar na terra sem conseguir tirar o fedor.

Outro animal há a que chamam de preguiça, por se tão preguiçoso e lerdo em mover os pés e as mãos que, para subir a uma árvore ou andar em um espaço de vinte palmos, é necessária meia hora e, caso o aguilhoem, nem por isso foge tão depressa.

Há outro a que chamam timbu que, depois que pare os filhotes, os recolhe todos em um bolso que tem no peito, em que os traz até os acabar de criar. Há, também, muitas cobras e algumas tão grandes que engolem um veado inteiro, e dizem os índios naturais da terra que, depois de fartas, estouram e, apodrecida a carne, gera-se outra da espinha vertebral. Porque já aconteceu achar-se uma delas presa em uma vara, que lhe tinha penetrado, o que não poderia ser se não ficasse junto à vara, quando estourou e se lhe estragou a carne e, depois, criando outra de novo o colheu de dentro e incorporou em si. Porém, não se pode dizer que morrem (como os índios entendem), senão que, com a carne estragada ficam ainda vivas e, assim, não ressuscitam, mas saram. E algumas já se viram de sessenta palmos de comprimento. Em Pernambuco, enrolou-se uma destas em um homem que ia caminhando, de tal sorte que, se não levasse um cão consigo, porque mordendo-a muitas vezes a fez largá-lo, sem dúvida o mataria, mas, ainda assim, o deixou de tal maneira que nunca mais voltou às suas cores e forças anteriores.

Também me contou uma mulher de crédito, na mesma capitania de Pernambuco que, tendo dado à luz, viera-lhe algumas noites uma cobra mamar nos peitos, o que fazia com tanta brandura que ela cuidava ser a criança e, depois que conheceu o engano, contou ao marido que permaneceu de tocaia na noite seguinte e a matou<sup>97</sup>.

Há outras a que chamam de cascavéis, porque (guizos) os tem no rabo, com que vão fazendo rugido por onde quer que forem e, a cada ano, nasce-lhes um novo. Algumas vi que tinham oito e são tão venenosas que os mordidos delas muito dificilmente escapam. Outras há que chamam de duas cabeças, porque tanto mordem com o rabo como com a cabeça.

Há no Brasil infinitas formigas que cortam as folhas das árvores e, em uma noite, tosam toda uma laranjeira se seu dono se descuida de lhes botar água em uns vasos de barro

---

<sup>97</sup> Como evidenciaremos na terceira parte desta pesquisa, no item 3.2, intitulado “As marcas estilísticas da *História do Brasil*: o horizonte da produção textual barroca”, esta anedota encaixa-se numa tipologia textual de ditos populares, o que há em abundância ao longo do livro de Frei Vicente de Salvador. Estas anedotas funcionam de forma a quebrar a lógica da escrita puramente histórica e conferir elegância e humor ao texto, tornando-o mais suave e agradável à leitura. Dessa forma, fica bastante perceptível a preocupação do frade baiano com seu leitor e com o desenvolvimento de uma estratégia estilística que lhe proporcionasse uma leitura agradável. Da mesma forma, o rompimento com uma escrita puramente técnica de relatos historiográficos demonstra uma possibilidade de interpretação multiforme da obra de Frei Vicente. Ao longo do livro, poder-se-á verificar uma abundância de textos como este e que operarão com a mesma lógica.

que têm aos pés. Outra espécie há chamada de cupim, que fazem uns caminhos cobertos por onde andam e roem as madeiras das casas, os livros e a roupa que acham, se não há muita vigilância. Piolhos e percevejos não existem no Brasil, nem tantas pulgas como em Portugal. Mas há uns bichinhos com aparência de pulgas, tão pequenos como piolhos de galinhas, que penetram nos dedos e solas dos pés dos que andam descalço, e se fazem tão grandes e redondos como camarinhas. Quem sabe tirá-los inteiros, sem machucar, o faz com a ponta de um alfinete, mas, quem não sabe, os despedaça e, ficando dentro da pele, desenvolve-se.

## CAPÍTULO X

### DAS AVES

Além das aves que se criam em casa, galinhas, patos, pombos e perus, há no Brasil muitas galinhas bravas pelos matos, patos nas lagoas, pombas bravas e umas aves chamadas jacus, que no semblante e grandeza são quase como os perus. Há perdizes e rolas, mas as perdizes têm alguma diferença das de Portugal. Há águias no sertão que criam nos montes altos e umas tão grandes como as da África, umas brancas, outras malhadas de preto que, se voarem do chão com a asa levantada a alto, ao modo de vela latina, correm com o vento como caravelas e, contudo, as tomam os índios à caça nas campinas. Há muitas garças ao longo do mar e outras aves chamadas guarás que, quando empenam, são brancas, depois, pardas e, finalmente, vermelhas como grã. Há papagaios verdes de cinco ou seis espécies, uns maiores, outros menores, e todos falam o que lhes ensinam. Há também araras e canindés de bico revoltado como papagaios, mas são maiores e de mais formosas penas. Há uns passarinhos que, para as cobras não lhes entrem nos ninhos a comer-lhes os ovos e filhinhos, os fazem pendurados nos ramos das árvores, de quatro ou cinco palmos de comprimento, com o caminho muito embaraçado e compostos de tantos pauzinhos secos que se pode com eles cozinhar uma panela de carne. Há outros chamados taipeis, do tamanho de melros, todos negros e as asas amarelas, que imitam no canto todos os outros pássaros perfeitissimamente, os quais fazem seus ninhos em uns sacos tecidos.

Há muitas e muito grandes baleias que, no meio do inverno, vêm parir nas baías e rios fundos desta costa e, às vezes, lançam nela muito âmbar procedente das coisas que arrancam do fundo do mar quando comem, e reconhece-se isso na praia porque aves, caranguejos e quantas coisas vivas há, vêm para comê-lo. Há outro peixe chamado espadarte, por causa de uma espada que tem no focinho, de seis ou sete palmos de comprimento e um de largura, com muitas pontas, com que batalha contra as baleias e levantam água tão alta quando brigam, que se vê dali até três ou quatro léguas.

Há homens marinhos<sup>98</sup> que já foram vistos sair fora d'água pelos índios e nela matou alguns que andavam pescando, mas não lhes comem mais que os olhos e nariz e, pelo que se

---

<sup>98</sup> Os textos dos prosadores dos séculos XV e seguintes estão repletos de histórias fantásticas e relatos de mitos e lendas. Estes textos compreendem as mais diversas variedades textuais: os diários de navegação, os relatos históricos das novas terras e das façanhas dos colonizadores, os textos catequéticos e missionários, os diários do cotidiano, além das imagens cartográficas e pinturas diversas, entre outros. Embora os escritores portugueses fossem mais realistas que os das outras nações europeias (HOLANDA, 2000), ainda assim, encontram-se tais

sabe, não foram tubarões, porque há muitos neste mar que comem pernas, braços e toda a carne.

Na capitania de São Vicente, no ano de 1564, saiu uma noite um monstro marinho para a praia, o qual, visto por um jovem chamado Baltazar Ferreira, filho do capitão, foi em direção a ele com uma espada e, levantando-se o peixe, por sobre as barbatanas do rabo, tal qual um homem, o jovem deu-lhe um golpe pela barriga, com que o derrubou e, tornando-se a levantar com a boca aberta para o engolir, deu-lhe uma pancada na cabeça, com que o atordoou e logo vieram em sua ajuda alguns de seus escravos, que o acabaram de matar, ficando também o jovem desmaiado e quase morto, depois de haver despendido tanta força. Era este monstruoso peixe de quinze palmos de comprimento e não tinha escama, conforme se verá na figura seguinte<sup>99</sup>.

Há alguns peixes pequenos em toda esta costa, menores que um palmo, chamados baiacus que, sentindo-se presos ao anzol, o cortam com os dentes e fogem, mas, se lhes prendem a isca em qualquer linha e o pegam nela, os vão trazendo calmamente até a superfície da água, em que, com uma rede em forma de funil, os tomam sem alguma resistência e, assim que os tiram fora da água, incham tanto que, de compridos que eram, ficam redondos como uma bexiga cheia de vento e, assim, se lhes dão um coice, estouram e soam como um mosquete. Têm a pele muito pintada, mas muito venenosa, e da mesma maneira o fel. Porém, se os esfolam bem, comem-se assados ou cozidos como qualquer outro peixe. Outros há do mesmo nome, mas maiores e todos cobertos de espinhos muito pontudos, como ouriços cacheiros, e estes não vêm senão por migração de tempos em tempos. Em um ano, houve tantos nesta baía que as casas e engenhos se iluminaram por muito tempo com o azeite de seus fígados.

---

tipologias textuais permeadas nas suas obras. São histórias fantásticas que, tanto pela oralidade quanto pela escrita, contribuíram para criar e disseminar, no velho e no novo continente, um ambiente de mistério e fantasia a respeito das Américas. Isso é comprovado tendo em vista a intertextualidade entre estes escritores contemporâneos do descobrimento das Américas.

Este relato fantasioso, aqui referido como “homens marinhos”, por Frei Vicente (que não é o único na *História do Brasil*), representa uma mescla de certa diversidade de contos do período, como os de navegação, ditos populares e histórias indígenas, espalhadas entre as populações brasileiras desta época. Refere-se à lenda da Hipupiara, que será tratada na terceira parte desta dissertação, no item 3.1, intitulado “*História do Brasil: a ficção por meio de elementos fantásticos*” e, da qual, trazemos uma figura no anexo M. Assim, acreditamos já ter tratado o suficiente sobre este assunto na parte primeira. Porém, apenas destacamos, mais uma vez, que é importante dar relevo a este texto, porque ele insere a *História* numa perspectiva textual versátil, juntamente com o estilo da escrita, possibilitando uma leitura e caracterização mais múltipla do que o manual de história propriamente dito. A dita história da Hipupiara (meio homem meio peixe) é descrita no parágrafo seguinte por Frei Vicente.

<sup>99</sup> Embora a figura do monstro marinho esteja indicada no texto, a continuação da página está em branco. Porém, é possível conferir a gravura deste monstro, intitulado Hipupiara, no anexo M desta dissertação (conforme gravura retirada do livro *História da Província de Santa Cruz (1575/1576)*, de Pêro de Magalhães Gândavo).

Mariscos há em muita quantidade. Existem ostras que se criam nos mangues, outras nas pedras e outras nos lados que são maiores. Nas restingas de areia, há outras redondas e espalmadas, em que se acha uma pérola miúda e dizem que se as tirassem do fundo, por mergulho, achariam pérolas grossas. Há briguigões<sup>100</sup>, ameijoas<sup>101</sup>, mexilhões, búzios como caracóis e outros tão grandes que, comida a polpa ou o miolo, fazem-se das cascas buzinas em que tangem e soam muito longe. Há muitas variedades de caranguejos, não só na água do mar e nas praias entre os mangues, mas também na terra, entre os matos, em que há uns de cor azul, chamados guaiamus, os quais, nas primeira águas do inverno, que ocorrem em fevereiro, quando estão mais gordos e as fêmeas cheias de ovas, saem das covas e andam vagando pelo campo e estradas e metendo-se pelas casas para que os comam. Camarões há muitos, não só no mar, como os de Portugal, mas nos rios e lagoas de água doce e alguns tão grandes como lagostins, dos quais também há muitos que se pegam nos recifes de águas vivas, além de muitos polvos e lagostas.

---

<sup>100</sup> Briguigões (*Anomalocardia brasiliiana*), também conhecidos como berbigões, são “mariscos que habitam em conchas pequenas, redondas e raiadas”, segundo o Novo dicionário crítico e etymológico da língua portuguesa, de autoria de Francisco Solano Constâncio (CONSTÂNCIO, Francisco Solano. **Novo dicionário crítico e etymológico da língua portuguesa**. Paris: Editora Casimir, 1836. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?id=HM9TAAAcAAJ&pg=PA190&lpg=PA190&dq=briguigões&source=bl&ots=HUvT9cdoPy&sig=-6\\_TvPwYONqs9P-HnKVzVH\\_1LoU&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwijn92T8eDfAhWCS5AKHeJ-ANgQ6AEwAHoECAkQAQ#v=onepage&q=briguigões&f=false](https://books.google.com.br/books?id=HM9TAAAcAAJ&pg=PA190&lpg=PA190&dq=briguigões&source=bl&ots=HUvT9cdoPy&sig=-6_TvPwYONqs9P-HnKVzVH_1LoU&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwijn92T8eDfAhWCS5AKHeJ-ANgQ6AEwAHoECAkQAQ#v=onepage&q=briguigões&f=false)>. Acesso em: 8 jan. 2019. p. 190). São tipos de ostras perlíferas, ou seja, que produzem pérolas, da família dos *Verenidae* ou, como também são conhecidos, moluscos bivalve.

<sup>101</sup> Ameijoa é um tipo de marisco, ou seja, um “marisco vulgar, mexilhão estriado” (idem, p. 68).



## CAPÍTULO XI

### DE OUTRAS COISAS QUE HÁ NO MAR E TERRA DO BRASIL

*Inopem me copia fecit*<sup>102</sup>, disse o poeta, e disse a verdade, porque, onde as coisas são muitas, é forçoso que se percam, como acontecesse ao que vindima a vinha fértil e abundante de fruto, que sempre lhe ficam muitos cachos para buscar, assim como acontecem com as coisas do mar e terra do Brasil, de que trato. Pelo que me é necessário voltar a buscar ainda algumas que porei neste capítulo, porque todas é impossível relatá-las. Faz-se no Brasil sal muito alvo, não só em salinas artificiais, mas em outras naturais, como no Cabo Frio e além do Rio Grande, em que se acha muito acumulado em grandes pedras. Faz-se, também, muita cal, tanto de pedra do mar, como da terra e de casca de ostras que o gentio antigamente comia e se acham hoje montes delas cobertos de arvoredos, das quais se tira e se cozinha em grades de madeira com muita facilidade.

Há tucum, que são umas folhas de quase dois palmos de comprimento, dos quais, só com as mãos, sem outro artifício, tira-se pita duríssima, e cada folha dá uma porção de fio. Outra planta há, chamada caraguatá, da feição da erva de babosa, mas cada folha tem uma braça<sup>103</sup> de comprimento, as quais, ditadas no molho e pisadas, desfazem-se em linho de que se fazem linhas e cordas e pode-se fazer pano. Há árvores de sabão, porque, com a casca das frutas ensaboa-se a roupa e as frutas são contas tão redondas e pretas que parecem de pau de ébano torneado e, assim, não precisa mais do que furá-las e enfiá-las e rezar por elas. Há muita erva de anil e de vidro que não se cultiva.

Há muitas fontes e rios caudalosos, com que se movem os engenhos de açúcar e outros por onde entra a maré, muito largos e fundos e de boas barras e portos para os navios.

Quis alguém pintar uma cidade muito abastecida e abastada e pintou-a com as portas fechadas e trancadas significando que tudo tinha em si e não era necessário vir-lhe alguma coisa alguma de fora, que é a excelência<sup>104</sup>. Porque diz o salmista que louve a celestial cidade

---

<sup>102</sup> Tradução: a abundância faz-me pobre.

<sup>103</sup> Braça: antiga medida de comprimento, equivalente a 2,20 metros lineares, mas em desuso nos tempos atuais.

<sup>104</sup> Aqui, neste capítulo, mas, principalmente nesta expressão, percebe-se claramente a intencionalidade de Frei Vicente de destacar a grandeza do Brasil, fazendo dela uma estratégia para chamar atenção dos homens que conduziam o reino, a fim de demonstrar a importância do Brasil para alavancar Portugal novamente ao patamar de potência mundial. Dessa forma, as descrições não são meramente um laudatório da terra para propaganda, a fim de atrair novos colonos ou mesmo para fomentar a disseminação das obras escritas, como fizeram de uma forma geral os outros prosadores dessa época. Frei Vicente atua claramente com uma finalidade política, enviando um recado aos grandes da Corte. Esta estratégia do autor foi apontada no livro primeiro desta dissertação e pode ser bastante aprofundada na tese de Maria Lêda Oliveira, na edição crítica da *História do*

de Jerusalém ao Senhor (*Lauda Hierusalem Dominum, Lauda Deum tuum Sion, quoniam confortavit seras porarum tuarum*<sup>105</sup>). Mas não faltou logo quem contradissesse e pintasse outra com as portas abertas e, por elas, entrando carretas carregadas de mantimentos, dizendo que aquela era mais abastecida e abastada, nem lhe faltou outra autoridade, confirmando-a com o mesmo salmista, o qual diz que ama Deus muito as portas de Sião (*diligit Dominus portas Sion super amnia tabernacula Iacob*<sup>106</sup>) e isto, não porque as têm fechadas, senão abertas a naturais e estrangeiros, a brancos e negros, que todos tem seu trato e comércio (*ecce alienigenae, et Tirus, et populus Ethiopum hi fuerunt illic*<sup>107</sup>). Dessa forma, digna é de todos os louvores a terra do Brasil, pois, primeiramente, pode sustentar-se com seus portos fechados sem socorro de outras terras.

Senão, pergunto eu: de Portugal que lhe vem farinha de trigo? a da terra basta. Vinho? de açúcar faz-se muito suave e, para quem o quer rijo, com o deixar ferver dois dias embebida como de uvas. Azeite? faz-se de cocos de palmeiras. Pano? faz-se de algodão com menos trabalho do que lá se faz o de linho e de lã. Porque, debaixo do algodoeiro, o pode a fiandeira estar colhendo e fiando. Nem faltarão tintas com que se tinja. Sal? cá se faz artificial e natural, como agora dissemos. Ferro? muitas minhas há dele e em São Vicente há um engenho em que se lavra finíssimo. Especiaria? há muitas espécies de pimenta e gengibre. Amêndoas? também se dispensam com a castanha de caju etc. Se me disserem que não pode sustentar-se a terra, que não tem pão de trigo e vinho de uvas para as missas, concordo, pois este divino sacramento é nosso verdadeiro sustento, mas, para isto, basta o que se dá no mesmo Brasil, em São Vicente e campo de São Paulo, como disse no capítulo nono. E com isto está que tem os portos abertos e grandes barras e baías por onde, cada dia, entram-lhe navios carregados de trigo, vinho e outras ricas mercadorias, que deixa a troco das da terra.

---

*Brasil*, de 2008. Enfim, a partir da leitura do próprio corpo do texto de Frei Vicente, neste Capítulo XI, repare-se o exagero nas descrições e também, nas entrelinhas, as intencionalidades textuais do autor, na continuidade do parágrafo e no capítulo como um todo.

<sup>105</sup> Tradução: Louva ao Senhor, ó Jerusalém, louva o teu Deus, ó Sião, porque Ele reforçou as trancas das tuas portas.

<sup>106</sup> Tradução: O Senhor arma as portas de Sião acima de todas as tendas de Jacó.

<sup>107</sup> Tradução: Eis que ai estiveram os estrangeiros, não só de Tiro, mas de toda a Etiópia.

## CAPÍTULO XII

### DA ORIGEM DO GENTIO DO BRASIL E DIVERSIDADE DE LÍNGUAS QUE HÁ ENTRE ELES

Dom Diogo de Ávalos<sup>108</sup>, vizinho de Chuquiabue, no Peru, em sua *Miscelânea Austral*, diz que, nas serras de Altamira, na Espanha, havia uma gente bárbara, que mantinha guerra constante com os espanhóis e que comiam carne humana do que, enfadados dos espanhóis, juntaram suas forças e travaram com eles batalha na Andaluzia, em que dispersaram e mataram muitos. Os poucos que ficaram, não conseguindo sustentar-se na terra, a abandonaram e embarcaram para onde a fortuna os guiasse e, assim, deram consigo nas ilhas Fortunadas, que agora se chamam Canárias, tocaram as de Cabo Verde e aportaram no Brasil. Saíram dois irmãos por cabos desta gente, um chamado Tupi e outro Guarani. Este último, deixando o Tupi povoar o Brasil, passou ao Paraguai com sua gente e povoou o Peru. Esta opinião não é certa e menos ainda são as outras que relato, porque não têm fundamento.

---

<sup>108</sup> Dom Diego D'Ávalos y Figueroa foi um poeta espanhol do século XVI, que morou e desenvolveu sua obra literária no Peru. Seu escrito mais famoso, *Miscelânea Austral*, foi um livro poético publicado em Lima no ano de 1602. Conforme se pode perceber na referência de Frei Vicente do Salvador, este poeta era conhecido e lido por pessoas cultas e intelectuais dos séculos XVI e posteriores, em toda América e, possivelmente, na Europa. Dom Diego foi membro da Academia Antártica. Nasceu em 1554, em Écija, Espanha e faleceu no Peru em data indeterminada, mas tem-se registros de que no ano de 1608 ainda estava vivo, em razão de publicação registrada. Chegou nas Américas por volta de 1573, primeiramente no Panamá e, após isso, mudou-se para o Peru, por volta de 1590. Foi a esta época que iniciou a produção de sua mais célebre obra poética, intitulada *Miscelânea Austral*, a qual só viria a publicar no ano de 1602.

Sua obra aqui indicada, *Miscelânea Austral*, é um livro poético que revela a influência sofrida pelo autor da escola italiana de poesia. Na verdade, sua obra é dividida em duas partes: a primeira é a própria *Miscelânea Austral* e, a segunda, complementar, chama-se *Defensa de Damas*, publicada em 1603. Como o próprio nome já indica, a *Miscelânea* é composta por uma diversidade de poemas em prosa e verso, distintos em estrutura e temas. Nestes poemas, há uma infinidade de citações latinas e gregas, escritas nestes idiomas. É considerada, por vários críticos literários peruanos do século XX, como uma obra de extrema importância, de referência e fundamento para pesquisas da América nos tempos do descobrimento. É possível acessar a obra original integralmente na biblioteca online archive.org, no seguinte endereço eletrônico: <https://archive.org/details/primerapartedela00dv/page/n17>.

Fontes desta nota (que também podem servir para maior aprofundamento do assunto): **1)** TOBAR, Leonardo Romero. **Literatura y nation**: la emergencia de las literaturas nacionales. Zaragoza (ES): Prensas de la Universidad de Zaragoza, 2008. (Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=7FAfutgz3FwC&pg=PA500&lpg=PA500&dq=quien+fué+don+diego+d%27ávalos+y+figueroa&source=bl&ots=N7REGObPqJ&sig=MnfUXPyhOSr0QEnn9kSQVA7Fzkn&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwiyvKXgz-jfAhWgIbkGHUCoD7MQ6AEwC3oECAUQAQ#v=onepage&q=quien%20fué%20don%20diego%20d'ávalos%20y%20figueroa&f=false>>. Acesso em: 5 jan. 2019. **2)** MORA VALCÁRCEL, Carmen de. Un “raro” del siglo XVII: la Miscelânea Austral de Pedro Davalos y Figueroa. In: Actas – III Jornadas de Andalucía y América. **Actas...** Andalucía (ES): Universidad Internacional de Andalucía, 1983. Disponível em: <<https://dspace.unia.es/bitstream/handle/10334/389/14JIITII.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 5 jan. 2019. **3)** GÁLVEZ, Ramon Freire. **Un ecijano, Diego de Ávalos y Figueroa, poeta en la América española del siglo XVI**. Écija (ES): Ciberecija News, 2014. Disponível em: <<http://www.ciberecija.com/descargas/diego-avalos-figueroa.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2019.

O certo é que esta gente veio de outra parte. Porém, de que lugar não se sabe, porque nem entre eles há escrituras, nem houve algum autor antigo que deles escrevesse<sup>109</sup>.

O que, de presente vemos, é que todos são de cor castanha e sem barba e só se distinguem em serem uns mais bárbaros que outros (posto que, suficientemente, todos o são). Os mais bárbaros chamam-se *in genere*<sup>110</sup> Tapuias, dos quais há muitos tipos de diversos nomes e diversas línguas, sendo inimigos uns dos outros. Os menos bárbaros, que por isso chamam-se *Apuabetó*<sup>111</sup>, que quer dizer homens verdadeiros, no entanto também são de

---

<sup>109</sup> Gostaríamos de evidenciar aqui, mais uma vez, o aspecto do rebaixamento da importância das nações indígenas brasileiras (conforme tratadas nas notas de rodapé nos 41, 44, 47 e 53), efetivadas não somente no texto de Frei Vicente, mas, de uma forma geral, na grande maioria dos textos produzidos nos dois primeiros séculos de colonização e conquista do Brasil. Sabe-se que muitas culturas indígenas americanas, principalmente as brasileiras, são ágrafas, mas, nem por isso, deixaram de produzir memórias de sua história. Daí a importância da oralidade e da passagem dos costumes de geração para geração por meio de uma série de mecanismos sociais: vida social e familiar, rituais e cerimônias culturais etc. O europeu não compreendeu esta dimensão indígena, faltando-lhe o aspecto da alteridade em relação a estas nações americanas. Não perceberam a diferença como diversidade. Enfim, a leitura do europeu de que os indígenas não possuíam a escrita (tal como eles a desenvolveram no velho continente), foi um dos motivos para que subjugassem as nações autóctones americanas, apropriassem-se de suas terras e riquezas e dizimassem suas populações.

Ao final deste capítulo, Frei Vicente, num gesto de desprezo pela língua e, conseqüentemente, pelo povo indígena brasileiro, irá dizer que no seu vocabulário não possuem “f, l ou r”, que são os pilares da cultura do reino português (e da Europa como um todo) e da religião católica, e que suas falas parecem-se como as de crianças (“[...] ao invés de falarem Francisco, dizem Pancito [...]” etc.). Genericamente, Frei Vicente promove um esvaziamento da importância dos povos indígenas enquanto nações legítimas e enquanto individualidades primordiais, citando autoridade dos historiadores, que não escreveram nada sobre eles, portanto, é como se não existissem para a relação intercambial que se estabelecia, no século XVI, entre os europeus e americanos, podendo serem despojados de seus direitos, suas terras e seu modo de vida.

<sup>110</sup> Tradução: em geral.

<sup>111</sup> Aqui, Frei Vicente está tratando das nações indígenas que falam uma língua parecida ou, como as denominam os pesquisadores, língua geral. A respeito da compreensão de que as várias nações falavam uma língua única, transcrevemos as palavras de Capistrano de Abreu, nos Prolegômenos do Livro I da edição de 1918 da *História do Brasil* (transcrevemos, aqui, conforme as regras de escrita da edição de 1965), que faz uma excelente digressão sobre o assunto:

“*Apuabetó* (p.84), designando os índios da língua geral, só aparece aqui em Fr. Vicente. A palavra está evidentemente deturpada por ignorância de copista: *etó* deve ser *etê*, sufixo que significa legítimo, verdadeiro, genuíno (cf. *cuer* e *na*); *apiaba* (cf. Apiapetinga, Apiacá, índios da língua geral) indica certo órgão do sexo masculino: a explicação foi dada verbalmente há muitos anos por Batista Caetano, autor do grande dicionário guarani, *An. da Bibl. Nac.*, 7, Rio, 1879.

Vários escritores coloniais chamam línguas travadas os numerosos falares tapuias, diversos da língua geral. Os que falavam esta chamavam Nheengaibas, Tapuias, Guaianases etc. aos de línguas travadas.

Pelo estudo das línguas indígenas tem se procurado conhecer as relações entre as diferentes tribos. Iniciou as investigações o célebre botânico Martius; continuaram- nas Carlos von den Steinen, o explorador do Xingu, Lucien Adam, Paul Ehrenreich, Raoul de la Grasserie, P. Rivet, R. Schuller e outros. O resumo da questão feito por P. Ehrenreich no *Archiv für Anthropologie* de Bräunschweig data de treze anos e precisaria de ser refeito.

Os grupos principais até hoje apurados são:

[...]

Êstes estudos, iniciados há apenas cinquenta anos, tomaram maior impulso depois da exploração do Xingu por Carlos von den Steinen: novos elementos podem esperar-se das expedições de Cândido Rondon: constitui brilhante premissa E. Roquete-Pinto, *A Rondônia*, Rio, 1917.

Alguns dos grupos estão pedindo rigorosa revisão, igual à que sofreu o grupo Guck ou Côco de Martius por parte de C. von den Steinen, dando em resultado a separação dos Caraibas e Aruans. Só depois deste trabalho, para o qual muito hão de contribuir os escritos de antigos missionários acaso escondidos nas bibliotecas e nos arquivos dos dois mundos, será possível determinar a distribuição geográfica, distinguir as migrações pré-colombianas e iniciar sua cronologia. [...]

diversas nações e nomes, porque os de São Vicente até o rio da Prata são Carijós, os do Rio de Janeiro Tamoios, os da Bahia Tupinambás, os do Rio São Francisco Amoupiras e os e Pernambuco até o rio Amazonas Potiguares. Contudo, todos falam uma mesma língua e, esta, aprendem os religiosos, que os doutrinam, por uma arte de gramática que compôs o padre José de Anchieta, homem santo da Ordem da Companhia de Jesus.

Sua língua é muito sintética, e para alguns vocábulos, mais abundante que o nosso português. Porque nós, por exemplo, a todos os irmãos chamamos irmãos e a todos os tios, tios. Mas eles, ao irmão mais velho chamam de uma maneira e, aos demais, de outra: o tio, irmão do pai, tem um nome, e o tio, irmão da mãe, outro. E têm alguns vocábulos os quais não usam senão as mulheres, e outros que não servem senão aos homens. E, certamente, são muito eloquentes e alguns prezam-se tanto disso, que, do início da noite até pela manhã, andam pelas ruas e praças pregando e estimulando os demais à paz ou à guerra, ao trabalho ou a qualquer outra coisa que a ocasião lhes oferece. E, inclusive, quando um fala todos os demais calam-se e ouvem com atenção. Porém, nenhuma palavra pronunciam com F, L ou R, não só das suas, mas nem ainda das nossas, porque se querem dizer Francisco, dizem Pancicu e, se querem dizer Luís, dizem Duí. E o pior é que também carecem de fé, de lei e de rei, que se pronunciam com as ditas letras<sup>112</sup>.

Nenhuma fé têm, nem adoram algum Deus. Nenhuma lei ou preceitos guardam, nem tem rei que lhes dê e a quem obedeçam, a não ser um Capitão, mais para a guerra que para a paz, o qual, entre eles é escolhido o mais valente e com melhor aparência. E, morto este, se tem filho é capaz de governar e fica em seu lugar, se não tem, assume algum parente mais chegado ou irmão. Fora este, que é Capitão de toda a aldeia, tem cada casa seu chefe, que são também dos mais valentes e de melhor aparência, e que têm mais mulheres. Porém, nem a estes, nem ao maioral pagam, os outros, algum tributo ou vassalagem, mais que chamá-los, quando têm vinhos, para os ajudarem a beber, ao que são muito inclinados, e os fazem de mel ou de frutas, de milho, batatas e outros legumes mastigados por moças e diluídos em água até azedar, e não bebem quando comem, senão quando convivem, ou bailando ou cantando.

---

<sup>112</sup> Sobre este assunto e o do parágrafo posterior, conferir a nota de rodapé número 111.

## CAPÍTULO XIII

### DE SUAS ALDEIAS<sup>113</sup>

Há uma variedade de gentios Tapuias, chamados particularmente pelo nome de Aimorés, que não fazem casas em que morem, mas onde estiverem ao anoitecer, debaixo das árvores, limpam um terreiro no qual, esfregando uma cana ou flecha com outra, ascendem uma chama e o cobrem com um couro de veado posto sobre quatro forquilhas e ali deitam-se todos a dormir com os pés voltados para o fogo e, desde que os tenham enxutos e quentes, não ligam que lhes chova em todo o corpo. Porém, as outras variedades de índios vivem em aldeias que fazem cobertas de palma e, de tal maneira arrumadas, que lhes fique no meio um terreiro em que fazem seus bailes e festas, e se juntam à noite em conselho.

As casas são tão compridas que moram em cada uma setenta ou oitenta casais e não há nelas repartimentos mais que os tirantes e, entre um e outro, é um rancho em que se abriga um casal com sua família, e o do principal da casa é o primeiro no copiar, ao qual convida primeiro qualquer dos outros quando vem da caça ou da pesca, partilhando com ele daquilo que traz e, logo, vai também repartindo com os outros, sem lhe ficar mais que o suficiente para o jantar ou ceia, por maior que seja a quantidade do pescado ou da caça.

E, quando algum vem de longe, as velhas daquela casa o vão visitar em seu rancho com grande pranto, não todas juntamente, mas uma depois da outra, em qual pranto lhe dizem as saudades que tiveram e trabalhos que padeceram em sua ausência, e ele também chora dando uns urros de quando em quando, sem exprimir coisa alguma e, acabado o pranto, perguntam-lhe se veio e ele responde que sim, então, trazem-lhe de comer. Isso também o

---

<sup>113</sup> Desde o capítulo XII até o XVII (que é o último), deste Livro Primeiro, Frei Vicente trata dos povos indígenas autóctones do Brasil. Provavelmente, ele descreve toda uma série de fatos baseado em leituras e pesquisa em bibliografia, pois, do que se sabe de sua biografia, pouco trabalhou em missões, tanto por ter pouco conhecimento das línguas brasileiras (originais e misturadas) necessárias para o trabalho missionário, quanto por ter-se ocupado, na maior parte de sua vida, com trabalhos burocráticos eclesiais, seja no clero secular, seja na Ordem de São Francisco, da qual foi superior no Brasil e, também, por dedicar grande parte de seu tempo para leituras e pesquisas objetivando a produção de suas duas obras, as *Crônicas* e a *História*. Para um maior aprofundamento sobre os dados biográficos e trabalhos desenvolvidos por Frei Vicente, consultar: 1) OLIVEIRA, Maria Lêda. **A história do Brasil de Frei Vicente do Salvador**: história e política no império português do século XVII. Rio de Janeiro: Versal; São Paulo: Odebrecht, 2008. vols. 2) Os prefácios e notas preliminares de João Capistrano de Abreu, tratadas nas edições da História do Brasil, conforme tratadas na primeira parte deste trabalho; 3) WILLEKE, Frei Venâncio. Frei Vicente do Salvador. **REVISTA DE HISTÓRIA DA USP**, São Paulo, v. 26, n. 54, p. 295-307, abr./jun. 1963. Disponível em: <<http://revhistoria.usp.br/images/stories/revistas/054/A002N054.pdf>>. Acesso em: 02 jan. 2019; e 4) WILLEKE, Frei Venâncio. Frei Vicente do Salvador, O.F.M – pai da história do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, vol. 277, out. dez. 1967, p. 99- 112. Disponível em: <[https://drive.google.com/file/d/0B\\_G9pg7CxkSSa1I4V2x4dmlPYk0/view](https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxkSSa1I4V2x4dmlPYk0/view)>. Acesso em: 02 jan. 2019.

fazem com os portugueses que vão às suas aldeias, principalmente se lhes entendem a língua, maldizendo no choro a pouca sorte que seus avós e os mais antepassados tiveram porque não alcançaram gente tão importante como são os portugueses, que são senhores de todas as coisas boas que trazem à terra de que eles, noutros tempos, careciam e, agora, as têm em tanta abundância, tais como machados, foices, anzóis, facas, tesouras, espelhos, pentes e roupas. Porque, antigamente, roçavam os matos com cunhas de pedras e gastavam muitos dias em cortar uma árvore, pescavam com espinhos, faziam o cabelo e as unhas com pedras agudas e, quando queriam se enfeitar, faziam de espelho um vaso com água, e que, desta maneira, tinham muito trabalho. Porém agora fazem suas lavouras e todas as outras coisas com muito descanso, pelo que os devem de ter em muita estima. E este recebimento é tão usado entre eles que nunca, ou de maravilha, o deixam de fazer, senão quando surge alguma malícia ou traição contra aqueles que vão às suas aldeias a visitá-los ou resgatar com eles.

A noite toda têm fogo para se esquentarem, porque dormem em redes, no ar, e não tem cobertores, nem vestidos, mas dormem nus, marido e mulher, na mesma rede, cada um com os pés para a cabeça do outro, exceto os principais que, como têm muitas mulheres, dormem sós nas suas redes e, dali, quando querem, vão deitar-se com a de sua escolha, sem se importarem de que os vejam. Quando é hora de comer, reúnem-se os do rancho e assentam-se de cócoras, mas o pai de família fica deitado na rede e todos comem em um vaso ou cabaça a que chamam cuia, que são as suas baixelas, e das cuias, principalmente, fazem muitos pertences, porque lhes servem de pratos para comer, de potes e de canecas para água e vinho, e de colheres e, assim, os guardam em uns caniços que fazem, chamados de jiraus, em que também defumam seus legumes para que não estraguem. E, sem terem caixas nem fechaduras, e os ranchos sem portas, todos abertos, são tão fiéis uns aos outros que não há quem tome ou toque em coisa alguma sem a licença do seu dono.

Não moram mais em uma aldeia até que lhes apodreça a palma do teto das casas, que se dá num espaço de três ou quatro anos e, então, mudam para outra parte, escolhendo primeiro o principal, com o parecer dos mais antigos, o sítio, que seja alto, aberto, com água perto e a terra propícia para suas roças e sementeiras, que eles dizem ser a que não foi ainda cultivada, porque acham que dá menos trabalho cortar árvores, que capinar a erva. E, se estas aldeias fazem fronteira com seus inimigos e têm guerras, as cercam de pau a pique muito forte e, às vezes, de duas e três cercas, todas com aberturas e, entre uma e outra cerca, fazem fogos cobertos de erva com muitos estrepes debaixo, e outras com armadilhas de vigas muito pesadas que, sendo tocadas, caem e derrubam a quantos encontram.

## CAPÍTULO XIV

### DOS SEUS CASAMENTOS E CRIAÇÃO DOS FILHOS

Não é fácil de averiguar com precisão entre os chefes, que têm muitas mulheres, qual seja a verdadeira e legítima, porque nenhum contrato estabelecem e facilmente deixam umas e tomam outras, mas, supõe-se, que é aquela com quem primeiro se relacionam e, por cujo amor servirão aos sogros, pescando para eles, caçando, roçando o mato para a sementeira e trazendo-lhes a lenha para o fogo. Contudo o sogro não entrega a moça até não lhe vir o seu costume e, então, ela é obrigada a trazer, atado pela cinta, um fio de algodão e, em cada um dos músculos do braço, outro, para que venha a notícia a todos e, depois que é deflorada pelo marido ou por qualquer outro, corta, em sinal disso, os fios, parecendo-lhe que, se o encobrir, a levará o diabo. E o marido, de qualquer maneira, a recebe e, consumando o matrimônio, assume que esta é a mulher legítima ou, quando assim não estão casados, recebe a cunhada, mulher que foi do irmão defunto, ainda que tenha um filho dele, ou a sobrinha (filha, não do irmão, que esta têm eles como filha própria e não casam com ela, senão da irmã). E, com qualquer destas com que primeiro se casam, ou seja, a sobrinha ou a cunhada, depois os casam sacramentalmente os religiosos que os corrigem no mesmo dia em que os batizam, dispensando dos impedimentos, por privilégio que para isto têm, e separam de todas as outras, casando-as com outros, não sem aborrecimento dos primeiros maridos, porque, habitualmente, ficam com as mais velhas.

A mulher, acabando de dar à luz, vai se lavar no rio e o marido deita-se na rede muito coberto, para não receber vento, porque permanece de dieta até que se seque o umbigo do filho e, ali, vêm visitá-lo, como a um doente. Não é possível lhes tirar esta superstição, porque dizem que, com isto, preservam-se de muitas enfermidades, para si e para a criança, a qual também deitam em outra rede, com seu fogo debaixo, quer seja inverno ou verão. E, se é masculino, logo lhe colocam na borda da rede um arquinho com suas flechas e, se feminina, uma agulha com algodão.

As mães amamentam os filhos por sete ou oito anos, se neste tempo ficam sem tornar a dar à luz, e todo este tempo os trazem ao colo ora elas, ora os maridos, principalmente quando vão às suas roças, às quais se dirigem todos os dias depois de almoçarem, e não comem enquanto trabalham, senão à véspera, depois que retornam para casa.

Os maridos, na roça, derrubam o mato, o queimam e dão a terra limpa às mulheres e elas plantam, capinam a erva, colhem o fruto e o carregam e o levam para casa em uns cestos



muito grandes feitos de palma, colocados sobre as costas e que corresponde à carga de uma mula, e os maridos levam lenha sobre os ombros e, na mão, seu arco e flechas, que fazem com as pontas de dentes de tubarões ou de umas canas pontudas a que chamam taquaras, das quais são grandes atiradores, porque, sem demora, ensinam aos filhos pequenos a atirar ao alvo e poucas vezes atiram em um passarinho e não o acertam, por pequeno que seja. Também os ensinam a fazer balaios e outras coisas práticas para as quais têm grande habilidade, caso a queiram aprender, pois, se não querem, não os constrangem nem os castigam por erros e crimes que cometam, por maiores que sejam.

As mães ensinam as filhas a fiar algodão, fazer redes do fio e fitas para os cabelos, das quais gostam muito, e os penteiam e untam com azeite de coco bravo, para que fiquem compridos, grossos e negros. Nas festas, tingem-se todas de jenipapo, de modo que, se não fosse pelo cabelo, pareceriam negras de Guiné. E da mesma tinta pintam os maridos e lhes arrancam o cabelo da barba, caso lhes nasça algum, e os das sobrancelhas e cílios e, com isso, eles sentem-se muito elegantes, juntamente com deixarem os lábios de baixo furados e, alguns, a face, além de pinos ou rolhas de pedra verdes enfiados pelos buracos, com os quais parecem uns demônios.

Dessa forma, tratei, neste capítulo, do contrato matrimonial deste gentio. Tratarei também de outros contratos, para os quais não serei prolixo ao leitor. Porque os livros que escreveram os doutores *de contractibus*<sup>114</sup>, sem os poderem resolver completamente em razão das muitas situações novas que inventa cada dia a cobiça humana, não atingem a este gentio, o qual só usa de simples permuta de uma coisa por outra, sem tratar do excesso ou defeito do valor e, assim, com um pintainho, sentem-se pagos como se fosse uma galinha. Nem jamais usam de pesos e medidas, nem tem números que possam contar mais que até cinco e, se a conta houver de passar daí, a fazem pelos dedos das mãos e dos pés, o que lhes nasce de sua pouca cobiça. Por essa razão, são muito apetitosos por qualquer coisa que veem, contudo, assim que a têm, a entregam facilmente de graça ou por pouco mais de nada.

---

<sup>114</sup> Tradução: acerca dos contratos.

## CAPÍTULO XV

### DA CURA DE SEUS ENFERMOS E ENTERRO DOS MORTOS

Não há entre este gentio médicos qualificados, senão seus feiticeiros<sup>115</sup>, os quais moram em casas afastadas, sozinhos e com a porta muito pequena, pela qual não ousa alguém entrar nem tocar em alguma coisa sua, porque, se alguém as pega ou não lhes dá o que eles pedem, dizem que hão de morrer, a que chamam de lançar à morte, e são tão bárbaros que aquele vai lançar-se à rede sem querer comer e, perplexo, deixa-se morrer, sem haver quem lhe meta na cabeça que pode escapar. E, assim, podem estes feiticeiros chamar mais de mata-sanos que médicos. Eles não curam os enfermos senão com enganos, chupando-lhes na parte que lhes dói e tirando da boca um espinho, ou prego velho, que já nela levavam e mostram-lhes, dizendo que aquilo lhes fazia mal e que agora permanecem sãos, ficando eles tão doentes como antes.

Outros médicos há melhores, que são os acautelados e que padeceram as mesmas enfermidades, os quais, aplicando ervas ou outras medicinas com que lhes fizeram bem,

---

<sup>115</sup> O xamanismo, enquanto um tipo próprio de conhecimento da realidade que envolve conceitos e práticas, configura-se como um ritual que possui por mestre o Xamã, e sua presença é verificada em praticamente todo o mundo, em diversas nações de organização tribal. Autores exógenos a estas comunidades, também denominam o Xamã por outros nomes, sendo os mais populares bruxos, feiticeiros, pajés, curandeiros, magos, carimbambas, entre outros. O xamanismo não se resume apenas a aspectos da espiritualidade, mas envolve um complexo emaranhado de conhecimentos práticos, pois interage diretamente nas situações cotidianas e sociais dos povos em que está presente. Não se percebe no xamanismo a dicotomia entre a religião e a vida prática, como em outras religiões europeias, tais como o judaísmo e o cristianismo. O xamanismo era o aspecto integrativo da realidade predominante nas nações americanas pré-colombianas, principalmente no Brasil.

O Xamã, ou feiticeiro, tal como o chama Frei Vicente, é o esquematizador da agência dos entes do universo e é ele que revela tais agências aos que, com ele, participam dos rituais. Como aponta Eduardo Viveiros de Castro (1996, p. 17), os Xamãs, são os “[...] mestres do esquematismo cósmico [...] dedicados a comunicar e administrar essas perspectivas cruzadas, estão sempre aí para tornar sensíveis os conceitos ou tornar inteligíveis as intuições”. Outro teórico do assunto, David Abram (2013), também nos fornece pistas para compreender o xamanismo. Para este autor, há várias formas mentais de perceber o mundo, conforme ocorrem em diversas culturas. Assim, a biosfera configura-se como uma complexidade de formas e energias que se entrelaçam. Nas sociedades em que existe a figura do xamã, estes contrastes são dissolvidos, pois ele consegue perceber, evidenciar e possibilitar a interação com as diversas formas de existência dos entes em uma realidade mais ampla e mais complexa.

A partir destes dois autores, percebe-se a importância social da figura do Xamã dentro da comunidade em que está inserido, exercendo um poderoso papel de líder na organização da vida prática destes povos, além de ser o principal promotor da perpetuação da cultura, por meios ritualísticos, para as futuras gerações.

Dessa forma, mais uma vez percebe-se a falta de alteridade, não só de Frei Vicente do Salvador, mas dos europeus de uma forma geral, em relação às dimensões fundamentais e basilares das culturas ameríndias brasileiras e que resultou enquanto consequência mais grave, a quase dizimação destas nações.

Para uma maior compreensão sobre a abordagem dos Xamãs ou Feiticeiros indígenas, consultar as seguintes obras: 1) LIMA SANTOS, M. **Xamanismo**: a palavra que cura. São Paulo: Paulinas / Belo Horizonte: Editora PUCMinas, 2007; 2) ABRAM, D. Um mundo além do humano. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre (RS), n. 2, v. 7, p. 64-95, jul./dez. 2013; 3) VIVEIROS DE CASTRO, E. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. **Revista MANA**, Rio de Janeiro (RJ), vol. 2, n. 2, p. 115-144, 1996.

saram os enfermos. Mas, se a enfermidade é prolongada ou incurável, não há mais quem os cure e os deixam desamparados. Testemunha sou eu de um que achei na Paraíba, parálítico de pés e mãos, à borda de uma estrada, o qual me pediu que lhe desse água uma vez, porque morria de sede sem que os seus, que por ali passavam a cada hora, quisessem lhe dar. Antes, diziam que morresse, porque já estava tísico e não servia mais que para comer o pão dos sadios. Mandei eu alguns que me acompanhavam buscar água e, neste tempo, o fiquei catequizando, porque ainda não era cristão e, de tal maneira se acendeu na sede de o ser e de salvar sua alma, que, vinda a água, primeiro quis que o batizasse, do que beber e, daí a poucos dias, morreu no incêndio de uma aldeia em que o mandei levar, sem haver quem o quisesse tirar da casa que ardia, vendo que não tinha ele pés nem forças para escapar. Pelo que se vê a pouca caridade que tem este gentio para com os fracos e enfermos e, igualmente, a misericórdia do senhor e os efeitos de sua eterna predestinação, a qual não só neste, mas em outros muitos, manifesta muitas vezes, ordenando que percam os religiosos o caminho que levam e vão dar nas choupanas ou cabanas com enfermos que estão agonizando, os quais, recebendo de boa vontade o sacramento do batismo, vão-se a gozar da bem-aventurança no céu.

Assim que alguém morre, enterram-no embrulhado na mesma rede em que dormia, e a mulher, filhas e parentas (se as têm) vão presenteá-lo até a cova com os cabelos soltos caídos sobre o rosto e, depois, lamenta-se ainda a sua mulher por muitos dias. Mas, se morre algum chefe da aldeia, o untam todo de mel e, por cima do mel, o enchem de penas de pássaros de cores e lhe colocam uma carapuça de penas na cabeça com todos os demais enfeites que ele costumava trazer em suas festas. E fazem-lhe, na mesma casa e rancho em que morava, uma cova muito funda e grande, em que lhe armam sua rede e o deitam nela, assim enfeitado com seu arco e flechas, espada e chocalho, que é uma vasilha com pedrinhas dentro com que costumam tocar. E fazem para ele fogo ao longo da rede para se esquentar e colocam-lhe alguma coisa para comer em um vaso, e água em um pote e, na mão, uma canguera<sup>116</sup>, que é um canudo feito de palmas cheio de tabaco. E, então, cobrem-lhe a cova de madeira e de terra por cima, a fim de que não caia sobre o defunto. E a mulher, por luto, corta os cabelos e tinge-se toda de jenipapo, lamentando-se do marido por muitos dias. E o mesmo fazem com ela as que a vêm visitar e, assim que o cabelo cresce até a altura dos olhos, o torna a cortar e a tingir-se de jenipapo para encerrar o luto, e faz sua festa com seus parentes e muito vinho.

---

<sup>116</sup> Provavelmente, esta palavra de origem indígena, refere-se a algum tipo de cachimbo próprio de sua cultura.

O marido, quando lhe morre a mulher, também se tinge de jenipapo e, quando tira a lástima, torna-se a tingir, tosquia-se e ordena grandes algazarras de cantar, dançar e beber. Nestas festas, cantam-se as proezas do defunto ou defunta e do que está em luto. E, se morre algum menino filho de chefe, o colocam em um pote, na posição de cócoras, atados os joelhos à barriga, e enterram o pote na mesma casa e rancho, debaixo do chão e, ali, o choram por muitos dias.

## CAPÍTULO XVI

### DO MODO DE GUERREAR DO GENTIO DO BRASIL

É este gentio naturalmente tão belicoso, que toda a sua atenção se volta para como farão a guerra contra seus inimigos. E, sobre isto, reúnem-se no terreiro da aldeia com o chefe dela, os chefes das casas e outros índios modestos, em conselho, em que, depois de assentados nas suas redes, que para isto armam em umas estacas, e silenciado o rumor de todos, ficam a ouvir (porque é gente que em nenhuma coisa tem segredo). Então, apresenta o chefe o seu discurso, ao que todos ficam muito atentos e, quando acaba, respondem os mais antigos, cada um por si, até que chegam a uma conclusão do que farão, brindando, entretanto, algumas vezes com o fumo de erva santa que eles têm por cerimônia importante. E, caso concluem para que se faça a guerra, mandam logo que se prepare muita farinha de guerra e que se abasteçam de arcos e flechas, alguns escudos ou égides e espadas de madeira tostadas. E, como todas estas coisas estão prontas à noite, antes da partida, caminha o chefe da aldeia pregando ao redor das casas, declarando-lhes onde vão e a obrigação que têm de fazerem aquela guerra, exortando-os à vitória, para que a memória deles permaneça e os vindouros possam contar suas proezas.

No dia seguinte, depois de almoçarem, cada um toma suas armas nas mãos e a rede em que há de dormir às costas e uma paquevira<sup>117</sup> de farinha, que é um embrulho amarrado que se pode carregar, feito de umas folhas duras que nem se rompem, nem a água passa e não levam outro mais alimento. Porque, com a flecha, caçam pelo caminho e, nas árvores, acham frutas e favos de mel. Os chefes levam consigo suas mulheres, que lhes levam a farinha e as redes e eles não levam mais que as armas. E, antes que partam, o chefe estabelece um Capitão de dianteira, que eles têm por grande honra, o qual vai mostrando o lugar em que ficarão alojados. E o caminhar é de um após o outro, por um carreiro, como formigas, nem jamais sabem andar de outra maneira. Têm grande conhecimento da terra e não só do caminho pelo qual foram uma vez, mas o encontram por mais fechado que esteja e ainda por onde nunca foram.

---

<sup>117</sup> **Paquevira.** Como a própria sequência do texto da *História do Brasil* indica, paquevira significa “[...] um embrulho amarrado que se pode carregar, feito de umas folhas duras que nem se rompem, nem a água passa [...]”. Este embrulho, costumeiramente, era feito pelos indígenas utilizando-se a folha de uma bananeira, de nome homônimo, a pacavira. Antônio Geraldo da Cunha, em verbete de seu **Dicionário etimológico da língua portuguesa** (2010, p. 468), afirma sobre a pacavira: “*sf.* ‘bananeira silvestre, *Heliconia pendula*, cujas folhas os índios do Brasil utilizavam para embrulhar a farinha de mandioca’ | *pacabira* 1618, *paquevira* 1627| Do Tupi \*paka’mira (< pa’kaya ‘pacova’ + \*’mira [forma paralela de i’miira ‘fibra, filamento’]).”

Assim que saem dos seus limites e entram pela terra dos contrários, levam seus espiões à frente, que são jovens muito ligeiros, e há alguns de tão bom faro que a meia légua cheiram ao fogo ainda que não apareça a fumaça. Chegando a duas jornadas da aldeia de seus inimigos, não fazem fogo para que não sejam por eles sentidos e ordenam-se de maneira que não possam entrar de madrugada e tomá-los desprevenidos e despercebidos e, depois, entram com tão grande urro de vozes e estrondo de buzinas e tambores, que provocam espanto, não perdoando no primeiro encontro nem a grandes, nem a pequenos, aos quais quebram as cabeças com suas espadas de madeira, porque não dão valor ao matar se não quebrarem as cabeças, ainda que seja dos mortos por outros. E quantas cabeças quebram, tantos nomes tomam, deixando o que o pai lhes deu no nascimento, sendo uns e outros de animais, de plantas ou do que se lhes apresenta diante dos olhos. Mas o nome que tomaram não o descobrem (ainda que lhes supliquem) senão com grandes festas de vinho e cantares em seu louvor, e eles fazem-se riscar e lavrar com um dente pontudo de um animal e, jogando pó de carvão pelos riscos e sulcos ensanguentados, ficam com eles impressos toda a vida, o que têm por grande admiração, porque, por estes sulcos e pela diferença deles, sabe-se quantas cabeças quebraram.

E, caso achem seus inimigos preparados com cercas feitas, fazem-lhes outra contra-cerca de estacas metidas na terra com ramos e espinhos amarrados, ao que chamam caiçara, a qual, enquanto é verde, não há coisa que a rompa. E, dali, vangloriam-se e troçam dos inimigos, até que uns ou outros atacam ou saem a brigar em campo, e toda a sua luta acontece com tumulto, que é correr e saltar de uma parte para outra, para que não lhes façam pontaria.

## CAPÍTULO XVII

### DOS QUE CAPTURAM NA GUERRA<sup>118</sup>

Os que conseguem capturar na guerra, levam para vender aos brancos, os quais lhes compram por um machado ou foice cada um, tendo-os por verdadeiros prisioneiros, não tanto por serem tomados em guerra, pois não consta da justiça dela, quanto pela vida que lhes dão, que é maior bem que a liberdade. Porque, se os brancos não os compram, os primeiros senhores os colocam em prisões, atados pelo pescoço e pela cintura com cordas de algodão grossas e forte, e dão a cada um, por mulher, a mais formosa moça que há na casa, a qual tem cuidado de o regalar e lhe dar de comer até que engorde e esteja pronto para o poderem devorar e, então, ordenam grandes festas e reuniões de parentes e amigos, chamados de trinta,

---

<sup>118</sup> Neste capítulo, Frei Vicente do Salvador descreve um ritual antropofágico. Atente-se que, possivelmente, nunca tenha presenciado uma cerimônia de tal teor. É bem provável, por semelhança de descrição e pela intertextualidade, que tenha elaborado o relato a partir das leituras de outros prosadores que estiveram nas Américas em anos anteriores, destacando-se, dentre eles, Hans Staden, que é pioneiro neste tipo de textualidade e que fez imenso sucesso, à época, com a edição de seu livro *Duas viagens ao Brasil*, no qual descreve, detalhadamente, os costumes dos indígenas brasileiros, dando grande destaque às cerimônias antropofágicas (denominando-as de práticas canibais), fazendo com que se propagasse a falsa ideia de que os indígenas brasileiros (ou a sua grande maioria) eram canibais. Certamente, o argumento do aspecto da canibalidade indígena foi intencionalmente propagado e exagerado, movido pela necessidade de justificação para o domínio europeu das nações indígenas, pelas crenças religiosas e pelo fascínio dos navegadores ao defrontar-se com uma realidade totalmente desconhecida e nova para eles. Além da obra já citada de Hans Staden, é possível aprofundar-se mais sobre a questão da antropofagia, a partir das obras de outros viajantes e prosadores que estiveram no Brasil nos seus primeiros séculos, tais como Antony Knivet, Jean de Léry, Pero de Magalhães Gândavo, Gabriel Soares de Souza, Padre José de Anchieta, Padre Manoel da Nóbrega etc., e também de antropólogos que estudaram as culturas das nações indígenas brasileiras, tais como Claude Lévi-Strauss, Eduardo Viveiros de Castro, David Abram, Philippe Descola, entre outros, além das obras de Sigmund Freud que versam sobre este assunto. A lista de autores que podem auxiliar com suas pesquisas a respeito do assunto da antropofagia americana é vasta, sendo esta a razão de apenas citarmos algumas das obras que conhecemos até o momento desta pesquisa.

Trazemos uma das descrições de Hans Staden (1930) sobre o canibalismo dos indígenas brasileiros (para nós, entendemos como um ritual antropofágico) para que se compare com o texto em que Frei Vicente do Salvador descreve o mesmo ato, a fim de que se compare as semelhanças entre eles:

“Isso é para eles considerado uma grande honra. De novo aquele que deve matar o prisioneiro pega na clava e diz: “Sim, aqui estou, quero te matar, porque os teus também mataram a muitos dos meus amigos e os devoraram”. Responde-lhes o outro: “Depois de morto, tenho ainda muitos amigos que de certo me hão de vingar”. Então desfecha- lhe o matador um golpe na nuca, os miolos saltam e logo as mulheres tomam o corpo, puxando-os para o fogo; esfolam-no até ficar bem alvo e lhe enfiam um pauzinho por detrás, para que nada lhes escape. Uma vez esfolado, um homem o toma e lhe corta as pernas, acima dos joelhos, e também os braços. Vêm então as mulheres; pegam nos quatro pedaços e correm ao redor das cabanas, fazendo um grande vozeiro. [...]. Comem os intestinos e também a carne da cabeça; os miolos, a língua e o mais que houver são para as crianças. [...] Tudo isto eu vi e presenciei.” (STADEN, 1930, p. 165-168).

Por fim, destacamos para que o leitor perceba a generalização ritualística da antropofagia feita por Frei Vicente do Salvador, indicando que esta era uma prática dos indígenas brasileiros, uma vez que, ao dedicar este capítulo para dissertar sobre este assunto, não faz referência que este ritual pertencia apenas a determinadas nações.

quarenta léguas, com os quais, na vésperas e dia do sacrifício, cantam e dançam, comem e bebem alegremente, e também o condenado come e bebe com eles. Depois o untam com mel de abelhas e, sobre o mel, o empenam com muitas penas de várias cores, e o pintam de jenipapo em vários lugares, e lhe tingem os pés de vermelho e, metendo-lhe uma espada na mão para que se defenda como puder, o levam, assim atado, a um terreiro fora da aldeia e o colocam entre duas estacas enterradas no chão, afastadas uma da outra por uns vinte palmos, os quais estão furados e, por cada furo, enfiam as pontas das cordas em que o preso fica como touro. E as velhas cantam que se farte de ver o sol, pois, cedo deixará de ver, e o cativo responde com muita coragem, que bem vingado há de ser.

Então, aquele que matará é buscado em sua casa por todos os seus parentes e amigos, em que o acham já pintado de tinta de jenipapo, com capuz de penas na cabeça, pulseira de ossos nos braços e nas pernas, grandes correntes de contas no pescoço, com seu rabo de penas no quadril e uma espada de pau pesada, em ambas as mãos, muito pintada, com cascas de mariscos coladas com cera e, no cabo e na empunhadura da espada, grandes penachos. E, assim, o trazem com grandes cantares e sons de seus búzios, gaitas e tambores, chamando-lhe de bem-aventurado, pois chegou a tamanha honra. E, com este estrondo, entra no terreiro, em que o condenado o espera, e lhe diz que se defenda, porque vem para o matar. E logo avança a ele com a espada em ambas as mãos. E o preso com a sua se defende e, ainda, às vezes acerta, mas, como os que o tem pelas cordas não o deixam desviar do gole, o matador lhe quebra a cabeça e toma nome, que depois declara com as cerimônias que vimos no capítulo passado.

Morrendo este preso, logo os velhos da aldeia o despedaçam e tiram as tripas e os órgãos que, mal lavadas, cozem para comer, e reparte-se a carne por todas as casas e entre os hóspedes que vieram a esta matança e, dela, comem logo assada e cozida e guardam alguma bem assada e mirrada, a que chamam de moquém, colocada em novelos de fios de algodão e postas nos caniços para defumar, para, depois, renovarem o seu ódio e fazerem outras festas. E, do caldo, fazem grandes vasilhames de mingaus e papas de farinha de mandioca para suprir na falta de carne e poder dividir para todos. O que matou nenhuma coisa come do morto. Antes, vai logo deitar-se na rede e faz-se todo arranhar e sangrar, tendo por certo que morrerá se não derramar de si aquele sangue. Nem corta o cabelo deste instante até sete ou oito meses, os quais, passados, faz muitosinhos e chama os amigos para beber e cantar e, com esta festa, corta o cabelo, dizendo que termina o luto daquele morto.



É tão cruel este gentio com seus prisioneiros, que não só os matam, mas, se acontece de algum ter filho com a moça que lhe deram por mulher, a obrigam que o entregue a um parente mais chegado para que o mate, quase com as mesmas cerimônias, e a mãe é a primeira que lhe come da carne. Por isso, algumas, pelo amor que tem por eles, os escondem e, às vezes, soltam também os presos e vão com eles para suas terras ou para outras.

### **FIM DO LIVRO PRIMEIRO**

LIVRO SEGUNDO  
DA HISTÓRIA DO BRASIL NO TEMPO DO SEU DESCOBRIMENTO

## CAPÍTULO I

### DE COMO SE CONTINUOU O DESCOBRIMENTO DO BRASIL E DEU-SE ORDEM PARA POVOÁ-LO

Uma vez que o rei Dom Manoel, quando soube a notícia do descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral, andava muito ocupado com as conquistas da Índia Oriental, pelo proveito que de si prometiam, e com as da África, para a glória e louvor que a seus vassallos delas resultava, não deixou, quando teve ocasião, de mandar uma frota de seis velas e, por capitão delas, Gonçalo Coelho, para que descobrisse todas esta costa, o qual andou por ela muitos meses descobrindo-lhe os portos e rios e, em muitos deles, entrou e assentou marcos com a proteção do rei que, para isso, trazia outorgas. Mas, pela pouca experiência que até então possuía de como percorrer a costa, e pelos ventos com que se navega, passou por tantos esforços e infortúnios que foi obrigado a regressar para o reino com duas caravelas a menos. E, neste tempo, já havia morrido o rei Dom Manoel, que faleceu no ano do Senhor de 1521. E reinava seu filho, o rei Dom João Terceiro, ao qual se apresentou com as informações que pode obter, pelas quais o rei, por parecerem coisas importantes, mandou logo outra frota e, por capitão-mor dela, Cristóvão Jaques, fidalgo de sua casa que, neste descobrimento, trabalhou com notável proveito em razão de ter clareza da navegação desta costa, continuando com seus padrões conforme o regimento que trazia.

E, andando ao longo desta grande costa, veio chegar a Bahia, que chamou de Todos os Santos, por acontecer no dia desta festa, em primeiro de novembro. E, entrando por ela, especulando todo o seu recôncavo e rios, achou em um deles, chamado Paraguaçu, duas embarcações francesas que estavam ancoradas comerciando com o gentio<sup>119</sup>, com as quais

---

<sup>119</sup> Portugal não se interessou em povoar o Brasil até por volta de 1530, em razão de estar voltada quase que exclusivamente para o comércio com a Índia. Porém, a descoberta de um povoado francês estabelecido na Bahia fez com que se iniciassem as práticas de ocupação das novas terras descobertas. Foram enviados para o Brasil navios não só com degredados, mas também com mulheres e crianças. Sobre este assunto, destacamos alguns excertos dos prolegômenos do Livro Segundo da *História do Brasil*, escritos por Capistrano de Abreu, conforme seguem:

“Para acabar com tal estado de coisas, este irmão do capitão da ilha de São Miguel propôs trazer **umas mil pessoas de muita sustância e muito abastadas**, que poderiam conduzir muitas éguas, cavalos e gados e todas as coisas necessárias para o frutificação da terra. Proposta análoga apresentou Cristóvão Jaques. [...] **mas só depois de os franceses tentarem estabelecer-se em Pernambuco começou-se a pensar seriamente no Brasil** e surgiu, como o melhor expediente de iniciar as fortalezas com tanto êxito empregadas na Índia, o plano de capitánias hereditárias.

[...]

**A idéia das donatárias já aparece em setembro de 1528** na carta del-rei a Martin Afonso de Sousa [...]; **mas, [...] só em 1534 foi posta em execução**. O primeiro favorecido foi Duarte Coelho, pelos recentes serviços

travou batalha e as meteu no fundo com toda a gente e recursos, e logo foi para o Reino e deu as informações de tudo a Sua Alteza. Então, considerando-as bem, assim como a outras que já tinha de Pero Lopes de Sousa, que por esta costa também andou com outra frota, ordenou que se povoasse esta província, repartindo as terras entre pessoas que se ofereceram para as povoarem e conquistarem à custa de seus próprios recursos e dando a cada um cinquenta léguas ao longo da costa com todo o seu sertão, para que eles fossem não só senhores, mas também capitães delas, pelo que se chamam e se distinguem por capitánias<sup>120</sup>.

Deu-lhes jurisdição no crime de baração e pregão<sup>121</sup>, açoites e morte<sup>122</sup>, sendo o criminoso peão e, sendo nobre, até dez anos de degredo. E, no cível, cem mil réis de alçada<sup>123</sup>,

prestados na costa de Mina, na escolta das naus tornadas da Índia e na embaixada de França, como afirma seu neto no *Compendio de los Reys de Portugal*, cópia na B. Nas.

[...]

**Já em fins de 34** passava pela ilha de Gomera Pero de Campos Tourinho com duas caravelas e duas naus grossas e nelas **seiscentos homens, muitos deles com mulheres**, segundo um documento impresso por J. T. Medina, *Diego Garcia de Moguer*, 157.

[...]

**Em 1543 ou 1544 transportaram em um navio do reino muitos homens, mulheres e menores** e os lançaram com os Potiguares, que os comeram: as suas roupas, isto é, os haveres das vítimas, os malfetores levaram à Bahia e venderam-nas; depois passaram aos Ilhéus, onde em serras e brenhas os prendeu Pero Borges, primeiro ouvidor-geral [...].” (SALVADOR, 1982, p. 94-98, grifos nossos).

Percebe-se, também, pela continuação do parágrafo, que os franceses possuíam grande interesse em se estabelecer de forma definitiva no Brasil, pois trouxeram pessoas e recursos para estabelecer comunidades.

<sup>120</sup> Como vimos na nota anterior, as capitánias foram formas de ocupação do território brasileiro em conformidade ao modelo já adotado na Índia, em que o Rei doava glebas de terras a destacados cidadãos portugueses, seja pelo mérito de suas riquezas, seja pelo mérito de suas façanhas em favor do reino. Capistrano de Abreu (SALVADOR, 1982, p. 94-95), nos prolegômenos ao Livro II da *História do Brasil*, cita pesquisa do historiador Adolfo de Varnhagen para indicar as capitánias e os seus respectivos donatários. A distribuição dessas capitánias foi feita de forma quase que padronizada, com, aproximadamente, 50 léguas de costa, abrangendo sua demarcação no interior, até a fronteira com as terras de dominação espanhola. Dessa forma, no sentido do Sul para o Norte, indicamos a lista das capitánias hereditárias brasileiras e seus respectivos donatários: 1) iniciando ao norte da baía de Paranaguá, encontrava-se a Capitania de Santana, de posse de Pero Lopes de Sousa; 2) Capitania de Santo Amaro, também de posse de Pero Lopes de Sousa; 3) Capitania de São Vicente, de cem léguas, abrangendo os territórios de São Vicente e Rio de Janeiro, de posse de Martin Afonso de Sousa; 4) Capitania de São Tomé, de posse de Pero de Góis; 5) Capitania do Espírito Santo, de posse de Vasco Fernandes Coutinho; 6) Capitania de Porto Seguro, de posse de Pero de Campo Tourinho; 7) Capitania de Ilhéus, de posse de Jorge de Figueiredo Correia; 8) Capitania da Bahia de Todos os Santos, de posse de Francisco Pereira Coutinho; 9) Capitania de Pernambuco, de posse de Duarte Coelho; 10) Capitania de Itamaracá, de posse de Pero Lopes de Sousa; 11) Capitania do Rio Grande do Norte, de posse dos associados João de Barros e Aires da Cunha; 12) Capitania do Ceará, de posse de Antônio Cardoso de Barros; 13) Capitania do Maranhão (1o lote), de posse dos associados João de Barros e Aires da Cunha; e 14) Capitania do Maranhão (2o lote), de posse de Fernandes Álvares de Andrade. Outras detalhes, principalmente sobre a posse das terras e algumas peculiaridades sobre alguns donatários, podem ser verificadas nos prolegômenos citados, escritos por Capistrano de Abreu.

<sup>121</sup> Baração refere-se à corda com que eram açoitados ou enforcados os condenados, portanto os crimes de baração eram os crimes de enforcamento e chibata. Juntamente com o enforcamento, o condenado era conduzido pelas ruas até chegar ao local da execução pela degola com laço na garganta (enforcamento). Ao longo da trajetória, o carrasco ia proclamando em voz alta os crimes cometidos pelo réu. Se o açoite fosse a pena, a proclamação se dava no local em que levava as chibatadas. A esta proclamação pública e em voz alta denominava-se pregão, que tinha por objetivo dar publicidade e notoriedade ao fato e, assim, passar o recado à população sobre a dureza para com a prática de determinados crimes graves. Esta aceção perdura até os dias de hoje, pois os ditos pregões são praticados, pelos meios hodiernos, para dar publicidade às ações do poder público. (fonte:

e que auxiliem nas eleições dos juízes e vereadores, estes ou seu ouvidor que eles nomeiam, como também nomeiam escrivães do público, judicial e notas, escrivão da câmara, escrivão da ouvidoria, juiz e escrivão dos órfãos, meirinho da vila, alcaide do campo, porque o do cárcere provê o alcaide-mor, assim como o rei os ofícios de sua real fazenda, como são os dos provedores e seus meirinhos, almoxarifes, porteiros da alfândega e guardas dos navios.

E, ainda que os donatários sejam sesmeiros<sup>124</sup> das suas terras e as repartam aos moradores como queiram, todavia, havendo depois alguma dúvida sobre as escrituras, não são eles os juízes delas, senão o provedor da alfândega, digo da fazenda Nem os que recebem as

CONSTÂNCIO, Francisco Solano. **Novo dicionário crítico e etymológico da língua portuguesa**. Paris: Editora Casimir, 1836. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?id=HM9TAAAcAAJ&pg=PA190&lpg=PA190&dq=briguigões&source=bl&ots=HUvT9cdoPy&sig=-6\\_TvPwYONqs9P-HnKVzVH\\_1LoU&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwijn92T8eDfAhWCS5AKHeJ-ANgQ6AEwAHoECAkQAQ#v=onepage&q=briguigões&f=false](https://books.google.com.br/books?id=HM9TAAAcAAJ&pg=PA190&lpg=PA190&dq=briguigões&source=bl&ots=HUvT9cdoPy&sig=-6_TvPwYONqs9P-HnKVzVH_1LoU&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwijn92T8eDfAhWCS5AKHeJ-ANgQ6AEwAHoECAkQAQ#v=onepage&q=briguigões&f=false)>. Acesso em: 8 jan. 2019. p. 796).

<sup>122</sup> A autoridade dos capitães donatários das capitanias poderia atingir penas de castigo pela tortura ou surra, ou também, penas de execução capital, dependendo do grau do crime cometido. Porém, tal ordenamento não era tão simples, podendo o mandatário responder por abusos ou injustiças, afinal, acima dele, havia um governador-geral no Brasil para cuidar que a ordem jurídica fosse realizada com justiça. Conforme se vê ao final desta oração, os crimes de sofrimento físico (tortura ou pena capital) eram destinados aos peões, ou seja, membros do mais baixo âmbito do estamento da época. Para os mais ricos, tanto no que se refere a patrimônio pecuniário ou título de nobreza, raramente se aplicava a pena de sofrimento físico, sendo mais comum o exílio ou as aplicações de penas financeiras. Havia, também, a questão da necessidade de pessoas dispostas e disponíveis para viver no Brasil, o que implicava, na maioria das vezes, ao perdão dos crimes. Para conhecer maiores detalhes sobre o direito e as penas aplicadas na era colonial brasileira, sugerimos a consulta ao seguinte artigo: Carvalho Filho, Luís Francisco. Impunidade no Brasil: Colônia e Império. **Revista Estudos Avançados** (USP: São Paulo), v. 18, n. 51, p. 181-194, ago., 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142004000200011&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000200011&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)>.

<sup>123</sup> Tipo específico de tribunal que percorria os povoados, tendo jurisdição ambulante, que fazia justiça em razão da falta de um tribunal por causa de seus altos custos de manutenção (normalmente funcionava em regiões interioranas). Mas, aqui, refere-se a um valor de causa, que é outra acepção do vocábulo, um tipo de multa ou fiança que o condenado deveria pagar pelo cometimento de determinada irregularidade na área cível, portanto, menos grave aos que eram aplicados a pena capital. Ver referência para este verbete. O artigo de Isabele Matos Pereira de Mello intitulado “**Instâncias de poder e justiça: os primeiros tribunais da Relação (Bahia, Rio de Janeiro e Maranhão)**”, fornece uma ampla visão a respeito destes tribunais e suas instância, ou sobre os tribunais de relação do período colonial brasileiro, estes últimos mais formais e genéricos enquanto representativos do ordenamento da justiça brasileira. O artigo na íntegra pode ser acessado no seguinte endereço eletrônico: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v24n1/1980-542X-tem-24-01-89.pdf>>.

<sup>124</sup> Em sentido geral, uma sesmaria significa um grande lote de terra ou uma gleba doado para alguém para que tome posse desta terra e a administre como sua. No período colonial as sesmarias foram denominadas de capitanias hereditárias, estas que já foram tratadas anteriormente (verificar nota 106). Neste sentido, o Brasil foi dividido em 14 grandes partes e cada uma delas foi doado a um proprietário, a quem se denominava capitães ou sesmeiros (arrendatário). Estes tinham por principal missão conquistar, povoar e ocupar o Brasil, protegendo-o das invasões estrangeiras, além de explorarem suas riquezas. A lista dos primeiros sesmeiros, ou capitães, do Brasil, consta na nota 106. Por conseguinte, os sesmeiros tinham o poder de dividir suas sesmarias ou capitanias àqueles que traziam do reino e que eram de sua confiança. Por essa razão, tais arrendatários menores pagavam alguns tipos de impostos aos capitães, como aluguel das terras arrendadas. Por sua vez, o capitão pagava ao rei 10% de tudo o que recebia dos arrendatários e do que ele mesmo produzia, o que se intitulava dízimo. Essa foi a primeira forma de organização territorial e econômica do Brasil Colonial. Indicamos o artigo de Nelson Nozoe para o aprofundamento de uma visão geral da origem das sesmarias do Brasil, sua organização e extinção, conforme segue: NOZOE, Nelson. Sesmarias e Aposseamento de Terras no Brasil Colônia. **Economia**, Brasília (DF), v.7, n.3, p.587-605, set./dez. 2006. Disponível em: <[http://www.anpec.org.br/revista/vol7/vol7n3p587\\_605.pdf](http://www.anpec.org.br/revista/vol7/vol7n3p587_605.pdf)>.

sesmarias têm obrigação de pagar mais que o dízimo a Deus pelos frutos que colhem e este se paga ao rei por ser mestre da Ordem de Cristo. E ele dá aos donatários a redízima<sup>125</sup>, que é o dízimo de tudo o que lhe rendem os dízimos. Pertence-lhe, também, a vintena<sup>126</sup> de todo o pescado que se pesca nos limites de suas capitanias e de todas as águas com que moem os engenhos de açúcar, pelos quais lhe pagam, de cada cem arrobas, duas ou três, ou conforme tratam os senhores dos engenhos com eles ou com seus procuradores. Tais rendimentos não possuem a Bahia, o Rio de Janeiro, a Paraíba e as demais capitanias do rei. Nelas se paga o dízimo somente, mas, no tocante à jurisdição da esfera cível e criminal, limitou-lhes muito o rei, como veremos depois no capítulo primeiro do livro terceiro.

---

<sup>125</sup> Redízima significa o direito de cobrar o dízimo novamente, ou seja, o dobro do dízimo. Em termos gerais, o dízimo a que se refere Frei Vicente do Salvador, correspondia à décima parte (10%) de todos os ganhos de uma pessoa, seja em moeda, seja na forma das mais diversas espécies de bens (campos, animais, grãos, riquezas vegetais e minerais etc.). Assim, os arrendatários menores das sesmarias ou capitanias hereditárias, no período colonial, pagavam 20% de tudo o que produziam, que eram destinados 10% ao rei e 10% ao sesmeiro como forma de aluguel de suas terras. Havia outras formas de tributos no Brasil Colonial, não se reduzindo somente ao dízimo e à redízima, conforme indica o próprio Frei Vicente na continuidade do parágrafo.

<sup>126</sup> Mesmo tributo que o dízimo, só que na ordem de 20% (vinte por cento).

## CAPÍTULO II

### DAS CAPITANIAS E TERRAS QUE O REI DOOU AOS IRMÃOS PERO LOPES E MARTIN AFONSO DE SOUSA

Como Pero Lopes de Sousa já havia andado por estas partes do Brasil, coube-lhe a escolha primeiro que os outros, e não tomou todas as suas cinquenta léguas juntas, senão vinte e cinco em Itamaracá, de que adiante trataremos, e outras vinte e cinco em São Vicente, que se demarcam e confrontam com as terras da capitania de seu irmão, Martim Afonso de Sousa, em tanta vizinhança, que não deixa de haver litígios e dúvidas, sendo que, quando a princípio as povoaram e fortificaram, foi de muito proveito esta vizinhança por poderem ajudar-se um ao outro e defenderem-se do inimigo, como bem se viu depois de idos pelas muitas guerras que os moradores travaram com os gentios e franceses que entre eles andavam, e pelo mar, em canoas, vinham-lhes dar muitos assaltos. E por muitas vezes os tiveram cercado e sempre se defenderam muito bem, o que não poderiam fazer se as povoações e fortes não estivessem tão próximas. Portanto, verifica-se bem o que Cipião Africano<sup>127</sup> disse no senado de Roma, de que era necessário continuar-se com as guerras na África, porque, faltando estas, as haveria civis entre os vizinhos, como ocorreram entre estes (ainda que irmãos) depois que venceram os gentios. Mas, descendo ao particular, a razão das dúvidas que estes senhores têm, ou seus herdeiros, acerca destas capitanias, parece-me que seja por afirmarem que as suas doações demarcam-se pela barra do rio de São Vicente, um para o norte, outro para o sul e, como este rio tem três barras, ocasionada por duas ilhas que o divide, uma que corre ao longo da costa e outra dentro do rio (como se verá na descrição seguinte), daqui vem duvidar-se de qual destas barras servirá para fazer a demarcação<sup>128</sup>.

Na ilha de fora havia uma vila, que se chamava Santo Amaro, da qual já não há mais que a Ermida do Santo. Mas, fez-se outra em terra firme, da parte do Sul, chamada vila da Conceição. Na ilha de dentro há duas povoações, uma chamada de Santos, outra de São Vicente, como o rio, na qual veio Martin Afonso de Sousa em pessoa e a povoou com muita

---

<sup>127</sup> **Cipião Africano.** Seu nome completo era Públio Cornélio Cipião Africano, foi um general romano que participou da segunda Guerra Púnica, que foi travada entre Roma e Cartago pelo domínio comercial do mar Mediterrâneo. Ficou famoso por derrotar Aníbal, o mais famoso e vencedor dos generais de Cartago, encerrando, assim, temporariamente a guerra. Mais tarde, houve a terceira guerra púnica, em que Roma acabou impondo severa punição ao império cartaginês, o qual veio a ser completamente destruído pelos romanos. Da mesma forma, foi a partir deste evento que Roma passou a expandir seus domínios por todas as nações mediterrâneas. Cipião morreu por volta do ano 183 a.C.

<sup>128</sup> Na sequência, entre o parágrafo atual e o seguinte, há um espaço, provavelmente para a inclusão de um mapa, porém, isso não ocorreu (cf. Maria Lêda Oliveira, 2008).

nobre gente que consigo trouxe e, assim, floresceu em tempo muito curto. Daqui embarcou, no ano de mil quinhentos e trinta e três, para descobrir mais da costa e rios dela e foi correndo até chegar ao rio da Prata, pelo qual navegou por muitos dias e, perdendo alguns navios e parte de sua gente nas baixadas do rio, retornou para a sua capitania, da qual foi chamado por Sua Alteza para o mandar por Capitão-Mor do mar da Índia, no qual serviu por muitos anos e, depois, como Governador da Índia, da qual, vindo a Portugal, serviu muitos anos no conselho do Estado até o tempo em que faleceu o Rei Dom Sebastião.

Pelo sertão, nove léguas do rio São Vicente, está a vila de São Paulo, na qual há um mosteiro da Companhia de Jesus, outro do Carmo e há um espaço destinado para outro de nossa seráfica ordem, porque nos perguntam, há muitos anos, se queremos edificá-lo, com muita insistência e promessas. E a sua falta foi um grande estímulo para termos sepultado ali, na igreja dos padres da Companhia, um frade<sup>129</sup> leigo de nossa ordem, castelhano, que foi morto por outro castelhano secular, porque o repreendia para que não jurasse. Foi religioso de santa vida e confirmou-o Deus, depois de seu martírio, com um milagre que ocorreu com uma mulher enferma de fluxo de sangue e que, assentando-se sobre a sua sepultura, ficou curada.

Ao redor dessa vila estão quatro aldeias de gentios amigos, que os padres da Companhia doutrinam, além de muitos outros que a cada dia descem do sertão.

São os ares destas duas capitanias frios e temperados, como os da Espanha, porque estão já fora da Zona Tórrida<sup>130</sup> em vinte e quatro graus e mais. E assim é a terra muito salutar, fresca e de boas águas. E esta foi a primeira em que se fez açúcar, da qual se levou plantas das canas para as outras capitanias, embora hoje não se dão tanto para fazê-lo quanto à lavoura do trigo que ali dá muito, e cevada e grandes vinhas, das quais se colhem pipas de vinho que, para durar, dão uma fervura no fogo. Outros dedicam-se a criações de vacas, que se multiplicam muito e produzem carnes mais gordas que as da Espanha, principalmente os engordados, que se alimentam com milho zaburro e com pinhões de grandes pinhais, que são selvagens, tão férteis e viçosos que cada pinha é como uma garrafa e cada pinhão, depois de limpo, é como uma castanha ou bolota de Portugal.

---

<sup>129</sup> Rodolfo Garcia, em nota explicativa da edição de 1882 da *História do Brasil* (p. 105), a partir de apontamentos de Frei Venâncio Willeke, informa que: “Este franciscano que não era leigo e sim sacerdote, chamava-se Frei Diogo de Guiso [...]”

<sup>130</sup> Sobre a Zona Tórrida, ver o que foi tratado anteriormente na nota de rodapé nº 70.



Cavalos há, tantos, que vale, cada um, cinco ou seis tostões. Mas o melhor de tudo é o ouro, de que trataremos adiante quando abordarmos sobre o governador Dom Francisco de Sousa que, por mandato do rei, assistiu nas minas.<sup>131</sup>

---

<sup>131</sup> A edição de 2008 da *História do Brasil*, de Maria Lêda Oliveira, que serve de base para a revisão proposta na segunda parte desta dissertação, diferencia-se das edições de 1889 e 1918, neste capítulo, por não trazer um parágrafo final. Como estamos utilizando esta edição de 2008, deixaremos no corpo do capítulo, tal como nos apresenta Maria Lêda, sem este último parágrafo. Porém, nesta nota, transcrevemos o texto em conformidade com as duas primeiras edições impressas por Capistrano de Abreu, conforme segue:

“Destas vilas foi-se há poucos anos um morador de nação castelhana, por ser muito cioso da mulher, que era portuguesa, natural de São Vicente e muito formosa, a morar em uma ilha chamada Cananéia, que fica mais ao Sul e chegada ao rio da Prata. Mas pouco viveu sem seus receios, porque, conhecida a fertilidade da terra, foram-se outros muitos com suas famílias a morar também nela e fez-se uma povoação tão grande como estas outras.” Segundo João Capistrano de Abreu (1918, p. 39, nota de rodapé A) “Este parágrafo é tirado das emendas a esta História do Brasil, que existe no Real Archivo da Torre do Tombo”.

### CAPÍTULO III

#### DA TERRA E CAPITANIA QUE O REI DOOU A PERO LOPES<sup>132</sup>

Em companhia de Pero Lopes de Sousa, andou por esta costa do Brasil Pedro de Góis, fidalgo honrado, muito cavaleiro e, pelo apreço que tomou por esta terra, pediu ao rei Dom João que lhe desse nela uma capitania e, assim, concedeu-lhe cinquenta léguas de terra ao longo da costa, ou as que se achassem onde acabassem as de Martin Afonso de Sousa até as que se emparelhassem com as de Vasco Fernandes Coutinho. Desta capitania, foi tomar posse com uma boa frota que fez em Portugal às suas custas, bem fornecida de pessoas e de todo o necessário e, no rio chamado de Paraíba, que está a vinte e um graus e dois terços, fortificou-se e fez uma povoação em que esteve bem nos primeiros dois anos e, depois que se levantou contra ele o gentio, efetuaram-lhe guerra por cinco ou seis anos, às vezes fazendo pazes, que logo rompiam. E espremiavam-no tanto que foi forçado a abandonar a terra e passar com todas as pessoas para a capitania do Espírito Santo por embarcações que, para isso, enviou-lhe Vasco Fernandes Coutinho. Por isso, gastou todo o seu patrimônio e muitos mil cruzados de um tal Martim Ferreira, que com ele associou-se para fazerem muitos engenhos de açúcar.

No distrito desta terra e capitania, encontra-se a terra dos Goitacazes, que é toda baixa e alagada, em que estes gentios vivem mais à maneira de homens marinhos que terrestres. E, assim, nunca se pôde conquistá-los, ainda que, para isso, foram-se algumas vezes do Espírito Santo e Rio de Janeiro. Porque, quando se há de sair na mão com eles, metem-se dentro das lagoas em que não se consegue entrar nem a pé nem a cavalo. São grandes búzios e nadadores e, no braço, tomam o peixe, ainda que sejam tubarões, para os quais levam em uma mão uma vara de um palmo, pouco mais, pouco menos, que lhes metem direto na boca e, como o tubarão fica com a boca aberta, não podendo fechá-la por causa da vara, com a outra mão tiram-lhes as entranhas e, com elas, a vida. E o levam para a terra, não tanto para os comerem, como para dos dentes fazerem as pontas das suas flechas, que são peçonhentas e mortíferas, e também para provarem força e ligeireza, como também dizem que

---

<sup>132</sup> Como informa Maria Lêda Oliveira em nota, e já aparece alterado na edição de 1918 de Capistrano de Abreu, o título correto do Capítulo III é: “DA TERRA E CAPITANIA QUE O REI DOOU A **PEDRO DE GÓIS**” (a parte grifada do título serve para chamar a atenção do leitor à correta informação). Maria Lêda aponta que houve um equívoco do escriba do manuscrito no momento de transcrever o título do documento que lhe serviu de base.

as provam com os veados nas campinas, tomando-os em caçada e, ainda, com os tigres e onças e outros animais ferozes.

Estas e outras inacreditáveis coisas contam-se deste gentio, creia-as quem quiser, que, o que daqui eu sei, é que nunca alguém foi até eles que voltasse com vida para as contar<sup>133</sup>. Verdade é que, nestes tempos, há deles mais notícia, porque lhes ocorreu uma cruel doença de bexigas<sup>134</sup>, que os obrigou a irem buscar-nos e serem nossos amigos, como veremos no livro quinto desta história.

---

<sup>133</sup> Percebe-se, claramente, uma falta de referência e fundamentação textual para que Frei Vicente pudesse tratar dessa nação indígena, uma vez que, não os conhecendo, precisaria retirar as informações de alguma fonte. Parece que Frei Vicente relata mais ditos populares e lendas ou, até mesmo, relatos exagerados sobre os Goitacazes, do que a verdade propriamente dita. O parágrafo dá margem para esta interpretação da escrita e intencionalidade do frade baiano. Porém, a inserção de um texto deste teor em um manual de história, não necessariamente desmerece o autor, mas auxilia a revelar outros objetivos de sua escrita, como, por exemplo, proporcionar-lhe leveza, quebrando a rigidez da textualidade meramente descritiva e, inclusive, inserindo elementos que despertassem a curiosidade do leitor, instigando-lhe a curiosidade e o desejo de ler a obra. Dessa forma, percebemos que a intenção do escritor (Frei Vicente) opera como um tipo de estratégia estilística, com o claro objetivo de conquistá-lo para a leitura da *História do Brasil*. Com este exemplo, mais uma vez, defendemos e reforçamos a múltipla possibilidade de interpretação da obra de Frei Vicente, no caso específico, como uma produção que se encaixa no horizonte da literatura, principalmente em razão da estilística destes pequenos excertos que estão distribuídos ao longo de toda a obra.

<sup>134</sup> Sobre a doença de bexigas (pelo que tudo indica ser a varíola), ver o que foi tratado anteriormente na nota de rodapé nº 74.

## CAPÍTULO IV

### DA TERRA E CAPITANIA DO ESPÍRITO SANTO QUE O REI DOOU A VASCO FERNANDES COUTINHO

Não teve menos trabalhos em sua capitania Vasco Fernandes Coutinho, a quem o rei, pelos muitos serviços que lhe havia feito na Índia, agraciou-lhe com cinquenta léguas de terra pela costa, o qual foi conquistá-la e povoar com uma grande frota, às suas custas, levando consigo Dom Jorge de Menezes, o das Molucas, Dom Simão de Castelo Branco e outros fidalgos, com os quais, avistando primeiro a serra de Mestre Álvaro, que é grande, alta e redonda, foi entrar no rio do Espírito Santo, que está a vinte graus, em que, logo à entrada do rio, na banda do sul, começou a edificar a vila de Vitória, que agora chama-se Vila Velha, em respeito a outra vila do Espírito Santo, que depois edificou-se uma légua mais para dentro do rio, na Ilha de Duarte de Lemos, por temor do gentio.

E, como espírito de Vasco Fernandes era grande (deixando organizados quatro engenhos de açúcar), retornou para o reino a fim de preparar-se para ir pelo sertão para conquistar minas de ouro e prata de que tinha notícias, deixando por seu tenente-substituto Dom Jorge de Menezes, com o qual os gentios logo fizeram tão cruel guerra, que lhe queimaram os engenhos e fazendas, e mataram-no a flechadas, sem lhe importar ser tão grande capitão, porque na Índia, nas Molucas e em outras partes, tinha feito muitas cavalarias. O mesmo fizeram a Dom Simão de Castelo Branco, que lhe sucedeu na capitania, e a colocaram em um tal cerco e apuros que, não podendo os moradores dela resistir-lhes, foram embora para outras.

E, voltando Vasco Fernandes Coutinho do reino para a sua, por mais que trabalhou o possível para remediá-la e vingá-la do gentio, isto não ocorreu pelas suas mãos, por estar sem gente e munições de guerra. E o gentio, soberbo em razão das suas muitas vitórias passadas, antes viveu muitos anos enfrentando-o naquela ilha, até que, depois, pouco a pouco, reformou-se as duas ditas vilas. Mas, enfim, gastos muitos mil cruzados que trouxe da Índia, e muito patrimônio que tinha em Portugal, acabou tão pobre que chegaram a dar-lhe de comer por amor de Deus e não sei se teve um lençol seu em que o amortalhassem. Seu filho, de mesmo nome, também com muita pobreza viveu e morreu na mesma capitania. E não se atribua isto à maldade da terra, porque, antes, é uma das melhores do Brasil, porque dá muito bom açúcar, algodão, gado bovino e tanto mantimento: frutas, legumes, pescados e mariscos. Por isso chamava-lhe o mesmo Vasco Fernandes: o meu vilão farto. Dá, também, muitas

árvores de bálsamo, do qual as mulheres, misturando-o com a casca pisada das mesmas árvores, fazem muita miçanga que se manda para o reino e para outras partes.

Mas o que fez mal a estes senhores depois das guerras foi não seguirem o descobrimento das minas de ouro e prata, como determinavam. E parece que seus sucessores herdaram deles este descuido, porque, descobrindo-se depois na mesma capitania uma serra de cristal e esmeraldas, de que fiz menção no capítulo quinto do livro primeiro, nem disso cuidaram, nem de fortificar-se a terra para defender-se dos corsários, sendo que, por ser rio estreito, poder-se-ia fortalecer com facilidade. Antes, apoiando-se no espiritual, disse-me Francisco de Aguiar Coutinho, senhor dela, que falara à Sua Majestade que tinha uma fortaleza na barra da sua capitania, que a defendia e não havia necessidade de outra, e que esta era o santuário de Nossa Senhora da Penha<sup>135</sup>, que ali está, em que, no mosteiro do nosso padre São Francisco, que temos na vila do Espírito Santo, vão dois frades todos os sábados celebrar missa, e a cuidamos às nossas custas. E, na verdade, o dito santuário pode-se contar por uma das maravilhas do mundo, levando-se em conta o lugar. Porque, está sobre um monte alto um rochedo, que é outro monte, em cujo cume sobe-se por cinquenta e cinco degraus esculpidos na mesma rocha e, em cima, tem um plano em que está a igreja e a capela, que é da abóbada, e ainda há um contorno em que percorre a procissão, cercado de peitoril de parede, do qual não se pode olhar para baixo sem que saiam brilhos dos olhos.

Neste santuário estive, antigamente, por ermitão, um frade leigo da nossa ordem, asturiano<sup>136</sup>, chamado Frei Pedro<sup>137</sup>, de vida muito santa, como se confirmou com sua morte, da qual ele mesmo soube alguns dias antes e andou despedindo-se das pessoas devotas, dizendo que, feita a festa de Nossa Senhora, haveria de morrer. E assim ocorreu, e o acharam

---

<sup>135</sup> Refere-se ao Convento da Penha, em Vila Velha (ES), que persiste até hoje, sendo um dos principais pontos turísticos da cidade.

<sup>136</sup> Asturiano pode referir-se tanto à pessoa natural da região das Astúrias, que fica ao Norte da Espanha, quanto à denominação da variedade da língua (ou dialeto) falada nesta região.

<sup>137</sup> O nome deste frade era Pedro Palácios. Em razão da conexão que havia entre Frei Vicente e Frei Pedro, vale a pena destacar esta informação, porque, no ano de 1616, sob a custódia de Frei Vicente, “[...] instaurou-se o processo informativo sobre a vida e as virtudes de Frei Pedro Palácios [...]” (SALVADOR, 1982, p. 109), que é o primeiro passo para o reconhecimento da santidade de um fiel e, conseqüentemente, de sua canonização. “[...] Frei Pedro Palácios, leigo por profissão, espanhol do Rio Seco, perto de Salamanca, que foi para Portugal, serviu de enfermeiro no real Hospital de Lisboa, foi da Província de Arrábida, Portugal, passando ao Brasil com licença. Confessava-se com os jesuítas e comungava com frequência. Como não tinha letras e ignorava a língua brasileira (Tupi), deram-lhe os jesuítas um formulário para se guiar. Frei Pedro Palácios chegou ao Espírito Santo, em 1558, e apareceu morto na sua ermida, em 02 de maio de 1570. [...] Frei Pedro, no início, morava numa gruta, ao pé do morro, onde existe hoje uma placa indicando o local. Pouco tempo depois, edificou uma ermida dedicada a São Francisco de Assis, no largo, em cima do morro, ao pé da grande rocha, onde colocou um painel de Nossa Senhora das Alegrias, que trouxe de Portugal (painel que se encontra no Santuário). Em 1568, Frei Pedro mandou vir de Portugal uma imagem de Nossa Senhora da Penha e a colocou no altar da capela que mandou edificar no cume da rocha, em 1570, com uma festa para entronizar a imagem. Depois dessa festa, Frei Pedro Palácios veio a falecer, junto ao altar da capelinha de São Francisco de Assis. (fonte: <<http://conventodapenha.org.br/Frei-pedro-palacios/>>).

morto, de joelhos e com as mãos levantadas como quando orava e, na transladação de seus ossos desta igreja para o nosso convento, fez muitos milagres, e são poucos os enfermos que os tocam com devoção que não saem logo, principalmente de febres, como tudo consta no livro de testemunhas que está no arquivo do mesmo convento.

## CAPÍTULO V

### DA CAPITANIA DE PORTO SEGURO

Esta capitania foi a primeira terra do Brasil. Foi descoberta por Pedro Álvares Cabral indo para a Índia, como está dito no primeiro capítulo do primeiro livro e, dela, o rei fez a graça da doação de cinquenta léguas de terra, com as formalidades, a Pero do Campo Tourinho, natural de Viana, muito entendido na arte de navegar, o qual, armando uma frota de navios à sua custa, com sua mulher e filhos, e alguns parentes e muitos amigos, partiu de Viana e desembarcou no rio de Porto Seguro, que está a dezesseis graus e dois terços, e fortificou-se no mesmo lugar em que agora está a vila que é sede desta capitania.

Edificou, também, a ilha de Santa Cruz e outra, de Santo Amaro, em que está o santuário de Nossa Senhora da Ajuda, em um monte muito alto e, no meio dele, no caminho pelo qual se sobe, há uma fonte de água milagrosa, provocando efeitos, que Deus faz por meio dela dando saúde aos enfermos que a bebem, como ocorreu na origem, quando, subitamente, a deu o Senhor, ali, por meio da oração de um religioso da Companhia, segundo me disse, como testemunha visual e bem qualificada, um neto do dito Pero do Campo Tourinho e, conservando seu próprio nome, meu condiscípulo no estudo das artes e teologia que, depois, tornou-se decano da Sé desta Bahia, o qual, depois de morte de seu avô, veio viver com sua avó e mãe, porque sua mãe, Leonor do Campo, com licença de Sua Majestade, vendeu a capitania a Dom João de Lencastre, primeiro Duque de Aveiro, por cem mil réis, a juros. O qual, mandou logo um capitão que a governasse em seu nome e fizesse um engenho à sua custa e desse ordem para se fazerem outros, como se fizeram, embora, depois, foram-se desfazendo todos, tanto por falta de bois, porque não se cria nesta terra gado bovino em razão de certa erva do pasto que o mata, quanto pelos muitos assaltos do gentio Aimoré, que lhes mataram os escravos e, assim, muitos moradores fugiram, passando para outras capitanias.

Porém, sem isto, tem outras coisas pelas quais merecia ser bem povoada. Porque, no rio Grande, em que faz divisa com a capitania de Ilhéus, tem muito Pau-brasil, e no rio das Caravelas muito zimbo, dinheiro de Angola, que são umas conchinhas muito miúdas de que levam barris cheios e trazem, por elas, navios de negros. E, na terra deste rio, e em todas as mais que há até emparelhar com as de Vasco Fernandes Coutinho, cria-se muito bem o gado bovino e pode-se, com facilidade, fazer muitos engenhos.

## CAPÍTULO VI

### DA CAPITANIA DE ILHÉUS

Quando o rei Dom João Terceiro repartiu as capitanias do Brasil, doou uma delas, com cinquenta léguas de terra pela costa, a Jorge de Figueiredo Correia, escrivão de seu tesouro, a qual começa na ponta do sul da barra da Bahia, chamada de Morro de São Paulo, e segue a diante. Este Jorge de Figueiredo fez uma frota bem provida do necessário e moradores, com a qual mandou um castelhano, grande cavalheiro, homem de esforço e experiência, chamado Francisco Romeiro, o qual desembarcou no morro já mencionado e ali começou a povoar e, por não se contentar com este sítio, passou para onde está a vila dos Ilhéus, que assim se chama pelos que tem defronte da barra. E, estabelecendo a paz com o gentio Tupiniquim, foi com a capitania em grande crescimento e, neste estado, a vendeu o donatário, com permissão de Sua Majestade, a Lucas Giraldes, que nela empregou grande capital, com que veio a ter oito engenhos, apesar dos feitores (como costumam fazer no Brasil) darem-lhe em conta despesas por receita, mandando-lhe muito pouco ou nenhum açúcar. Por isso, ele escreveu a um tal florentino<sup>138</sup>, chamado Thomas<sup>139</sup>, que lhe pagava com cartas de muita eloquência: *Thomazo, quiere que te diga, manda la sucre deixa la parole*<sup>140</sup>, e assinou, sem escrever mais palavras.

Mas não foi este o mal desta capitania, senão a praga dos selvagens Aimorés que, com seus assaltos cruéis, fizeram despovoar os engenhos e, se hoje estão já em paz, ficaram os homens tão arruinados de escravos e mais máquinas, que se contentam em plantar mantimentos para comer.

Porém, no rio do Camamu e na ilhas de Tinharé e Boipeba, que são da mesma capitania, e estão mais perto da Bahia, há alguns bons engenhos e fazendas e, no rio de Taipé, que dista só duas léguas de Ilhéus, tem Bartolomeu Luís de Espinha um engenho e, junto dele,

---

<sup>138</sup> Florentino pode referir-se tanto à pessoa natural da região das Florença, que fica na Toscana, ao centro da Itália, quanto à denominação da variedade da língua (ou dialeto) falada nesta região.

<sup>139</sup> Thomas Alegre foi feitor de engenho açúcar de Lucas Giraldes. Sobre ele, Gabriel Soares de Sousa, no *Tratado Descritivo do Brasil*, traz informações, conforme segue: “Deste engenho (**de Luiz Gonçalves Varejão**) se torna a afeiçoar a terra fazendo ponta para o mar, que terá comprimento de meia légua, e no cabo dela se chama a ponta de Thomaz Alegre, até onde está tudo povoado de fazendas e canaviais, em que entra uma casa de meles de Marcos da Costa. Defronte desta ponta está o fim da ilha de Maré, e daqui torna a fugir a terra para dentro, fazendo um modo de enseada em espaço de uma légua, que toda está povoada de nobres fazendas e grandes canaviais, no cabo da qual está um formoso engenho de água de Thomaz Alegre, que tem uma ermida de Santo Antônio mui bem concertada. Deste engenho a uma légua é o cabo de um esteiro, que se diz a Petinga, até onde está tudo povoado e plantado de canaviais muito formosos.” (SOUSA, 1871, p. 136, grifo do autor).

<sup>140</sup> Tradução: “Thomazo, quer que eu te fale, manda o açúcar e deixe de conversa”.



está uma lagoa de água doce em que há muito e bom peixe do mar e peixes-boi, e um encantador pomar de marmelos, figos, uvas e frutas de espinho.

## CAPÍTULO VII

### DA CAPITANIA DA BAHIA

Toma esta capitania o nome de Bahia por ter uma tão grande que, por antonomásia e excelência, levanta-se com o nome comum e apropriando-se a si, chama-se de Bahia. E com razão, porque tem maior recôncavo, mais ilhas e rios dentro de si, do que quantas são descobertas no mundo, tanto que, tendo hoje cinquenta engenhos de açúcar, e para cada engenho mais de dez lavradores de canas de que se faz o açúcar, todos têm seus esteiros e portos particulares. Nem há terra que tenha tantos caminhos por onde se navega.

As ilhas que tem dentro de si, entre grandes e pequenas, são trinta e duas. Só tem um senão, que é não poder se defender à entrada dos corsários, porque tem duas bocas ou barras, uma dentro da outra: a primeira, a leste da ponta do padrão da Bahia, ou Morro de São Paulo, que é de doze léguas; a segunda, que é a interior, ao sul da citada barra, ou Ponta do Padrão à ilha de Itaparica, que é boca de três léguas.<sup>141</sup>

Está, esta Bahia, a treze graus e um terço, e tem em seu circuito a melhor terra do Brasil. Porque não tem tantos areais como as da região do norte, nem é tão pedregoso como as do sul, pelo que os índios velhos comparam o Brasil a uma pomba, cujo peito é a Bahia<sup>142</sup>, e as asas as outras capitánias, porque dizem que na Bahia está a polpa da terra e, assim, dá o melhor açúcar que há por estas partes.

Também é tradição antiga entre eles, que veio o bem-aventurado apóstolo São Tomé a esta Bahia, e lhes deu a planta da mandioca e das bananas de São Tomé<sup>143</sup>, de que tratamos no primeiro livro. E eles, em paga deste benefício, e de lhes ensinar que adorassem e servissem a Deus e não ao Demônio, que não tivessem mais de uma mulher, nem comessem carne humana, o quiseram matar e comer, seguindo-o, efetivamente, até uma praia, pela qual

---

<sup>141</sup> No manuscrito, há um espaço em branco, em que estaria indicado o mapa da descrição da região da Bahia de que trata Frei Vicente do Salvador. Porém, neste espaço não há nenhuma figura ou mapa cartográfico.

<sup>142</sup> Dentro do conjunto de sua obra e seus objetivos mais gerais, Frei Vicente do Salvador utiliza-se da metáfora da pomba para indicar que o Brasil é uma terra abençoada, escolhida por Deus para ser o motivo de sucesso do reino português. A imagem da pomba remete à Santíssima Trindade, imagem católica para referir-se à Deus, em que a pomba é o símbolo do Espírito Santo, terceira pessoa da Santíssima Trindade. Conferir mais sobre este tema, na terceira parte deste trabalho, no tópico 3.2, em que este tema será aprofundado e aproximado de seu teor mais literário.

<sup>143</sup> A tradição lendária da presença de São Tomé (e de sua passada (ou pulo) para a Índia, em que seus pés ficaram impressos em uma pedra) entre as nações indígenas brasileiras, antes da vida dos europeus, também será abordada na terceira parte deste trabalho, no tópico 3.1, que aborda os elementos fantásticos percorrido pelos prosadores viajantes que estiveram no Brasil nos dois primeiros séculos de sua colonização. Da mesma forma, nesta parte salientada, já foi tratada a importância literária da referida lenda da passada de São Tomé. Para maior aprofundamento, voltar ao tópico 3.1 desta pesquisa.

o santo passou, de um pulo, à ilha de Maré, distância de meia légua, e de ali, não se sabe para onde. Devia ter ido para a Índia, que quem tais passadas dava bem, poderia correr todas estas terras, e quem as havia de correr, também convinha que desse tais passadas. Mas, como estes gentios não possuem escrituras, não se tem disso mais outra prova ou indícios, que achar-se uma pegada impressa em uma pedra naquela praia, que diziam que ficara do santo quando passou à ilha, em que, em sua memória, fizeram os portugueses, no alto, uma ermida de título e invocação a São Tomé.

Pela banda do norte, divisa esta capitania com a de Pernambuco, pelo rio de São Francisco, o qual era merecedor de se escrever não só um capítulo particular, mas muitos, pelas muitas e grandes coisas que dele se dizem. Mas contento-me em passá-las resumidamente ou a vulto, como passei outras, porque estão todas as do Brasil tão desacreditadas que não sei se ainda assim o quererão ler.

Está este rio na altura de dez graus e um quarto. A boca da barra tem duas léguas de largura e entra a maré por ela outras duas léguas somente. E, daí para cima, é água doce, em que há tão grandes pescarias que, em quatro dias, carregam de peixe quantos caravelões lá vão e, se querem, navegam por ele até vinte léguas, ainda que sejam de cinquenta toneladas de porte. No inverno não tem tanta água, nem corre tanto como no verão e, ao final das citadas vinte léguas, tem uma cachoeira por onde a água despenca e impede a navegação. Porém, daí por diante, pode-se navegar em barcos que lá se armarem até uma fenda em que este rio percorre dez ou doze léguas por baixo da terra. E também é navegável daí para cima oitenta ou noventa léguas, podendo marear barcos ainda muito grandes, pela clamaria com que ocorre o rio, quase sem sentir-se. E os índios Amoipiras navegam por ele em canoas.

Este gentio ainda não foi contatado e dizem que se adorna com algumas peças de ouro, pelo que Duarte Coelho de Albuquerque, senhor que foi de Pernambuco, tratou no reino desta conquista, mas nunca ocorreu, nem o rio se povoou até agora mais que alguns currais de gado e roças de farinha ao longo do mar, mesmo que seja capaz de boas povoações, porque tem muito Pau-brasil e terras para engenhos.

Não tratarei do rio de Sergipe, do rio Real e outros, que ficam nos limites desta capitania da Bahia, para não ser prolixo e também porque, mais adiante, pode ser que tenham lugar.

Esta capitania da Bahia, agraciou o rei Dom João Terceiro a Francisco Pereira Coutinho, fidalgo muito honrado, de grande fama e cavalarias na Índia, o qual veio em pessoa com uma grande frota feita às suas custas, no ano de mil quinhentos e trinta e cinco do

nascimento do Senhor. E, desembarcando na Ponta do Padrão da Bahia para dentro, fortificou-se, onde agora chamam de Vila Velha.

Esteve em paz alguns anos com os gentios e começou dois engenhos. Rebelando-se eles, depois, as queimaram e fizeram-lhe guerra pelo tempo de sete ou oito anos, de maneira que lhe foi forçado, assim como os que com ele estavam, a embarcarem em caravelões e refugiarem-se na capitania dos Ilhéus, em que o mesmo gentio, obrigado pela falta das trocas que com eles faziam, foram-se ter com eles, estabelecendo a paz e pedindo-lhes que retornassem, como logo fizeram com muita alegria. Porém, levantando-se uma tempestade, desembarcaram na costa, dentro da baía da ilha de Itaparica, em que o mesmo gentio os matou e comeu a todos, exceto um, Diogo Álvares, que tinha por alcunha o Caramuru<sup>144</sup>, posta pelos

---

<sup>144</sup> Caramuru é a alcunha, ou apelido, de um marinheiro português, Diogo Álvares Correia, que naufragou na região da Bahia, por volta do ano de 1509, e viveu entre os indígenas brasileiros, aprendendo sua língua e costumes, fazendo amizade com eles, habilidades que pôde colocar a serviço dos colonizadores portugueses. Caramuru é uma figura lendária, à qual gira uma complexa imagem repleta de mitos retratados em diversos relatos históricos e literários, desde o século XVI. Tais textos foram fundamentais para criar e consolidar a complexidade deste personagem. Aqui nos interessa tratá-lo mais sob o prisma da literatura. Nomes como Santa Rita Durão, Gregório de Matos Guerra e a geração do Romantismo são alguns dos exemplos de literatos que falaram sobre Caramuru, porém, é claro, não esgotando-se neles tais escritos. Por estar envolto em uma série de escritos fantasiosos, é difícil de especificar com exatidão dados históricos sobre Diogo Álvares Correia. Mesmo assim, tentaremos tratar, de forma resumida, sobre este personagem tão caro à história e à literatura brasileiras. Não se tem noção exata da data de seu nascimento, mas provavelmente seja entre 1475 e 1485, na cidade de Viana do Castelo ou Galiza e tenha falecido em 1557. Naufragou na região da Bahia por volta do ano de 1509 e foi encontrado por Martin Afonso de Sousa no ano de 1531, vivendo entre os Tupinambás da região. A abordagem de Santa Rita Durão, na sua obra “Caramuru: poema épico do descobrimento da Bahia” (1781), ajudou a construir a mais famosa e lendária versão sobre Diogo Álvares, contando que o marinheiro naufragou em uma expedição na costa da Bahia, com mais oito companheiros, que foram devorados pelos Tupinambás. Caramuru foi poupado pelos índios porque disparou uma arma de fogo, impressionando-os. O seu temor fez com que lhe apelidassem de Caramuru, que significaria (em uma das acepções da palavra) homem de fogo ou filho do trovão. Outra narrativa lendária, afirma que ele não foi devorado em razão de ser magro demais e, por isso, não teria despertado o interesse dos indígenas, sendo chamado de Caramuru, nome que eles davam à moreia, uma espécie de peixe da região. Tendo conquistado a confiança desta nação indígena, casou-se com Paraguaçu, filha do chefe principal chefe, com quem teve vários filhos e filhas. Segundo outros relatos (também lendários), suas filhas casaram-se com colonos portugueses dando origem a algumas tradicionais famílias baianas. Gregório de Matos utilizou-se destes últimos relatos para criticar severamente a elite baiana em seus poemas.

Na historiografia, tratam desta personagem alguns prosadores dos séculos XVI e XVII, além da pesquisa posterior de Adolfo de Varnhagen, já no século XIX, corroborando a sua biografia, mesmo que misteriosa, e firmando alguns fundamentos de suas existência histórica. São alguns deles: Gabriel Soares de Sousa, nas *Notícias do Brasil*, Frei Vicente do Salvador, na *História do Brasil*, Simão de Vasconcellos, em sua *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil* e Sebastião da Rocha Pitta, na *História da América Portuguesa*. (TREECE, 2013, p. p. 309). Ainda assim, mesmo pelo prisma histórico, permanecem incógnitas sobre as nuances dos relatos de Caramuru, assim como seu aspecto mitológico, conforme afirma David Treece (2013, p. 310): “Assim, a história do Caramuru desafia as tentativas dos historiadores de defini-la como um fato uniforme e imutável.” Este autor ainda evidencia que, pelo prisma da pesquisa histórica, é consenso que as fontes mais confiáveis sobre Diogo Álvares são os dois relatos mais primitivos, ou seja, de Gabriel Soares de Sousa e de Simão de Vasconcellos.

Retornando ao campo literário, a construção de uma figura destacada como Caramuru, repleto de mitologia, foi uma tentativa, nos primeiros séculos de Brasil, de pinçar um acontecimento fundamental e genuíno, e também de um personagem de destaque a ele ligado, que desse suporte à construção de um sentimento de nacionalismos, tal como ocorreu com Os Lusíadas para Portugal. Tal comparabilidade pode ser observada, pelo menos em relação ao projeto nacionalista, principalmente, entre Santa Rita Durão e Camões.

índios, porque lhes sabia falar a língua, e não sei se ainda isto bastaria, pelo que são carneiros e ficaram encarniçados nos companheiros, se dele não se enamorasse a filha de um chefe índio, que tomou a seu cargo defendê-lo. E, desta maneira, acabou Francisco Pereira Coutinho com todo o seu valor e esforço, e sua capitania com ele.

---

Mais tarde, este sentimento nacionalista viria a tomar força com os autores do Romantismo, que promoveram uma volta às origens, na tentativa de estabelecer uma literatura genuinamente brasileira, desenvolvendo uma “consciência mais aguda” da realidade colonial, contribuem para uma libertação e independência em relação à literatura portuguesa. Para tanto, criticam a figura de Caramuru como herói principal do nativismo, e o substituem pelo indígena, esta sim a autêntica figura de destaque brasileira, por seu autóctone e não possuir correspondência originária com a Europa ou, mais especificamente, com Portugal. A literatura assiste, portanto, com o Romantismo, a transferência do heroísmo nacional do branco europeu para o mestiço indígena, verdadeiro representante da cultura e da realidade brasileiras. Este último aspecto fica bastante evidente nas obras de José de Alencar e Gonçalves Dias, apenas para citar dois autores literários românticos.

Dessa forma, percebe-se a construção e o esfacelamento do mito Caramuru no percurso literário e historiográfico no Brasil. Percebe-se que Frei Vicente do Salvador participa, com seu relato, do rol das fontes sobre o tema de Caramuru e sua importância nacionalista.

Para maior aprofundamento da construção do sentimento de nacionalidade, que fora traduzido por alguns autores como “espírito nativista”, sugerimos a leitura das seguintes obras as obras, que tratam deste tema: 1) CASTELLO, José Aderaldo. **Manifestações literárias do período colonial (1500-1808/1836)**. Vol I. 3ª ed. São Paulo: Cultrix, 1981; e 2) CANDIDO, Antonio; CASTELLO, José Aderaldo. **Presença da literatura brasileira: história e antologia**. 12ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

## CAPÍTULO VIII

### DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO QUE O REI DOOU A DAURTE COELHO

As cinquenta léguas de terra desta capitania começam no rio São Francisco, de que tratei no capítulo anterior, indo até o rio Igarauçu, de que tratei no capítulo segundo deste livro<sup>145</sup>, e chama-se de Pernambuco, que quer dizer “mar furado”, por alusão a uma rocha furada por onde o mar entra, à qual vem da direção da ilha de Itamaracá, e também se poderá assim chamar em respeito ao principal porto desta capitania, que é o mais nomeado e frequentado por navios, que todos os demais do Brasil, ao qual se entra pela boca de um recife de pedra tão estreita, que não cabe mais de uma investida após outra e, entrando por esta barra ou recife para dentro, tem-se logo ali um poço ou ancoradouro em que vêm terminar de carregar as grandes embarcações, e navegam as pequenas, carregadas de cem toneladas ou pouco mais, para uma povoação que está ali, de duzentos habitantes, com uma paróquia do Corpo Santo, de quem são os navegadores muito devotos. Há muitas mercearias, tabernas e os passos de açúcar, que são umas tendas grandes, em que se recolhem os caixões até se embarcarem nos navios.

Esta povoação, que se chama de Recife, está em oito graus e uma légua da vila de Olinda, sede desta capitania, para a qual se vai por mar e por terra, porque tem uma ponta de areia como ponte que o mar da costa, que entra pela citada boca, envolve ao Leste e, voltando pela outra parte, cria um rio estreito que a envolve a Oeste, pelo qual rio navegam, com a maré, muitos botes, e as barcas levam as mercadorias ao canal da vila, em que está a alfândega. A vila chama-se Olinda, nome que lhe pôs um galego, criado de Duarte Coelho, porque, andando com outros por entre o mato buscando um lugar para se edificar, achando este, que é um monte alto, disse com exclamação e alegria: “Ó linda!”<sup>146</sup>

---

<sup>145</sup> Há um engano nesta indicação de Frei Vicente, pois, embora afirmado já ter tratado do rio Igarauçu no capítulo II deste segundo livro, isso não aconteceu.

<sup>146</sup> Ao que tudo indica, Frei Vicente teve como fonte desta história os *Diálogos das Grandezas do Brasil*, de Ambrósio Fernandes Brandão (atribuído originalmente à Bento Teixeira, porém, após a emersão da cópia estudada pelo historiador Francisco Adolfo de Varnhagen, no ano de 1874, este sugeriu e defendeu que o autor era Ambrósio Fernandes Brandão. O livro foi escrito no século XVII, em tempo contíguo à redação da *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador), em que aparece texto bastante similar. Na sequência, evidenciamos o texto dos *Diálogos*:

“[...] Está situada em oito graus e dois têrços da parte do Sul da linha equinocial. Chama-se a principal vila do seu distrito, aonde concorre e see ajunta todo o comércio, Olinda nome que lhe deram seus primeiros Povoadores, depois que descobriram de um alto, onde está situada, a formosa vista que campêia a qual pela exagerarem por tal **disseram O linda**. Está esta vila situada em uma enseada, da qual saem duas pontas ao mar; de unta delas se forma o cabo tão conhecido no mundo por Santo Agostinho, e a outra se chama a ponta de Jesus, por nêle estar situado um formoso templo dos padres da companhia, chamado do mesmo nome. Contém em si

Esta capitania, agraciou o rei Dom João Terceiro a Duarte Coelho, pelos muitos serviços que havia lhe prestado na Índia, na tomada de Malaca e em outras ocasiões, o qual, como tinha tão valentes e altos espíritos, fez uma poderosa frota em que embarcou sua mulher, dona Brites de Albuquerque e seu cunhado Jerônimo de Albuquerque, e foi desembarcar no rio de Igarauçu, em que se encontram os marcos, porque ali se demarcam as terras de sua capitania com as de Itamaracá e as mais, que se deram a Pero Lopes de Sousa, em que já estava uma feitoria do Rei para o Pau-brasil e uma fortaleza de madeira que o rei lhe entregou. E nela recolheu-se e morou alguns anos e, ali, nasceram-lhe seus filhos Duarte Coelho de Albuquerque, Jorge de Albuquerque e uma filha chamada dona Inês de Albuquerque, que casou com dom Jerônimo de Moura, e cá morreram ambos e um filho que tiveram, todos os três em uma semana.

Dali, deu Duarte Coelho ordem para se fazer a vila de Igarassu, uma légua pelo rio adentro, do qual recebeu o nome e também se chama vila de São Cosme e Damião, por causa da igreja matriz que tem este título e dedicação, a qual é muito frequentada pelos moradores da vila de Olinda, que dista quatro léguas, e de outras partes mais distantes pelos muitos milagres que o Senhor faz ali face aos merecimentos e intercessão dos santos.

Esta vila encarregou Duarte Coelho a um homem honrado, vianês<sup>147</sup>, chamado Afonso Gonçalves, que já o havia acompanhado ne Índia. Da vila de Igarassu ou dos santos Cosmos, mandou vir de Viana seus parentes, que eram muitos e muito pobres, os quais vieram logo, com suas mulheres e filhos. E começaram a cultivar a terra entre os demais moradores que havia ali, plantando mantimentos e canas de açúcar, para a qual começava já o Capitão a fazer um engenho e em tudo os ajudavam os gentios, porque estavam em paz e entravam e saíam da vila com ou sem os seus produtos cada vez que queriam.

Mas, embebedando-se uma vez, uns poucos começaram a ferirem-se e matarem-se, de modo que foi necessário que o capitão mandasse alguns brancos com seus escravos, para os apartarem, ainda que contra o parecer dos nossos línguas<sup>148</sup> e intérpretes, que lhes disseram

---

tôda a capitania cinquenta léguas de costa, que toma princípio de onde parte com a ilha de Tamaracá até o rio S. Francisco [...]” (BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogos das grandezas do Brasil**. Edição revisada e publicada por João Capistrano de Abreu. Salvador : Progresso, 1956. p. 39, grifo do autor).

<sup>147</sup> *Vianês* refere-se à pessoa natural de Viana, cidade fundada no século XVII pelos colonizadores portugueses, que hoje pertence ao Estado do Espírito Santo.

<sup>148</sup> Um língua é um tradutor simultâneo que, inserido no contexto de fala em que há pessoas de diferentes idiomas, entendendo de ambas, as traduz para seus interlocutores. No caso do Brasil, nos primeiros séculos de colonização, falava-se algumas línguas, sejam originais (português, tupi e suas variedades etc.) ou as línguas mistas que se originaram no contexto das trocas entre os povos indígenas e os europeus, como, por exemplo, o nheengatu e a língua geral, entre outras, e suas variantes em conformidade com a região brasileira em que se apresentava o contexto de fala.

que os deixassem brigar e quebrar as cabeças uns dos outros, porque, se lhes socorriam, como sempre temiam aos brancos e pensavam que os iam prender e capturar, iriam resistir<sup>149</sup>. E assim foi que logo se uniram em um grupo e, com a mesma fúria que uns traziam contra os outros, todos atacaram os nossos, precisando vir, depois, o mesmo capitão com mais gente para aquietá-los de vez. E o pior aconteceu, porque alguns que estavam de fora da bebedeira foram-se logo correndo à sua aldeia chamando para a batalha, dizendo que os brancos haviam se desentendido com eles e tinham preso, matado, capturado e ferido tantos quantos estavam na vila, e assim iam procedendo pelas aldeias e, para confirmar esta mentira, levaram um dos mortos, que era filho do chefe da aldeia, com a cabeça quebrada, dizendo que com isso veriam que falavam a verdade.

Sendo isso visto e ouvido pelo chefe e pelos demais, prepararam-se para a batalha e foram ao encontro dos escravos do Capitão que andavam pelo mato cortando madeira e mataram um e os outros fugiram para a vila para contar o que se passava. E não bastou o capitão mandar dizer-lhes que eles eles próprios armaram a briga e se mataram uns aos outros por causa da bebedeira, e que os brancos foram só para apartá-los e eram seus amigos. Nada disso bastou. Antes, o chefe chamou outros, de outras aldeias, mandando-lhes parte do escravo do capitão que haviam matado, para que se fartassem dela, como os da sua haviam feito na outra e, assim, juntaram-se infinitos e puseram em cerco a vila, dando-lhe muitas investidas e matando alguns moradores, entre eles o capitão Afonso Gonçalves com uma flechada num olho que lhe penetrou até os miolos, o qual os moradores da vila recolheram e esconderam com tanto segredo, que não lhes descobriram os inimigos em dois anos que durou o cerco. Ao contrário, viam tanta vigilância e disciplina, que parecia estar no comando algum grande capitão, sendo que cada o era de si mesmo, e a necessidade de todos. Porque, até as mulheres vigiavam seu quarto na fortaleza, enquanto os homens dormiam.

E, estando elas de guarda numa noite, vendo os inimigos tanto silêncio, parecendo não haver ali alguma pessoa, subiram alguns e começaram a entrar pelas portinholas dos cômodos, mas elas, que os haviam sentido subir, os estavam aguardando com suas lanças nas mãos e, quando estavam já com meio corpo para dentro, enfiaram-lhes pelos peitos e os atravessaram de ponta a ponta, e uma, não contente com isto, tomou um tição e pôs fogo em

---

<sup>149</sup> A história do “Cerco de Igarassu” interessa-nos em razão de sua importância estilística, na *História do Brasil*, conforme será abordado na terceira parte desta dissertação, no item 3.2, demonstrando o gosto de Frei Vicente do Salvador por pequenas narrativas, como que inserindo histórias instigantes ao leitor, ao longo do conjunto da narrativa histórica, que é *A História*. É também muito interessante perceber nesta narrativa o protagonismo das mulheres, fato raramente relatado em escritos dos prosadores da era colonial brasileira, abrindo-se a possibilidade de investigações deste tema em outros textos da época. A respeito da literariedade do texto aqui tratado, conferir maiores detalhes no tópico 3.2 da terceira parte deste trabalho.



dos cômodos, fazendo-os fugir e despertar os nossos, o que foi um ato muito heroico para mulheres fazerem tanto silêncio e terem tanto ânimo.

O aperto maior que houve neste cerco foi o da fome, porque não podiam valer-se de suas roças, em que tinham mantimento, nem do mar para pescar e mariscar e, se a ilha de Itamaracá não os tivesse socorrido pelo rio em um barco, sem dúvida morreriam todos de fome. E, ainda, este socorro lhes quisera atrapalhar por muitos modos, mandando ameaçar aos da ilha: que, só por isso, lhes iriam decretar guerra. E, esperando o barco quando passava, atiravam-lhe da terra muitas flechadas, pelo que era necessário ir bem protegida com escudos e, contudo, sempre feriam alguns remeiros. E uma vez resolveram fazer uma armadilha para que metessem o barco no fundo, com os que iam nele e, para isto, cortaram uma grande árvore que estava em uma ponta de terra, por onde haviam de ir costeando, e não a cortaram de todo, segurando-a com uma corda para que, quando passasse o barco junto dela, então a largassem e deixassem cair. Mas quis Deus que eles caíssem na própria armadilha que fizeram, porque a árvore não caiu para fora, ao contrário, para a terra, e os colheu debaixo, matando e ferindo a muitos.

Outros muitos milagres realizou nosso Senhor neste cerco pela intercessão dos bem-aventurados são Cosme e Damião, padroeiros dessa vila que, se não fosse por isso, não teria conseguido sustentar-se com tantas necessidades, quantas padeciam. Nem Duarte Coelho os pode socorrer, por sofrer, também neste tempo, contínuos assaltos dos gentios na vila de Olinda e terem, por terra, lhe tomado todos os caminhos. Somente mandou levar em uns barcos as crianças e outras pessoas que não pudessem pelejar, para que não estorvassem nem comessem o mantimento dos demais, porque não foi pequena a provação para aquele tempo, até que quis nosso Senhor que os mesmos inimigos, cansados já de pelejar, pacificassem-se e estabelecessem a paz e a amizade para com os brancos, com o que tornaram a fazer seus comércios.

## CAPÍTULO IX

### DE COMO DAURTE COELHO CORREU A COSTA DE SUA CAPITANIA ESTABELECENDO GUERRA COM OS FRANCESES E PAZ COM O GENTIO E FOI-SE PARA O REINO

Não foi menor o aperto que Duarte Coelho (como já mencionamos) teve todo este tempo na vila de Olinda, tendo, por algumas vezes, os inimigos o colocado em cerco na sua torre, impondo-lhe muitas necessidades, fome e sede, contra quem não valia as balas. E, corajosamente, atiravam de dentro, com elas matando muitos gentios e franceses. Mas Deus, Nosso Senhor, que excitou o ânimo de Raab<sup>150</sup>, mulher desonesta, para que escondesse os espiões de seu povo e fosse instrumento da vitória que se alcançou contra Jericó, excitou também à filha de um chefe destes gentios, que se havia enamorado de um tal Vasco Fernandes de Lucena, e de quem tinha filhos, para que fosse entre os seus e, gabando os brancos às outras, as trouxesse todas carregadas de tonéis de água e mantimentos com que os nossos se sustentavam, porque, isto, faziam muitas vezes e com muito segredo.

E era este Vasco Fernandes de Lucena tão temido e estimado entre os gentios, que o chefe considerava-se honrado em tê-lo por genro, porque o tinham por grande feiticeiro. E, assim, uma vez em que o cerco ficou mais apertado e estavam os de dentro receosos que os invadissem, saiu ele sozinho para fora e começou a lhes pregar na sua língua brasílica que fossem amigos dos portugueses, como eles o eram dele, e não dos franceses, que os enganavam e os traziam ali para que fossem mortos. E logo fez um risco no chão com uma vara que levava, dizendo-lhes que prestassem atenção, que ninguém passasse daquele risco para a fortaleza, porque todos os que atravessassem haveriam de morrer, ao que o gentio deu uma risada, fazendo zombaria disto e sete ou oito indignados foram-se até ele para o matarem,

---

<sup>150</sup> Esta metáfora refere-se à história da Bíblia em que, no livro de Josué, capítulo 2, do Antigo Testamento, Raab, uma mulher não judaica (cananeia, aos quais os judeus desprezavam) e prostituta, esconde espiões israelitas na cidade de Jericó, da perseguição do rei desta cidade. Em troca, após a invasão de Israel a Jericó, a vida de Raab e de sua família é poupada. (cf. Js 2, 1-24; fonte: **Bíblia**: tradução ecumênica. Tradutor: Johan Konings (SJ). São Paulo: Loyola, 1994.). Este excerto, mais uma vez, evidencia a iniciativa feminina no sentido de alterar algum fato histórico, porém, Frei Vicente não lhes reconhece este mérito, mas o coloca como uma intercessão sobrenatural (provinda de Deus), retirando o reconhecimento do sucesso, seja por serem mulheres e, ainda mais, por serem indígenas. Fica clara, aqui, como operam e funcionam as marcas da mentalidade machista europeia, pelo menos nos primeiros séculos de colonização do Brasil. Outras pesquisas futuras das textualidades da época poderão abrir-se à análise e maior elucidação desta questão. A metáfora, presente aqui e em outras partes da *História do Brasil*, também são um indicativo da qualidade barroca do texto, indicando o alinhamento com a mentalidade de escrita da época e demonstrando mais uma vez a possibilidade literária da textualidade de Frei Vicente do Salvador.

mas, passando a risca, caíram todos mortos, o que, vendo os demais, levantaram o cerco e bateram em retirada<sup>151</sup>.

Não acreditara<sup>152</sup> eu nisto, embora o vi escrito por pessoa que o afirmava, se não soubera que neste próprio lugar, em que se fez o risco defronte da torre, edificou-se, depois, um suntuoso templo para o Salvador, que é matriz das demais igrejas de Olinda, na qual se celebram os divinos ofícios com muita solenidade. E, assim, não se há de atribuir a feitiços, senão à Divina Providência que quis, com este milagre, o lugar e a proteção do seu templo.

Com estas e outras vitórias, alcançadas mais por milagres do que por forças humanas, restabeleceu Duarte Coelho tanta força, que não se contentou em ficar na sua povoação pacífica, mas foi-se em suas embarcações pela costa abaixo, até o rio São Francisco, entrando nos portos todos de sua capitania, em que achou embarcações francesas que estavam fazendo comércio de pau-brasil com o gentio, e as descarregarem nos portos, e prendeu algumas lanchas e franceses, embora não estivesse tão seguro e nem os seus, porque, ele e muitos dos seus ficaram feridos em razão de um bombardeio, do qual ele andou por muito tempo lesionado. E, contudo, não se quis tratar até limpar a costa toda destes ladrões e estabelecer a paz com os demais índios. E, isto feito, retornou para a sua povoação com muitos escravos que lhe deram os índios, dos que tinham capturado em suas guerras em que lá uns tinham com os outros, o que o fez muito temido e estimado aos arredores de Olinda, dizendo todos que aquele homem deveria ser algum diabo imortal, pois não se contentava em

---

<sup>151</sup> Percebe-se que este relato carece de fonte confiável, como aponta o próprio Frei Vicente do Salvador no parágrafo seguinte, fato que poderia soar estranho enquanto composição de um manual de História. Porém, este texto reforça nossa tese a respeito da dimensão multifacetada dos textos da *História do Brasil* que, em muitos casos (assim como este excerto destacado) transita por mais de uma disciplina, seja ela a História, a partir de relatos mais descritivos e indicação de fontes, seja pela literatura, como é o caso dos relatos de anedotas, ditos populares, pequenas histórias etc., ou até mesmo pela reflexão filosófica (quando Frei Vicente trata das discussões a respeito da Zona Tórrida, ardente em sua época entre pró-aristotélicos e contra-aristotélicos, citando indicações de filósofos e historiadores antigos). O que nos interessa aqui, para defender nosso postulado, é dar destaque a este excerto do milagre na praia da vila de Olinda para demonstrar que ele aproxima-se mais de uma intenção estilística do que descritiva, portanto, mais pendente ao polo literário, por não se embasar tanto em fontes e intentar apresentar um fato fidedigno com a realidade, mas por oferecer uma historieta com a finalidade maior de chamar a atenção do leitor e entretê-lo com a narrativa, utilizando-se do recurso da intervenção sobrenatural para dar sustentação ao fato narrado, característica, inclusive, bastante propícia em relação ao público da época.

<sup>152</sup> A respeito da estilística da textualidade de Frei Vicente do Salvador, percebe-se neste parágrafo seu cuidado com a escrita mais poética, utilizando-se do pretérito mais-que-perfeito, o qual fizemos questão de conservar, porque é uma das características próprias deste tempo verbal. Assim, faz um parêntesis em relação à uma linguagem mais descritiva (e técnica), própria da história, para inserir um estilo mais aproximado do literário. Além do tempo verbal, destacamos uma construção de períodos de forma indireta, deslocando os sintagmas de sua “ordem e sequência natural” no período, além da presença de superlativos, características estas que marcam a escrita de sua obra quase que na sua totalidade. Para esclarecer mais sobre este aspecto da História do Brasil, ler o item 2.2 da terceira parte desta dissertação.

pelejar em teu território com eles e com os franceses, mas, ainda, ia buscar fora com quem brigar.

E, com isto, mais por medo do que por vontade, deram-lhe um lugar para fazer um engenho, a uma légua da vila e, a seu cunhado Jerônimo de Albuquerque, outro. E, aos lavradores, roças de mantimentos e canaviais, aos quais o gentio vinha ajudar e lhes traziam muitas galinhas, caças, frutas do mato, peixe e marisco a troco de anzóis, facas, foices e machados que eles gostavam muito.

Fez também caravelões e lanchas para que fossem comercializar com os da costa com quem tinha estabelecido paz, dos quais, a troco das mesmas ferramentas e de outras coisas de pouco valor, obtinham muitos escravos e escravas de que se serviam e os casavam com outros libertos que também os serviam, como os cativos.

Vendo Duarte Coelho que a terra estava calma e os moradores contentes, resolveu ir a Portugal com seus filhos, deixando o governo da capitania ao seu cunhado, Jerônimo de Albuquerque, em companhia da irmã. O intento que o levou deveria ser para requerer seus serviços que, na verdade, eram grandes. E, ainda que fossem para seu proveito e de seus descendentes, aos quais rende hoje a capitania perto de vinte mil cruzados, muito mais o eram para o rei, a quem só os dízimos passam, cada ano, de sessenta mil cruzados, fora o pau-brasil e direitos de açúcar, os quais, desta capitania, são muito importantes, por haver nela cem engenhos. Porém, como até então não havia tantos, nem tanta renda, e deveria estar indisposto com o rei que lhe tomara a jurisdição, quando lhe foi beijar a mão, o censurou e o recebeu com tão pouca graça que, indo para casa, adoeceu de nojo e morreu daí a poucos dias. Pelo que, indo Afonso de Albuquerque com tristeza ao palácio, e sabendo o rei do fato por quem o trazia, disse-lhe: consterna-me estar morto Duarte Coelho, porque era muito bom cavaleiro. Esta foi a paga dos seus serviços, porém muito diferente à que de Deus receberia, que é só Ele que paga dignamente e, ainda, *ultra condignum*<sup>153</sup> aos que o servem.

---

<sup>153</sup> Tradução: “muito além do que merecem”.

## CAPÍTULO X

### DE COMO, NA AUSÊNCIA DE DAURTE COELHO, FICOU GOVERNANDO JERÔNIMO DE ALBUQUERQUE A CAPITANIA DE PERNAMBUCO E DO QUE NELA ACONTECEU NESTE TEMPO

Razão tinha (se tivera perfeito uso dela) o gentio desta capitania para não se inquietar e inquietá-la com a ausência de Duarte Coelho, pois ficava em seu lugar sua mulher, Dona Beatriz de Albuquerque, que a todos tratava como filhos, e Jerônimo de Albuquerque, seu irmão, que, por sua natural brandura e boa condição, assim como por ter muitos filhos das filhas dos chefes, os tratava com respeito. Mas, como é gente que se leva mais por temor que por amor, assim que viram ausente aquele a quem temiam, começaram a aprontar das suas, matando e comendo a quantos brancos e negros, seus escravos, encontravam pelos caminhos. E o pior era que, nem por isso deixavam de lhes vir à casa com seus produtos, dizendo que não eram eles que faziam, senão alguns velhacos que deveriam de ser castigados.

Muito difícil era isto de entender a Jerônimo de Albuquerque, por não saber que decisão tomar. E, assim, chamou a ele os oficiais da câmara e outras pessoas que o poderiam aconselhar e, juntos em sua casa, perguntou-lhes o que faria. Começou logo um a dizer o que sentia e os mais foram de parecer que os castigassem e lhes decretassem guerra. Mas, não concordando no modo dela, desfez-se a junta sem resolução do caso e cada um foi para sua casa. Só ficaram alguns, de melhor compreensão e, entre eles, um chamado Vasco Fernandes de Lucena, homem grave e muito experimentado nesta matéria de índios do Brasil, dos quais sabia bem a língua e as tretas de que se utilizavam. O qual disse ao Governador que não era bom guerrear com este gentio sem, primeiro, averiguar quais eram os culpados, para que não pagassem os justos pelos pecadores e que ele (se lhe dava licença) daria ordem e um jeito para que eles mesmos descobrissem entre si e acusassem uns aos outros e, sobre isso, ficassem entre si divididos e inimigos mortais, que era o que mais importava. Porque todo o reino dividido entre si será destruído<sup>154</sup>, e uns aos outros se destruirão sem que lhes façamos guerra e, quando fosse necessário fazê-la, nos beneficiaríamos do bando contrário. Porque este foi sempre o modo mais fácil de se fazer guerras, como os portugueses fizeram no Brasil. Enfim,

---

<sup>154</sup> Alusão às palavras de Jesus, descritas no Novo Testamento da Bíblia cristã, no Evangelho de Mateus, capítulo 12: “[...] Todo reino dividido contra si mesmo será destruído. Toda cidade, toda casa dividida contra si mesma não pode subsistir.” (Mt 12, 25, fonte: **Bíblia**: tradução ecumênica. Johan Konings (SJ). São Paulo: Loyola, 1994.)

para isso, que mandasse logo trazer muitos vinhos e convidar os chefes das aldeias para que os vissem beber e deixasse o restante a cargo dele.

Isto pareceu bem aos que ali estavam e o governador, solicitando-lhes segredo como convinha, mandou fazer os vinhos, e eles feitos, mandou chamar os chefes das aldeias dos gentios. E, assim que chegaram, mandou os línguas, ou intérpretes, os acolherem, o que fizeram ao seu modo, bebendo com eles para que não suspeitassem que o vinho tivesse peçonha e o bebessem de boa vontade. E, depois que estavam embriagados, disse-lhes Vasco Fernandes de Lucena que o governador os mandara chamar porque estava determinado a fazer guerra aos Tabajaras, que eram outros gentios, seus contrários, o que não queria fazer sem sua ajuda.

Porém, como entre eles havia alguns velhacos, como eles mesmos confessavam, que, ainda em sua presença, matavam e comiam os portugueses e seus escravos que encontravam pelos caminhos, receavam-se que, em sua ausência, viriam a suas casas para matar suas mulheres e filhos, pelo que era necessário, antes que partissem, saber quem eram estes para os castigar e premiar os bons. E como eles (deve ser pela virtude do vinho que, entre outras, tem também esta) nunca falam a verdade, senão quando estão bêbados, começaram a nomear os culpados e, por esta razão, começaram a brigar com pancadas e flechadas, ferindo-se e matando uns aos outros, até que interviu o governador Jerônimo de Albuquerque e os prendeu e, depois de averiguar quais foram os homicidas dos brancos, a uns mandou colocar nas bocas dos canhões e dispará-los à vista dos demais, para que os vissem voar aos pedaços, e a outros entregou aos acusadores que os mataram no terreiro e os comeram em confirmação de sua inimizade, e assim a tiveram daí em diante, tão grande como se fosse de muitos anos.

E dividiram-se em dois bandos, ficando os acusadores e seus aliados, que era o maior número, nas terras que já ocupavam, da vila até a mata do pau-brasil, por onde os portugueses conseguiram espaço para se alargarem, por esta parte, e fazerem seus engenhos e fazendas, tanto na planície do Capibaribe<sup>155</sup>, que é a melhor de toda esta capitania, como em todo o espaço que há até a vila de Igarassu. E o grupo dos culpados e acusados, passou para as matas do cabo de santo Agostinho, louvando aos portugueses que haviam feito justiça.

Porém, de lá vinham fazer tanta guerra àqueles outros, nossos amigos, que impuseram um grande cerco nas colinas aos arredores da planície do Capibaribe pela banda sul, chamados Guararapes, que foi necessário ao capitão-mor, Jerônimo de Albuquerque, ir até lá com os brancos que pode agrupar e mais dez mil índios aliados que, para isto,

---

<sup>155</sup> Frei Vicente do Salvador chama este rio de “Capiguaribe”, mas trata-se do rio Capibaribe, que corta o estado de Pernambuco e passa pela sua capital, Recife, desaguando no Oceano Atlântico.

ofereceram-se de boa vontade. E, como eram tantos, e os da cerca apenas seiscentos flecheiros, com muita confiança avançaram sobre ela e a romperam por todas as partes, parecendo-lhes que já a tinham tomado. Mas os de dentro, como andavam mais preservados, defenderam-se e os ofenderam de tal modo que mataram e feriram tantos que os capitães foram forçados, depois de muitas horas de batalha, a mandá-los recuar para uma cabana, ou cerca de rama, que fizeram vinte e cinco braças afastada dos inimigos, e houve, durante toda aquela noite, grande jogo de troças e ameaças de parte a parte, como é de costume.

Os inimigos, todavia, diziam sempre que as ameaças não eram para os brancos. Antes, queriam sua amizade. Não eram, senão, para com os índios e, assim, demonstraram no dia seguinte, porque, estando os nossos portugueses e índios muito descuidados, considerando que não os viriam atacar, eles, com um reforço de duzentos flecheiros que lhes veio de outra aldeia, saíram com tanta pressa e os atacaram com tanta fúria, que muitos não tiveram oportunidade de empunhar suas armas e, sem elas e sem ordem alguma, fugiram, menos o capitão-mor, Jerônimo de Albuquerque, que se foi retirando com os portugueses ordenadamente, mas nem tão protegido que não lhe ferissem um olho com uma flecha naquele primeiro ataque, que depois não quiseram segui-los, senão aos negros que iam fugindo, aos quais provocaram grande destruição e matança da qual, depois, vingaram-se indo com Duarte Coelho de Albuquerque que, em razão da morte de seu pai, veio com seu irmão, Jorge de Albuquerque, a governar esta sua capitania e fez guerra com este gentio do cabo, como a seu tempo conteremos.

## CAPÍTULO XI

### DA CAPITANIA DE ITAMARACÁ

Já dissemos no capítulo segundo como Pero Lopes de Sousa não se apossou das cinquenta léguas de terra todas juntas, das que o Rei lhe doou, senão repartidas: vinte e cinco da capitania de São Vicente para o Sul e outras vinte e cinco da capitania de Pernambuco para o Norte, esta que chamam de Itamaracá, em respeito a uma ilha assim chamada, na qual está situada a vila de Conceição, com uma igreja matriz do mesmo título e outra da Santa Misericórdia. A ilha tem duas léguas de comprimento, ou pouco mais. Ao redor dela, vem desembocar cinco rios, dos quais o de Igaracu que demarca e limita esta capitania de Pernambuco e está a sete graus e um terço, e banha a ilha na parte do sul, em que está a mencionada vila e o porto dos navios, os quais, para entrarem tem por baliza e sinal umas barreiras vermelhas, com as quais, colocadas em sentido nordeste-sudeste, entram pela barra à vontade. Outra barra tem a ilha na parte do norte, pela qual entram caravelões da costa. Os outros rios, que da terra firme desta capitania vêm desembocar ao redor desta ilha, são os de Araripe, Tapirema, Tujucupapo e Gueena<sup>156</sup>, nos quais há muitos bons engenhos de açúcar, principalmente neste último de Gueena, em que está outra paróquia.

Nesta ilha de Itamaracá tinham os franceses feito uma fortaleza com um quartel de mais cem soldados, com muitas munições e artilharia, em que se abrigavam as pessoas de seus navios quando vinham para carregar o pau-brasil que os gentios lhes cortavam e carregavam nos ombros a troco de ferramenta e outras mercadorias de pouca valia que lhes davam, como também lhes traziam a troco destes artefatos muito algodão, tecido, redes feitas (nas quais dormem), bugios, papagaios, pimenta e outras coisas que a terra dá que, para os franceses, era de muito valor. E por isso, assim neste porto, como nos demais do Brasil, faziam comércio com o gentio e os advertiam contra os portugueses, induzindo-os que não os consentissem a povoar, mas, antes os matassem e comessem, porque o mesmo vinham eles a fazer. Isso sendo sabido pelo rei Dom João Terceiro, ordenou uma frota muito bem provida de todo o necessário e mandou nela, por capitão-mor, Pero Lopes de Sousa, para que viesse primeiramente a esta ilha e, daqui, a todos os demais portos e expulsasse dele todos os

---

<sup>156</sup> Não conseguimos identificar a quais rios de Itamaracá correspondem cada um destes últimos quatro, indicados por Frei Vicente do Salvador, apenas supomos que, muito provavelmente, o rio Araripe refere-se ao atual rio Jaguaribe.



franceses que achasse, e destruísse suas fortalezas e benfeitorias, levantando outras em que lhe carregassem o pau-brasil por sua conta, porque esta era a droga que tomava para si.

Esta frota partiu de Lisboa e navegou prosperamente até avistar a ilha de Itamaracá no momento em que havia saído dela uma embarcação francesa carregada para a França, a qual tentou fugir-lhe. Mas mandou atrás dela uma caravela muito ligeira e, por Capitão, João Gonçalves, homem de sua casa, de cujo esforço tinha muita confiança, em razão da experiência que, com ele, tivera em outras frotas, nas quais o acompanhou contra os corsários na costa de Portugal e de Castela. E, como a caravela era um pensamento e a embarcação francesa estava sobrecarregada, uma vez que transportava muita carga de pau-brasil, enfim foi alcançada. E, querendo se por em defesa, atiraram da nossa com uma pequena bala de corrente, que a atravessou de proa à popa e rompeu os cabos dos mastros de um dos lados e lhe matou alguns homens. Com isso, renderam-se os outros, que eram trinta e cinco, entre grandes e pequenos, e a embarcação com oito peças de artilharia.

Com esta captura, retornou o capitão João Gonçalves, havendo já vinte e sete dias que o capitão-mor estava na ilha, em que teve informação de outra embarcação que vinha da França com munições para resgatar os franceses. Então, mandou duas outras caravelas a esperá-la, nas quais foram por capitães Álvaro Nunes de Andrada, homem fidalgo galego da geração dos Andradas e Gamboas, e Sebastião Gonçalves Arvelos, os quais a tomaram e entraram com ela na mesma maré em que João Gonçalves entrou com a outra. Com isso, os franceses da fortaleza começaram a enfraquecer e desmaiar, e muito mais porque lhes fizeram uma rebelião, incitado por alguns portugueses que eles haviam aprisionado e andavam entre os gentios, os quais, como já sabiam falar a sua língua, os amotinaram contra os franceses de tal modo que, se Pero Lopes de Sousa não lhes proibisse, iriam matá-los e comê-los (porque tão variável é este gentio e amigo de novidades). E, assim, vieram logo os chefes oferecer-se a Pero Lopes de Sousa para isto e para tudo o mais que mandasse. Ele os recebeu benignamente e lhes disse que não fizessem mal aos franceses, porque todos eram irmãos, e nem ele lhes havia de fazer, se a ele não recusassem, antes, muitos benefícios e favores.

Sabendo disso os franceses (porque logo lhes foram dizer), enviaram-lhe o seu capitão, para avisar que fosse receber a rendição da fortaleza e deles, porque todos queriam ser seus prisioneiros e cativos, e só pediam o benefício de suas vidas, e assim se fez. Não esperou o capitão da fortaleza que Pero Lopes de Sousa chegasse a ela, mas, no caminho, trouxe-lhe as chaves e as entregou com todos os seus soldados desarmados. Ele lhes ordenou entregar a sua roupa e, esvaziada a fortaleza da artilharia e do que mais tinha, a mandou derrubar, fazendo outra muito forte na povoação e outra na fronteira para resguardar a

administração do rei, a qual, depois, Sua Alteza deu a Duarte Coelho, em que logo se tratou de muita madeira para a carga dos navios.

E, enquanto se faziam estas coisas, ocorreu uma noite que, estando o capitão-mor com a lamparina acesa e a janela aberta, atiraram nele, de fora, duas flechas das quais uma lhe tocou no roupão e ambas foram-se pregar em uns escudos que estavam à frente, na parede. Ele, então, suspeitando dos franceses, mandou, pela manhã, que os enforcassem a todos e, começando-se a fazer a execução, vendo dois que ele os havia levado para a fortaleza em razão das flechadas, e que os demais eram inocentes, disseram em altas vozes que eles eram os culpados, que lhe haviam atirado, tomando o cuidado de o acertarem, e nenhum dos outros tinha culpa. Dessa forma, mandou executar somente eles e enforcá-los. Mas estavam já muitos enforcados, e cá se consumiram todos, com o que os gentios ficaram estimando mais os portugueses e começaram a ajudar a fazer suas roças e fazendas, e a cortar e trazer a madeira com a qual se haveria de carregar os navios do rei, o que tudo se lhes pagava muito a seu gosto.

Carregados os navios da frota que o capitão havia trazido para esta finalidade, partiram para o reino, e ele, nos outros, foi percorrer a costa, como o rei lhe mandara, em que entrou em muitos portos e queimou algumas embarcações francesas que achou. Mas os franceses lhe fugiram por terra adentro, com os gentios, os quais, depois, nos fizeram muito mal. Finalmente, chegou a São Vicente, em que achou a seu irmão mais velho, Martin Afonso de Sousa, fortificando e povoando a sua capitania, e dando ordem para povoar e fortificar também a sua, de São Vicente para o sul. Então, retornou para esta de Itamaracá e, recebendo boa informação de um tal Francisco de Braga, grande língua do Brasil, que havia deixado em seu lugar, o tornou a designar, com todos os seus poderes, e retornou a Portugal para prestar contas ao rei do que tinha feito, e assim foi como capitão-mor de quatro embarcações para a Índia no ano de 1539 e, ao voltar para o reino, sumiu-se a embarcação em que estava, sem numa mais aparecer coisa alguma dela.

## CAPÍTULO XII

### DO QUE ACONTECEU NA CAPITANIA DE ITAMARACÁ DEPOIS QUE DELA SE FOI O DONATÁRIO PERO LOPES DE SOUSA

Em razão do Capitão Francisco de Braga saber falar a língua do gentio e ser tão conhecido entre eles, não faziam senão o que ele queria e lhes mandava e, assim, ia-se povoando esta capitania com muita facilidade. Mas chegou neste tempo Duarte Coelho a povoar a sua e, como fez a povoação nas fronteiras, foi a vizinhança demasiada a causa de terem algumas diferenças, no fim das quais, mandou Duarte Coelho dar-lhe uma cutilada no rosto. E o capitão, vendo que não poderia se vingar, embarcou para as Índias de Castela, levando tudo o que pode. Por isso, ficou a capitania destroçada e perdida, como um corpo sem cabeça, e muito mais porque chegaram neste tempo notícias de que era morto Pero Lopes de Sousa vindo da Índia, em que o Rei o mando por capitão-mor das embarcações. Mas sua mulher, Dona Isabel de Gamboa, que já havia estado aqui com seu marido, mandou logo prover um patacho<sup>157</sup> em que viesse o capitão João Gonçalves, que partiu às pressas, sem esperar por outros três navios que ficaram negociando. E assim partiu. Porém os que saíram posteriormente, chegaram antes, e o primeiro aportou nas Antilhas e foi parar na costa da ilha de Santo Domingo, com os mastros quebrados, mas salvando-se as pessoas.

Vendo Pedro Vogado, como era chamado o capitão-mor dos três navios, que não havia chegado o capitão João Gonçalves à ilha<sup>158</sup>, os carregou logo de pau-brasil e os enviou de volta, mandando avisar à Dona Isabel a respeito do que se passava e de como ele ficara, entretanto, governando. Ela, ao invés de o mandar continuar, porque o fazia muito honradamente, mandou outro capitão, que mais era para governar uma barca. E, assim, embarcou e foi-se por essas capitánias abaixo (como fez o Braga), deixando esta em situação de se acabar de despovoar, caso não fosse um morador honrado chamado Miguel Álvares de Paiva, o qual nomearam como capitão, porque nunca quis sair da ilha. Antes, teve mão nos outros que, se não fossem, nem mandassem suas mulheres e filhos, como alguns queriam, em razão do medo dos gentios que, neste tempo tinham cercado a vila de Igarassu e os ameaçavam, lhes haveriam de fazer o mesmo. Este capitão era o que socorria os do cerco com

---

<sup>157</sup> Patacho refere-se a uma pequena embarcação comercial, ligeira e com apenas dois mastros.

<sup>158</sup> Aqui já se trata da ilha de Itamaracá. Não fazer confusão com a ilha de Santo Domingo, indicada no parágrafo anterior.

os barcos de mantimentos, como dissemos no capítulo nono<sup>159</sup>, e trazia outros entre a ilha e a terra firme, com soldados e armas para que impedissem ao inimigo a passagem, até que, finalmente, acalmaram-se.

E chegou das Antilhas o capitão João Gonçalves, cuja vinda foi muito festejada. Os gentios lhe tinham muito respeito por verem que assim também o tinha Pero Lopes de Sousa quando aqui esteve e, assim, não lhe chamavam senão de capitão velho e pai de Pero Lopes. E, na verdade, ele o parecia no zelo com que o servia e procurava a prosperidade desta sua capitania, não consentindo que aos índios se fizesse algum agravo, mas adulava a todos, com o que estavam muito contentes e familiares. Assim, por livre vontade, ofereceram-se para servir os brancos e lhes cultivar as terras de graça ou por pouco mais que nada, principalmente em um determinado ano em que houve muita fome na Paraíba, em que, só pela comida vinham entrar por suas casas a servi-los. E, assim, não havia branco, por pobre que fosse nesta capitania, que não tivesse vinte ou trinta negros destes de que se serviam como seus servos, e os ricos tinham aldeias inteiras. Inclusive, o que direi do comércio que faziam, o qual, por uma foice, uma faca ou um pente, traziam cargas de galinhas, bugios, papagaios, mel, cera e fios de algodão, porque tudo isso os pobres tinham.

Durou esta era, a que ainda hoje os moradores antigos chamam de dourada, enquanto viveu o capitão velho. Mas, depois que morreu, vieram outros para destruir o que estava feito, fazendo e consentindo fazerem-se opressões e humilhações aos pobres gentios, em suas próprias terras e aldeias, tanto que começaram a inquietar-se e rebelar-se até mesmo os que, pela nossa paz e amizade, afastavam-se dos franceses. E, se não fossem alguns do litoral, os do sertão de maneira nenhuma os admitiam entre si, nem queriam fazer-lhes comércio. Depois, uns e outros aliaram-se com eles e nos fizeram tão grandes guerras, que os moradores desta capitania o sentiram em suas pessoas e propriedades, e não menos o donatário, que todo este tempo recebeu dela perdas sem proveito. E, enfim, o custo foi o rei tomar-lhe um grande pedaço dela, que corresponde a grande parte da Paraíba, por ter-lhe conquistado e libertado do poder dos inimigos às custas de seu tesouro e de seus vassallos, como veremos no livro quarto.

---

<sup>159</sup> Refere-se ao cerco de Igarassu, tratado anteriormente no capítulo VIII deste segundo livro. Há um equívoco de Frei Vicente que indica o excerto no capítulo IX.

## CAPÍTULO XIII

### DA TERRA E CAPITANIA QUE O REI DOM JOÃO TERCEIRO DOOU A JOÃO DE BARROS

Ao final das vinte e cinco léguas da terra da capitania de Itamaracá que o rei doou a Pero Lopes de Sousa, doou e agraciou a João de Barros, feitor que foi da Índia, cinquenta léguas pela costa, o qual, tomando o cuidado de aproveitá-la para si e para seus amigos, pactuou com Fernando Álvares de Andrade, tesoureiro-mor do reino, e Aires da Cunha, que veio por capitão da sociedade, mandando com ele dois filhos seus e uma frota de dez navios em que vinham novecentos homens. E, com todo o necessário para a jornada e para a povoação que vinham estabelecer, partiram de Lisboa no ano de mil quinhentos e trinta e cinco, mas, desgarrando-se com as águas e ventos, foram parar no Maranhão, em que se perderam nos bancos de areia.

Deste naufrágio escapou muita gente, com a qual os filhos de João de Barros refugiaram-se em uma ilha que, então, chamava-se das Macas, mas que agora chama-se São Luís, em que estabeleceram paz com o gentio Tapuia que ali habitava, comercializando mantimentos e outras coisas que lhes eram necessárias. E chegou o trato e a amizade em tal grau, que alguns tiveram filhos das tapuias, como se descobriu depois que cresceram, não só porque lhes cresceu a barba, como ocorre até hoje com todos os seus descendentes, como pais e avós, mas também pelo amor que têm para com os portugueses de tal maneira, que nunca, jamais, quiseram paz com os outros gentios nem com os franceses, dizendo que aqueles não eram verdadeiros perós (como assim chamavam os portugueses, em respeito a algum que se chamava Pedro). E, todavia, quando, na era de seiscentos e quatorze entraram os nossos no Maranhão, logo os vieram ver e estabelecer paz com eles, dizendo que estes eram os seus perós desejados, dos quais eles descendiam.

Daí se conclui que não era o Maranhão a terra que o rei deu a João de Barros, como alguns apontam, senão esta aqui, que é demarcada pela Paraíba com a de Pero Lopes de Sousa, porque, se fosse a do Maranhão, havendo seus filhos escapado do naufrágio e chegado na do Maranhão com quase toda a sua gente, e achando a terra tão abundante e pacífica, que causa haveria para que não a povoassem? Prova-se, também, porque todas as que foram doadas naquele tempo, foram contíguas umas com as outras, “conforme a nobreza e

importância de seus donatários”<sup>160</sup>, pela ordem que vimos nos capítulos precedentes. E, finalmente, confirma-se porque a do Maranhão foi dada a Luís de Melo da Silva, que a descobriu como se verá no capítulo seguinte, e não devia o rei de dar a um o que havia dado a outro.

Nem o mesmo João de Barros, na Primeira Década, Livro Sexto, Capítulo Primeiro<sup>161</sup>, em que fala de sua capitania, faz menção do Maranhão. Ao contrário, somente diz que, da repartição que o rei Dom João Terceiro faz das capitanias na Província de Santa Cruz, que comumente se chama de Brasil, coube-lhe uma, a qual lhe custou muita quantidade de patrimônio, em razão de uma frota que fez em sociedade com Aires da Cunha etc. Que é a frota (como já dissemos) que naufragou e foi se perder no Maranhão e, deste lugar, mandou, depois, outros navios buscar seus filhos, por qual razão ficou tão pobre e endividado que não pode mais povoar a sua terra, a qual, já agora, é de Sua Majestade, por cujo mandato, depois, conquistou e se ganhou do gentio Potiguar às custas de seu real tesouro.

---

<sup>160</sup> No texto original da *História do Brasil*, o período entre aspas está assim literalmente descrito: “e os donatários hereos uns dos outros”. Porém, após intensa pesquisa, não se descobriu o que Frei Vicente quis dizer com a palavra “hereo”, podendo conter um significado específico da época ou mesmo muito particular para o autor. De qualquer forma, a frase fica sem sentido para o leitor. Por essa razão, optamos por uma tradução conservando um sentido “aproximado” com toda a oração de que este período é composto. Ainda, pressupomos que Frei Vicente (ou algum dos escribas posteriores da *História*) poderia ter grafado erroneamente a palavra. Por fim, levando tais pressupostos em consideração, encontramos o verbete “**heril**” no dicionário priberam (verificar o seguinte endereço: [www.dicionario.priberam.org](http://www.dicionario.priberam.org)), que indica a acepção de “nobreza ou distinção por posição social”. Assim, a partir da temática da distribuição das capitanias, tratada por Frei Vicente do Salvador, no Livro II da *História do Brasil*, e da literatura que versa sobre a configuração do estamento social em Portugal nos séculos XV e XVI, pressupomos a possibilidade de articular a ideia de que as capitanias foram distribuídas em conformidade com a importância da posição social que seus donatários ocupavam na corte portuguesa à época da colonização do Brasil, ganhando os mais destacados as regiões geográficas mais abundantes de riquezas. Em razão desta hipótese, optamos pela transcrição como “conforme a nobreza e importância de seus donatários”. Apenas salientamos que, diante do texto da *História* e de outros pressupostos historiográficos, há outras possibilidades atualização deste texto.

<sup>161</sup> A obra de João de Barros indicada por Frei Vicente é “**BARROS, João de. Década primeira [-terceira] da Ásia de João de Barros**. Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento & conquista dos mares & terras do Oriente... - Em Lisboa : impressa per Jorge Rodriguez : à custa de Antonio Gonçalvez mercador de livros, 1628. - 3 v. E pode ser acessada na íntegra no seguinte endereço eletrônico: <<https://archive.org/details/JoaoDeBarroDecadasDaAsiaDecadaI/page/n3>>.”

Ao final do Capítulo Primeiro, Livro Sexto, João de Barros fala de sua capitania, em sociedade com Aires da Cunha e Fernão de Álvares de Andrade, não citando nenhum nome, mas dizendo que não obteve nenhum proveito dela, mas somente prejuízo: “[...] e por isso, o princípio da milícia desta terra, ainda que seja o último de nossos trabalhos, na memória eu o tenho muito vivo, por quão morto me deixou o grande custo desta armada sem fruto algum.” (fl 113 / p. 248).

Porém, talvez haja algum equívoco na reflexão de Frei Vicente do Salvador a respeito da capitania dada a João de Barros, porque este, em associação com Aires da Cunha e Fernando de Álvares de Andrade, consta como donatário da capitania no Maranhão, segundo referências dos manuais de História do Brasil. Igualmente, João de Barros com Aires da Cunha aparecem como donatários da capitania do Rio Grande do Norte (fonte: ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de história colonial: 1500 - 1800**. Belo Horizonte: São Paulo: Publifolha, 2000.). O argumento de Frei Vicente, neste quesito, é bastante frágil, supondo que uma falta de citação em trecho escrito por João de Barros, pudesse sustentar que não tenha sido donatário da capitania do Maranhão.

## CAPÍTULO XIV

### DA TERRA E CAPITANIA DO MARANHÃO QUE O REI DOM JOÃO TERCEIRO DOOU A LUÍS DE MELO DA SILVA

O Maranhão é uma grande baía que fez o mar, cuja boca abre-se ao norte em dois graus e um quarto da linha para o sul, entre a ponta do Pereá, que lhe fica ao leste, e a do Cumã<sup>162</sup>, a oeste. Tem no meio a ilha de São Luís, que está em vinte léguas de comprimento e sete ou oito de largura, em que esteve Aires da Cunha quando se perdeu com a sua frota, juntamente com os filhos de João de Barros, como dissemos no capítulo anterior. Esta ilha sai da baía como uma língua com a ponta de Araçagy, ao norte, na qual tem a boca. Dentro, tem outras muitas ilhas, das quais a maior é de seis léguas. Desaguam nesta baía, cinco rios caudalosos e todos navegáveis, que são: o Munim, o Iraperucu, o Mearim, o Pindaré, que dizem nascer muito perto do Peru, e o Maracu, que se deriva por numerosos e muito espaçosos lagos. Todos esses rios tem boníssimas águas e pescados, excelentes terras, muitas madeiras, muitas frutas e muitas caças e, por isso, há muitos povoados de gentios.

No tempo em que se começou a descobrir o Brasil, veio Luís de Melo da Silva, filho do alcaide-mor de Elvas<sup>163</sup>, como aventureiro em uma caravela a percorrer esta costa para descobrir alguma boa capitania e pedi-la ao rei. E, não conseguindo passar de Pernambuco, desviou-se, em razão do tempo e das águas, e entrou no Maranhão, pelo qual se contentou muito e aprendeu a língua do gentio, assim como impressionou-se com as pérolas de alguns soldados que estiveram na companhia de Francisco de Orellana e que, como testemunhas visuais, a gabaram e prometeram muitas peças de ouro e prata, terra adentro.

Assim motivado, Luís de Melo foi-se a Portugal pedir ao rei essa capitania para a conquistar e povoar e, sendo-lhe concedida, foi rápido em sua estada na cidade de Lisboa, e partiu dela com três embarcações e duas caravelas com que, chegando ao Maranhão, perdeu-se nos recifes e bancos de areia da barra, e morreu a maior parte das pessoas que levava, escapando somente ele com alguns em sua caravela que ficou de perigo, além de dezoito

---

<sup>162</sup> Não conseguimos localizar, até o presente momento desta pesquisa, qual a região a que Frei Vicente do Salvador se refere como ponta do Pereá. Contudo, a ponta do Cumã, refere-se, provavelmente, à praia da ponta do Cumã, no município maranhense de Guimarães, havendo nele uma baía homônima.

<sup>163</sup> Elvas: pequena cidade portuguesa da região do Alentejo. Esta cidade é famosa por conter um conjunto de fortificações abaluartadas, denominadas de “murallas de Elvas”, consideradas como patrimônio da humanidade.

homens em um bote que foi parar na ilha de São Domingos. Dentre eles, estava meu pai<sup>164</sup>, que nosso Senhora tenha em sua glória, o qual, sendo moço, por fugir de uma madrasta e ser alentejano como o capitão, da geração dos Palhas e com pouco grão para sustentar a vida, embarcou-se então para o Maranhão e depois para esta Bahia, em que se casou e teve a mim e outros filhos e filhas.

Depois que Luís de Melo voltou a Portugal, foi para a Índia, em que realizou corajosas realizações e, retornando para o reino muito rico, reavivou a intenção de retomar sua capitania, e viajou na embarcação São Francisco, que desapareceu sem saber-se mais notícias dela. Nem houve mais quem tratasse do Maranhão o que, sabido isto pelos franceses, o tomaram novamente, como veremos no Livro Quinto.

Mas há aqui, por fim deste livro, de se advertir duas coisas: a primeira, é que não segui nele a ordem do tempo e da antiguidade das capitanias e povoações, a não ser a do lugar e das fronteiras de umas com as outras, começando do sul para o norte, o que não farei nos livros seguintes, em que estabelecerei a ordem dos tempos e das coisas; a segunda, é que não tratei das do Rio de Janeiro, Sergipe, Paraíba e outras, porque estas foram conquistadas depois e foram povoadas por conta do rei, conforme ordem dada a seus capitães e governadores-gerais, e terão seu lugar quando tratarmos delas nos Livros seguintes.

## **FIM DO LIVRO SEGUNDO**

---

<sup>164</sup> Trata-se do pai de Frei Vicente do Salvador, João Rodrigues Palha, que, antes de ir morar na Bahia, já havia se aventurado pelas bandas do Maranhão. Este tópico é tratado mais detalhadamente na primeira parte desta dissertação, no tópico 1.1, intitulado “Biografia de Frei Vicente do Salvador”. Nesta mesma parte são tratados os dados de toda a família do frade franciscano.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho leva em conta que a literatura brasileira já se faz presente desde as origens do Brasil, no período colonial. Mas não como uma produção independente e autônoma, como ocorre no Romantismo ou em outras escolas futuras de nossa literatura. A literatura nacional chama a atenção, neste período, principalmente por seu aspecto embrionário, que funcionará como uma semente e, lançada ao solo, auxiliará a implementar uma base nacional, principalmente temática, que servirá de inspiração para os nossos futuros autores de literatura. Ao longo desta pesquisa e, mais propriamente dito no tópico 4, trouxemos exemplos de como a temática nacionalista dos primeiros séculos de nosso achamento foram garimpados pelos autores e críticos da literatura, além do resgate de textos produzidos neste período.

Este empreendimento no campo da produção e da teoria literárias, de buscar as fontes e as origens de nossa literatura, mesmo que fosse considerado um tanto insipiente, já serviria de argumentação para pensarmos que houve, no novo contexto populacional que se iniciava, certa produção textual com aspectos literários. Da mesma forma, ainda que estes aspectos literários também fossem rústicos ou limitados, ainda assim poderiam demonstrar a possibilidade de alguma textualidade interessante de ser analisada pelo escopo da literatura. Pese-se o que foi escrito, as abordagens, as temáticas, sua disseminação, sua recepção, além de outras dimensões interessantes para se analisar um texto, vale lembrar de que se trata de uma busca e verificação de um estado embrionário, novo e originário, ainda em fase inicial, mas carregada de vigor, que se abriria para uma gama de possibilidades nacionalistas futuras que iriam se manifestar na literatura.

Dessa forma, talvez, nos permitamos a pensar a literatura neste período colonial brasileiro muito mais em relação ao que contribui para o leque de possibilidades futuras, do que uma textualidade caracterizada como “alta literatura” em si mesma. Este é um dos argumentos desta dissertação, que também é costurado ao longo de sua estrutura. Cada tópico procurou, dentro de suas balizas temáticas, fazer emergir este debate, a partir da textualidade de Frei Vicente do Salvador, um frade franciscano, filho de portugueses colonizadores, mas que nasceu na Bahia, sendo considerado, como o primeiro historiador do Brasil. Seu livro, *História do Brasil*, finalizado em sua primeira versão no ano de 1627, já recebe o reconhecimento na área da história. Contudo, uma leitura mais aprofundada, revela este texto supera a área da história, demonstrando vigor e “potência” ao contexto da literatura.

O título desta dissertação é uma referência direta a tal capacidade literária que a *História do Brasil* carrega em si. Isso porque, em sua obra, Frei Vicente distribui uma infinidade de textos de valor estético. Não faz puro e simples relato técnico, mas escreve com elegância e intencionalidade estética, permeando a obra, de início ao fim, com vários textos considerados como causos populares e relatos fantasiosos. Da mesma forma, faz transparecer em sua textualidade uma postura nacionalista, de amor à sua terra, que supera as descrições de outros autores contemporâneos seus, que simplesmente descrevem o deslumbramento da nova realidade que o Brasil representa, com seu povo autóctone e sua natureza exuberante. Propõe uma escrita elaborada com o requinte literário, utilizando-se dos recursos estéticos da escola barroca, como é defendido pelos autores literários com os quais dialogamos ao longo desta dissertação.

Assim, configura-se a primeira hipótese, ou o primeiro objetivo do qual tratamos, que é de considerar a *História do Brasil* dentro de sua possibilidade enquanto texto literário e sua contribuição para a literatura brasileira. A esta hipótese, ou objetivo, acreditamos ter dado uma resposta não definitiva, mas significativa, ainda aberta a um debate que pode render outras conclusões. O produto final dessas pesquisas traz uma resposta nossa afirmativa e, também, de admiração e reverência à obra de Frei Vicente do Salvador. Também demonstra a grande satisfação e alegria com que empreendemos os esforços para alcançar esta meta tratada no início desta dissertação.

É possível, portanto, afirmar que este foi o chão que guiou esta pesquisa. Se valer o ditado que diz que “onde há fumaça, há fogo”, então também podemos acreditar que os propósitos textuais de Frei Vicente do Salvador apontam para uma oportunidade literária. E que já houve bons textos, em nossos primeiros séculos, a serem abordados pelo prisma da literatura. Imbuídos, então, desta confiança, procuramos dar cabo de outros passos consequentes, mas igualmente importantes, para dar voz a Frei Vicente no contexto acadêmico atual. As opções pela bibliografia de fundamentação e a estruturação desta dissertação vão de encontro com estes passos, consequentes daquele primeiro e fundamental, e procuraram lhes dar uma coerente fundamentação. Da mesma forma, a metodologia procurou harmonizar-se com as opções teóricas, mesclando a pesquisa bibliográfica de teoria literária e de documentação histórica referente à *História do Brasil*, com a pesquisa de campo e a análise do material coletado referente às diversas impressões que foram feitas da obra. Tais demonstrações valeram-se, além da estrutura teórica principal da dissertação, de uma lista de anexos, em que são trazidos materiais ilustrativos e visuais, tabelas de compilação das edições e curiosidades sobre temas presentes na obra de Frei Vicente.

Em relação à estrutura desta dissertação, e para alcançar com eficácia as respostas às hipóteses e alcançar os objetivos a que nos propusemos, ela divide-se em quatro partes. A primeira, introdutória, teve como objetivo iniciar o leitor ao conhecimento de Frei Vicente do Salvador e da *História do Brasil*, sua mais importante obra, pois tanto o autor como a sua obra, por estarem num horizonte de tempo bastante significativo do leitor atual, são pouco ou raramente conhecidos, mesmo dentro do contexto acadêmico. Assim, a leitura da introdução propicia já algumas pistas do que virá pela frente, provendo o leitor com certo chão que sustentará a leitura do restante da pesquisa.

Sequencialmente, na segunda parte, procuramos aprofundar os dados mais rasos trazidos na introdução, a respeito da biografia de Frei Vicente do Salvador e da biografia de sua obra, a *História do Brasil*. Estes dois aspectos estão intimamente ligados, ou seja, a vida e as convicções de Frei Vicente marcam a sua textualidade e deixam rastros fundamentais na obra que, por sua vez, marcam, direcionam e trazem consequências para a vida de Frei Vicente. Estes pressupostos revelam-se na leitura de sua obra e de outras obras de pessoas que pesquisaram sobre o autor baiano. Frei Vicente era um apaixonado pelo Brasil e acreditava que este território deveria ser preponderante para que o reino português se tornasse uma potência mundial na época. Ele também foi membro influente da sociedade de seu tempo, tanto em razão dos altos cargos eclesiásticos que assumiu, pois a Igreja era hegemônica na organização política da colônia em seu estágio inicial, e por estar no centro do poder, porque a capital da Bahia era também a capital geográfica e política da colônia. Estas questões impulsionam Frei Vicente à propor um projeto político de destaque para a colônia brasileira em relação ao reino, que se revela na obra a partir de uma série de textos que dão origem ao que os críticos literários chamam de nativismo, e que seria um dos principais argumentos temáticos futuros para uma literatura propriamente nacional.

Portanto, apresentar de forma aprofundada tanto a vida de Frei Vicente e o itinerário da *História do Brasil*, tornou-se um ponto fundamental desta pesquisa, debatida ainda em sua fase de projeto. Por essa razão, implementou-se um intenso trabalho de pesquisa de campo, para encontrar e analisar as várias edições impressas que foram feitas da obra. Uma extensa apresentação deste esforço pode ser conferida no item 4.2 desta dissertação, em que fala-se sobre detalhes tanto de suas impressões como dos aspectos particulares de cada edição. Uma análise mais minuciosa, em que há compilação de praticamente todos os detalhes de cada edição, foi realizada também no anexo P, em forma de tabela comparativa, além de detalhes ilustrativos com fotos nos anexos C a K, configurando-se como um importante material de apoio para esta pesquisa.

A terceira parte efetiva outro grande objetivo desta dissertação, que foi a de propor uma atualização textual e crítica da História. A atualização textual intentou trazer ao leitor atual uma escrita mais próxima de sua realidade, uma vez que o texto original, além das primeiras edições impressas, apresentam regras sintáticas e morfológicas próprias da época de seus lançamentos, o que causa certo estranhamento, principalmente para o leitor que não está familiarizado com a realidade acadêmica, e dificulta sobremaneira a sua leitura.

Paralelo e complementar ao esforço de atualização textual, a terceira parte, em que trazemos o texto original da História do Brasil, a partir de seus dois primeiros livros, produzimos uma significativa diversidade de notas de rodapé que atuam no trabalho com função crítica e configuram-se como um de suas partes principais. São notas paratextuais de teores diversos: análises, esclarecimentos, aprofundamentos temáticos, traduções, curiosidades, entre outros, que possibilitam ao leitor um mergulho mais ao fundo da obra de Frei Vicente, e lhe dão chaves de leitura para compreender questões literárias e conceituais do texto.

Aqui vale uma ressalva de que, no projeto inicial de pesquisa, intentou-se fazer a atualização crítica de todos os livros da *História do Brasil*, que ao todo são em número de cinco. Entretanto, ao longo dos trabalhos, percebeu-se a impossibilidade de dinamizar este objetivo, em razão da extensão dos textos e dos prazos a serem cumpridos e, até mesmo porque outros esforços necessitariam de serem implementados, a fim de produzir um trabalho adequado às propostas de pesquisa da pós-graduação. Ainda, este aspecto foi levantado pela banca no momento da qualificação prévia desta proposta de dissertação e foi sugerido que se reduzisse o escopo de análise do texto original da *História*. Por essas razões, os objetivos iniciais deste projeto foram alterados e decidiu-se por apresentar os resultados a partir apenas dos dois primeiros livros da obra de Frei Vicente. A escolha dos dois primeiros livros deu-se em razão de serem os mais ricos em textos, tanto no aspecto da diversidade quanto no das possibilidades literárias.

A quarta e última parte revelou-se como um esforço de fundamentar teoricamente a possibilidade literária da *História do Brasil*, um dos principais objetivos e o fator motivador de toda esta pesquisa. Para tanto procuramos dialogar com críticos e autores da literatura brasileira, principalmente aqueles que tratam de Frei Vicente do Salvador e da *História do Brasil* e que, de alguma forma, reconhecem-lhe ou não alguma importância para a literatura. Sob esta dimensão, acreditamos ser importante destacar uma questão: a da opção teórica. Para fundamentar esta pesquisa, temos consciência de que optamos por alguns autores e ideias, em detrimento de outras. E toda opção resulta em consequências, que podem ser satisfatórias ou

frustrantes, dependendo do debate que é realizado. Nesse sentido, encontramos opções teóricas que nos deram base para determinadas afirmações feitas ao longo de nossa argumentação. Soma-se a isso o fato desta dissertação possuir o caráter de pesquisa em história da literatura e, portanto, mais um motivo para nos apoiarmos na bibliografia proposta.

Nossa opção teórica também se justifica em razão de estabelecer um escopo para a pesquisa. Além de se adequarem à metodologia e aos propósitos os quais elegemos, sustentam o esforço da pesquisa de acadêmica do *stricto sensu*, que é a análise mais específica e menos genérica, e também para não perder-se nas reflexões. Mesmo tendo optado por um *corpus* teórico mais específico e direcionado, esta dissertação apresenta também a diversidade, mas nos momentos em que ela se mostrou mais adequada ou quando houve necessidade de seu aporte. Dessa forma, o veio central da pesquisa dá voz aos nossos grandes, porém tradicionais, mestres da história da literatura, tais como José Veríssimo e Sílvio Romero do século XIX, passando pelos nossos pensadores do século XX, mas também de autores de reconhecida influência atual na literatura como Alfredo Bosi, Antonio Cândido e José Aderaldo Castello, para citar alguns nomes. Autores coloniais que dialogam com Frei Vicente, como é o caso de Anthony Knivet e Gabriel Soares de Souza, além de outros, também foram solicitados ao longo desta dissertação. Além de uma extensa lista de críticos de outras áreas (história, antropologia, botânica, legislação) que nos auxiliaram para o esclarecimento e aprofundamento de temáticas que emergem da obra de Frei Vicente do Salvador, seja para compreendê-las à época do Brasil-Colônia seja para a época do nosso contexto.

Com esta quarta parte finalizamos nossos esforços e, assim, acreditamos ter alcançados de forma significativa, mesmo que em partes, os objetivos propostos no início desta pesquisa. De forma significativa porque a leitura deste trabalho irá demonstrar a seriedade e o esforço que tentamos implementar neste projeto. E a parcialidade dos resultados em razão de crermos que toda reflexão abrange somente uma parte do todo, por maior esforço que se faça, ou seja, sempre será possível criticar, falsear, acrescentar ou louvar uma análise teórica por se tratar de teoria, em que as possibilidades de contribuição de cada autor são praticamente infinitas. Isso nos faz olhar a esta pesquisa com uma postura de clareza e coerência e demonstrar que ela satisfaz uma possibilidade postulada no início do trabalho e não exclui tantas outras que podem vir na direção de sua contribuição, caso haja interesse de outros pesquisadores. E esta é, talvez, uma das mais significativas contribuições desta dissertação, mesmo que na consciência de sua pequenez, ou seja, a de despertar o interesse pela pesquisa em nossa literatura de uma forma geral, mas também pelos gigantes esquecidos

de nosso passado, fazendo emergir mestres que, com seu esforço, semearam e teceram um corpo literário que podemos chamar de literatura brasileira.

## REFERÊNCIAS

- ABRAM, D. Um mundo além do humano. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre (RS), n. 2, v. 7, p. 64-95, jul./dez. 2013.
- ABREU, Joao Capistrano de. **Capítulos de história colonial: 1500 - 1800**. Belo Horizonte: São Paulo: Publifolha, 2000.
- ANDRADE, Oswald de. **Obras completas VII: poesias reunidas**. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- AMORA, Antonio Soares. **História da literatura brasileira (séculos XVI-XX)**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 1967.
- Bíblia**: tradução ecumênica. Tradutor: Johan Konings (SJ). São Paulo: Loyola, 1994.
- BENDER, Flora Christina; LAURITO, Ilka. **Crônica: história, teoria e prática**. São Paulo: Scipione, 1993.
- BOPP, Raul. **Cobra Norato e outros poemas**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bloch Editores Ltda., 1956.
- BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 1989.
- BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogos das grandezas do Brasil**. Edição revisada e publicada por João Capistrano de Abreu. Salvador : Progresso, 1956. Disponível em: <[http://www.educacional.com.br/classicos/obras/dialogos\\_das\\_grandezas\\_do\\_brasil.pdf](http://www.educacional.com.br/classicos/obras/dialogos_das_grandezas_do_brasil.pdf)>. Acesso em: 08 jan. 2019.
- CAMARGO, Luís Soares de. As “bexigas” e a introdução da vacina antivariólica em São Paulo. **Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo** (São Paulo), n. 28, dez. 2007.
- CANDIDO, Antonio; CASTELLO, José Aderaldo. **Presença da literatura brasileira: história e antologia**. 12ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CARVALHO FILHO, Luís Francisco. Impunidade no Brasil: Colônia e Império. **Revista Estudos Avançados** (USP: São Paulo), v. 18, n. 51, p. 181-194, ago., 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142004000200011&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000200011&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)>.
- CARVALHO, Ronald de. **Pequena história da literatura brasileira**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1984.
- CASCUDO, Luís de Câmara. **História da alimentação no Brasil**. 4. ed. Editora Global, São Paulo/SP, 2011. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?id=3CYnDwAAQBAJ&pg=PT295&lpg=PT295&dq=fruta+que+tem+gosto+de+alm%C3%ADscar&source=bl&ots=YUfTvznrTX&sig=3S7XR3c68g\\_fLD-tbQx7NjY15mg&hl=pt-](https://books.google.com.br/books?id=3CYnDwAAQBAJ&pg=PT295&lpg=PT295&dq=fruta+que+tem+gosto+de+alm%C3%ADscar&source=bl&ots=YUfTvznrTX&sig=3S7XR3c68g_fLD-tbQx7NjY15mg&hl=pt-)>

BR&sa=X&ved=2ahUKEwj117LIsNXfAhWKDJAKHfajClkQ6AEwCHoECAAQAQ#v=onepage&q=alm%C3%ADscar&f=false>. Acesso em: 4 jan. 2019

CASTELLO, José Aderaldo. **Manifestações literárias do período colonial (1500-1808/1836)**. vol I. 3ª ed. São Paulo: Cultrix, 1981.

CONSTÂNCIO, Francisco Solano. **Novo dicionário crítico e etymológico da língua portuguesa**. Paris: Editora Casimir, 1836. Disponível em:

<[https://books.google.com.br/books?id=HM9TAAAACAAJ&pg=PA190&lpg=PA190&dq=briguigões&source=bl&ots=HUvT9cdoPy&sig=-6\\_TvPwYONqs9P-HnKVzVH\\_1LoU&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwjn92T8eDfAhWCS5AKHeJ-ANgQ6AEwAHoECAkQAQ#v=onepage&q=briguigões&f=false](https://books.google.com.br/books?id=HM9TAAAACAAJ&pg=PA190&lpg=PA190&dq=briguigões&source=bl&ots=HUvT9cdoPy&sig=-6_TvPwYONqs9P-HnKVzVH_1LoU&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwjn92T8eDfAhWCS5AKHeJ-ANgQ6AEwAHoECAkQAQ#v=onepage&q=briguigões&f=false)>. Acesso em: 8 jan. 2019.

CONVENTO DA PENHA. **Frei Pedro Palácios**. Disponível em:

<<http://conventodapenha.org.br/Frei-pedro-palacios/>>. Acesso em: 25 fev. 2019.

COUTINHO, Afrânio. **Introdução à literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1959.

CUNHA, Antonio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

DENIPOTI, Claudio; PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Sobre livros e dedicatórias: D. João e a Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801). **História Unisinos**: Unisinos, São Leopoldo (RS), v. 17, n. 13, p. 257-271, set./dez., 2013. Disponível em:

<<http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/viewFile/htu.2013.173.06/3720>>. Acesso em: 28 dez. 2018.

DE SÁ, Jorge. **A crônica**. 6. ed. São Paulo: Ática, 2005.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. O mito indígena da Lagoa Dourada e as bandeiras do Brasil Central. **DF LETRAS (Suplemento Cultural da Câmara Legislativa do Distrito Federal)**, Brasília (DF), v. 1, n. 09, p. 7-8, 28. fev. 1994. Disponível em:

<<http://biblioteca.cl.df.gov.br/dspace/bitstream/123456789/1780/1/O%20mito%20ind%C3%ADgena%20da%20lagoa%20dourada.Manoel%20Rodrigues.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2018.

GÁLVEZ, Ramon Freire. **Un ecijano, Diego de Ávalos y Figueroa, poeta en la América española del siglo XVI**. Écija (ES): Ciberecija News, 2014. Disponível em:

<<http://www.ciberecija.com/descargas/diego-avalos-figueroa.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2019.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. **A primeira história do Brasil**: história da província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado. **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7

Letras, 2006. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?id=HR83k2Bo9MC&pg=PA4&dq=GUIMARÃES,+Manoel+Luiz+Salgado.+Estudos+sobre+a+escrita+da+historia.+Rio+de+Janeiro:+7+Letras,+2006.&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjV-N22hP\\_cAhWGFpAKHcT3CykQ6AEIJzAA#v=onepage&q=GUIMARÃES%2C%20Manoe](https://books.google.com.br/books?id=HR83k2Bo9MC&pg=PA4&dq=GUIMARÃES,+Manoel+Luiz+Salgado.+Estudos+sobre+a+escrita+da+historia.+Rio+de+Janeiro:+7+Letras,+2006.&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjV-N22hP_cAhWGFpAKHcT3CykQ6AEIJzAA#v=onepage&q=GUIMARÃES%2C%20Manoe)

>

>

>



l%20Luiz%20Salgado.%20Estudos%20sobre%20a%20escrita%20da%20história.%20Rio%20de%20Janeiro%3A%207%20Letras%2C%202006.&f=false>. Acesso em: 09 jul. 2018.

GUIMARÃES, RUTH. **Dicionário da mitologia grega**. São Paulo: Cultrix, 1983.

GURGEL, Cristina B. F. M. **Índios, jesuítas e bandeirantes**. Medicinas e doenças no Brasil dos séculos XVI e XVII. 2009. 225 f. Tese (Doutorado em Medicina) – Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2009.

HANSEN, João Adolfo. Barroco, neobarroco e outras ruínas. **Teresa – revista de literatura brasileira**. São Paulo (USP, n. 2, p. 10-66, ago. 2001. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/teresa/article/view/116560>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

HUE, Sheila. **Delícias do descobrimento: a gastronomia brasileira no século XVI**. Rio de Janeiro/RJ: Editora Zahar, 2008. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?id=jvh7gLqnShYC&pg=PA40&lpg=PA40&dq=fruta+curuanha&source=bl&ots=VuiwP1hjmN&sig=HeABOlpl2HFfos\\_wZ6T6Usyps1c&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwiEpM2isdXfAhUIGJAKHVrjDoIQ6AEwCHoECAMQAQ#v=onepage&q=curuanha&f=false](https://books.google.com.br/books?id=jvh7gLqnShYC&pg=PA40&lpg=PA40&dq=fruta+curuanha&source=bl&ots=VuiwP1hjmN&sig=HeABOlpl2HFfos_wZ6T6Usyps1c&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwiEpM2isdXfAhUIGJAKHVrjDoIQ6AEwCHoECAMQAQ#v=onepage&q=curuanha&f=false)>

KNIVET, Anthony. **As incríveis aventuras e estranhos infortúnios de Anthony Knivet: Memórias de um aventureiro inglês que em 1591 saiu de seu país com o pirata Thomas Cavendish e foi abandonado no Brasil, entre índios canibais e colonos selvagens**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2007.

KRAUSE, Thiago Nascimento. Em busca da honra: os pedidos de hábitos da Ordem de Cristo na Bahia e em Pernambuco, 1644-76. In: XIII Encontro de História ANPUH-RIO: Identidades, 2008. **Anais...** Rio de Janeiro (RJ): UFRRJ, 2008. Acesso em: 02 jan. 2019. Disponível em: [http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212608874\\_ARQUIVO\\_ThiagoKrause-ANPUHRJ2008.pdf](http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212608874_ARQUIVO_ThiagoKrause-ANPUHRJ2008.pdf).

LÉRY, Jean de. **Viagem à terra do Brasil**. Rio de Janeiro: Martins, 1960.

LIMA SANTOS, M. **Xamanismo: a palavra que cura**. São Paulo: Paulinas / Belo Horizonte: Editora PUCMinas, 2007.

MELLO, Isabele Matos Pereira de. Instâncias de poder e justiça: os primeiros tribunais da Relação (Bahia, Rio de Janeiro e Maranhão). **Revista Tempo**. Niterói (RJ), v. 24, n. 1, jan./abr. 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v24n1/1980-542X-tem-24-01-89.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

MOISÉS, Massaud. **A criação literária: prosa**. 16. ed. São Paulo: Cultrix, 1967.

MOISÉS, Massaud. **História da literatura brasileira: das origens ao romantismo**. Volume I. 7. ed. São Paulo: Cultrix, 2001.

MOISÉS, Massaud. **Dicionário de termos literários**. 6.ed. São Paulo: Cultrix, 1992.

MORA VALCÁRCEL, Carmen de. Un “raro” del siglo XVII: la Miscelanea Austral de Pedro Davalos y Figueroa. In: Actas – III Jornadas de Andalucía y América. **Actas...** Andalucía (ES): Universidad Internacional de Andalucía, 1983. Disponível em: <<https://dspace.unia.es/bitstream/handle/10334/389/14JIITII.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 5 jan. 2019.

MOTTA, Arthur. **História da literatura brasileira**: época de formação (séculos XVI e XVII). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1930.

NOZOE, Nelson. Sesmarias e Apossamento de Terras no Brasil Colônia. **Economia**, Brasília(DF), v.7, n.3, p.587–605, set./dez. 2006. Disponível em: <[http://www.anpec.org.br/revista/vol7/vol7n3p587\\_605.pdf](http://www.anpec.org.br/revista/vol7/vol7n3p587_605.pdf)>.

OLIVEIRA, M. L. **A historia do Brasil de Frei Vicente do Salvador**: história e política no Império Português do século XVII. Rio de Janeiro: Versal; São Paulo: Oderbrecht, 2008. v. 1 ilustrado.

OLIVEIRA, M. L. **A historia do Brasil de Frei Vicente do Salvador**: história e política no Império Português do século XVII. Rio de Janeiro: Versal; São Paulo: Oderbrecht, 2008. v. 2 ilustrado.

OLIVIERI, A. C.; VILLA, M. A. **Cronistas do descobrimento**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2000.

PACHECO, Keli Cristina. O que foi um autor? ou da contemporaneidade do princípio da *auctoritas*: um estudo sobre a carta de guia de casados, de Dom Francisco Manuel de Melo. **Linguagens – Revista de Letras, Artes e Comunicação**. Blumenau (SC), v. 1, n. 3, p. 186-202, set./dez. 2007. Disponível em: <<https://proxy.furb.br/ojs/index.php/linguagens/article/view/737/805>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

ROMERO, Sílvio. **História da literatura brasileira**. Vols. 2 e 5. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1960.

SALVADOR, V. **Historia do Brazil**. Rio de Janeiro: Bibliotheca Nacional; Typ. Leuzinger & Filhos, 1889. Disponível em: <<https://archive.org/stream/vicente-salvador#page/n0/mode/2up>>. Acesso em: 4 ago. 2018.

SALVADOR, V. **História do Brasil**: 1500 – 1627. 2. ed. Revista por Capistrano de Abreu. São Paulo / Rio de Janeiro: Weiszflog Irmãos, 1918. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4515?locale=en>>. Acesso em: 4 ago. 2018.

SALVADOR, V. **História do Brasil**. 3. ed. Revista por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia. São Paulo: Melhoramentos, 1931.

SALVADOR, V. **História do Brasil**: 1500 – 1627. 4. ed. Revista por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia. São Paulo: Melhoramentos, 1954.

SALVADOR, V. **História do Brasil: 1500 – 1627**. 5. ed. Revista por Capistrano de Abreu, Rodolfo Garcia e Frei Venâncio Willeke, OFM. São Paulo: Melhoramentos, 1965.

SALVADOR, V. **História do Brasil: 1500 – 1627**. 6. ed. Revista por Capistrano de Abreu, Rodolfo Garcia e Frei Venâncio Willeke, OFM. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

SALVADOR, V. **História do Brasil: 1500 – 1627**. 7. ed. Revista por Capistrano de Abreu, Rodolfo Garcia e Frei Venâncio Willeke, OFM. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1982.

SALVADOR, V. **História do Brasil**. 8. ed. Revista por Capistrano de Abreu. Brasília: Senado Federal, 2010.

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. 4. ed. São Paulo: Nacional, 1971.

STADEN, H. **Viagem ao Brasil**. Tradutor: Theodoro Sampaio. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica 1930. Disponível em:  
<<https://tendimag.files.wordpress.com/2012/12/hans-staden-viagem-ao-brasil-1930.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

TOBAR, Leonardo Romero. **Literatura y nation: la emergencia de las literaturas nacionales**. Zaragoza (ES): Prensas de la Universidad de Zaragoza, 2008. Disponível em:  
<<https://books.google.com.br/books?id=7FAfutgz3FwC&pg=PA500&lpg=PA500&dq=quien+fué+don+diego+d%27ávalos+y+figueroa&source=bl&ots=N7REGObPqJ&sig=MnfUXPyhOSr0QEnn9kSQVA7Fzmk&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwiyvKXgz-jfAhWgIbkGHUCoD7MQ6AEwC3oECAUQAQ#v=onepage&q=quien%20fué%20don%20diego%20d'ávalos%20y%20figueroa&f=false>>. Acesso em: 5 jan. 2019.

TREECE, David. Caramuru, o mito: conquista e conciliação. Tradução de Marcos César de Paula Soares. **Teresa Revista de Literatura Brasileira**, São Paulo, n. 12 e 13, p. 307-344, dez. 2013. Disponível em:  
<<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUKEwjZ2b3OwNjgAhXbGLkGHdwcAfwQFjAAegQICRAC&url=https%3A%2F%2Fwww.revistas.usp.br%2Fteresa%2Farticle%2Fdownload%2F99394%2F97877%2F&usg=AOvVaw2OnkJmCaFH0Y2xf5ojPMdy>>. Acesso em: 26 fev. 2019.

VERÍSSIMO, José. **História da literatura brasileira: de Bento Teixeira, 1601 a Machado de Assis, 1908**. 4ª. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

VIEIRA, Leonardo. **Biblioteca Nacional lança releitura de livro de 1630 escrito por Frei Vicente do Salvador**. Disponível em:  
<<http://oglobo.globo.com/sociedade/historia/biblioteca-nacional-lanca-releitura-de-livro-de-1630-escrito-por-Frei-vicente-do-salvador-15205034>>. Acesso em: 06 abr. 2019.

VIVEIROS DE CASTRO, E. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. **Revista MANA**, Rio de Janeiro (RJ), vol. 2, n. 2, p. 115-144, 1996.

WILLEKE, Frei Venâncio. Frei Vicente do Salvador. **REVISTA DE HISTÓRIA DA USP**, São Paulo (SP), v. 26, n. 54, p. 295-307, abr./jun. 1963. Disponível em:

<<http://revhistoria.usp.br/images/stories/revistas/054/A002N054.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2018.

WILLEKE, Frei Venâncio. Frei Vicente do Salvador, O.F.M – pai da história do Brasil.

**Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro (RJ), vol. 277, out. dez. 1967, p. 99- 112. Disponível em:

<[https://drive.google.com/file/d/0B\\_G9pg7CxKSsa1I4V2x4dmlPYk0/view](https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxKSsa1I4V2x4dmlPYk0/view)>. Acesso em: 05 mai. 2018.

## SITES CONSULTADOS

<<https://archive.org/details/JoaoDeBarroDecadasDaAsiaDecadaI/page/n3>>.

<<https://archive.org/details/primerapartedela00dv/page/n17>>.

<<http://conventodapenha.org.br/Frei-pedro-palacios/>>.

<<https://www.dicionario.priberam.org>>.

< <http://www.dominicanos.org.br>>.

<[https://www.ebiografia.com/fernao\\_de\\_magalhaes/](https://www.ebiografia.com/fernao_de_magalhaes/)>.

<[https://www.ebiografia.com/vicente\\_yanez\\_pinzon/](https://www.ebiografia.com/vicente_yanez_pinzon/)>.

<<http://guitarradecoimbra.blogspot.com/2006/04/tricana-de-mantu-o-trajo-popular-das.html>>.

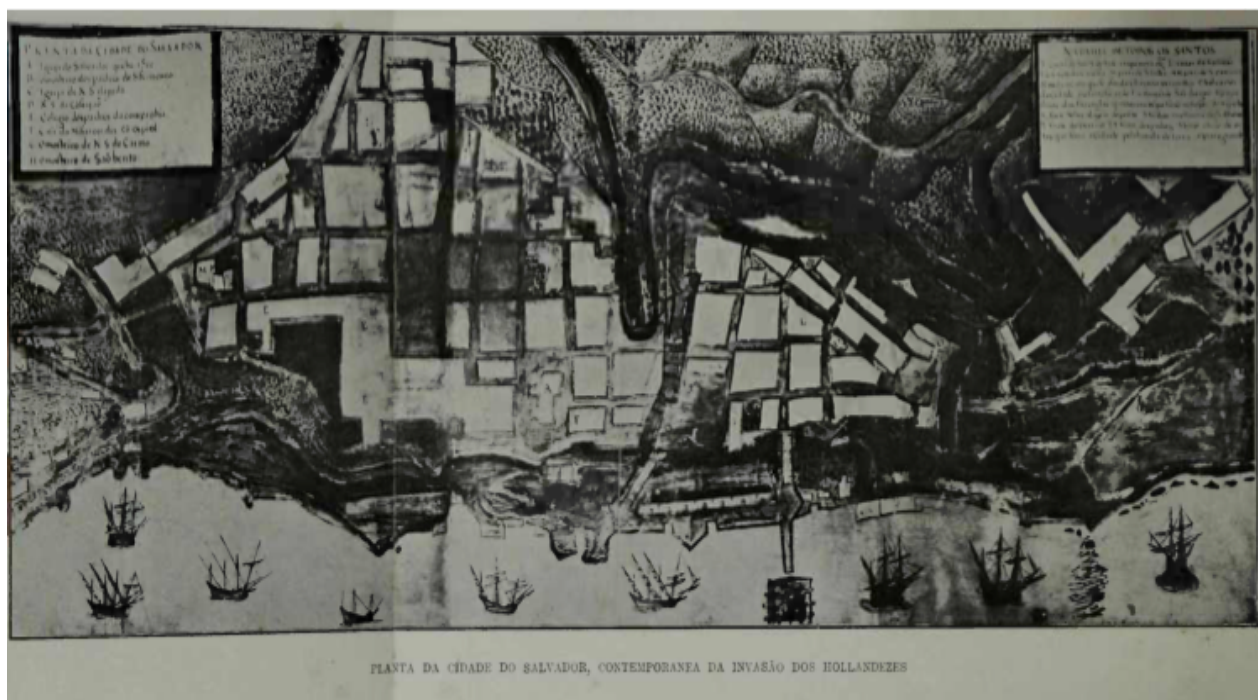
<<https://michaelis.uol.com.br>>.

<<https://www.tuasaude.com/bouba/>>.

<[http://virtualandmemories.blogspot.com/2013\\_07\\_14\\_archive.html](http://virtualandmemories.blogspot.com/2013_07_14_archive.html)>.

<[http://virtualandmemories.blogspot.com/2011\\_04\\_17\\_archive.html](http://virtualandmemories.blogspot.com/2011_04_17_archive.html)>.

## ANEXO A: Planta da cidade de Salvador no século XVI, à época da invasão holandesa



Fonte: SALVADOR, Vicente do. **História do Brasil**. 2. ed. 1918.

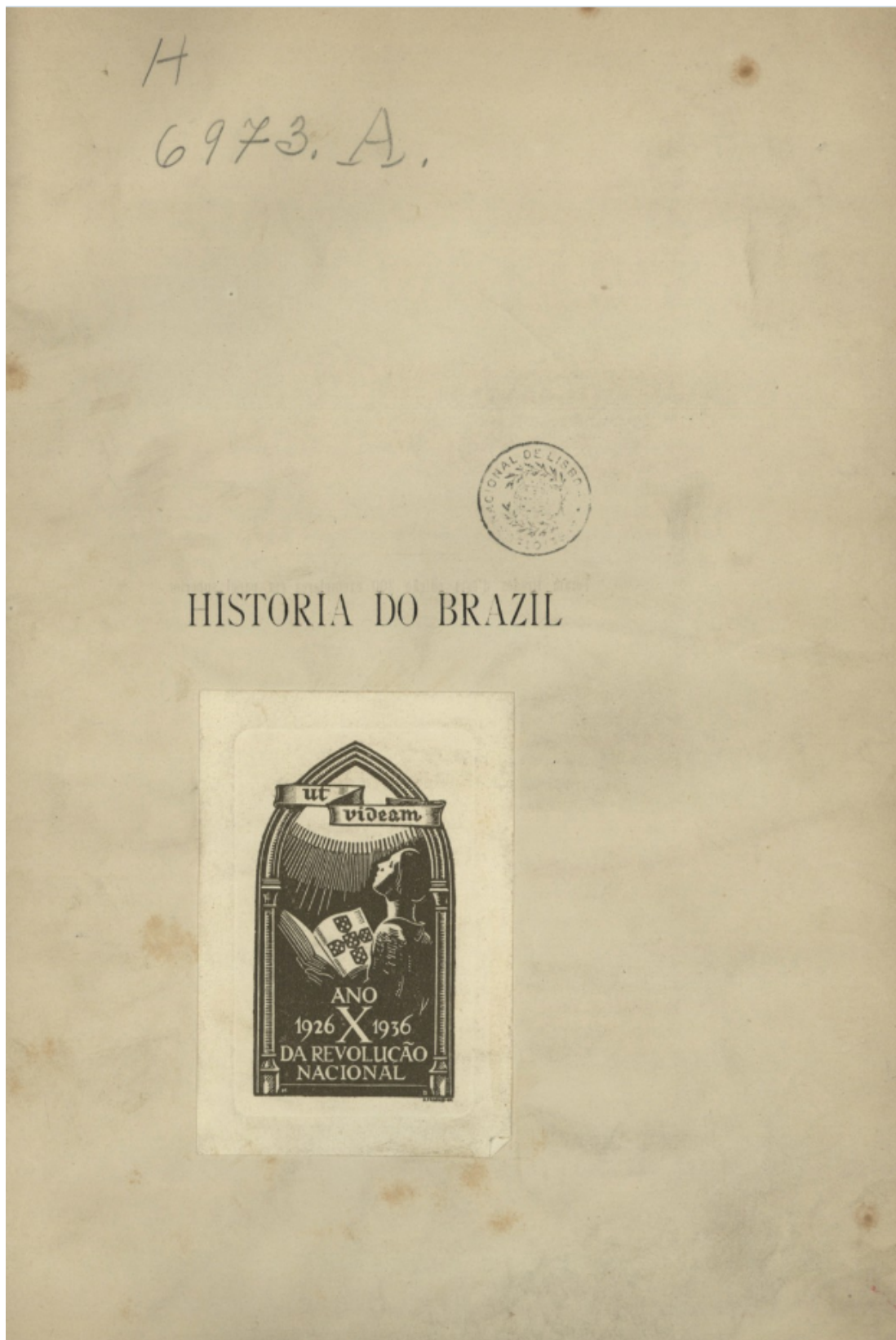
ANEXO B: Ilustração de Frei Vicente do Salvador por ocasião dos 400 anos de sua morte: selo comemorativo pela República Brasileira



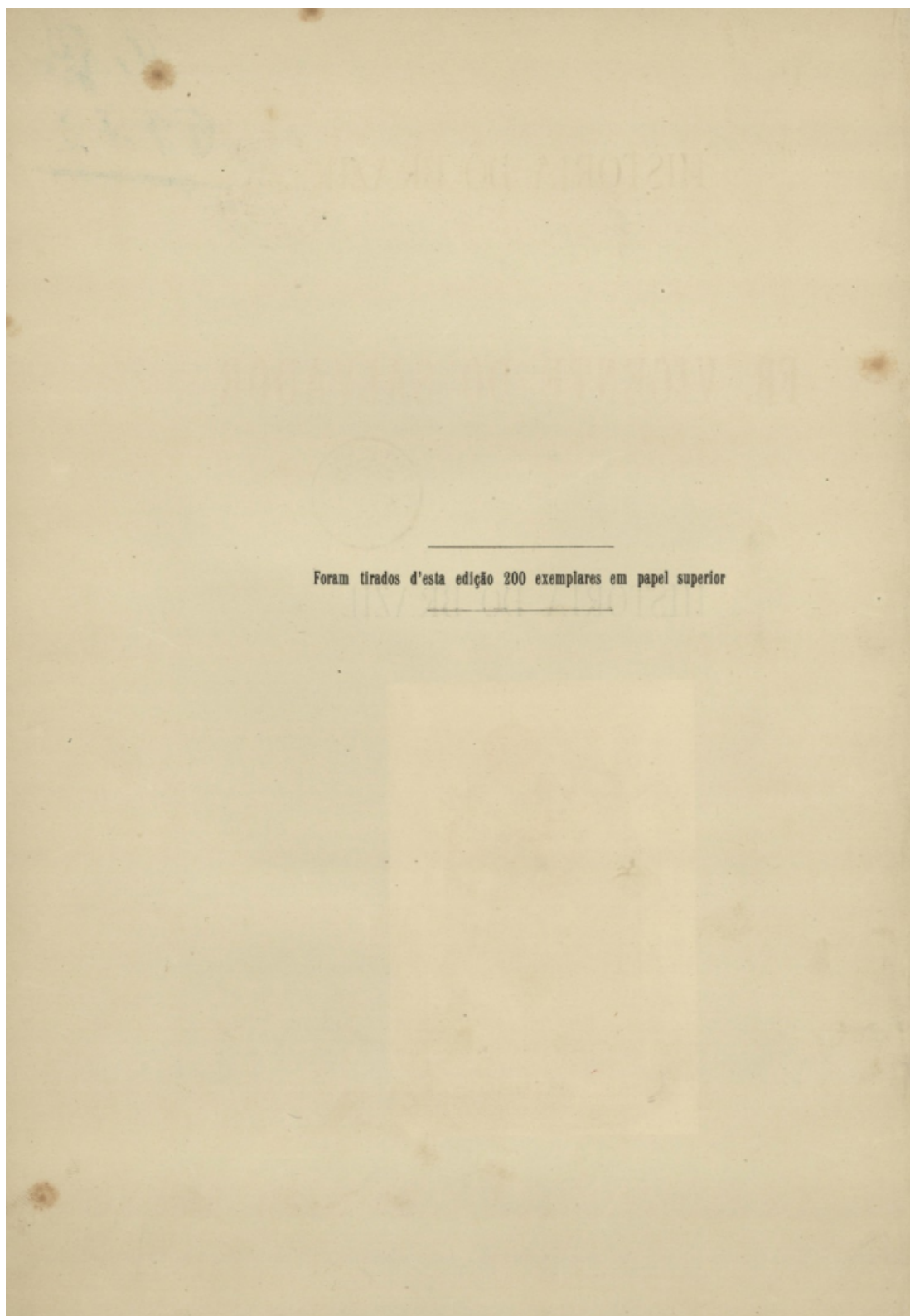
Fonte: Disponível em: <<http://www.historia-brasil.com/pesquisa.htm>>. Acesso em: 03/07/2018.

ANEXO C: Ilustrações da primeira edição impressa da *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, em 1889

Contracapa da edição

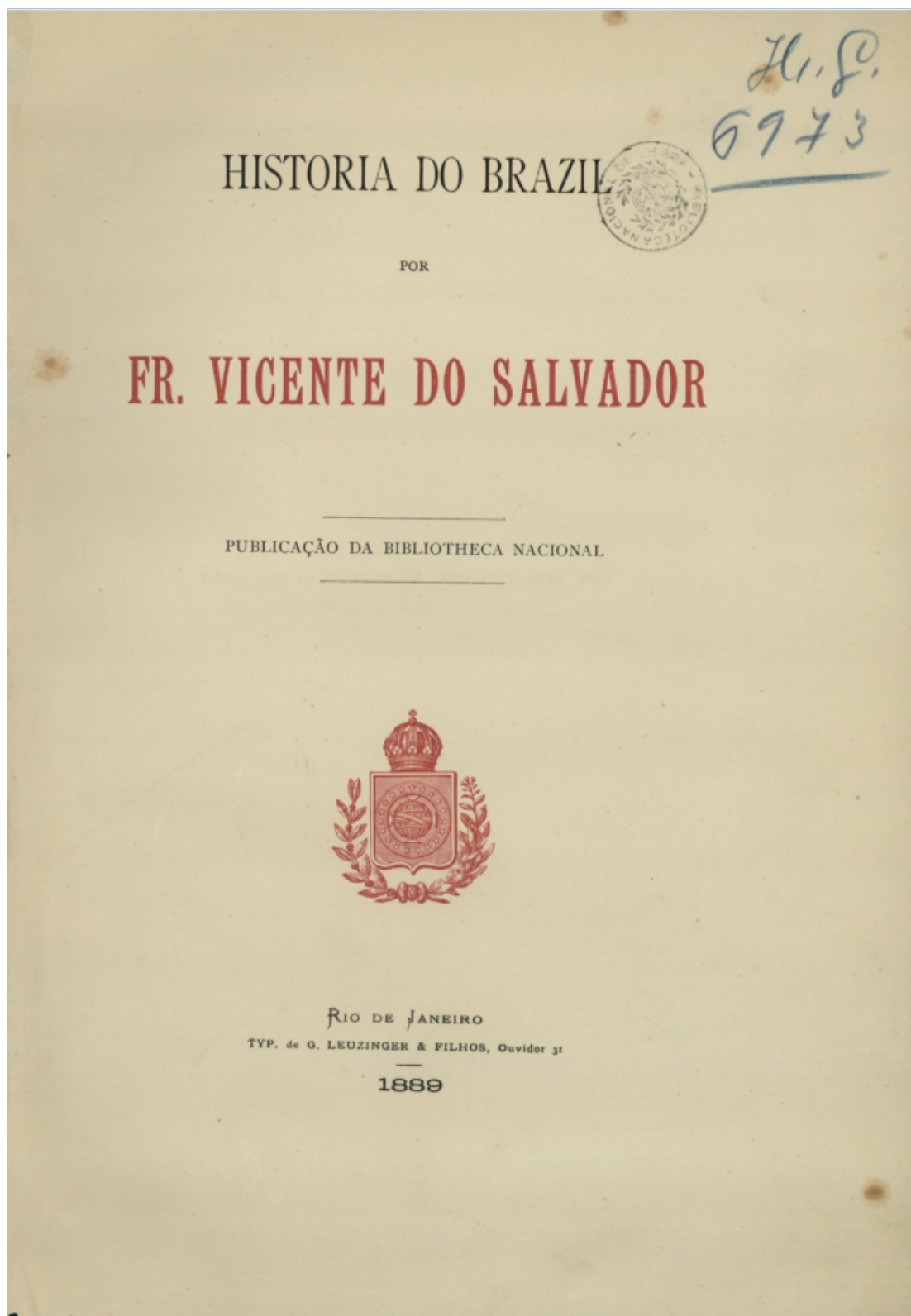


Ilustrações da primeira edição impressa da História do Brasil, de Frei Vicente do Salvador, em 1889: indicação de número de exemplares em papel superior, da edição

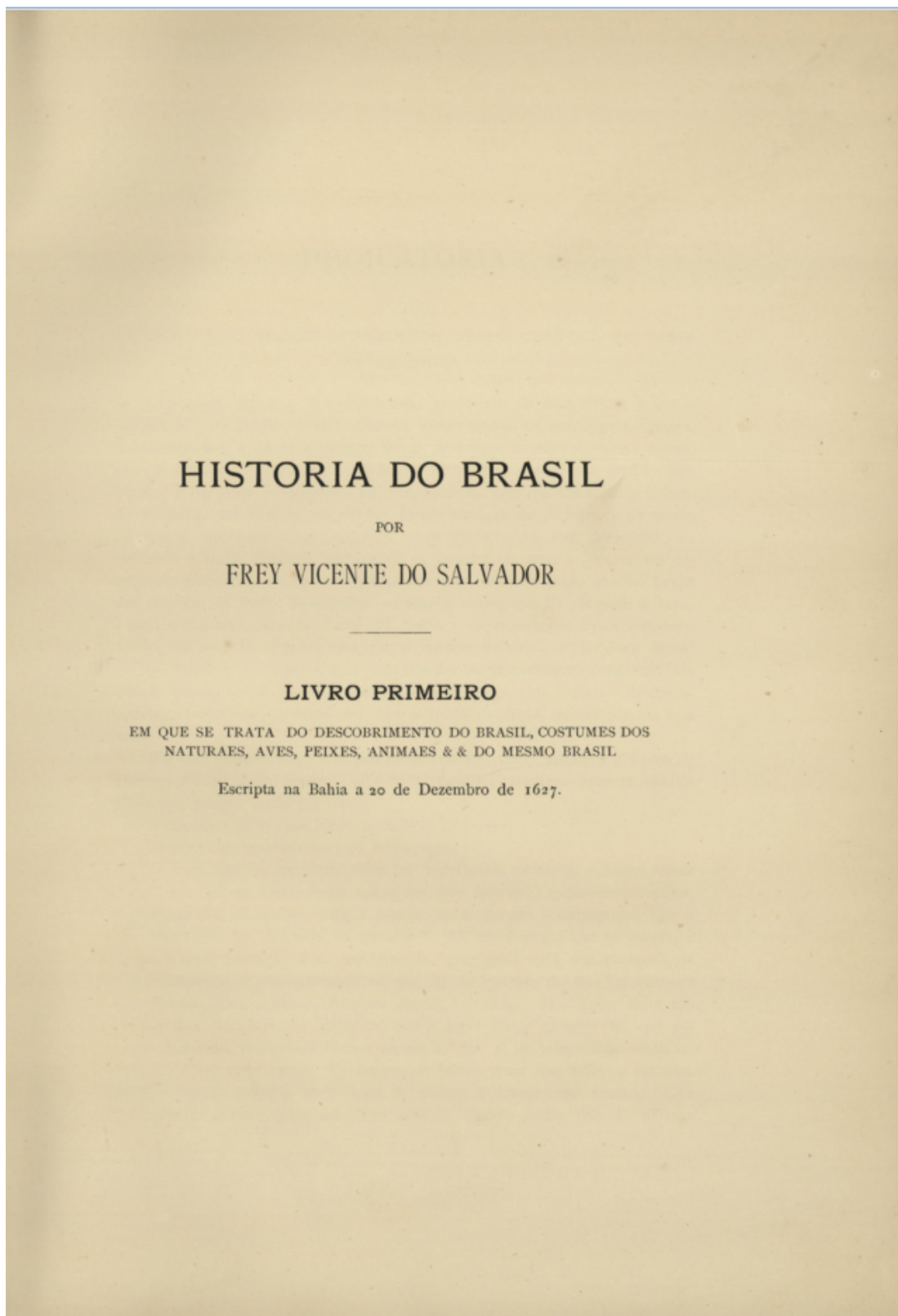




Ilustrações da primeira edição impressa da História do Brasil, de Frei Vicente do Salvador, em 1889: reprodução da capa da edição com autorização indicada pelo selo do império



Ilustrações da primeira edição impressa da História do Brasil, de Frei Vicente do Salvador, em 1889: indicação do Livro I (desta edição)



ANEXO D: Ilustrações da segunda edição impressa da *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, em 1918

Capa da edição



Ilustrações da segunda edição impressa da História do Brasil, de Frei Vicente do Salvador, em 1918: contracapa da edição

# HISTORIA DO BRASIL

POR

FREI VICENTE DO SALVADOR

NATURAL DA BAHIA

NOVA EDIÇÃO

REVISTA POR CAPISTRANO DE ABREU



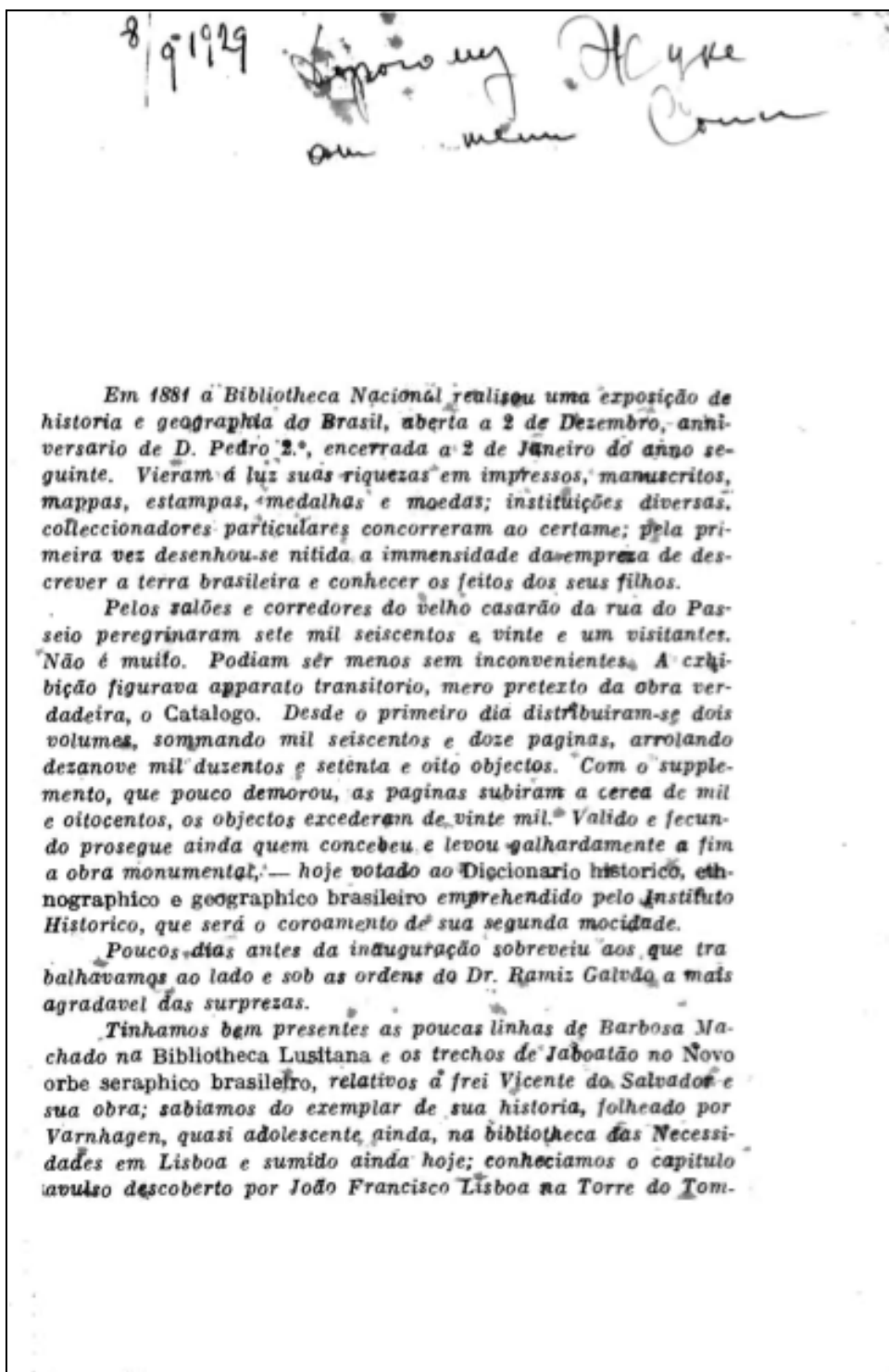
Editores-proprietários

WEISZFLOG IRMÃOS

S. PAULO E RIO

1918

Ilustrações da segunda edição impressa da História do Brasil, de Frei Vicente do Salvador, em 1918: primeira página das Notas Preliminares da edição, escritas por de João Capistrano de Abreu



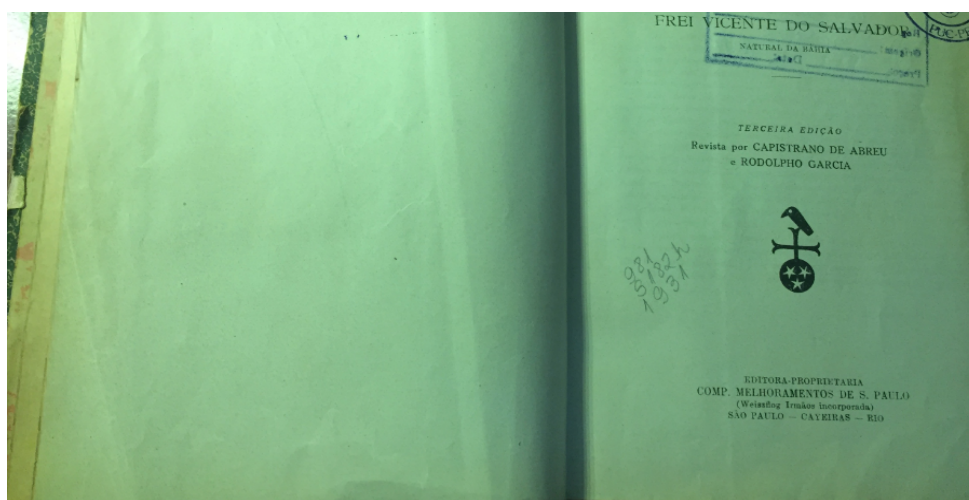
ANEXO E: Ilustrações da terceira edição impressa da *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, em 1931

Capa da edição

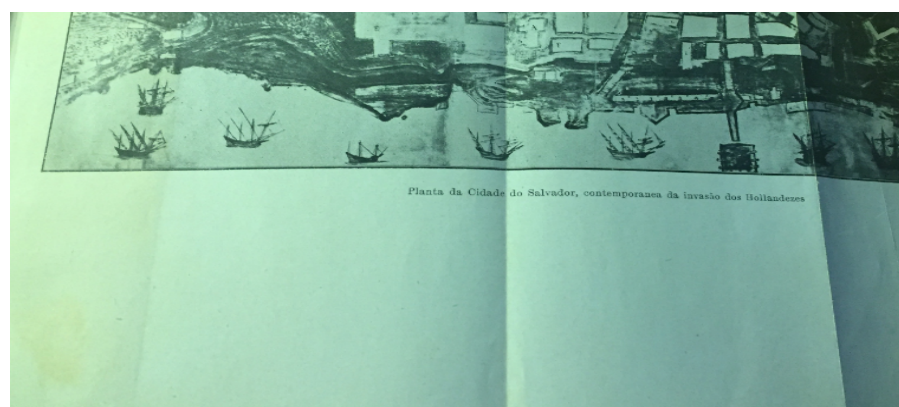


Fonte: <http://www.flaviasantosleiloes.com.br/peca.asp?ID=3214334&ctd=75&tot=&tipo=&artista=>

Ilustrações da terceira edição impressa da História do Brasil, de Frei Vicente do Salvador, em 1931: verso da capa e contracapa da edição



Ilustrações da terceira edição impressa da História do Brasil, de Frei Vicente do Salvador, em 1931: mapa da cidade de São Salvador da Bahia, reproduzido nesta edição



ANEXO F: Ilustrações da quarta edição impressa da *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, em 1954

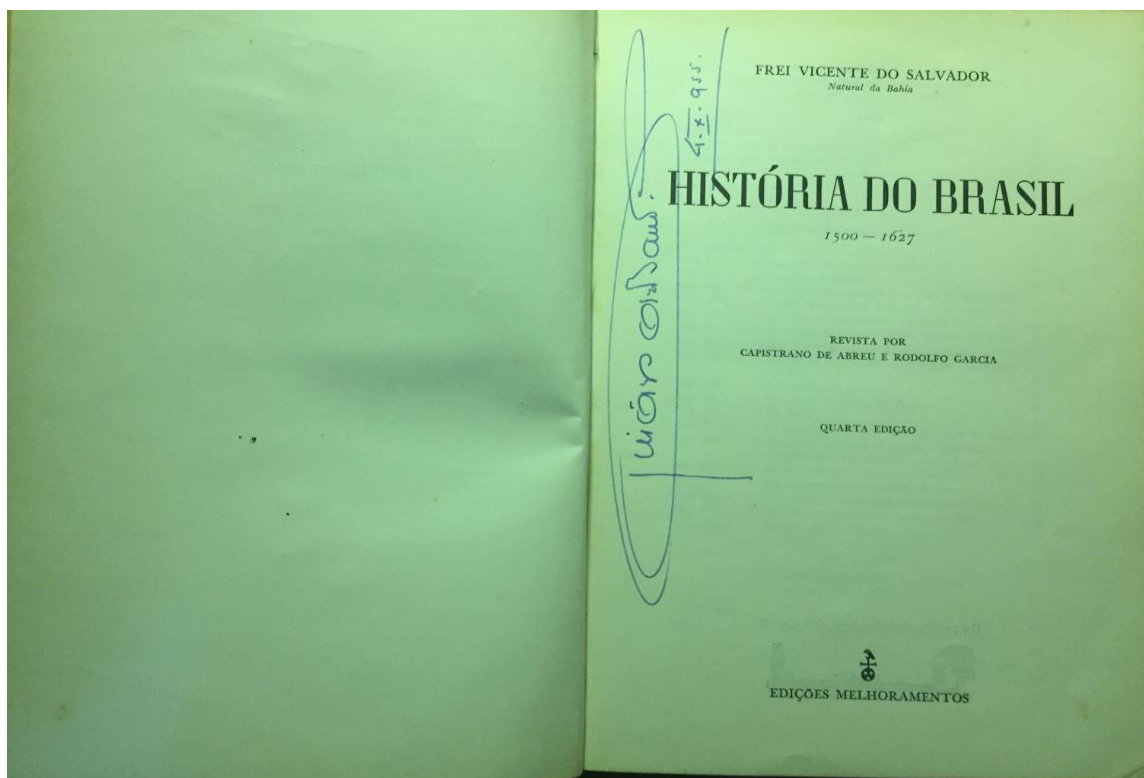
Capa da edição



Fonte: <http://www.flaviasantosleiloes.com.br/peca.asp?ID=3214334&ctd=75&tot=&tipo=&artista=>



Ilustrações da quarta edição impressa da História do Brasil, de Frei Vicente do Salvador, em 1954: verso da capa e contracapa da edição (impressa)



ANEXO G: Ilustrações da quinta edição impressa da *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, em 1965

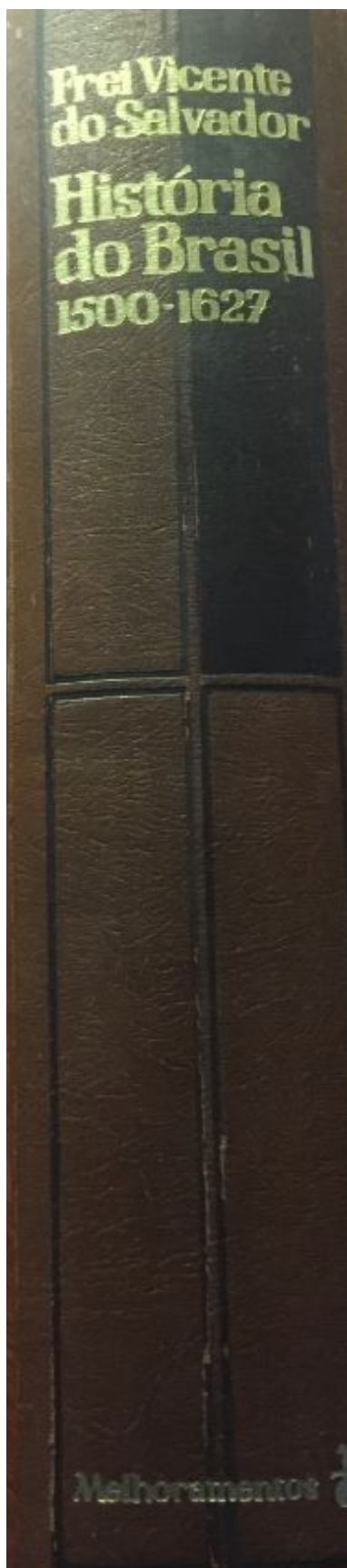
Capa da edição



Ilustrações da quinta edição impressa da História do Brasil, de Frei Vicente do Salvador, em 1965: Capa e última capa da edição



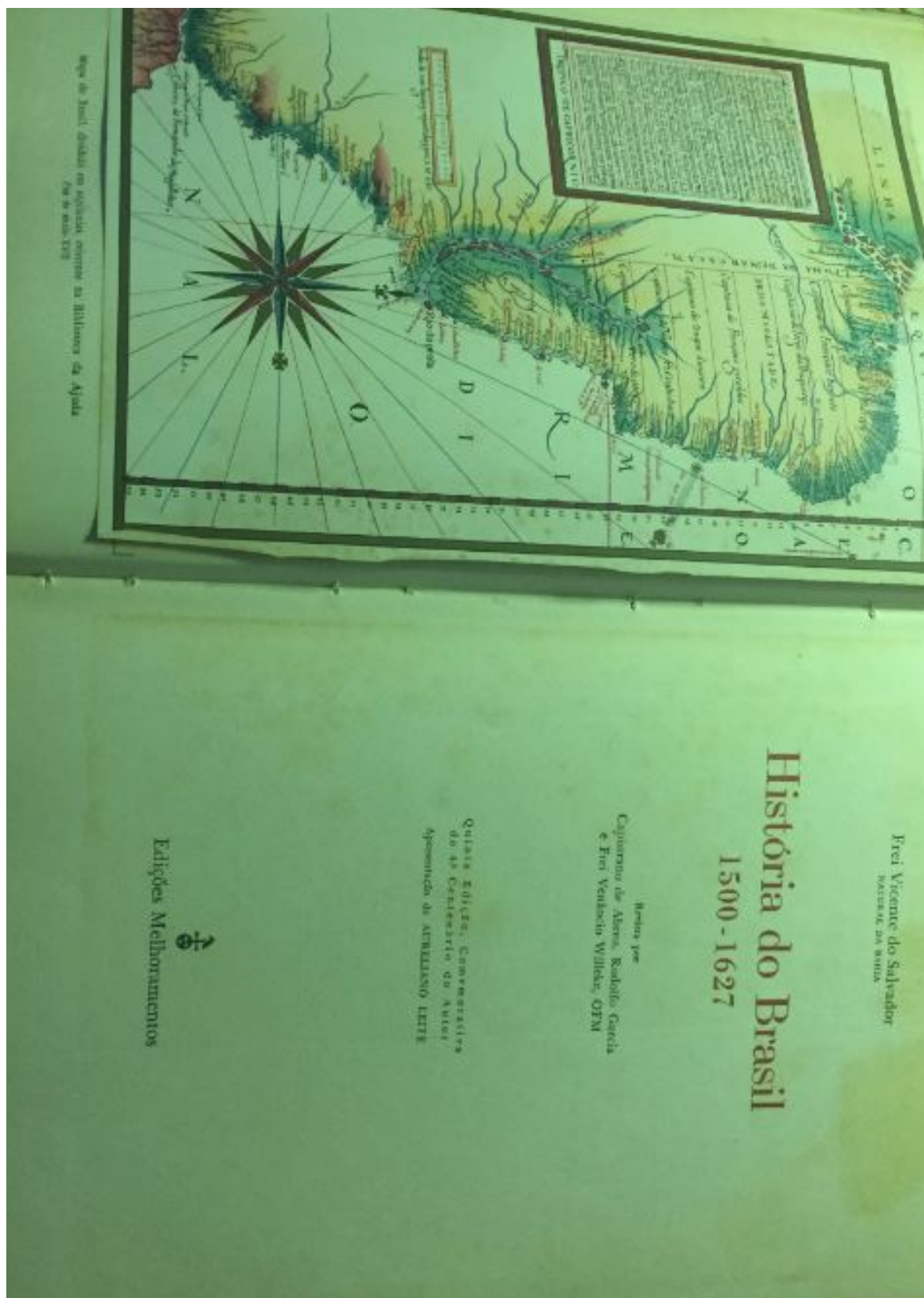
Ilustrações da quinta edição impressa da História do Brasil, de Frei Vicente do Salvador, em 1965: dorso da capa desta edição



Ilustrações da quinta edição impressa da História do Brasil, de Frei Vicente do Salvador, em 1965: ilustração do verso da capa desta edição



Ilustrações da quinta edição impressa da História do Brasil, de Frei Vicente do Salvador, em 1965: mapa do Brasil dividido politicamente por Capitanias Hereditárias e contracapa, do século XVII



ANEXO H: Ilustrações da sexta edição impressa da *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, em 1975

Capa da edição



Ilustrações da sexta edição impressa da História do Brasil, de Frei Vicente do Salvador, em 1975: última capa da edição

## HISTÓRIA DO BRASIL

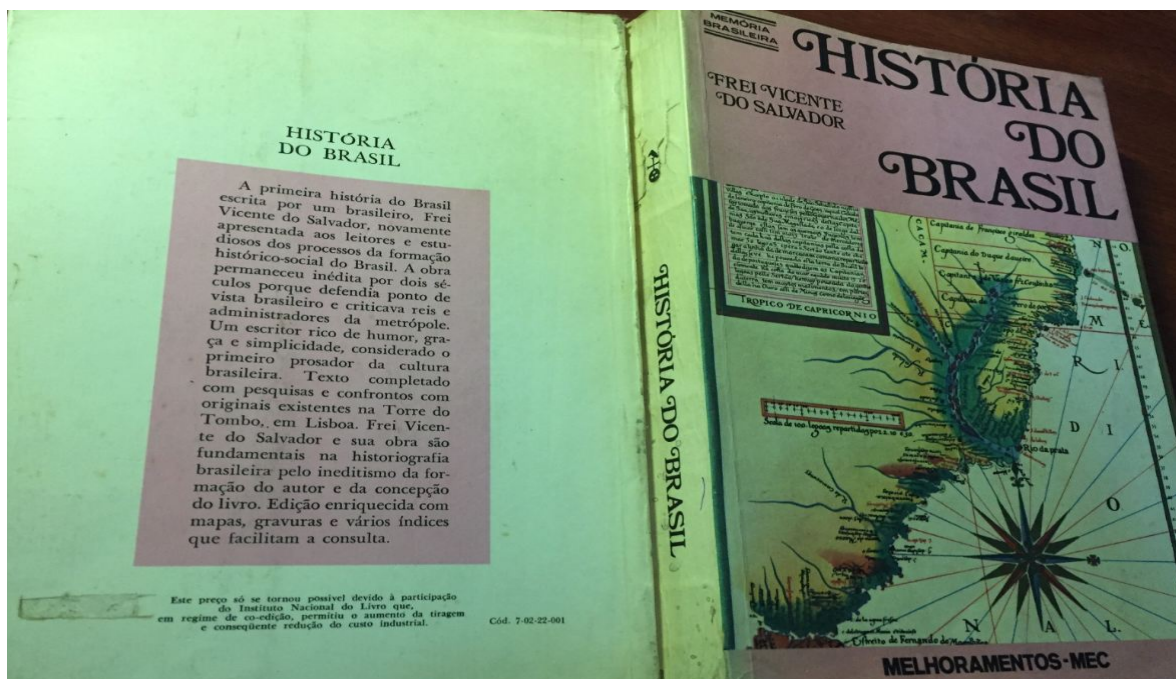
A primeira história do Brasil escrita por um brasileiro, Frei Vicente do Salvador, novamente apresentada aos leitores e estudiosos dos processos da formação histórico-social do Brasil. A obra permaneceu inédita por dois séculos porque defendia ponto de vista brasileiro e criticava reis e administradores da metrópole. Um escritor rico de humor, graça e simplicidade, considerado o primeiro prosador da cultura brasileira. Texto completado com pesquisas e confrontos com originais existentes na Torre do Tombo, em Lisboa. Frei Vicente do Salvador e sua obra são fundamentais na historiografia brasileira pelo ineditismo da formação do autor e da concepção do livro. Edição enriquecida com mapas, gravuras e vários índices que facilitam a consulta.

Este preço só se tornou possível devido à participação do Instituto Nacional do Livro que, em regime de co-edição, permitiu o aumento da tiragem e conseqüente redução do custo industrial.

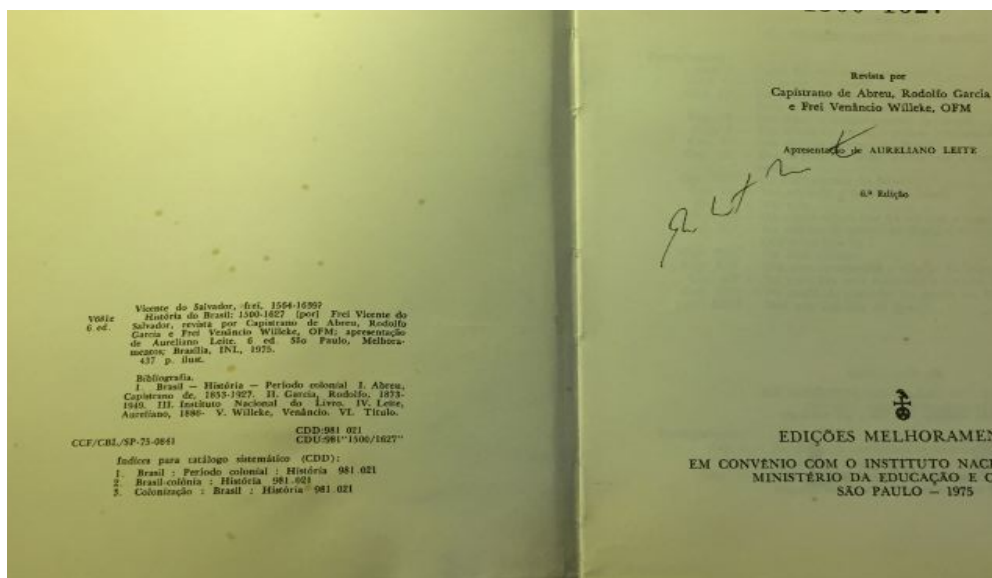
Cód. 7-02-22-001



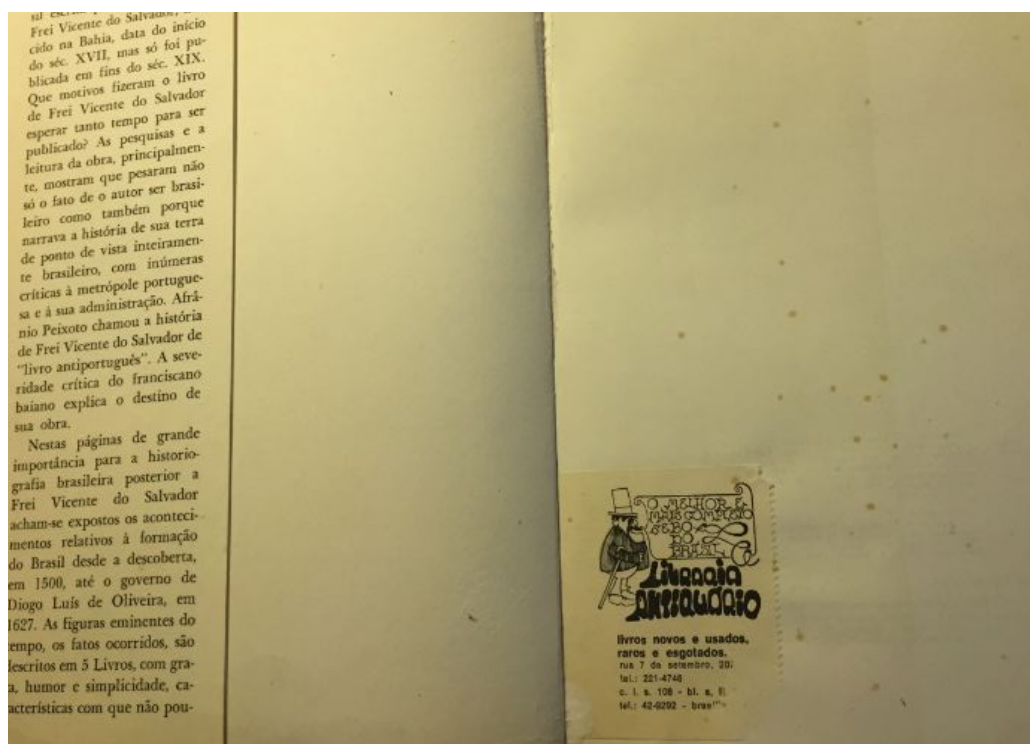
Ilustrações da sexta edição impressa da História do Brasil, de Frei Vicente do Salvador, em 1975: capa e última capa da edição



Ilustrações da sexta edição impressa da História do Brasil, de Frei Vicente do Salvador, em 1975: ficha catalográfica e contracapa da edição

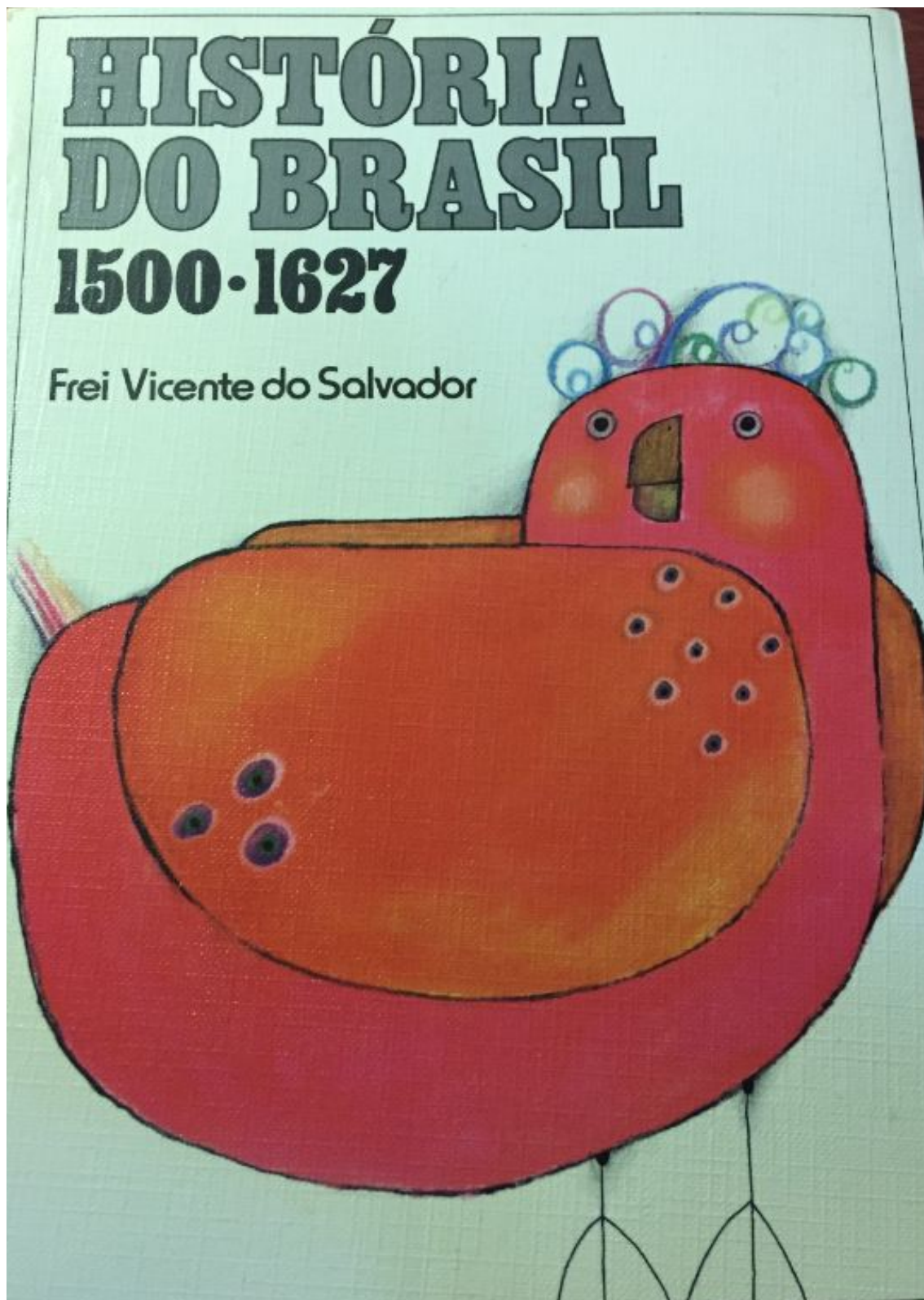


Ilustrações da sexta edição impressa da História do Brasil, de Frei Vicente do Salvador, em 1975: verso da capa com orelha explicativa seguida do título da edição

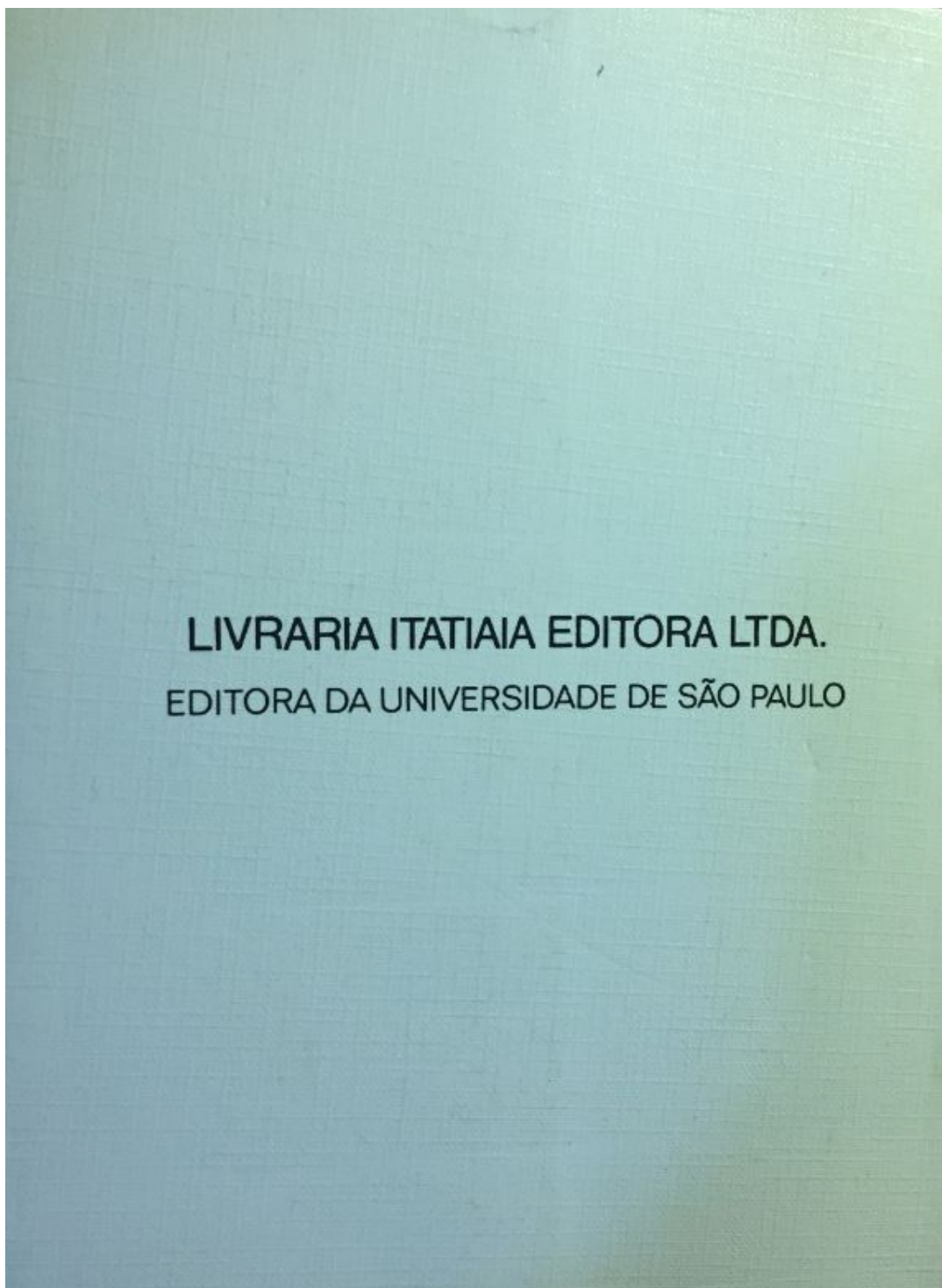


ANEXO I: Ilustrações da sétima edição impressa da *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, em 1982

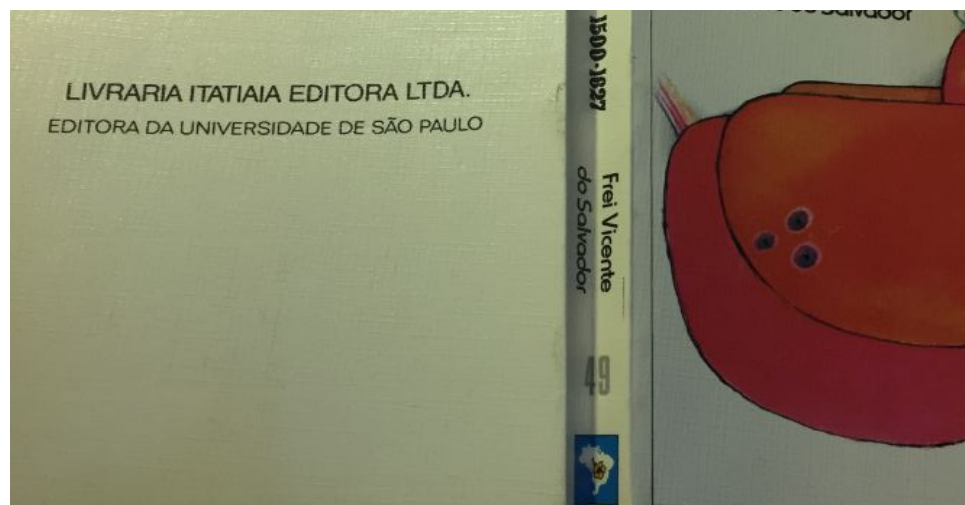
Capa da edição



Ilustrações da sétima edição impressa da História do Brasil, de Frei Vicente do Salvador, em 1982: última capa desta edição



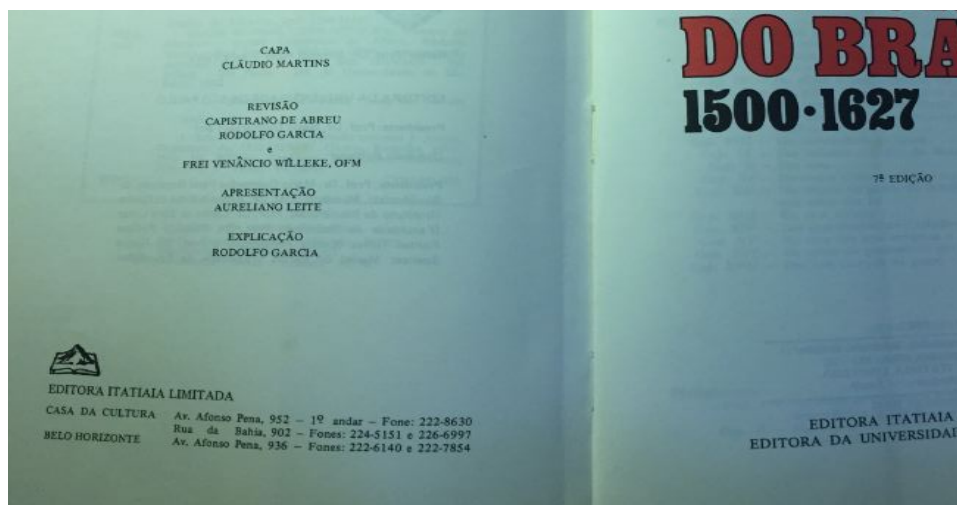
Ilustrações da sétima edição impressa da História do Brasil, de Frei Vicente do Salvador, em 1982: capa e última capa da edição



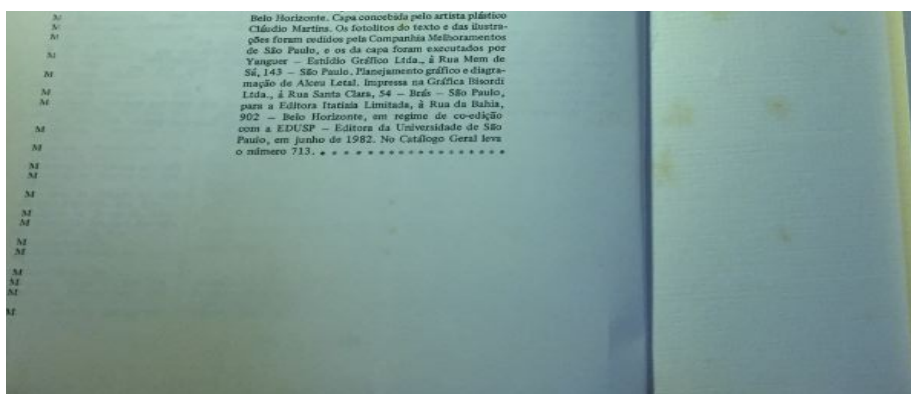
Ilustrações da sétima edição impressa da História do Brasil, de Frei Vicente do Salvador, em 1982: verso da capa com orelha explicativa seguida do título da edição



Ilustrações da sétima edição impressa da História do Brasil, de Frei Vicente do Salvador, em 1982: verso da capa com informações de revisão e contracapa da edição

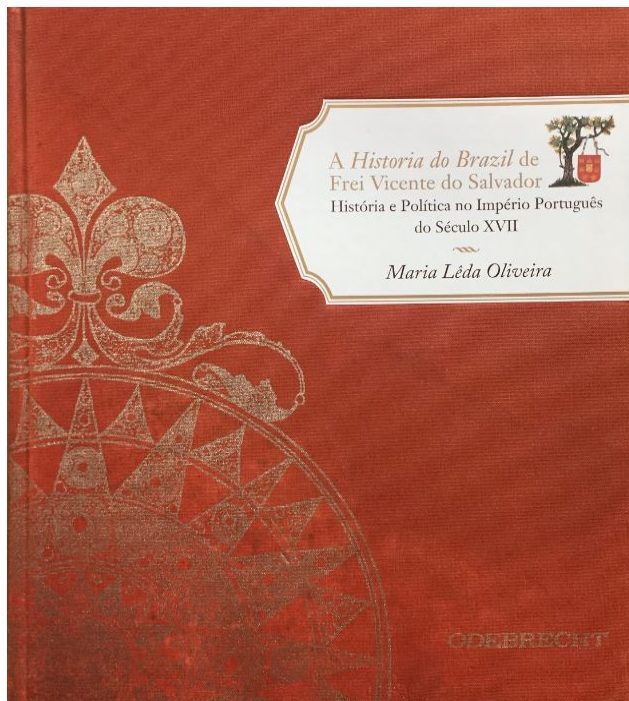


Ilustrações da sétima edição impressa da História do Brasil, de Frei Vicente do Salvador, em 1982: verso da última capa com orelha contendo notas explicativas da edição e informações sobre o material de impressão do livro

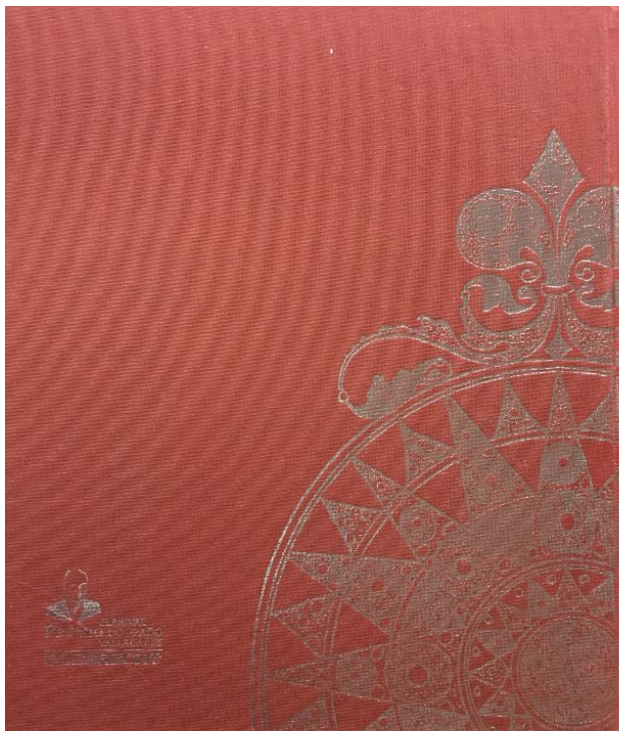


ANEXO J: Ilustrações da oitava edição impressa da *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, em 2008

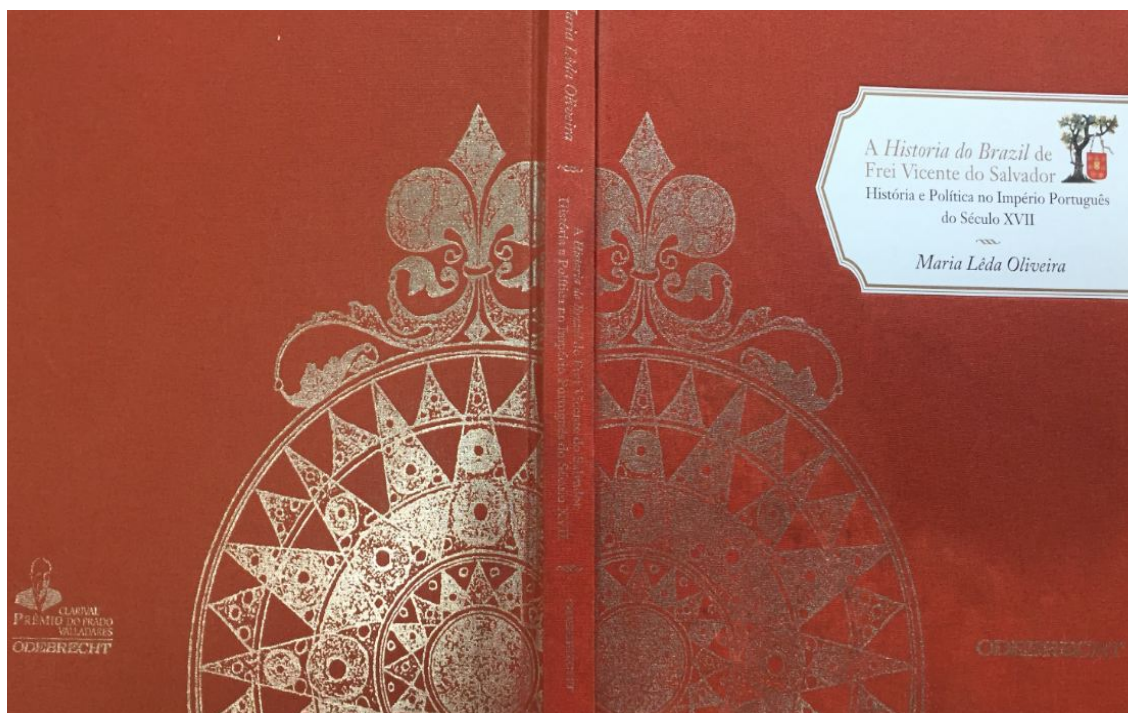
Capa do volume 1



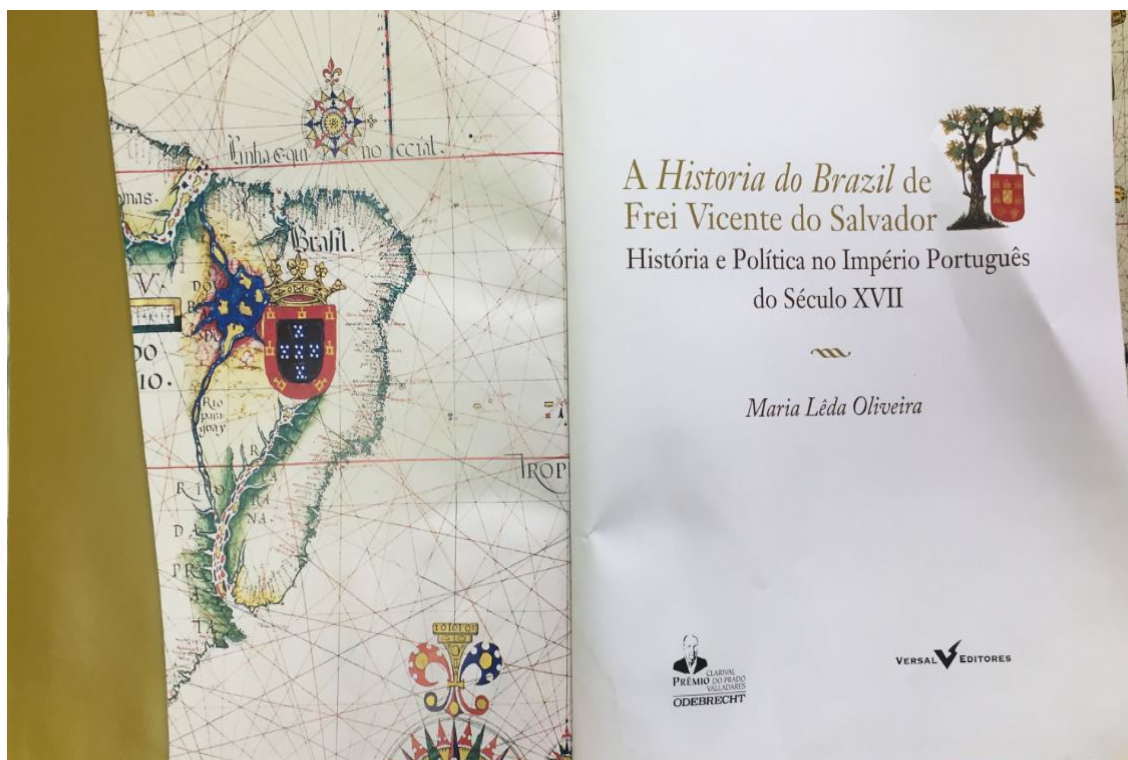
Ilustrações da oitava edição impressa da *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, em 2008: última do volume 1



Ilustrações da oitava edição impressa da *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, em 2008: capa e última capa do volume 1



Ilustrações da oitava edição impressa da *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, em 2008: contracapa do volume 1





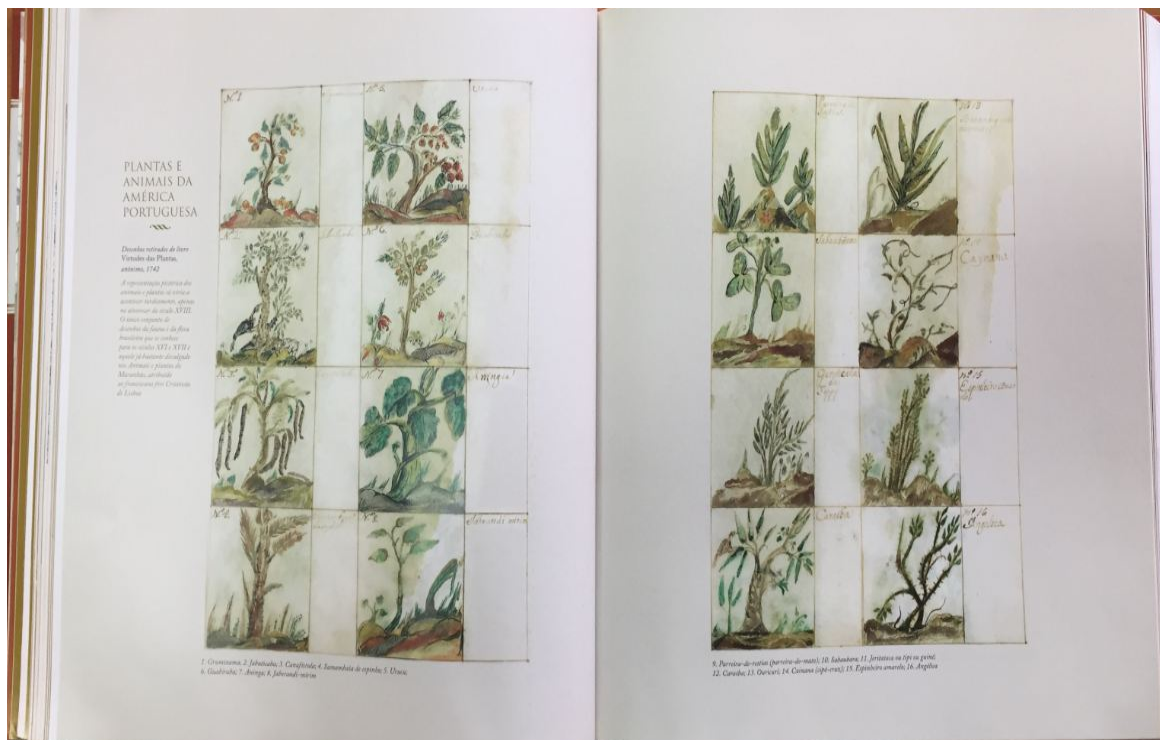
Ilustrações da oitava edição impressa da *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, em 2008: ilustração interna do volume 1



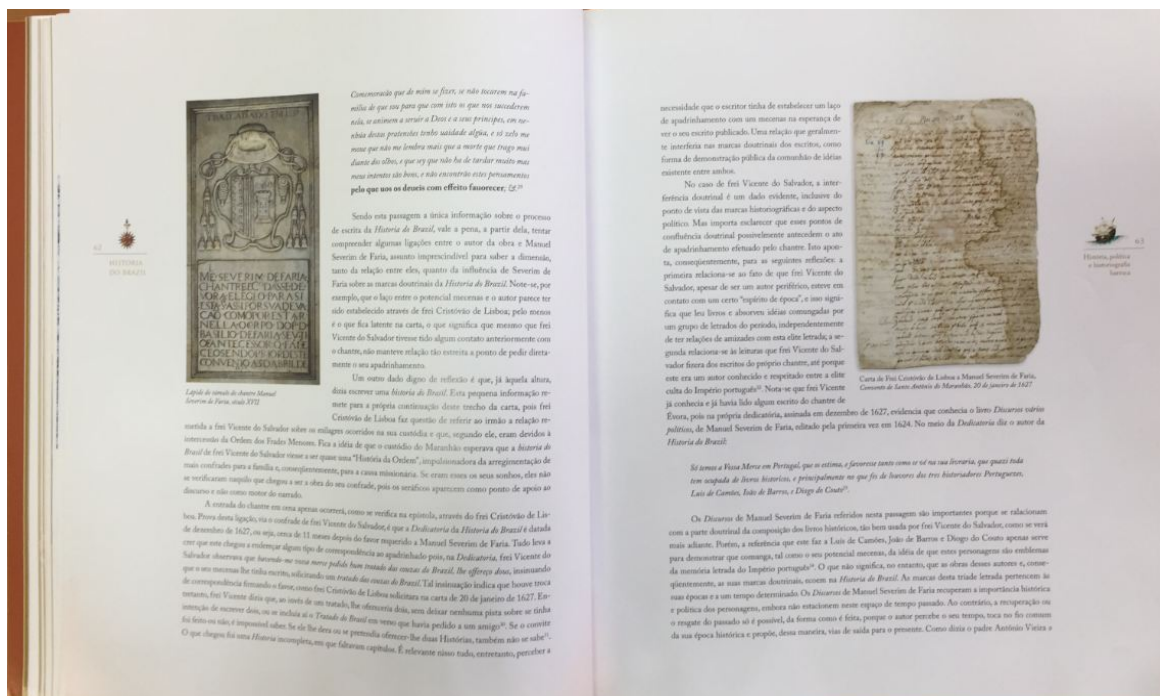
Ilustrações da oitava edição impressa da *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, em 2008: ilustração interna do volume 1



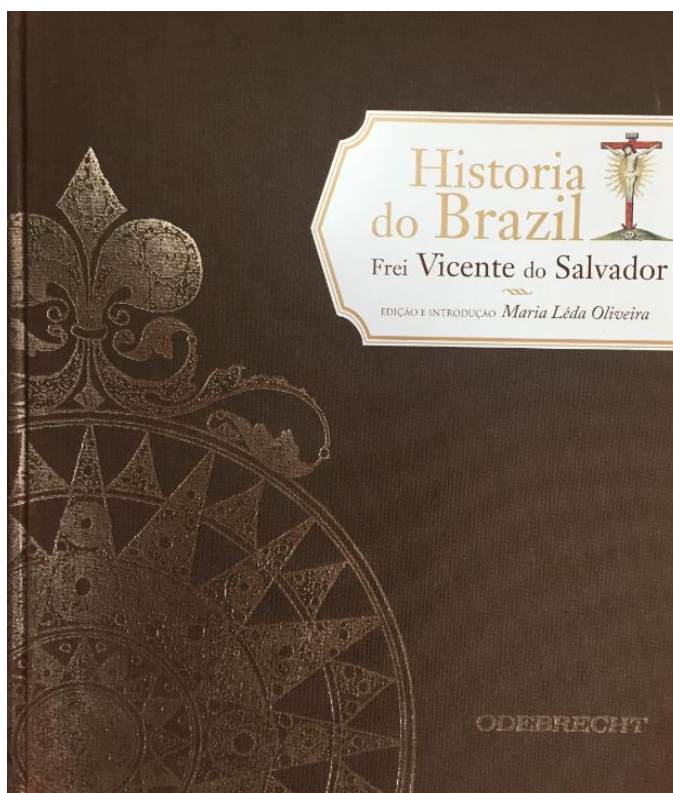
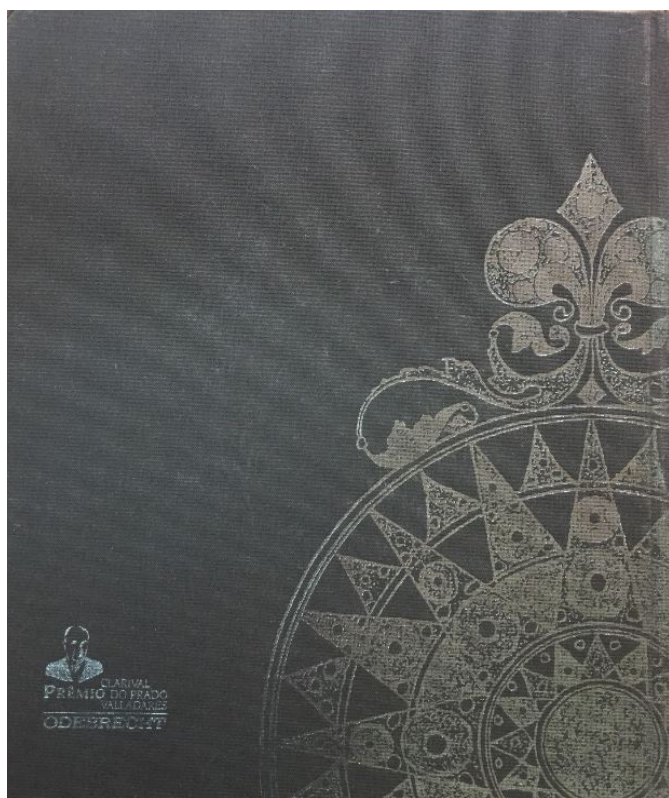
Ilustrações da oitava edição impressa da *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, em 2008: ilustração interna do volume 1, do século XVIII: plantas da América portuguesa



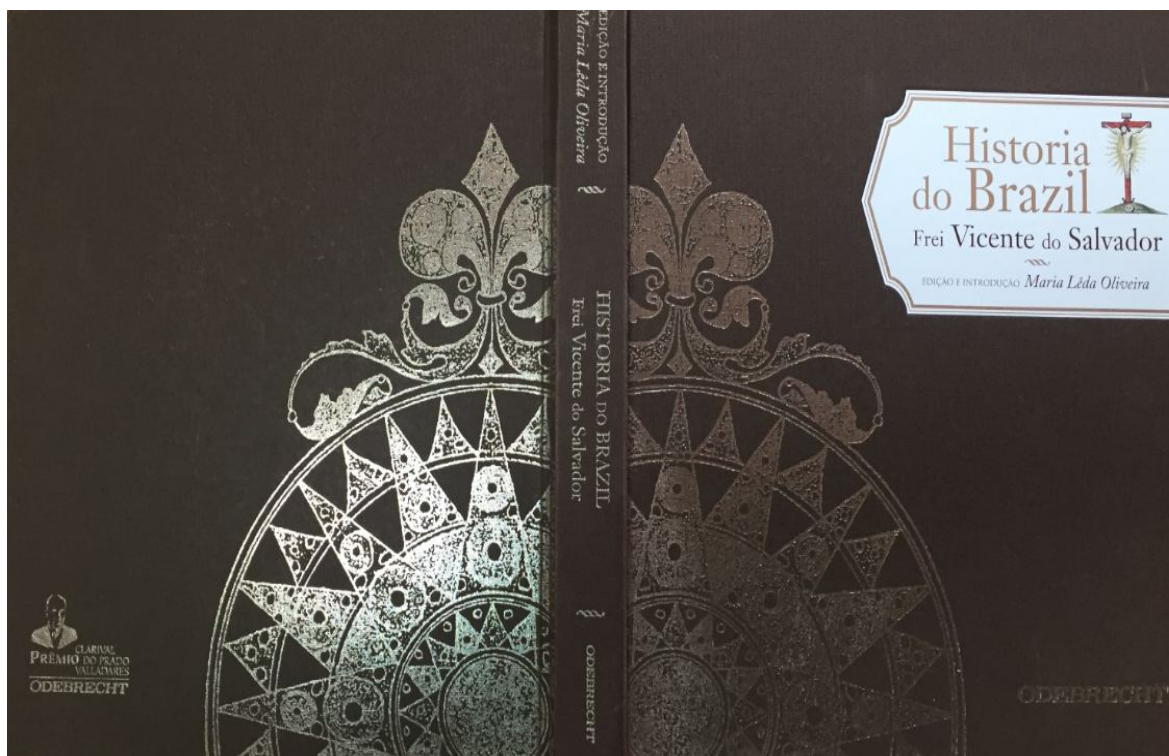
Ilustrações da oitava edição impressa da *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, em 2008: ilustração interna do volume 1: a) lápide do túmulo de Manuel Severim de Faria (esquerda); b) carta de Frei Cristóval de Lisboa ao seu irmão Manuel Severim de Faria, recomendando o mecenato à obra de Frei Vicente do Salvador (direita)



Capa do volume 2

Ilustrações da oitava edição impressa da *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, em 2008: última capa do volume 2

Ilustrações da oitava edição impressa da *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, em 2008: capa e última capa do volume 2

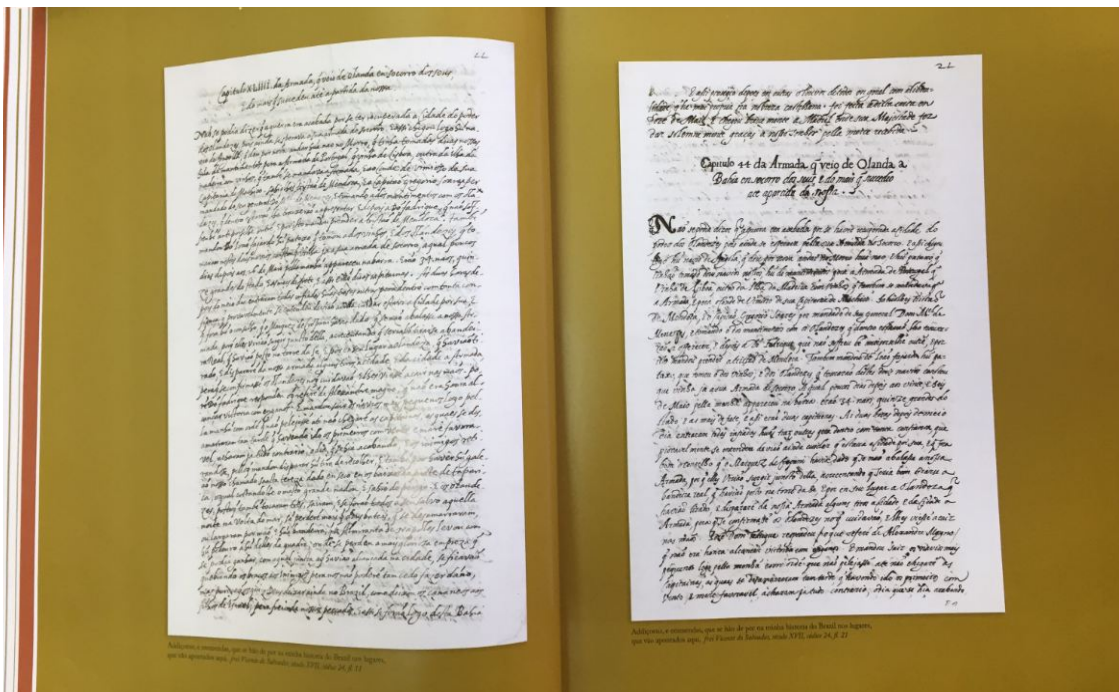


Ilustrações da oitava edição impressa da *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, em 2008: contracapa do volume 2

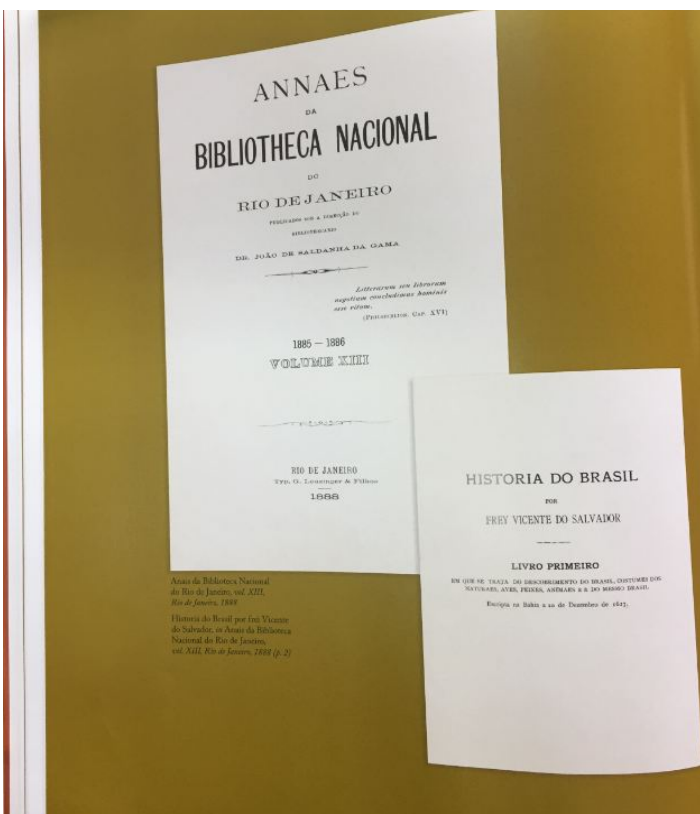




Ilustrações da oitava edição impressa da *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, em 2008: ilustração interna do volume 2: capítulo XLVIII e capítulo 44 (repetidos), do Livro IV, de cópia manuscrita das Adições, e emendas, da fl. 11 (direita) e fl. 21 (esquerda), do códice 24



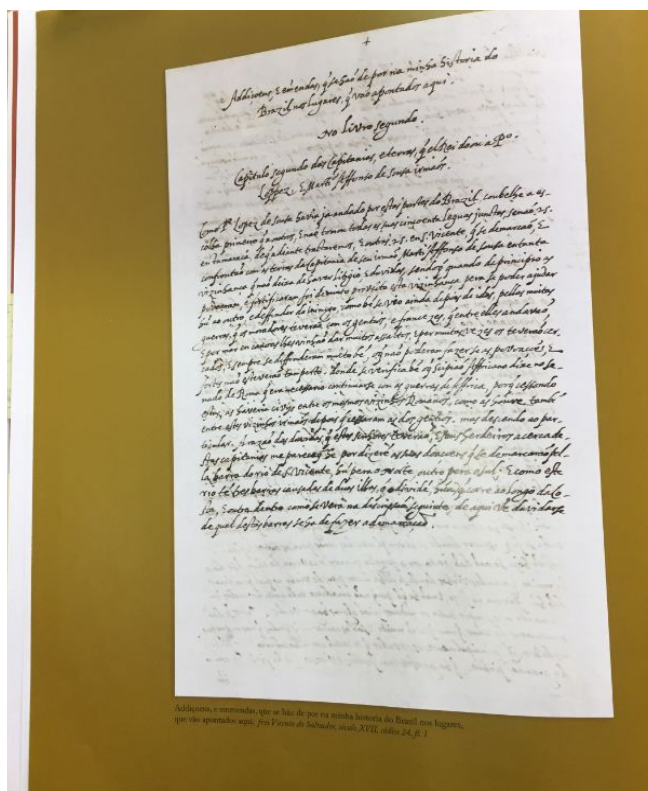
Ilustrações da oitava edição impressa da *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, em 2008: ilustração interna do volume 2: Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, vol. XIII, 1889, indicando a divulgação e a capa da *História do Brasil*



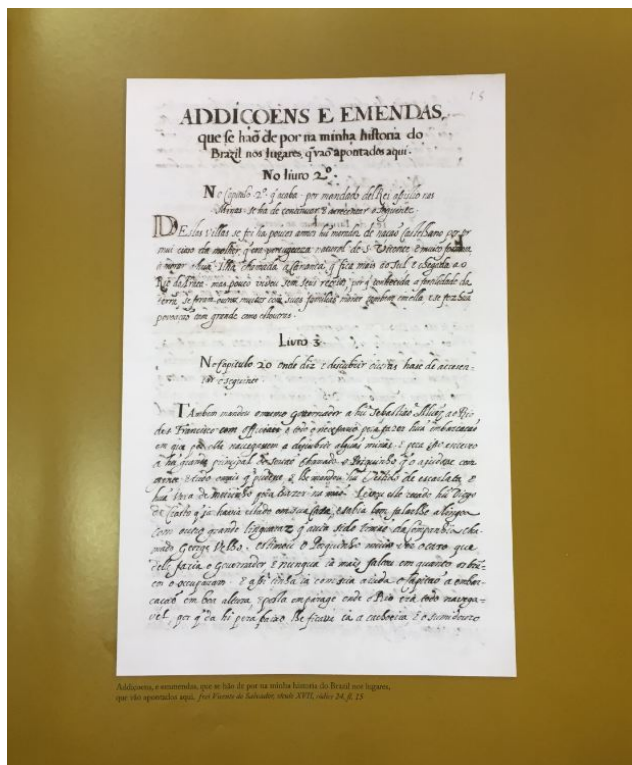
Ilustrações da oitava edição impressa da *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, em 2008: ilustração interna do volume 2: capas das edições da *História do Brasil*



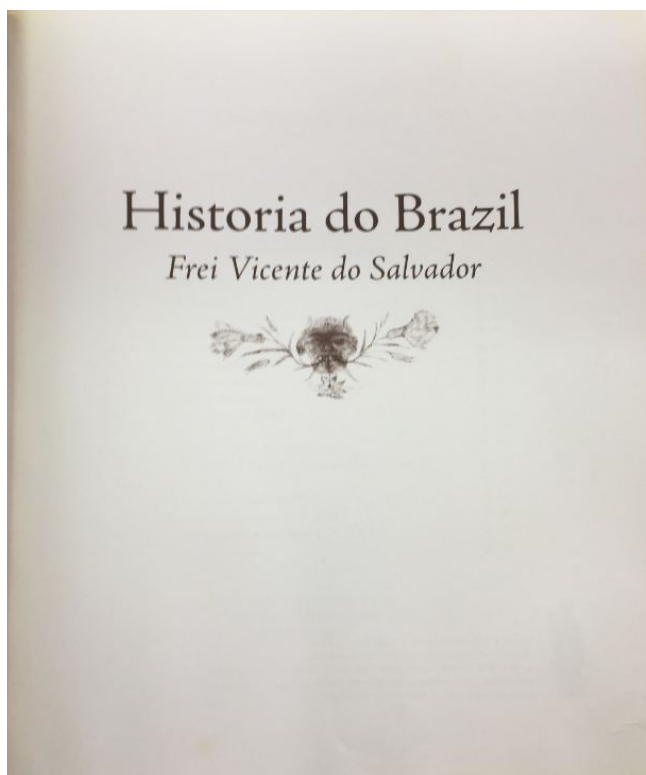
Ilustrações da oitava edição impressa da *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, em 2008: ilustração interna do volume 2: cópia manuscrita das Adições, e emendas, fl. 1, do códice 24



Ilustrações da oitava edição impressa da *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, em 2008: ilustração interna do volume 2: cópia manuscrita das Adições, e emendas, fl. 15 do códice 24



Ilustrações da oitava edição impressa da *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, em 2008: ilustração interna do volume 2: capa da cópia manuscrita desta edição





Ilustrações da oitava edição impressa da *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, em 2008: ilustração interna do volume 2: primeira página do índice da cópia manuscrita desta edição

[HISTORIA DO BRAZIL]

Dedicatória fl. 1

LIVRO PRIMEIRO  
DO DESCOBRIMENTO DO BRAZIL

CAP. I.	Como foy descoberto este estado	fl. 3
Capit. II.	Do nome do Brazil.	fl. 4
CAPIT. III.	Da demarcação da terra, & costa do Brazil com a do Peru, e Indias de Castella.	fl. 56.
CAP. IV.	Do clima, e temperamento do Brazil.	fl. 8
CAP. V.	Das minas de metaes, e pedras preciosas do Brazil	fl. 96.
CAP. VI.	Das Arvores Agrestes do Brazil.	fl. 106.
CAP. VII.	Das arvores, e ervas medicinaes, e outras qualidades occultas	fl. 114
CAP. VIII.	Do mantimento do Brazil.	fl. 115
CAP. IX.	Des Animas, e Bichos do Brazil	fl. 116
CAP. X.	Das Aves	fl. 186.
CAP. XI.	De outras couzas, que há no Mar, e terra do Brazil	fl. 206.
CAP. XII.	Da origem do genio do Brazil, e diversidade de linguas, que entre elles há.	fl. 216.
CAP. XIII.	de suas Aldéas	fl. 23
CAP. XIV.	Das seus casamentos, e criação dos filhos	fl. 246.
CAP. XV.	Da cura dos seus enfermos, e enterro dos mortos	fl. 26
CAP. XVI.	Do modo de guerezar do genio do Brazil.	fl. 27
CAP. XVII.	Das que captivo na guerra	fl. 286.

LIVRO SEGUNDO  
DA Historia do Brazil no Tempo  
do seu descobrimento.

CAP. I.	De como se continuou o descobrimento do Brazil, e se deu ordem a se povoar.	fl. 30
CAP. II.	Das capitãntas, e terras, que el-Rey doou a Pero Lopes, e Martim Affonso de souza Irmãos.	fl. 316.

Ilustrações da oitava edição impressa da *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, em 2008: ilustração interna do volume 2: primeira página da dedicatória da cópia manuscrita desta edição

Dedicatória<sup>1</sup> [fl. 1]

Ao Leçençiado Manoel severim  
de Faria chantre na sancta sé de  
Evora

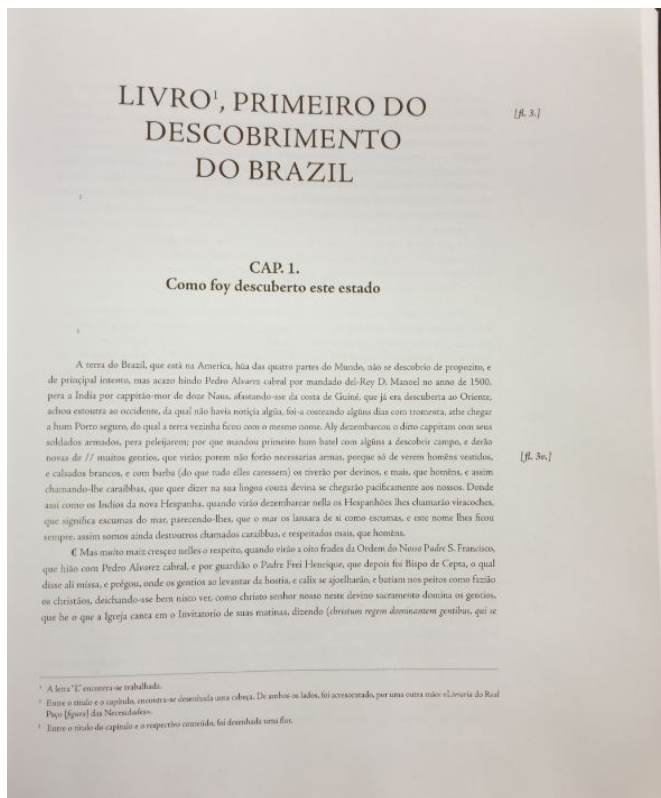
O motivo, que teve Aristotella para se devir de especulação a que o seu genio, e inclinação natural o levou, como côrta da sua Logica, Phisica, e Metaphisica, e dar-se a escrever livros historicos, e moraes, apito as suas viciças e pobrezas [sic], e a histôria de animas, além de lhe mandar o grande Alexandre, e lhe fazer as despezas, foy ser tambem, que estimava tanto o livro de Homero em que se conta os feitos herôicos de Achilles, e de outras esforçadas guerreiras, que (segundo refere Plutarco) de ordinario o usava consigo, ou quando o largava da mão o ficava em seus braços guardado de ouro, e pedras preciosas, melho pressa, que lhe cobria dos despejos de Dario, ficando-lhe na mão a chave, que de ninguém a fizes, e com muita razão, porque (como diz Tullio) os livros historicos são luz da verdade, vida da memoria, e mestres da vida, e Diodoro sculo diz, que estes iguaes os mancebos alcançam em poucas horas de livro assentados em suas casas. Era aqui a razão porque o grande Alexandre tanto // estimava o Livro de Homero, e se hoje houera muitos Alexandres tambem houera muitos Homeros porque como diz Oretilio scriben non tantum que faves, misari que Laboris. Cuique suo cretore potiore ferre apus.<sup>2</sup>

O fover agada os escriptos, alvea-lhe o trabalho, anima-o, e dá-lhe ferver à sua obra; porém o que agora vemos he que querendo todos ser estimados, e honrados dos escriptos, há muy pouca, que os honrem, e estimem, e memos, que lhes faça as despezas. Só vemos a Vossa Magestade em Portugal, que os estimava, e favorece tanto como se vê na sua leytura, que quasi toda tem occupada de livros historicos, e principalmente no que foy de leyturas dos tres historiadoren Portugueseos, Luiz de Camões, João de Barros, e Diogo do Couto, fover tam grande para escriptores de Historias, que se pode dizer, e assim he, que aos mortos dá vida, restituindo-lhes a memoria, que ja o tempo lhes tinha sepultada, e aos vivos excita, e animo, e ferver para que sayto a luz com seus escriptos, e folge cada hum de contar, e compor sua historia. Este foy o motivo que tive para saber com esta do Brazil, juncto com Vossa Magestade uma quæret fazer de tornar a impressãam à Sua Magestade para em tudo se parecesse com Alexandre. Outro tive, e foy pedir-me vossas merces, e

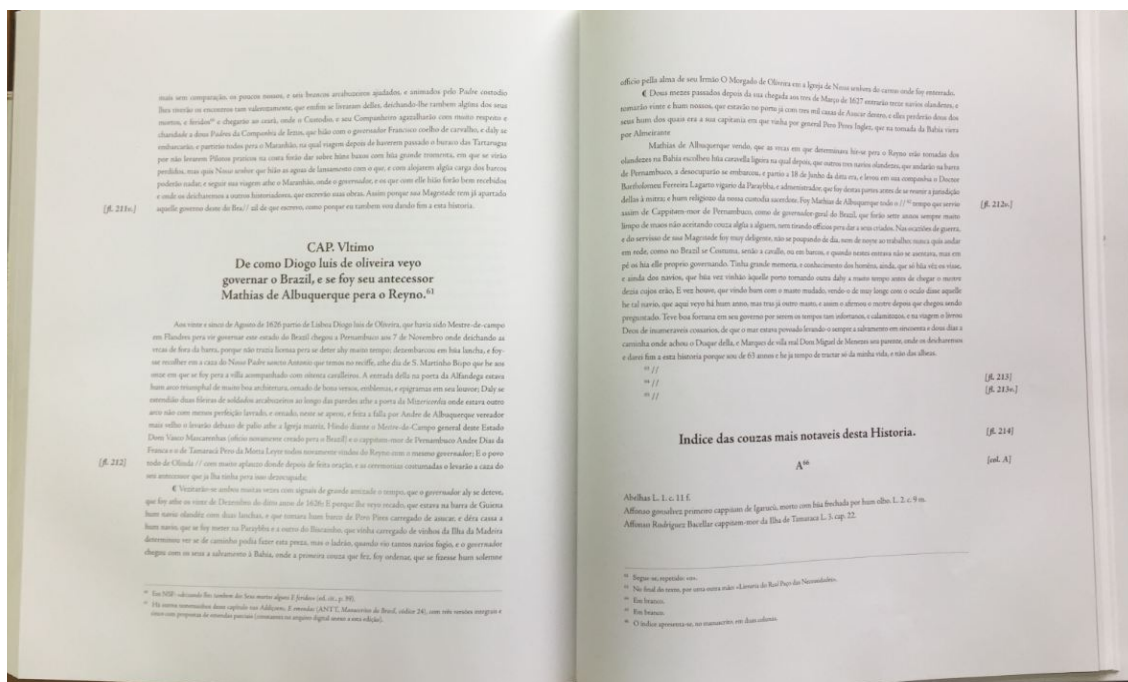
Plutarco, in vita Alexandri.<sup>3</sup>  
Tit. 2. de exortat.<sup>4</sup>  
Diod. sic, in preloio sui operis.<sup>5</sup>  
[fl. 16.]

<sup>1</sup> No cimo do folio, por uma outra mão: «Leytura de Real Digo das Necessidades»  
<sup>2</sup> A letra «O» é trabalhada.  
<sup>3</sup> Tradução: O livro agada o escritor, alvea-lhe o trabalho, anima-o e dá-lhe ferver à sua obra.  
<sup>4</sup> Tradução: Plutarco, in Vita de Alexandri.  
<sup>5</sup> Tradução: Tullio (Cícero) 2. Sobre o Orador.  
<sup>6</sup> Tradução: Diodoro Siciliano in Prefácio da sua obra.

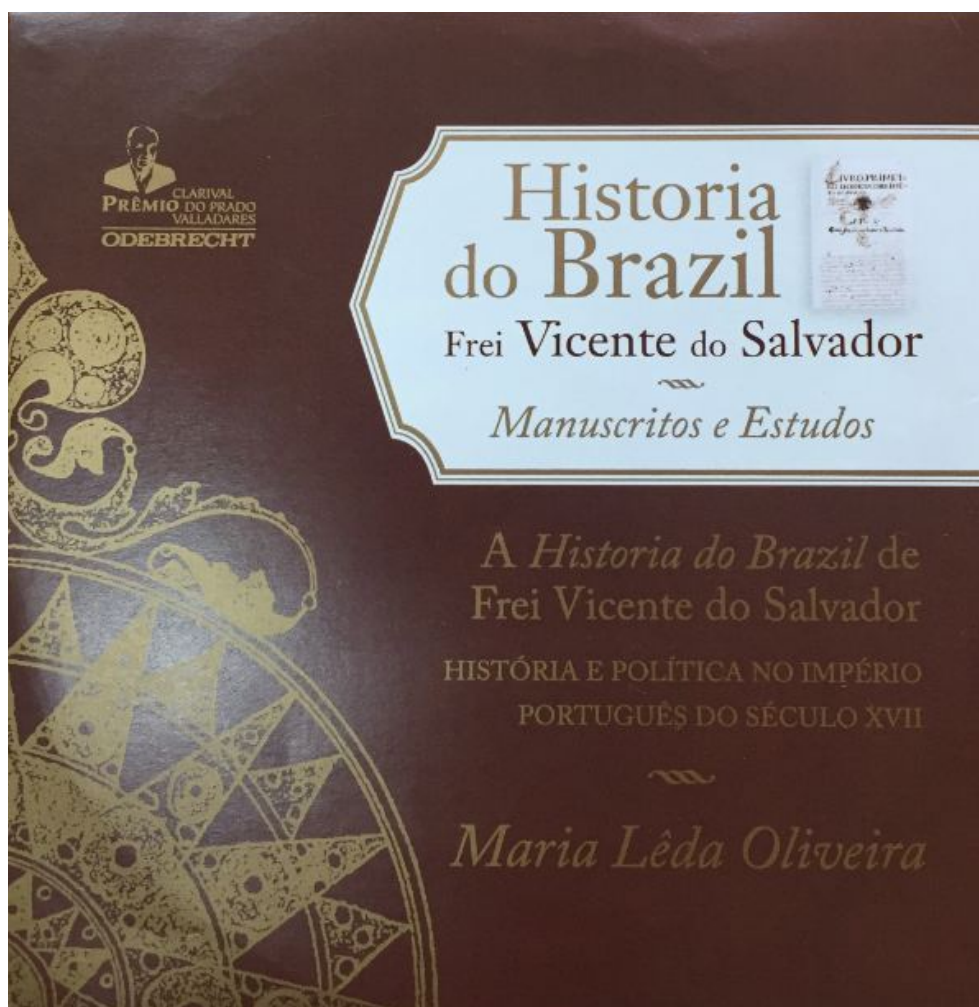
Ilustrações da oitava edição impressa da *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, em 2008: ilustração interna do volume 2: primeira página do Livro I da cópia manuscrita desta edição



Ilustrações da oitava edição impressa da *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, em 2008: ilustração interna do volume 2: última página do capítulo último do Livro V e primeira página do índice das couzas mais notáveis desta Historia, da cópia manuscrita desta edição

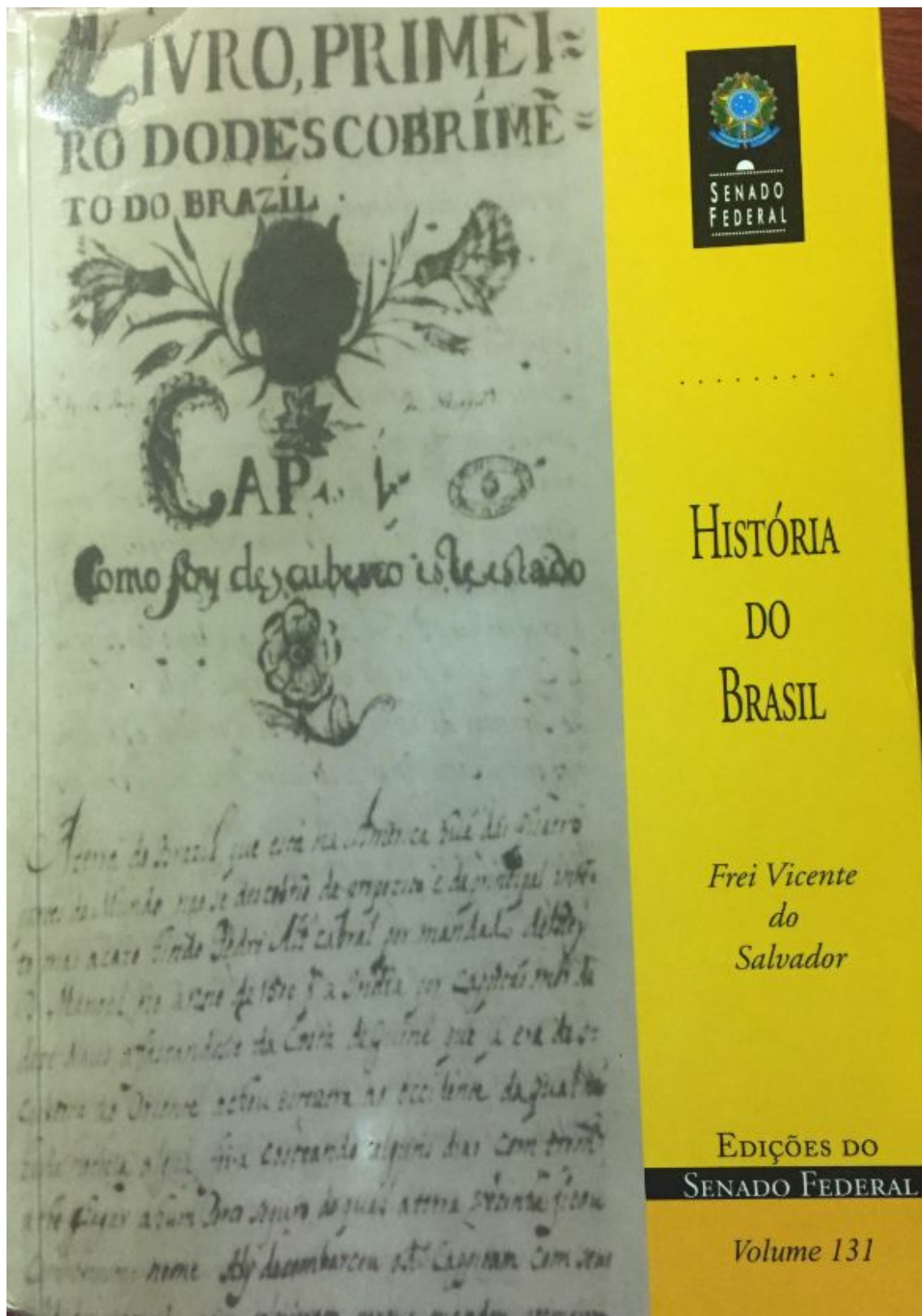


Ilustrações da oitava edição impressa da *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, em 2008: capa do DVD que acompanha esta edição



ANEXO K: Ilustrações da nona edição impressa da *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, em 2010

Capa da edição



Ilustrações da nona edição impressa da História do Brasil, de Frei Vicente do Salvador, em 2010: última capa desta edição

Frei Vicente do Salvador (1564-c.1636-1639) é nosso primeiro historiador. Sua *História do Brasil*, inédita durante mais de dois séculos, foi doada para a exposição de obras sobre o Brasil, em 1881, na Biblioteca Nacional. Naquele evento, o livro do Frei Vicente do Salvador, pela primeira vez completo, é apresentado ao público leitor especializado que, entre outros, como Varnhagen, já tinham tido acesso a ele na Torre do Tombo. O livro esquivo, quase mítico, no dizer de Capistrano de Abreu, “entrou assim de modo inesperado na Biblioteca Nacional que, em 1889, publica-o no volume 13 de seus Anais”.

Este volume, dividido em cinco “livros”, tem informações importantes de cunho historiográfico, além de dados sobre a nova terra portuguesa nas Américas. Há também opiniões ousadas como, por exemplo, afirmar que os colonos deviam aventurar-se pelo interior do Brasil, avançar para o oeste, “sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos”.

A *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, abrange o período desde o descobrimento e chega até a época do governo de Diogo Luís de Oliveira. Também incorpora informações sobre a nova terra brasileira, a vida dos colonos, sua cultura, os modos de fazer e viver das populações indígenas, escrita numa linguagem viva e particular, o que dá um tom suave às pertinentes informações iniciais sobre a formação da nova terra.

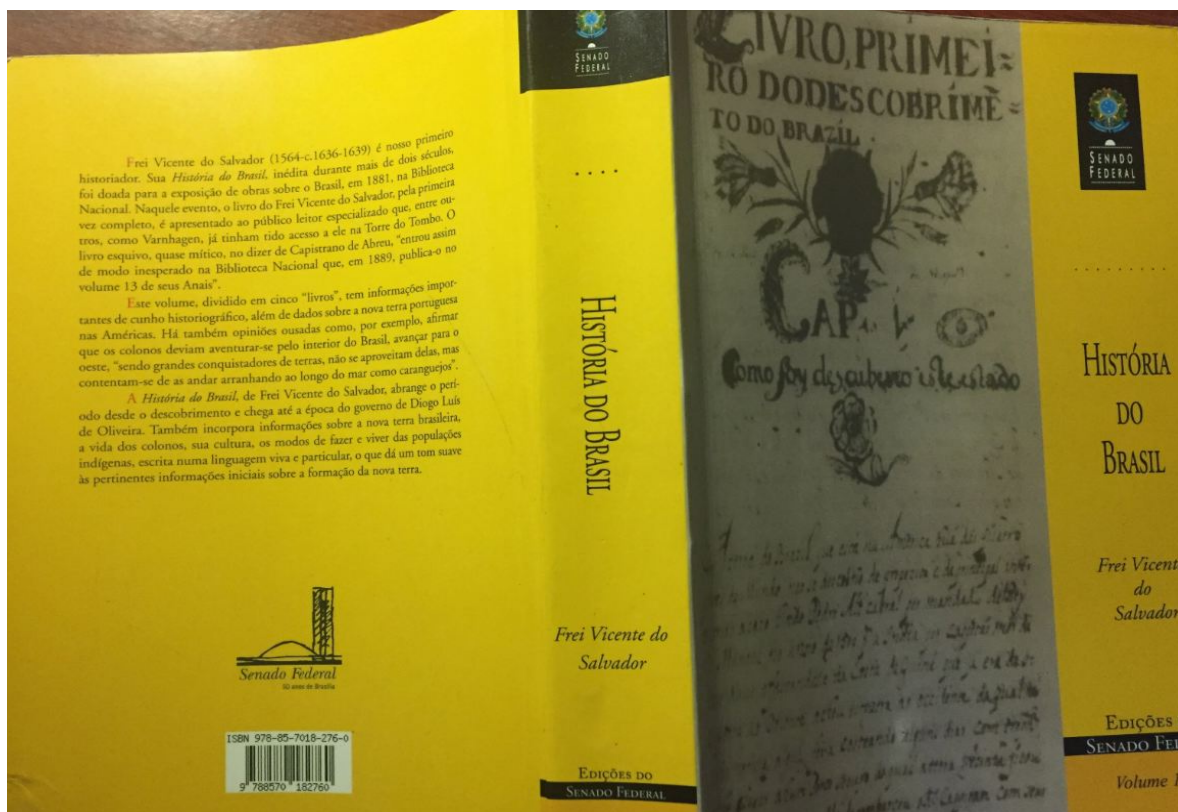


ISBN 978-85-7018-276-0

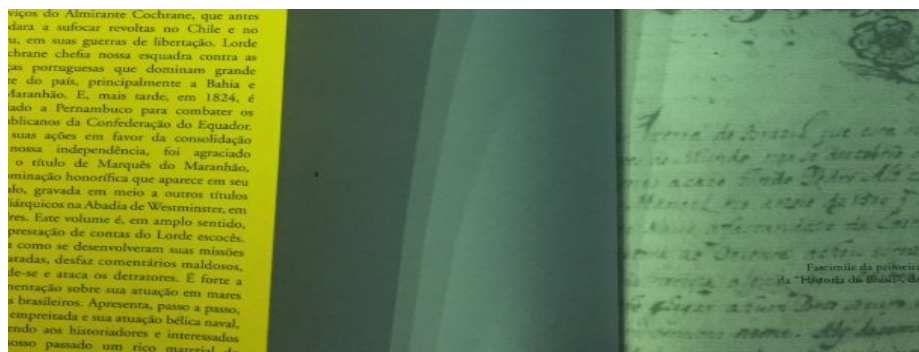


9 788570 182760

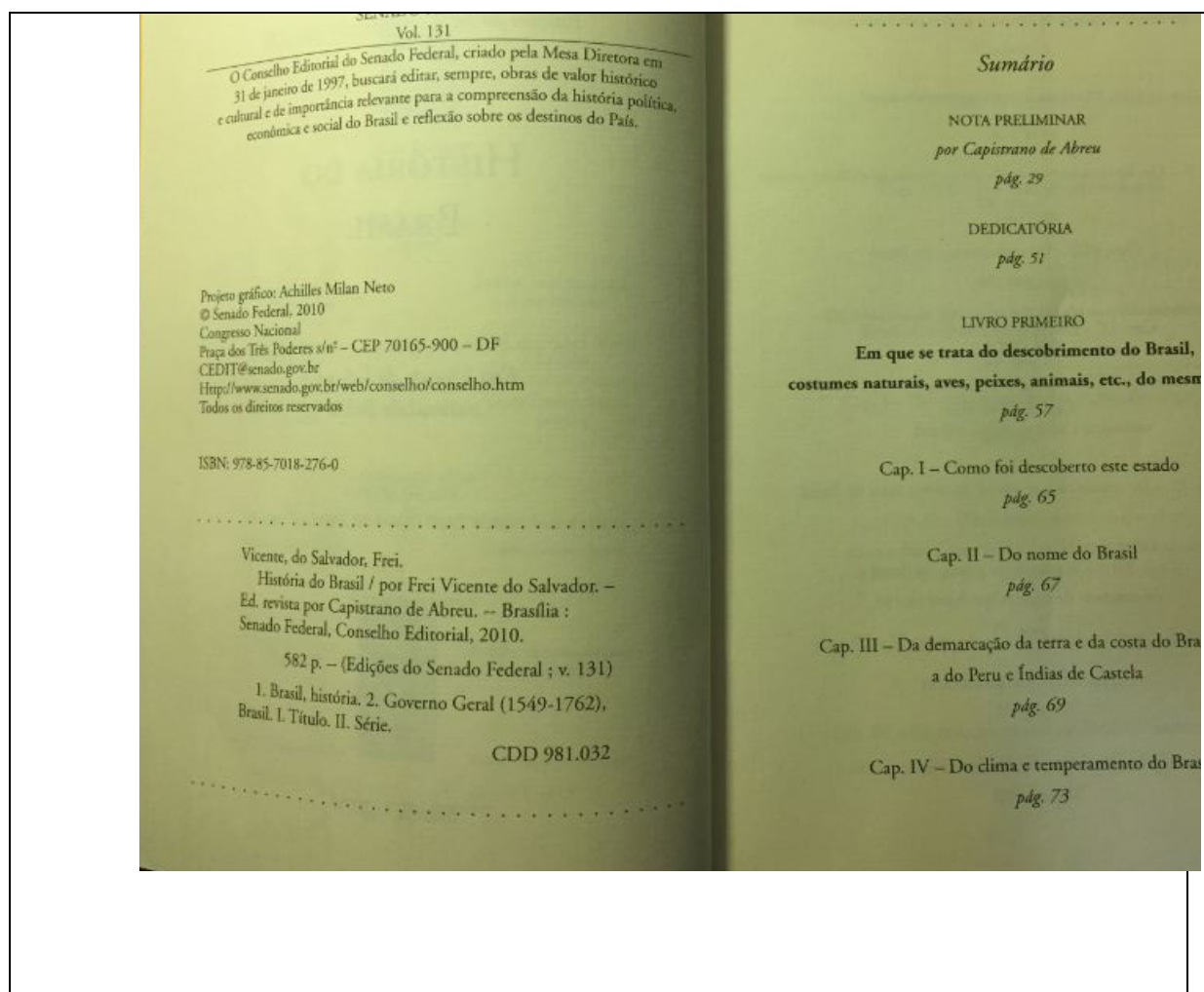
Ilustrações da nona edição impressa da História do Brasil, de Frei Vicente do Salvador, em 2010: capa e última capa da edição



Ilustrações da nona edição impressa da História do Brasil, de Frei Vicente do Salvador, em 2010: verso da capa com orelha explicativa seguida do título da edição

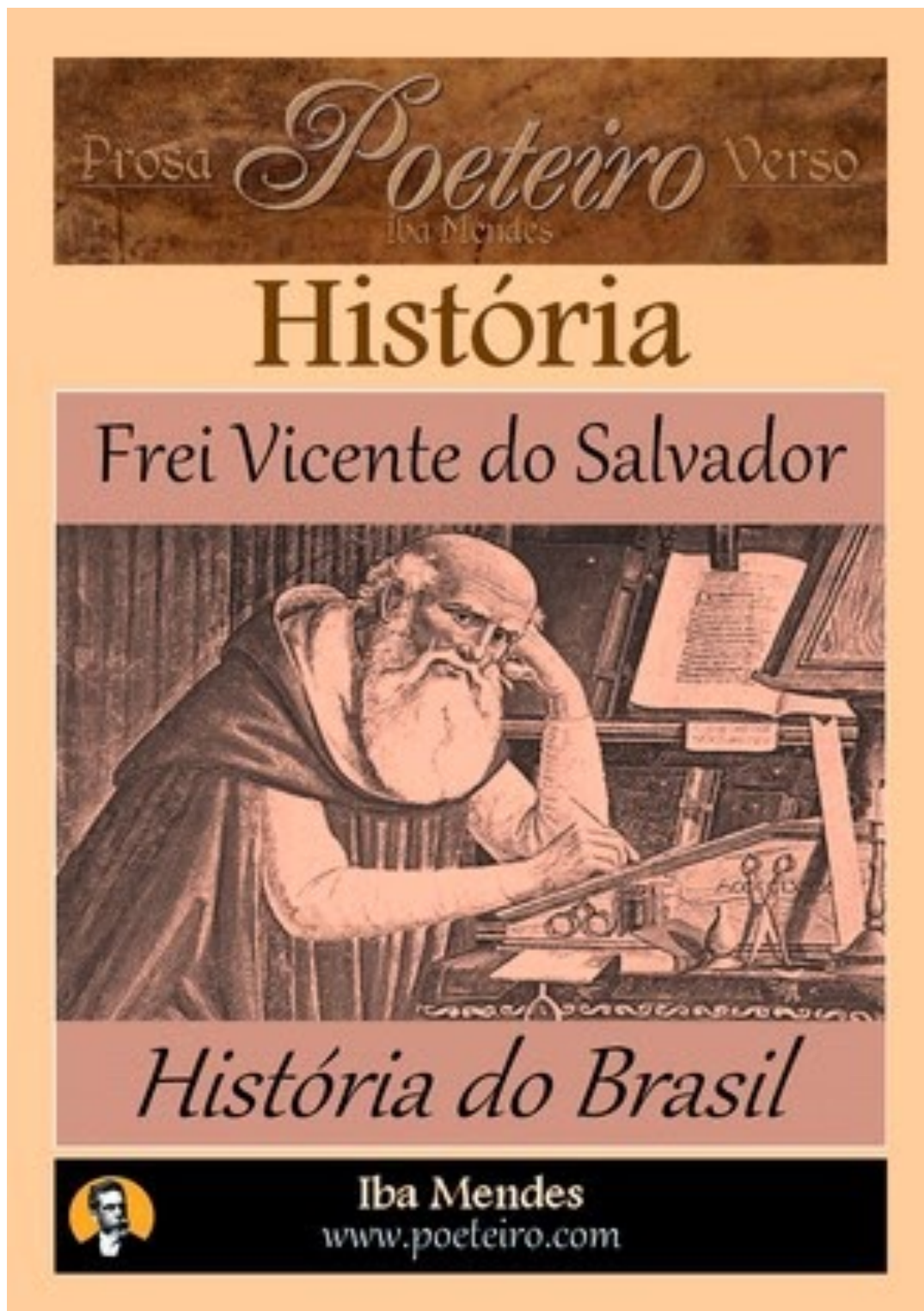


Ilustrações da nona edição impressa da História do Brasil, de Frei Vicente do Salvador, em 2010: ficha catalográfica, informações de revisão da obra primeira página do sumário da edição



ANEXO L: Ilustrações da décima edição impressa da *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, em 2014

Capa da edição (versão apenas online)



Fonte: <http://www.bibliologista.com/2014/06/historia-do-brasil-de-Frei-vicente-do.html>



ANEXO M: Hipupiara – gravura do livro *História da Província de Santa Cruz* (1575/1576), de Pêro de Magalhães Gândavo



FONTE: <http://www.novomilenio.inf.br/sv/svh002.htm>

ANEXO N: Fotos e ilustrações do convento de Santo Antônio, Rio de Janeiro, que teve Frei Vicente do Salvador como um de seus fundadores: construção no século XVII



**Fonte:** Painel do Convento de Santo Antônio (foto do autor)

Fotos e ilustrações do convento de Santo Antônio, Rio de Janeiro, que teve Frei Vicente do Salvador como um de seus fundadores: construção do século XVIII



**Fonte:** Painel do Convento de Santo Antônio. (foto do autor)

Fotos e ilustrações do convento de Santo Antônio, Rio de Janeiro, que teve Frei Vicente do Salvador como um de seus fundadores: construção no século XIX



**Fonte:** Painel do Convento de Santo Antônio. (foto do autor)

Convento de Santo Antônio, Rio de Janeiro, que teve Frei Vicente do Salvador como um de seus fundadores, visto a partir do Largo da Carioca (construção do século XIX)



**Fonte:** (foto do autor)

Convento de Santo Antônio, Rio de Janeiro, que teve Frei Vicente do Salvador como um de seus fundadores, visto a partir do Largo da Carioca (construção no século XIX)



Fonte: (foto do autor)

Foto da capela para visitação, pertencente ao Convento de Santo Antônio, Rio de Janeiro, que teve Frei Vicente do Salvador como um de seus fundadores (construção do século XVIII)



Fonte: (foto do autor)

## ANEXO O: Ilustração de Manuel Severim de Faria, seguida de sua breve biografia



Fonte: <https://eborateam.weebly.com/our-school.html>

Manuel Severim de Faria foi um famoso polígrafo português. Nasceu em Lisboa provavelmente em 1582, vindo a falecer em Évora em 1655. Diplomado em Filosofia e Teologia pela Universidade de Évora, Foi Cónego e Chantre da Sé Eborense. Poeta na juventude, foi depois investigador atento, abarcando nos seus estudos história política e doutrina espiritual, biografias e problemas políticos e religiosos. Foi autor da primeira monografia de Camões. Dentre suas obras, destacam-se *Discursos vários políticos* (1624) e *Notícias de Portugal* (1655).

Escreveu Notícias podendo destacar-se uma em que Manuel Severim de Faria disserta sobre problemas populacionais - "Remédios para a Falta de Gente", em que sugere que é na má estruturação do país que se situa o atraso nacional; comércio longínquo e de entreposto, acarretando perdas em numerário e vidas, apenas lucrativo enquanto possuidor do monopólio das rotas; indústria ou manufatura praticamente inexistentes, obrigando os oficiais mecânicos à emigração, agricultura mal dimensionada com vastas terras de cultivo

abandonadas, divisão incorreta das propriedades e excessiva prodigalidade nos dotes, lançando filhos segundos para os mosteiros. Nestes termos, Portugal passara de uma situação de primeiro plano no Humanismo/Experimentalismo para lugares secundários.

Manuel Severim de Faria Deixou uma notável coleção de livros que se veio a perder, parcialmente, no incêndio que lavrou após o terramoto de 1755.

Hoje em dia, é conhecido principalmente pelas suas notícias e relações (estas últimas provavelmente assinadas com o pseudónimo Francisco de Abreu), consideradas, por alguns, como as primeiras tentativas de jornalismo sério em Portugal. (Disponível em: <<https://eborateam.weebly.com/our-school.html>>. Acesso em: 1 ago. 2018).

ANEXO P: Tabela comparativa dos componentes textuais e paratextuais das edições da *História do Brasil*

Tabela comparativa dos componentes textuais e paratextuais das edições da *História do Brasil* (parte 1):

	<b>Capa Ilustrada</b>	<b>Contracapa</b>	<b>Indicação de nº de exemplares</b>	<b>Aprovação da edição mediante selo imperial</b>	<b>Editora</b>	<b>Introdução de Capistrano de Abreu</b>	<b>Notas</b>
<b>1889 (1ª ed)</b>	Não	Sim	Sim	Sim (selo real)	TYP. de G Leuzinger & Filhos	Sim (p. I-XIX)	Sim (p. XXI-XXII): página em branco
<b>1918 (2ª ed)</b>	Sim	Sim	Não	Não	Weisflog Irmãos São Paulo e Rio	Sim (p. III-XX): diferente da ed. de 1889, chamada de “nota preliminar”	Não
<b>1931 (3ª ed)</b>	Não	Sim	Não	Não	Melhoramentos	Sim (p. V-XXII): repete a ed. de 1918	Sim (ao longo do texto para indicar referências a documentos históricos)
<b>1954 (4ª ed)</b>	Não	Sim	Não	Não	Melhoramentos	Sim (p. 19-28): repete a ed. de 1918	Não
<b>1965 (5ª ed)</b>	Sim	Sim	Não	Não	Melhoramentos	Sim (p. 29-40): repete a ed. de 1918	Sim: notas explicativas em forma de rodapé ao longo do livro
<b>1975 (6ª ed)</b>	Sim	Sim	Não	Não	Melhoramentos	Sim (p. 29-39): repete a ed. de 1918	Sim: notas explicativas em forma de rodapé ao longo do livro: como na ed. de 1965
<b>1982 (7ª ed)</b>	Sim,	Sim	Não	Não	Itatiaia e USP	Sim (p. 29-39): repete a ed. de 1918	Sim: notas explicativas em forma de rodapé ao longo do livro: como na ed. de 1965
<b>2008</b>	Sim	Sim	Não	Não	Versal Editores	Não (não segue a lógica das outras edições)	Sim: notas de referência históricas ao longo dos livros
<b>2010 (14ª ed)</b>	Sim	Sim	Não	Não	SEEP: Senado Federal	Sim (p. 29-49): repete a ed. de 1918	Não

## Continuação

Tabela comparativa dos componentes textuais e paratextuais das edições da *História do Brasil* (parte 2):

	<b>Dedicatória a Manuel Severim de Faria</b>	<b>Índice</b>	<b>Errata</b>	<b>Revisão</b>	<b>Selo de propriedade</b>	<b>Planta da Cidade de Salvador no séc. XVI</b>
<b>1889 (1ª ed)</b>	Sim (p. 3-4)	Sim (ao final)	Sim	Não	Não	Não
<b>1918 (2ª ed)</b>	Sim (p. 1-4)	Sim (no início: p. XXI-XXXI)	Não	Sim (João Capistrano de Abreu)	Sim (José Mindllin)	Sim
<b>1931 (3ª ed)</b>	Sim (p. 1-4)	Sim (no início: p. XXIII-XXXII)	Não	Sim (João Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia)	Não	Sim
<b>1954 (4ª ed)</b>	Sim (p. 29-30)	Sim (no início: p. 3-11)	Não	Sim (João Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia)	Não	Sim
<b>1965 (5ª ed)</b>	Sim (p. 43-45)	Sim (no início: p. 7-14)	Não	Sim (João Capistrano de Abreu, Rodolfo Garcia e Frei Venâncio Willeke)	Não	Não
<b>1975 (6ª ed)</b>	Sim (p. 43-45)	Sim (no início: p. 5-12)	Não	Sim (João Capistrano de Abreu, Rodolfo Garcia e Frei Venâncio Willeke)	Não	Não
<b>1982 (7ª ed)</b>	Sim (p. 43-45)	Sim (no início: p. 5-12)	Não	Sim (João Capistrano de Abreu, Rodolfo Garcia e Frei Venâncio Willeke)	Não	Não
<b>2008</b>	Sim (s/ p.)	Sim (no v. 2, s/ p.)	Não	Sim (Maria Lêda Oliveira: com readequação dos códices 49 e 24)	Não	Sim
<b>2010 (14ª ed?)</b>	Sim (p. 51-53)	Sim (com nome de SUMÁRIO, p. 7-27)	Não	Sim (João Capistrano de Abreu: como edição de 1918)	Não	Não



## Continuação

Tabela comparativa dos componentes textuais e paratextuais das edições da *História do Brasil* (parte 3):

	Índice de Nomes de Embarcações	Trechos do Santuário Mariano	Índice Geográfico	Índice de Nomes de Pessoas	Prolegômenos (de João Capistrano de Abreu)	Ilustrações e Figuras (diversas)	Nota Explicativa da Edição
<b>1889 (1ª ed)</b>	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
<b>1918 (2ª ed)</b>	Sim (no início, p. XXXV)	Sim (p. 617-623)	Sim (após o índice, p. XXXII-XXXIV)	Sim (p. 624-632)	Sim (antecedendo os Livros)	Sim (ao longo do texto)	Sim (no interior das Notas Preliminares)
<b>1931 (3ª ed)</b>	Sim (no início, p. XXXVI: igual à ed. de 1918)	Sim (p. 617-623)	Sim (após o índice, p. XXXIII-XXXV)	Sim (p. 624-632)	Sim (antecedendo os Livros)	Sim (ao longo do texto)	Sim (de Rodolfo Garcia, p. 1)
<b>1954 (4ª ed)</b>	Sim (p. 15)	Sim (p. 465-469)	Sim (após o índice, p. 13-14)	Sim (p. 471-476)	Sim (antecedendo os Livros)	Sim (ao longo do texto)	Não (repete a de Rodolfo Garcia, da ed. de 1931, p. 17)
<b>1965 (5ª ed)</b>	Sim (no final, p. 521)	Sim (p. 513-518)	Sim (no final do livro, p. 522-523)	Sim (p. 523-527)	Sim (antecedendo os Livros)	Sim (ao longo do texto)	Não (repete a de Rodolfo Garcia, da ed. de 1931, p. 26)
<b>1975 (6ª ed)</b>	Sim (no final, p. 431)	Sim (p. 422-427)	Sim (no final do livro, p. 432-433)	Sim (p. 434-437)	Sim (antecedendo os Livros)	Sim (ao longo do texto)	Sim (consta na orelha da capa; há também a nota de Rodolfo Garcia, da ed. de 1931, p. 23)
<b>1982 (7ª ed)</b>	Sim (no final, p. 431)	Sim (p. 617-623)	Sim (no final do livro, p. 432-433)	Sim (p. 434-437)	Sim (antecedendo os Livros)	Sim (ao longo do texto)	Sim (consta na orelha da capa e na última página; há também a nota de Rodolfo Garcia, da ed. de 1931, p. 23)
<b>2008</b>	Não	Sim (em colunas, em paralelo com textos citados da <i>História</i> : p. 58-64)	Sim (no final, sob o título de índice toponímico, nos v. 1 e v. 2)	Sim (no final, sob o título de índice antrotoponímico, nos v. 1 e v. 2)	Não	Sim (é a edição mais rica em ilustrações; são centenas; <b>edição artística</b> )	Sim (explica a edição a partir do aprofundamento histórico e readequação entre os códigos 49 e 24)
<b>2010 (14ª ed?)</b>	Não	Não	Não	Não (há indicação de índice onomástico)	Sim (antecedendo os Livros)	Não	Sim: consta no verso da última capa; explica a obra

## Continuação

Tabela comparativa dos componentes textuais e paratextuais das edições da *História do Brasil* (parte 4):

	<b>Apresentação de Aureliano Leite</b>	<b>Índice das Pranchas (ilustrações)</b>	<b>Explicação de Frei Venâncio Willeke</b>	<b>Bibliografia e Siglas</b>	<b>Terminologia Franciscana</b>	<b>Índice para Catálogo Sistemático</b>	<b>Conselho Editorial</b>
<b>1889 (1ª ed)</b>	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
<b>1918 (2ª ed)</b>	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
<b>1931 (3ª ed)</b>	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
<b>1954 (4ª ed)</b>	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
<b>1965 (5ª ed)</b>	Sim (p. 17-25)	Sim (p. 15)	Sim (p. 27)	Sim (p. 515)	Sim (p. 520)	Não	Não
<b>1975 (6ª ed)</b>	Sim (p. 15-22)	Sim (p. 13)	Sim (p. 25)	Sim (p. 429)	Sim (p. 430)	Sim (primeira edição a constar este item)	Não
<b>1982 (7ª ed)</b>	Sim (p. 15-22)	Sim (p. 13)	Sim (p. 25)	Sim (p. 429)	Sim (p. 430)	Sim	Sim
<b>2008</b>	Não (apresentação feita por Maria Lêda Oliveira)	Sim, sob o título de crédito das imagens (v. 1: p. 228-238; v. 2: p. 81-83)	Não	Sim (v. 1: p. 206-216; v. 2: p. 325)	Não	Sim	Não
<b>2010 (14ª ed?)</b>	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim

**Continuação**

Tabela comparativa dos componentes textuais e paratextuais das edições da *História do Brasil* (parte 5):

	<b>Indicação de Coleção</b>	<b>Explicação da Capa da Edição</b>	<b>Índice Onomástico</b>	<b>Indicação de Direitos Autorais</b>	<b>Catálogo de Livros da Editora</b>	<b>Acesso à Obra</b>
<b>1889 (1ª ed)</b>	Não	Não	Não	Não	Não	Online
<b>1918 (2ª ed)</b>	Não	Não	Não	Não	Sim (p. 634)	Online
<b>1931 (3ª ed)</b>	Não	Não	Não	Não	Não	Biblioteca da PUCPR
<b>1954 (4ª ed)</b>	Não	Não	Não	Sim (p. 2)	Não	Livro impresso (aquisição particular)
<b>1965 (5ª ed)</b>	Não	Não	Não	Sim (p. 6)	Não	Livro impresso (aquisição particular)
<b>1975 (6ª ed)</b>	Não	Não	Não	Sim (p. 4)	Não	Livro impresso (aquisição particular)
<b>1982 (7ª ed)</b>	Sim: Coleção “Reconquista do Brasil”, volume 49	Sim (438)	Não	Sim (p. 4)	Sim (na orelha da última capa)	Livro impresso (aquisição particular)
<b>2008</b>	Não	Não	Sim (p. 559-580)	Não	Não	Livro impresso (aquisição particular)
<b>2010 (14ª ed?)</b>	Sim: Coleção “Edições do Senado Federal”, volume 131	Não	Não	Sim (p. 6)	Não	Livro impresso (aquisição particular)

Tabela comparativa das particularidades estruturais dos cinco Livros da *História do Brasil*, conforme cada edição (parte 1):

	<b>LIVRO I</b>	<b>LIVRO II</b>	<b>LIVRO III</b>	<b>LIVRO IV</b>	<b>LIVRO V</b>
<b>1889 (1ª ed)</b>	- <u>Capítulos</u> 1º ao 17º (p. 5-33)	- <u>Capítulos</u> 1º ao 14º (p. 35-58)	- <u>Capítulos</u> 1º ao 26º (p. 59-105)	- <u>Capítulos</u> 1º ao 47º (p. 107-183); - <u>Faltam</u> : dos capítulos 25º ao 30º; - <u>Repete</u> duas vezes o capítulo 24º.	- <u>Capítulos</u> 1º ao 47º mais o “Capítulo Último” (p. 185-261); - <u>Faltam</u> : dos capítulos 9º ao 17º e o 45º; - <u>Repete</u> duas vezes o capítulo 47º; - <u>Sequência</u> de capítulos, a partir do 44º: 44º, 47º, 46º, 47º e capítulo último.
<b>1918 (2ª ed)</b>	- <u>Capítulos</u> 1º ao 17º (p. 13-69); - <u>Prolegômenos</u> (p. 5-12); - O capítulo 10º não está indicado e parte dele está no 9º (11 parágrafos iniciais), do qual se passa direto para o 11º; - <u>Ilustrações</u> : 1- Guerreiro Tabajara (p. 67).	- <u>Capítulos</u> 1º ao 14º (p. 85-134); - <u>Prolegômenos</u> (p. 70-84).	- <u>Capítulos</u> 1º ao 26º (p. 148-240); - <u>Prolegômenos</u> (p. 135-147).	- <u>Capítulos</u> 1º ao 47º (p. 266-427); - <u>Prolegômenos</u> (p. 241-265); - <u>Faltam</u> : dos capítulos 26º ao 29º; - Há trechos do “Santuário Mariano” indicados na última parte do capítulo 47º; - A alteração dos números dos capítulos ausentes indica a revisão pelo acesso a outro códice distinto do da edição de 1918; - A estrutura desta edição será repetida nas edições futuras, menos na de 2008.	- <u>Capítulos</u> 1º ao 48º mais o “Capítulo último” (p. 464-616); - <u>Prolegômenos</u> (p. 428-463); - <u>Faltam</u> : dos capítulos 10º ao 17º; - <u>Faltam</u> , ainda, 3 parágrafos à página 615 (provavelmente um erro na digitalização do documento); - <u>Ilustrações</u> : 1- Mapa do Porto de Maranhão cerca de 1615; - A alteração dos números dos capítulos ausentes indica a revisão pelo acesso a outro códice distinto do da edição de 1918.
<b>1931 (3ª ed):</b> fora a edição de 2008, todas as outras terão como texto fundamental o da edição de 1931	- <u>Capítulos</u> 1º ao 17º (p. 13-70); - <u>Prolegômenos</u> (p. 5-12); - <u>Ilustrações</u> (em preto e branco): 1- Guerreiro Tabajara (p. s/n).	- <u>Capítulos</u> 1º ao 14º (p. 86-134); - <u>Prolegômenos</u> (p. 71-85).	- <u>Capítulos</u> 1º ao 26º (p. 149-241); - <u>Prolegômenos</u> (p. 135-148).	- <u>Capítulos</u> 1º ao 47º (p. 267-427); - <u>Prolegômenos</u> (p. 242-266); - <u>Faltam</u> : dos capítulos 26º ao 29º; - Há trechos do “Santuário Mariano” indicados na última parte do capítulo 47º.	- <u>Capítulos</u> 1º ao 48º mais o “Capítulo último” (p. 464-616); - <u>Prolegômenos</u> (p. 428-463); - <u>Faltam</u> : dos capítulos 10º ao 17º; - <u>Ilustrações</u> (em preto e branco): 1- Mapa do Porto de Maranhão cerca de 1615 (p. s/n).

## Continuação

Tabela comparativa das particularidades estruturais dos cinco Livros da *História do Brasil*, conforme cada edição (parte 2):

	LIVRO I	LIVRO II	LIVRO III	LIVRO IV	LIVRO V
<p><b>1954 (4ª ed):</b> a distinção básica da edição anterior está no ascrésimo de ilustrações</p>	<p>- <u>Capítulos</u> 1º ao 17º (p. 37-87); - <u>Prolegômenos</u> (p. 31-36); - <u>Ilustrações</u> (em preto e branco): 1- Retrato de D. Manuel (p. 38); 2- A armada de Pedro Álvares Cabral (p. 40); 3- O hastear da cruz em Pôrto Seguro (p. 42; obra de Pedro Peres); 4- Bandeiras, moedas e selos do reinado de D. Manuel (p. 45); 5- Mapa do Brasil no ano de 1534 (p. 48; obra de Gaspar Viegas); 6- O descobrimento do Brasil (p. 51; obra de Oscar Pereira da Silva); 7- Caravela portuguesa do século XV (p. 55); 8- Baltasar Ferreira atacando a Hipupiara, reprodução de 1575 (p. 67); 9- Ataque a uma taba de tupiniquins (p. 75; do livro de Hans Staden, em 1592); 10- Recontro de tuas tribos inimigas (p. 82; do livro de Jean de Lery, em 1578); 11- Execução de indígena capturado em batalha (p. 85; do livro de Hans Staden, em 1592); 12- Pero Vaz de Caminha lendo a Pedro Álvares Cabral (p. 87; obra de Aurélio de Figueiredo).</p>	<p>- <u>Capítulos</u> 1º ao 14º (p. 100-138); - <u>Prolegômenos</u> (p. 88-99); - <u>Ilustrações</u> (em preto e branco): 1- Pedro Álvares Cabral (p. 99); 2- Martin Afonso de Sousa (p. 103); 3- Fundação da vila de São Vicente por Martim Afonso de Sousa (p. 105; obra de B. Calixto); 4- Distribuição das Donatarias (p. 108); 5- O padrão de Pôrto Seguro, em pedra lioz, esculpindo armas de Portugal e a cruz de Cristo (p. 112); 6- Mapa da baía de Todos os Santos e a cidade de Salvador (p. 115); 7- A vila de Olinda e o pôrto de Recife no fim do século XVI (p. 119); 8- Brasão de Duarte Coelho (p. 124); 9- D. João III (p. 135; obra de Cristóvão Lopes).</p>	<p>- <u>Capítulos</u> 1º ao 26º (p. 149-213); - <u>Prolegômenos</u> (p. 139-148); - <u>Ilustrações</u> (em preto e branco): 1- Fundação da cidade de Salvador. Chegada de Tomé de Sousa (p. 148); 2- A baía do Rio de Janeiro e a cidade de São Sebastião (165); 3- Martim Afonso de Sousa no pôrto de Piaçaguera, a caminho de Piratininga (p. 171; obra de Benedito Calixto, em 1532).</p>	<p>- <u>Capítulos</u> 1º ao 47º (p. 233-337); - <u>Prolegômenos</u> (p. 214-232); - <u>Faltam</u>: dos capítulos 26º ao 29º; - Há trechos do “Santuário Mariano” indicados na última parte do capítulo 47º. - <u>Ilustrações</u> (em preto e branco): 1- A frota de Martim Afonso de Sousa no pôrto das Naus, São Vicente (p. 232; obra de Benedito Calixto, em 1532); 2- A segunda missa no Brasil (p. 313; obra de Vítor Meireles); 3- O engenho de açúcar na primeira fase agrícola da colonização (p. 333).</p>	<p>- <u>Capítulos</u> 1º ao 48º mais o “Capítulo último” (p. 363-461); - <u>Prolegômenos</u> (p. 338-362); - <u>Faltam</u>: dos capítulos 10º ao 17º; - <u>Ilustrações</u> (em preto e branco): 1- Mapa do descobrimento do Brasil e as invasões estrangeiras (p. 393); 2- Cena da derrota dos Holandeses nos montes Guararapes, entre 1647 e 1648 (p. 441); 3- Matias de Albuquerque (p. 447); 4- Interior de uma nau portuguesa – a parte da ré (p. 450; obra de Roque Gameiro); 5- Planisfério de Jerônimo Marini (p. 463).</p>

## Continuação

Tabela comparativa das particularidades estruturais dos cinco Livros da *História do Brasil*, conforme cada edição (parte 3):

	LIVRO I	LIVRO II	LIVRO III	LIVRO IV	LIVRO V
<p><b>1965 (5ª ed):</b> Edição comemorativa dos 400 anos do nascimento de Frei Vicente do Salvador</p>	<p>- <u>Capítulos</u> 1º ao 17º (p. 56-96); - <u>Prolegômenos</u> (p. 49-55); - <u>Ilustrações</u>: 1.- Mapa do Brasil, dividido em capitânicas (p. 4; colorido); 2- Conventos e Missões da Custódia Franciscana sob a Gestão de Frei Vicente do Salvador, entre 1614-1617 (p. 28); 2- Fragmento das instruções a Pedro Álvares Cabral (p. 64); 3- Mapa da cidade do Rio de Janeiro indicando o Convento de Santo Antônio, fundado por Frei Vicente do Salvador (p. 65); 4- Mapa da Província de Santa Cruz do século XVI (p. 80); 5- D. Manuel, o Venturoso, rei de Portugal (p. 81); 6- Bandeiras, moedas e selos do reinado de D. Manuel (p. 96); 7- Primeira página manuscrita da <i>História do Brasil</i> (p. 97).</p>	<p>- <u>Capítulos</u> 1º ao 14º (p. 111-146); - <u>Prolegômenos</u> (p. 99-110); - <u>Ilustrações</u> (em preto e branco): 1- Mapa do Brasil reproduzido do Atlas dos Reinel (p. 112); 2- Armas e adornos dos indígenas (p. 113); 3- Matança do primeiro bispo da Bahia, D. Pêro Fernandes Sardinha e de seus companheiros, pelos índios caetés (p. 113); 4- Pedro Álvares Cabral (p. 128; obra de Cunha); 5- A esquadra de Pedro Álvares Cabral, do século XVI (p. 129); 6- Mapa das Américas (p. 140; obra de Visconti di Maiollo, em 1519); 7- O hastear da cruz em Pôrto Seguro (p. 141; obra de Pedro Peres).</p>	<p>- <u>Capítulos</u> 1º ao 26º (p. 160-227); - <u>Prolegômenos</u> (p. 149-159); - <u>Ilustrações</u> (em preto e branco): 1- Baltasar Ferreira atacando a Hipupiara, reprodução de 1575 (p. 176); 2- A nomenclatura do litoral brasileiro, em que o nome América aparece pela primeira vez (p. 177; mapa mundi de Waldseemüller, em 1507); 3- Os tubarões e os peixes-voadores dos mares tropicais, gravura do século XVI (p. 192); 4- Ataque a uma taba de tupiniquins (p.193; do livro de Hans Staden, em 1592); 5- D. João III, rei de Portugal (p. 224); 6- Pero Vaz de Caminha lendo a Pedro Álvares Cabral (p. 225; obra de Aurélio de Figueiredo).</p>	<p>- <u>Capítulos</u> 1º ao 47º (p. 251-370); - <u>Prolegômenos</u> (p. 231-250); - <u>Faltam</u>: dos capítulos 26º ao 29º; - Há trechos do “Santuário Mariano” indicados na última parte do capítulo 47º. - <u>Ilustrações</u> (em preto e branco): 1.- Martim Afonso de Sousa a caminho de Piratininga (p. 240; obra de Benedito Calisto, em 1532); 2- Fundação da Vila de São Vicente (p. 240; obra de Benedito Calisto); 3- O padrão de Pôrto Seguro, em pedra lioz, esculpindo armas de Portugal e a cruz de Cristo (p. 241); 4- A celebração da 2ª missa no Brasil (p. 272; obra de Vitor Meireles); 5- Distribuição das Donatarias (p. 273); 5- A Baía de Todos os Santos e a cidade do Salvador (p. 288); 6- A vila de Olinda e o pôrto de Recife no fim do século XVI (p. 289); 7- Martim Afonso de Sousa (p. 320); 8- Fólio do manuscrito do original da 1ª folha Tratado de Tordesilhas (p. 321); 9- Última folha do Tratado de Tordesilhas,</p>	<p>- <u>Capítulos</u> 1º ao 48º mais o “Capítulo último” (p. 401-513); - <u>Prolegômenos</u> (p. 373-400); - <u>Faltam</u>: dos capítulos 10º ao 17º; - <u>Ilustrações</u> (em preto e branco): 1- Mapa do Rio de Janeiro (p. 384; do livro de Hans Staden, em 1557); 2- Chefe indígena Cunhambebe (p. 385; do livro de Hans Staden, em 1557); 3- Execução de indígena capturado em batalha (p. 416; do livro de Hans Staden, em 1592); 4- Retábulo do altar da Sala do Capítulo do Convento de São Francisco, Olinda, Pernambuco (p. 417); 5- Capela do Convento de São Francisco, Olinda (p. 432); 6- Matias de Albuquerque (533); 7- Mapa constando São Vicente, Santos e Santo Amaro, no século XVI (p. 448); 8- Máquina de engenho de açúcar inventada pelos padres Jesuítas no ano de 1613 (p. 449); 9- Escultura do Padre Manuel da Nóbrega (p. 464; obra de Francisco Franco); 10- Planta da Bahia, em 1625 (p. 465);</p>

**Continuação**

Tabela comparativa das particularidades estruturais dos cinco Livros da *História do Brasil*, conforme cada edição (parte 3):

	LIVRO I	LIVRO II	LIVRO III	LIVRO IV	LIVRO V
<b>1965 (5ª ed):</b> Edição comemorativa dos 400 anos do nascimento de Frei Vicente do Salvador				com assinaturas de Fernando e Isabel, reis da Espanha (p. 336); 10- Fundação da cidade de Salvador. Chegada de Tomé de Sousa (p. 337); 11- Mapa do Brasil no ano de 1534 (p. 368; obra de Gaspar Viegas); 12- A Baía de Guanabara, em fins do século XVI, com o Pão de Açúcar e o Morro Cara de Cão (p. 369).	gravura de A. F. Lemaitre, segundo desenho de Benedictus Mealius).

## Continuação

Tabela comparativa das particularidades estruturais dos cinco Livros da *História do Brasil*, conforme cada edição (parte 4):

	LIVRO I	LIVRO II	LIVRO III	LIVRO IV	LIVRO V
<p><b>1975 (6ª ed):</b> Segue edição de 1965, diferenciando-se apenas pela capa</p>	<p>- <u>Capítulos</u> 1º ao 17º (p. 56-88); - <u>Prolegômenos</u> (p. 49-55); - <u>Ilustrações</u>: 1.- Conventos e Missões da Custódia Franciscana sob a Gestão de Frei Vicente do Salvador, entre 1614-1617 (p. 27); 2- Fragmento das instruções a Pedro Álvares Cabral (p. 64); 3- Mapa da cidade do Rio de Janeiro indicando o Convento de Santo Antônio, fundado por Frei Vicente do Salvador (p. 65); 4- Mapa da Província de Santa Cruz do século XVI (p. 72); 5- D. Manuel, o Venturoso, rei de Portugal (p. 73); 6- Bandeiras, moedas</p>	<p>- <u>Capítulos</u> 1º ao 14º (p. 103-129); - <u>Prolegômenos</u> (p. 91-102); - <u>Ilustrações</u> (em preto e branco): 1- Mapa do Brasil reproduzido do Atlas dos Reinel (p. 104); 2- Armas e adornos dos indígenas (p. 105); 3- Matança do primeiro bispo da Bahia, D. Pêro Fernandes Sardinha e de seus companheiros, pelos índios caetés (p. 105); 4- Pedro Álvares Cabral (p. 112; obra de Cunha); 5- A esquadra de Pedro Álvares Cabral, do século XVI (p. 113); 6- Mapa das Américas (p. 124; obra de Visconti di Maiollo, em 1519);</p>	<p>- <u>Capítulos</u> 1º ao 26º (p. 143-194); - <u>Prolegômenos</u> (p. 133-142); - <u>Ilustrações</u> (em preto e branco): 1- Baltasar Ferreira atacando a Hipupiara, reprodução de 1575 (p. 156); 2- A nomenclatura do litoral brasileiro, em que o nome América aparece pela primeira vez (p. 157; mapa mundi de Waldseemüller, em 1507); 3- Os tubarões e os peixes-voadores dos mares tropicais, gravura do século XVI (p. 168); 4- Ataque a uma taba de tupiniquins (p.169; do livro de Hans Staden, em 1592); 5- D. João III,</p>	<p>- <u>Capítulos</u> 1º ao 47º (p. 216-306); - <u>Prolegômenos</u> (p. 197-215); - <u>Faltam</u>: dos capítulos 26º ao 29º; - Há trechos do “Santuário Mariano” indicados na última parte do capítulo 47º. - <u>Ilustrações</u> (em preto e branco): 1.- Martim Afonso de Sousa a caminho de Piratininga (p. 208; obra de Benedito Calisto, em 1532); 2- Fundação da Vila de São Vicente (p. 208; obra de Benedito Calisto); 3- O padrão de Pôrto Seguro, em pedra lioz, esculpindo armas de Portugal e a cruz de Cristo (p. 209); 4- A celebração da</p>	<p>- <u>Capítulos</u> 1º ao 48º mais o “Capítulo último” (p. 336-427); - <u>Prolegômenos</u> (p. 309-335); - <u>Faltam</u>: dos capítulos 10º ao 17º; - <u>Ilustrações</u> (em preto e branco): 1- Mapa do Rio de Janeiro (p. 320; do livro de Hans Staden, em 1557); 2- Chefe indígena Cunhambebe (p. 321; do livro de Hans Staden, em 1557); 3- Execução de indígena capturado em batalha (p. 348; do livro de Hans Staden, em 1592); 4- Retábulo do altar da Sala do Capítulo do Convento de São Francisco, Olinda, Pernambuco (p.349);</p>



### Continuação

Tabela comparativa das particularidades estruturais dos cinco Livros da *História do Brasil*, conforme cada edição (parte 4):

<p><b>1975 (6ª ed):</b> Segue edição de 1965, diferenciando-se apenas pela capa</p>	<p>e selos do reinado de D. Manuel (p. 88); 7- Primeira página manuscrita da <i>História do Brasil</i> (p. 89).</p>	<p>7- O hastear da cruz em Pôrto Seguro (p. 125; obra de Pedro Peres).</p>	<p>rei de Portugal (p. 192); 6- Pero Vaz de Caminha lendo a Pedro Álvares Cabral (p. 193; obra de Aurélio de Figueiredo).</p>	<p>2ª missa no Brasil (p. 228; obra de Vítor Meireles); 5- Distribuição das Donatarias (p. 229); 5- A Baía de Todos os Santos e a cidade do Salvador (p. 244); 6- A vila de Olinda e o pôrto de Recife no fim do século XVI (p. 245); 7- Martim Afonso de Sousa (p. 268); 8- Fólio do manuscrito do original da 1ª folha Tratado de Tordesilhas (p. 269); 9- Última folha do Tratado de Tordesilhas, com assinaturas de Fernando e Isabel, reis da Espanha (p. 284); 10- Fundação da cidade de Salvador. Chegada de Tomé de Sousa (p. 285); 11- Mapa do Brasil no ano de 1534 (p. 304; obra de Gaspar Viegas); 12- A Baía de Guanabara, em fins do século XVI, com o Pão de Açúcar e o Morro Cara de Cão (p. 305).</p>	<p>5- Capela do Convento de São Francisco, Olinda (p. 356); 6- Matias de Albuquerque (357); 7- Mapa constando São Vicente, Santos e Santo Amaro, no século XVI (p. 372); 8- Máquina de engenho de açúcar inventada pelos padres Jesuítas no ano de 1613 (p. 373); 9- Escultura do Padre Manuel da Nóbrega (p. 380; obra de Francisco Franco); 10- Planta da Bahia, em 1625 (p. 381; gravura de A. F. Lemaitre, segundo desenho de Benedictus Mealius).</p>
---	---	--	---	--	--

### Continuação

Tabela comparativa das particularidades estruturais dos cinco Livros da *História do Brasil*, conforme cada edição (parte 5):

	LIVRO I	LIVRO II	LIVRO III	LIVRO IV	LIVRO V
<p><b>1982 (7ª ed);</b> Segue edição de 1965, diferenciando-se apenas pela capa</p>	<p>- <u>Capítulos</u> 1º ao 17º (p. 56-86); - <u>Prolegômenos</u> (p. 49-55); - <u>Ilustrações</u>: 1.- Conventos e Missões da Custódia Franciscana sob a</p>	<p>- <u>Capítulos</u> 1º ao 14º (p. 103-129); - <u>Prolegômenos</u> (p. 91-102); - <u>Ilustrações</u> (em preto e branco): 1- Mapa do Brasil reproduzido do Atlas dos Reinel (p.</p>	<p>- <u>Capítulos</u> 1º ao 26º (p. 143-194); - <u>Prolegômenos</u> (p. 133-142); - <u>Ilustrações</u> (em preto e branco): 1- Baltasar Ferreira atacando a Hipupiara,</p>	<p>- <u>Capítulos</u> 1º ao 47º (p. 216-306); - <u>Prolegômenos</u> (p. 197-215); - <u>Faltam</u>: dos capítulos 26º ao 29º; - Há trechos do “Santuário</p>	<p>- <u>Capítulos</u> 1º ao 48º mais o “Capítulo último” (p. 336-427); - <u>Prolegômenos</u> (p. 309-335); - <u>Faltam</u>: dos capítulos 10º ao 17º;</p>
<p><b>1982 (7ª ed);</b> Segue edição de 1965, diferenciando-se apenas pela capa</p>	<p>Gestão de Frei Vicente do Salvador, entre 1614-1617 (p. 27); 2- Fragmento das instruções a Pedro Álvares Cabral (p. 64); 3- Mapa da cidade do Rio de Janeiro indicando o Convento de Santo Antônio, fundado por Frei Vicente do Salvador (p. 65); 4- Mapa da Província de Santa Cruz do século XVI (p. 72); 5- D. Manuel, o Venturoso, rei de Portugal (p. 73); 6- Bandeiras, moedas e selos do reinado de D. Manuel (p. 88); 7- Primeira página manuscrita da <i>História do Brasil</i> (p. 89).</p>	<p>104); 2- Armas e adornos dos indígenas (p. 105); 3- Matança do primeiro bispo da Bahia, D. Pêro Fernandes Sardinha e de seus companheiros, pelos índios caetés (p. 105); 4- Pedro Álvares Cabral (p. 112; obra de Cunha); 5- A esquadra de Pedro Álvares Cabral, do século XVI (p. 113); 6- Mapa das Américas (p. 124; obra de Visconti di Maiollo, em 1519); 7- O hastear da cruz em Pôrto Seguro (p. 125; obra de Pedro Peres).</p>	<p>reprodução de 1575 (p. 156); 2- A nomenclatura do litoral brasileiro, em que o nome América aparece pela primeira vez (p. 157; mapa mundi de Waldseemüller, em 1507); 3- Os tubarões e os peixes-voadores dos mares tropicais, gravura do século XVI (p. 168); 4- Ataque a uma taba de tupiniquins (p.169; do livro de Hans Staden, em 1592); 5- D. João III, rei de Portugal (p. 192); 6- Pero Vaz de Caminha lendo a Pedro Álvares Cabral (p. 193; obra de Aurélio de Figueiredo).</p>	<p>Mariano” indicados na última parte do capítulo 47º. - <u>Ilustrações</u> (em preto e branco): 1.- Martim Afonso de Sousa a caminho de Piratininga (p. 208; obra de Benedito Calisto, em 1532); 2- Fundação da Vila de São Vicente (p. 208; obra de Benedito Calisto); 3- O padrão de Pôrto Seguro, em pedra lioz, esculpindo armas de Portugal e a cruz de Cristo (p. 209); 4- A celebração da 2ª missa no Brasil (p. 228; obra de Vítor Meireles); 5- Distribuição das Donatarias (p. 229); 5- A Baía de Todos os Santos e a cidade do Salvador (p. 244); 6- A vila de Olinda e o porto de Recife no fim do século XVI (p. 245); 7- Martim Afonso de Sousa (p. 268); 8- Fólio do manuscrito do original da 1ª folha Tratado de Tordesilhas (p. 269); 9- Última folha do Tratado de Tordesilhas, com assinaturas de Fernando e Isabel, reis da Espanha (p. 284); 10- Fundação da cidade de Salvador. Chegada de</p>	<p>- <u>Ilustrações</u> (em preto e branco): 1- Mapa do Rio de Janeiro (p. 320; do livro de Hans Staden, em 1557); 2- Chefe indígena Cunhambebe (p. 321; do livro de Hans Staden, em 1557); 3- Execução de indígena capturado em batalha (p. 348; do livro de Hans Staden, em 1592); 4- Retábulo do altar da Sala do Capítulo do Convento de São Francisco, Olinda, Pernambuco (p.349); 5- Capela do Convento de São Francisco, Olinda (p. 356); 6- Matias de Albuquerque (357); 7- Mapa constando São Vicente, Santos e Santo Amaro, no século XVI (p. 372); 8- Máquina de engenho de açúcar inventada pelos padres Jesuítas no ano de 1613 (p. 373); 9- Escultura do Padre Manuel da Nóbrega (p. 380; obra de Francisco Franco); 10- Planta da Bahia, em 1625 (p. 381; gravura de A. F. Lemaitre, segundo desenho de</p>

				Tomé de Sousa (p. 285); 11- Mapa do Brasil no ano de 1534 (p. 304; obra de Gaspar Viegas); 12- A Baía de Guanabara, em fins do século XVI, com o Pão de Açúcar e o Morro Cara de Cão (p. 305).	Benedictus Mealius).
--	--	--	--	--	----------------------

### Continuação

Tabela comparativa das particularidades estruturais dos cinco Livros da *História do Brasil*, conforme cada edição (parte 6):

	LIVRO I	LIVRO II	LIVRO III	LIVRO IV	LIVRO V
<b>2008:</b> Nesta edição há outra lógica na composição dos capítulos e linguagem do século XVII	- <u>Capítulos</u> 1º ao 17º (fl. 1-28v); - <u>Ilustrações</u> : por se tratar de uma edição com impressão artística, torna-se inviável indicar todas as ilustrações da obra.	- <u>Capítulos</u> 1º ao 14º (fl. 30-50v); - <u>Ilustrações</u> : por se tratar de uma edição com impressão artística, torna-se inviável indicar todas as ilustrações da obra.	- <u>Capítulos</u> 1º ao 26º (fl. 52-91); - <u>Ilustrações</u> : por se tratar de uma edição com impressão artística, torna-se inviável indicar todas as ilustrações da obra.	- <u>Capítulos</u> 1º ao 47º (fl. 93-155); - <u>Repete-se</u> 2 vezes o capítulo 24º; - <u>Faltam</u> : dos capítulos 25º ao 29º;	- <u>Capítulos</u> 1º ao 47º mais o “Capítulo último” (fl. 157-213); - <u>Índice</u> das couzas mais notáveis desta História (f. 214-215); - <u>Repete-se</u> 2 vezes o capítulo 44º; - <u>Faltam</u> : dos capítulos 10º ao 17º;
<b>2010 (14ª ed?):</b> Nesta edição são retirados os paratextos e há mescla entre as edições de 1889 e 1918	- <u>Capítulos</u> 1º ao 17º (p. 65-109); - <u>Prolegômenos</u> (p. 57-63);	- <u>Capítulos</u> 1º ao 14º (p. 125-162); - <u>Prolegômenos</u> (p. 113-124);	- <u>Capítulos</u> 1º ao 26º (p. 177-249); - <u>Prolegômenos</u> (p. 166-175);	- <u>Capítulos</u> 1º ao 47º (p. 275-404); - <u>Prolegômenos</u> (p. 253-273); - <u>Faltam</u> : dos capítulos 26º ao 29º; - Há trechos do “Santuário Mariano” indicados na última parte do capítulo 47º.	- <u>Capítulos</u> 1º ao 48º mais o “Capítulo último” (p. 437-558); - <u>Prolegômenos</u> (p. 407-435); - <u>Faltam</u> : dos capítulos 10º ao 17º;

ANEXO Q: Poema “FREI VICENTE DO SALVADOR”, de Oswald de Andrade, na sua obra *Manifesto Pau-Brasil*

## FREI VICENTE DO SALVADOR

### *paisagem*

Cultivam-se palmares de cocos grandes  
Principalmente à vista do mar

### *as aves*

Há águias de sertão  
E emas tão grandes como as de África  
Umhas brancas e outras malhadas de negro  
Que com uma asa levantada ao alto  
Ao modo de vela latina  
Correm com o vento

### *amor de inimiga*

Posto que alguma  
Pelo amor que lhe tem  
Solta também o preso  
E se vae com elle pera suas terras

### *prosperidade de são paulo*

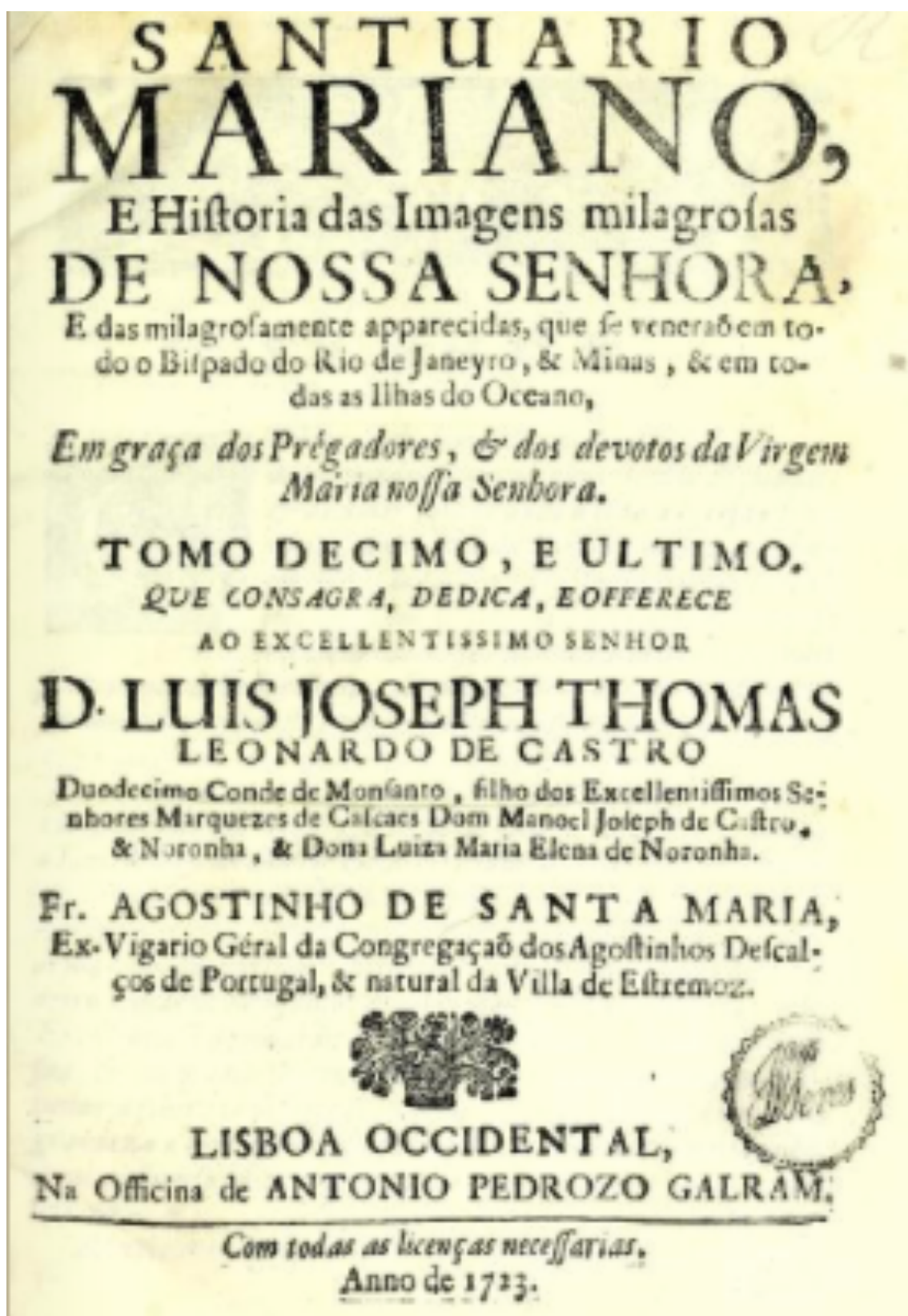
Ao redor desta vila  
Estão quatro aldeias de gentio amigo  
Que os padres da Companhia doutrinam  
Fora outro muito  
Que cada dia desce do sertão

ANEXO R: Frontispício da Obra Santuário Mariano, de Frei Agostinho de Santa Maria, Tomo IX



Fonte: <https://archive.org/details/santuariomariano09sant>

ANEXO S: Frontispício da Obra Santuário Mariano, de Frei Agostinho de Santa Maria, Tomo X



Fonte: <https://archive.org/details/santuariomariano10sant>

ANEXO T: Ilustrações do códice 49, manuscrito da *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador

## Capa



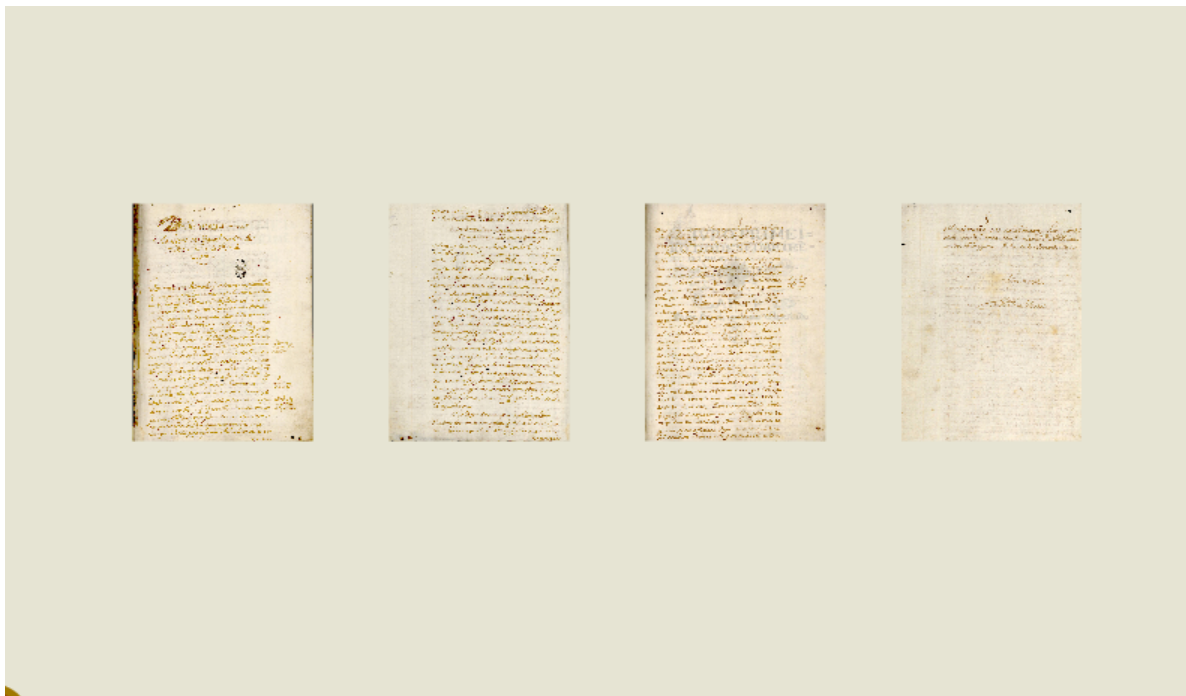
Fonte: DVD - OLIVEIRA, M. L. **A história do Brasil de Frei Vicente do Salvador**: história e política no Império Português do século XVII. Rio de Janeiro: Versal; São Paulo: Odebrecht, 2008. v. 2 ilustrado.

## Ilustrações do códice 49, manuscrito da História do Brasil, de Frei Vicente do Salvador: contracapa



Fonte: DVD - OLIVEIRA, M. L. **A história do Brasil de Frei Vicente do Salvador**: história e política no Império Português do século XVII. Rio de Janeiro: Versal; São Paulo: Odebrecht, 2008. v. 2 ilustrado.

Ilustrações do códice 49, manuscrito da História do Brasil, de Frei Vicente do Salvador: dedicatória à Manuel Severim de Faria



**Fonte:** DVD - OLIVEIRA, M. L. *A história do Brasil de Frei Vicente do Salvador: história e política no Império Português do século XVII*. Rio de Janeiro: Versal; São Paulo: Odebrecht, 2008. v. 2 ilustrado.

Ilustrações do códice 49, manuscrito da História do Brasil, de Frei Vicente do Salvador: Livro I, capítulo I



**Fonte:** DVD - OLIVEIRA, M. L. *A história do Brasil de Frei Vicente do Salvador: história e política no Império Português do século XVII*. Rio de Janeiro: Versal; São Paulo: Odebrecht, 2008. v. 2 ilustrado.



## ANEXO U: Ilustrações do códice 24, manuscrito da História do Brasil, de Frei Vicente do Salvador

## Capa



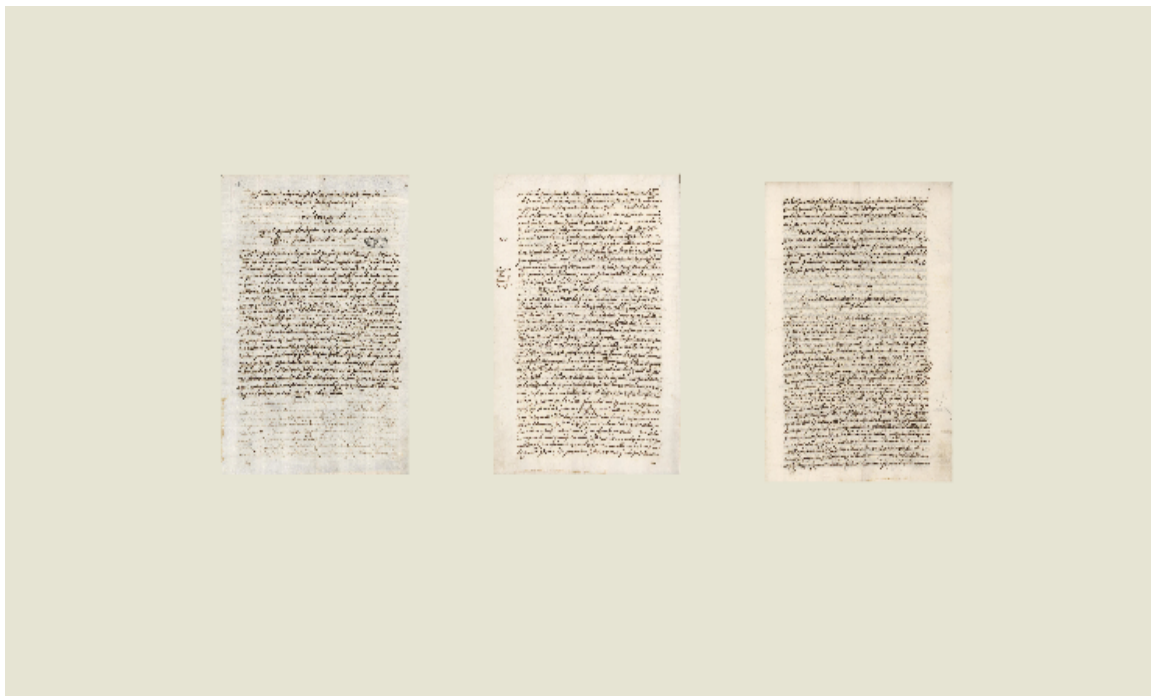
Fonte: DVD - OLIVEIRA, M. L. **A história do Brasil de Frei Vicente do Salvador**: história e política no Império Português do século XVII. Rio de Janeiro: Versal; São Paulo: Odebrecht, 2008. v. 2 ilustrado.

## Ilustrações do códice 24, manuscrito da História do Brasil, de Frei Vicente do Salvador: contracapa



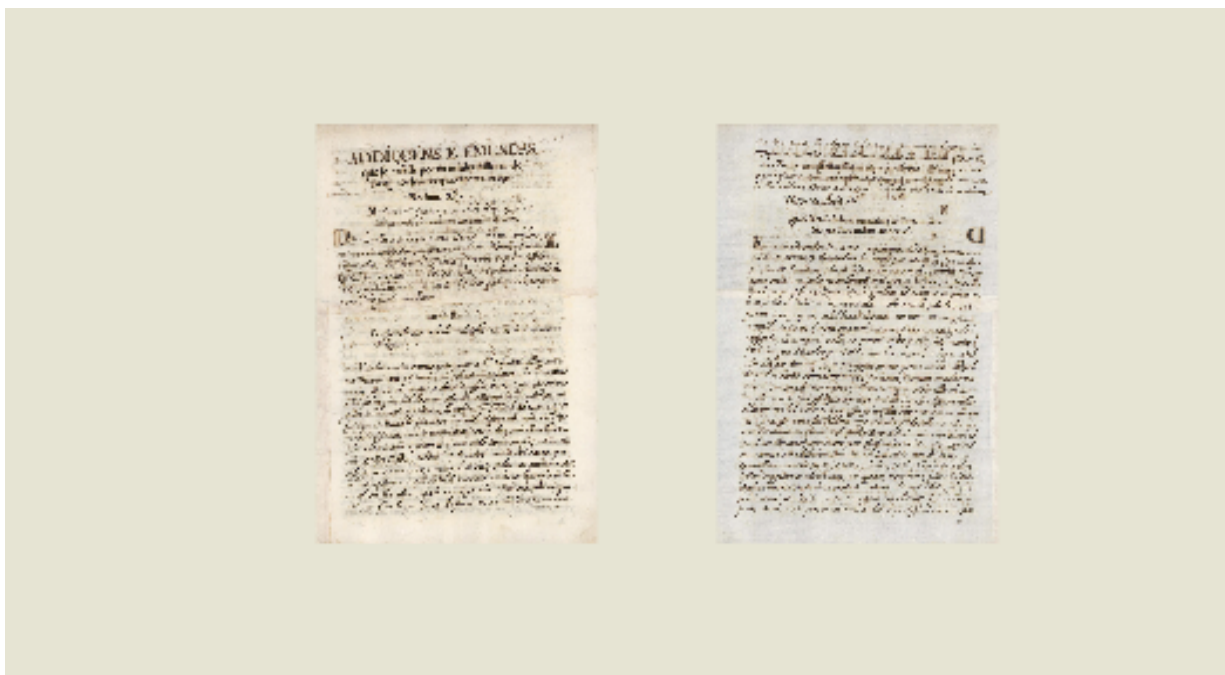
Fonte: DVD - OLIVEIRA, M. L. **A história do Brasil de Frei Vicente do Salvador**: história e política no Império Português do século XVII. Rio de Janeiro: Versal; São Paulo: Odebrecht, 2008. v. 2 ilustrado.

Ilustrações do códice 24, manuscrito da História do Brasil, de Frei Vicente do Salvador: Caderno A, Livro II, Capítulo 2



**Fonte:** DVD - OLIVEIRA, M. L. **A história do Brasil de Frei Vicente do Salvador:** história e política no Império Português do século XVII. Rio de Janeiro: Versal; São Paulo: Odebrecht, 2008. v. 2 ilustrado.

Ilustrações do códice 24, manuscrito da História do Brasil, de Frei Vicente do Salvador: Caderno B, Livro III, Capítulo 220



**Fonte:** DVD - OLIVEIRA, M. L. **A história do Brasil de Frei Vicente do Salvador:** história e política no Império Português do século XVII. Rio de Janeiro: Versal; São Paulo: Odebrecht, 2008. v. 2 ilustrado.

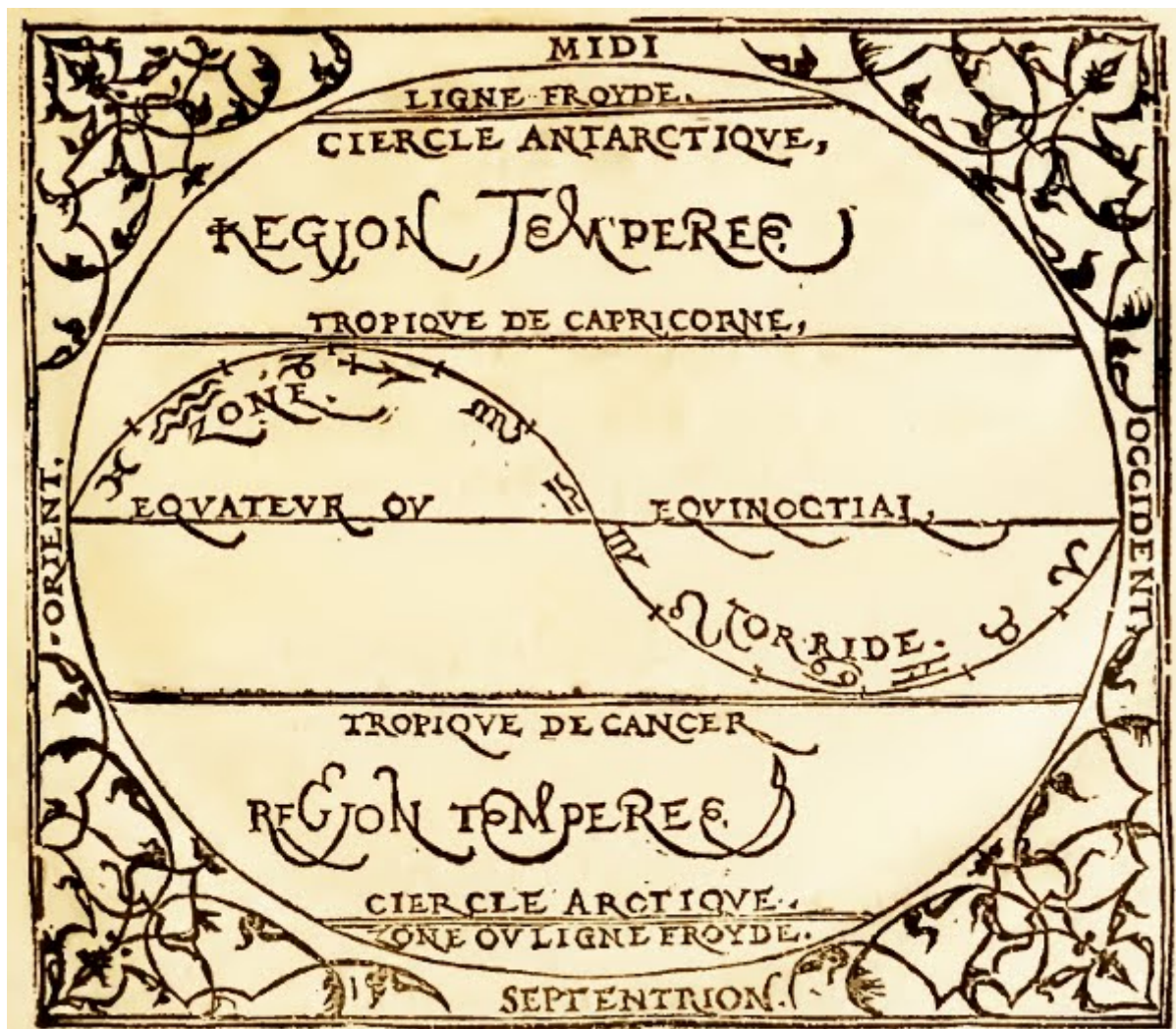
ANEXO V: Fac-símile da folha de rosto do Tratado de Tordesilhas de 1494



Fonte: <http://embaixadadeportugal.jp/pt/cultural/patrimonio-mundial-em-portugal/patrimonio-documental-da-humanidade/>

ANEXO W: Ilustração das zonas climáticas da Terra (1553): indicação da Zona Tórrida

“Zonas climáticas da Terra, de acordo com a Cosmographia de Petrus Apianus, publicada em Paris em 1553” e a indicação da Zona Tórrida entre os Trópicos de Capricórnio e de Câncer.



Fonte: <https://martaiansen.blogspot.com/2016/03/zona-torrida.html>

ANEXO X: Exemplos de alguns espécimes da flora e da fauna apresentados por Frei Vicente do Salvador na *História do Brasil*

OBS: as ilustrações estão ordenadas na ordem em que aparecem na *História do Brasil*.

**Caraguatá** (no texto original caragatà), mais conhecida por gravatá, uma espécie de planta da família das bromélias, muito disseminada nas regiões tropicais americanas, inclusive nas do Brasil, e possui grande diversidade de variedades. Normalmente, podem ser comestíveis. Segue o exemplo de uma destas espécies:

Caraguatá do mato (*Bromelia balansae*)



Fonte: <https://www.pinterest.co.kr/pin/322359285818547378/>

**Pau-brasil.** “Esta é a árvore da qual foi derivado o nome do país. Sua denominação vem do tronco vermelho, que era utilizado para tingir roupas. Durante muitos anos, à época da colonização, foi a principal fonte de riquezas e primeira atividade econômica significativa do país. [...] Tem o tronco, galhos e até o fruto com acúleos (espinhos) e, em geral, só produz fruto quando plantada em grupos.”

Pau-brasil (*Paubrasilia echinata*)



Fonte: <http://www.arvores.brasil.nom.br/paubras1/>

**Tatajuba.** “Árvore de 15 a 25 metros de altura. Ao ser ferida a casca da árvore, escorre látex, o qual contém uma resina atrativa para certos coleópteros. Possui um cerne amarelo logo após o corte, algumas vezes com faixas mais escuras. Com a exposição à luz, torna-se pardo-queimado. Encontrada nas matas de terra firme, nos estados do Mato Grosso, Pará, Amapá, Maranhão e Rondônia, sendo que no estado do Amazonas verifica-se a sua presença do rio Tapajós até o município de Parintins. Registra-se ainda sua ocorrência nas Guianas.” (fonte: <http://www.remade.com.br/madeiras-exoticas/246/madeiras-brasileiras-e-exoticas/tatajuba>).

Tatajuba (*Bagassa guianensis aubi* ou *Moraceae*)



Fonte: <http://www.arboreo.net/2012/12/tatajuba-bagassa-guianensis.html>

**Aroeira Vermelha.** “Árvore de pequeno a médio porte, medindo entre 5 a 10 metros de altura. Seu fruto é arredondado, vermelho, em cacho, conhecido como pimenta rosa, utilizado em temperos, por ter sabor parecido com a da pimenta do reino, porém um pouco mais suave. É atrativa aos pássaros. Raramente encontrada em estado nativo na região. Entretanto, é bastante comum na arborização urbana. Adaptável a vários tipos de solo e clima. Frutifica em mais de uma época do ano, porém, principalmente, apresenta floração em setembro e frutos entre dezembro e janeiro.”

Aroeira vermelha (*Schinus terebinthifolius*)



Fonte: <https://www.arvores.brasil.nom.br/new/aroeiravm/index.htm>

**Copaíba.** “Árvore de grande porte, até 35 metros na mata, por volta de 15 metros no paisagismo. Fruto pequeno, duro, marrom claro, abre-se quando maduro, expondo uma a duas sementes de aproximadamente 1 cm, pretas, cobertas por um arilo alaranjado. Relativamente comum nas matas brasileiras, sendo difícil encontrar um exemplar antigo e de grande porte. Muito procurada pelas propriedades medicinais. O óleo da copaíba é famoso.”

Copaíba (*Copaifera langsdorfii*)



Fonte: <https://www.arvores.brasil.nom.br/new/copaiba/index.htm>

**Cabriúva.** “Árvore de grande porte, chegando a 10 a 25m de altura, podendo atingir até 35m de altura na idade adulta. A casca externa é cinza, áspera e muito rugosa. Possui uma casca interna que varia de branca branca a amarelada, dura, aromática e exala odor característico. Estão espalhadas pela Argentina, Brasil, Paraguai e Venezuela. No Brasil é mais conhecida por cabriúva-do-campo e ocorre no Espírito Santo e no Rio de Janeiro.” (fonte: <http://www.remade.com.br/madeiras-exoticas/347/madeiras-brasileiras-e-exoticas/cabriuva>)

Cabriúva (*Myrocarpus frondosus* Alemão)



Fonte: <https://sites.unicentro.br/wp/manejoflorestal/10102-2/>

**Sapucaia.** “Pode atingir de 20 a 30m de altura, com copa densa e ampla, tronco reto, casca espessa, dura e pardo-escuro. As folhas novas de cor rosa-avermelhada, juntamente com as flores de cor lilás, conferindo à sua copa beleza indescritível. Uma das principais curiosidades desta árvore é a forma de seu fruto, denominada botanicamente “pixídio” e popularmente conhecida como “cumbuca”. As sementes ou “castanhas” são comestíveis e muito deliciosas. Seu sabor rivaliza com a “castanha-do-pará”, contudo não é comercial porque a produção é muito baixa e muito perseguida pelos macacos e outros animais selvagens, entre eles, o morcego.”

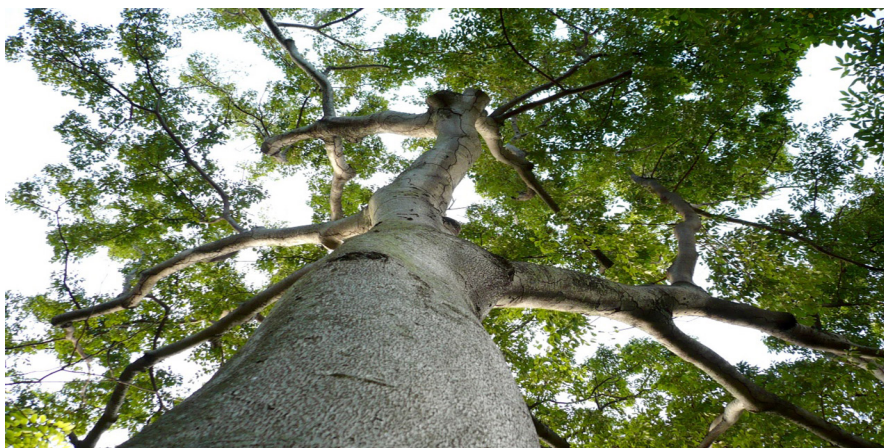
Sapucaia (*Lecythis pisonis*)



Fonte: <https://www.portalsaofrancisco.com.br/biologia/sapucaia>

**Maçaranduba.** “Ocorre na Região Amazônica, variando de 30 a 50m de altura, espalhando-se principalmente na mata pluvial de terra firme. Também no sul da Venezuela e Guianas. Produz anualmente moderada quantidade de sementes viáveis, prontamente disseminadas pela avifauna. Dotada de copa arredondada e aberta, facilmente reconhecida na mata pela coloração amarelada-pálida da parte inferior de sua folhagem. Tronco ereto e cilíndrico, de 1-3m de diâmetro. Os frutos são comestíveis e muito procurados por aves. O látex dá uma balata de inferior qualidade.” (fonte: <https://www.embrapa.br/agrossilvipastoril/sitio-tecnologico/trilha-ecologica/especies/macaranduba>).

Maçaranduba (*Manilkara huberi*)



Fonte: <http://www.mundohusqvarna.com.br/assunto/principais-arvores-do-brasil-macaranduba/>



**Jenipapo.** “Árvore de médio porte, atinge entre 8 e 14m de altura. Possui uma flor amarela com 5 pétalas. Fruto redondo, macio quando maduro, acinzentado. A polpa é comestível, apesar de cheiro característico muito forte. Atrativo à fauna. O fruto serve para confecção de doce e licor. Pode ser usado na recomposição florestal, por ser pioneira e rústica. É também usado no paisagismo urbano.”

Jenipapo (*Genipa americana*)



Fonte: <https://www.arvores.brasil.nom.br/new/jenipapo/index.htm>

**Guti ou Oiti.** “O oiti ou oitizeiro é uma árvore perenifólia, frutífera, originária das restingas costeiras do nordeste do Brasil e muito utilizada na arborização urbana. Frutifica no verão. O fruto é uma drupa carnosa, elipsóide, perfumada, de casca amarela quando madura e polpa pegajosa e fibrosa, com semente grande e dura. O fruto do oitizeiro é comestível, nutritivo, de sabor doce e adstringente, que lembra a manga. Ele deve ser consumido maduro, deixando-se descansar por pelo menos 4 a 5 dias após a colheita. O mais comum é consumi-lo *in natura*, mas também presta-se para o preparo de deliciosas vitaminas com leite. Tem efeito levemente laxativo.”

Guti ou Oiti (*Licania tomentosa* ou *Moquilea tomentosa Benth*)



Fonte: <https://www.jardineiro.net/plantas/oiti-licania-tomentosa.html>

**Segurelha.** “Muito parecida com o tomilho, possui grande variedade de espécies, seu aroma assemelha-se ao do tomilho, porém é mais amargo e penetrante. Tipo de hortaliça que serve para tempero ou fins medicinais. Originária da Ásia Ocidental e Central. Entre seus usos terapêuticos, está o tratamento de problemas gastrointestinais. Seu nome científico é *Satureja montana*.”

Segurelha (*Satureja montana*)



Fonte: <https://viveirosabordefazenda.wordpress.com/2015/02/19/3068/>

**Canafistula brava.** “A canafistula, em sua ocorrência natural, pode ser encontrada com maior frequência sudeste e sul do Brasil, possuindo variações nas outras regiões do país. É mais popularmente conhecida como acácia-amarela ou angico-amarelo, entre outros. Em média, alcança entre 10 e 20m de altura, mas, em casos excepcionais, pode atingir até 40m. Possui um tronco cilíndrico que também pode chegar a 3m de diâmetro. Tem flores amarelas ou alaranjadas, dependendo da variação e da região em que se encontra. Suas raízes, folhas e flores possuem propriedades medicinais e são bastante utilizadas nas receitas populares. Os índios, principalmente no Paraná, usavam sua casca para fazer chá de propriedades anticoncepcionais.”

(fonte:

<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/306466/1/CT0064.pdf>).

Canafistula (*Peltophorum dubium*)



Fonte: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/306466/1/CT0064.pdf>

**Mechucão (ou mechoacão).** “Mais conhecida como batata de purga, tem sua origem na região do México. É da família das *Convovuláceas*. É uma planta útil como depurativa nas moléstias da pele e também de propriedades purgativas, agindo como laxativo e purgativo, dependendo da dose ingerida. Toma-se em forma de chá. Emprega-se também nas irregularidades menstruais e na hemorragia nasal. Outro uso que ela tem é no combate a enterite nas crianças e, pelos princípios ativos, previne a meningite. Tomada em altas doses pode ser altamente venenosa. Outros nomes que pode assumir são jalapa, raiz de juticuçu, mechoacã, mechoacão do Peru, briona da América, flor de quatro horas, ruibarbo branco.” (fonte: <https://www.beneficiosdocha.com.br/cha-de-batata-de-purga/>).

Mechoacão ou batata de purga (*Convovuláceas*)



Fonte: <https://www.beneficiosdocha.com.br/cha-de-batata-de-purga/>

**Salsaparrilha.** “Pode ser encontrada no Brasil em até 19 espécies diferentes. É uma planta medicinal usada para várias condições de saúde, internas e externas ao corpo. Tem ação anti-inflamatória, fortalece o sistema imunológico, problemas de pele, aumenta a testosterona. Como ela tem ação desintoxicante, também traz benefícios relacionados ao emagrecimento. é um grande videira que sobe muito alto em árvores. Como esta videira possui grandes espinhos, o espanhol referiu-se à planta como vinha espinheiro. A planta produz folhas grandes arredondadas que aparecem como se tivessem sido desenhados em conjunto pelas veias. O rizoma da erva é extremamente volumoso, arredondado e rechonchudo. Desde tempos muito antigos é utilizada por tribos das Américas em rituais xamânicos para promover diversos tipos de curas. (fonte: [www.naturezadivina.com.br](http://www.naturezadivina.com.br)).”

Salsaparrilha (*Smilax spp.* ou *Smilax brasiliensis*)



*Smilax aspera*  
SALSAPARRILHA

Fonte: <https://www.medicinanatural.com.br/sp-smilax-salsaparrilha/>

**Ambaíba ou embaúba.** “Mais conhecida como embaúba, pertence a uma família que pode representar diversas árvores americanas, podendo assumir uma altura entre 10 e 15 metros. Sua ocorrência se dá principalmente na região amazônica, sendo menos comum em outras regiões brasileiras. Os frutos são muito procurados por aves e outros animais e as folhas são o alimento principal do bicho-preguiça. A árvore possui atributos ornamentais que a recomendam para o paisagismo.” (fonte: <https://www.embrapa.br/agrossilvipastoril/sitio-tecnologico/trilha-ecologica/especies/embauba>).

Ambaíba ou embaúba (*Cecropia Sp.*)



Fonte: <https://www.remedio-caseiro.com/cha-de-embauba-e-seus-beneficios/>

**Figueira do inferno.** “Também conhecida por outros nomes, tais como: como trombeta, trombeteira, estramónio/estramônio, figueira-do-demo, figueira-do-diabo, figueira-do-inferno, figueira brava e zabumba, é uma erva ereta anual, em média com 30 a 150 cm de altura. As folhas são grandes, 7 a 20 cm e tem dentes irregulares semelhante às folhas de carvalho. Suas flores assemelham-se a trombetas e variação de cores entre o branco e a púrpura podendo ser confundidas com lírios. Sua fruta tem forma oval e é coberta de espinhos, sendo dividida em quatro câmaras, cada uma delas com dúzias de sementes pequenas de cor preta. Caso a planta seja esmagada ou apertada emite um odor fétido. (fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Datura\\_stramonium](https://pt.wikipedia.org/wiki/Datura_stramonium)).

Figueira do inferno (*Datura stramonium*)



Fonte: <https://plantamania.wordpress.com/2010/03/29/figueira-do-inferno/>

**Jurubeba.** “É uma árvore pequena que não ultrapassa 3m de altura. Suas folhas são lisas em formato de coração, sendo macias na parte superior e com certa penugem na parte inferior e as flores variam entre o tom lilás ou branco. Os frutos são pequenos e amarelados. Como é popular em diversas regiões do Brasil, pode ser conhecida também como jubebe, jurubeba-verdadeira, juribeba, jupeba e jurupeba. É possível encontrar sua árvore tanto na versão macho quanto fêmea, com a diferença de que a fêmea dá frutos. Seu fruto tem gosto amargo, porém possui propriedades medicinais, trazendo diversos benefícios para o organismo, tais como anti-inflamatórias, antidiabéticas, digestivas, descongestionantes, diuréticas, estimulantes, febrífugas, laxantes, tônicas e vasculares, sendo indicada para diversos tratamentos homeopáticos.” (fonte: <https://www.beneficiosdasplantas.com.br/jurubeba/>).

Jurubeba (*Solanum paniculatum*)



Fonte: <https://www.beneficiosdasplantas.com.br/jurubeba/>

**Caroba.** “Mais conhecido como Jacarandá, porém, recebe outros nomes dependendo da região em que ocorre: parapará, caroba do mato, caroba-de-flor-verde, Ipê-verde, caroba-brava, ipê-de-flor-verde, ipê-mandioca, ipê-da-várzea, aipê, cinco-chagas, ipê-mirim, ipê-pardo, caroba-do-campo, carobinha-verde, jacarandá. Mais comumente encontrado do Sul da Bahia até o Rio Grande do Sul e no Centro-Oeste, nas regiões de cerrados e cerradões. Na idade adulta pode atingir de 6 a 12m de altura, com um tronco entre 30 e 40cm de diâmetro. A maior intensidade de sua floração se dá entre dezembro e março e a maturação dos frutos ocorre principalmente no período maio a outubro. Por destacar-se em sua beleza, sua utilização acontece principalmente para fins de ornamentação.” (fonte: <https://www.embrapa.br/agrossilvipastoril/sitio-tecnologico/trilha-ecologica/especies/caroba>).

Caroba (*Jacaranda copaia*)



Fonte: <http://www.floriculturawinge.com.br/produtos/?&categoria=1&subcategoria=16&prod=314>

**Jaritataca.** “Mais conhecido como gambá, a jaritataca (*Conepatus semistriatus*) é um mamífero carnívoro que, no Brasil, é mais propício de ser encontrado entre a região do nordeste e o estado de São Paulo. Pertence à família dos *Mephitidae*. Geralmente, apresenta-se na cor preta, com faixas brancas que vão desde a cabeça até a cauda. Desenvolve-se mais em habitats abertos “como campos, cerrado e caatinga e também em clareiras e pastagens próximo as florestas.”. Suas garras são grandes e compridas o que facilita sua principal habilidade que é cavar o solo. A jaritataca é mais conhecida por emitir um odor muito forte e esborrifar este odor ao predador pela urina quando se sente ameaçada. Também é conhecida por outros nomes: “jaratataca, jatitataca, zorrilho ou gambá”. Alimenta-se de raízes, que cava no solo, “pequenos roedores, pequenos vertebrados e frutas. Tem hábito noturno e são mais ativos após o pôr do sol.” Vale ressaltar que a jaritataca é resistente ao veneno de serpentes. (Fonte: <http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/terra-da-gente/fauna/noticia/2016/09/jaritataca-tem-faixa-nas-costas-e-emite-odor-forte-quando-ameacado.html>).

Jaritataca ou gambá (*Conepatus semistriatus*), da família dos *Mephitidae*



**Fonte:** <http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/terra-da-gente/fauna/noticia/2016/09/jaritataca-tem-faixa-nas-costas-e-emite-odor-forte-quando-ameacado.html>

**Timbu (timbu cassaco ou gambá-de orelha-branca).** “Também é um gambá, mas, como variação do espécime anterior, é mais conhecido por gambá-de-orelha-branca (*Didelphis albiventris*). É mais comum em países da América Latina, tais como, a Argentina, a Bolívia, o Paraguai e o Brasil. O timbu também é conhecido por possuir uma bolsa ventral em que se encontram suas mamas e em que guarda e protege seus filhotes até alcançarem autonomia para viverem sozinhos (fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Gambá-de-orelha-branca>).

Timbu ou Gambá-de-orelha-branca (*Didelphis albiventris*)



**Fonte:** <https://poraqui.com/olinda/entrou-um-timbu-na-minha-casa-o-que-fazer/>

**Guaiamu ou guaiamum.** “é um caranguejo de cor azulada que pode ser encontrado desde a Flórida (USA) até o Sudeste brasileiro, em manguezais e áreas de transição em direção à mata. Face à caça predatória e ao desrespeito de sua época de reprodução, além da degradação acelerada de seu habitat, o guaiamu é uma espécie que pode ser considerada como ameaçada de extinção. São maiores que os caranguejos mais comuns, pesando mais de 500g e destacam-se por sua cor azul escuro. (fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Guaiamu>).

Guaiamu ou guaiamum (*Cardisoma guanhumi*)



Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Guaiamu>